



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 087 - QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 73, DE 11 DE MAIO DE 2006

RETIFICAÇÃO

Na página nº 15835, republique-se, por erro gráfico, o seguinte Ato Conjunto nº 1, de 2006,

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2006

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 75 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 17, I, “m”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,

RESOLVEM

Constituir a seguinte Comissão Mista, composta de 3 Deputados e 3 Senadores, destinada a, no prazo de oito dias, coordenar e consolidar as emendas e sugestões dos Senhores Congressistas ao Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2005, *que dispõe sobre a Comissão mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição (Orçamento) e sobre a tramitação das matérias a que se refere o mesmo artigo:*

DEPUTADOS

Sérgio Miranda – PDT/MG
Jorge Bittar – PT/RJ
José Carlos Aleluia – PFL/BA

SENADORES

Fernando Bezerra – PTB/RN
Romero Jucá – PMDB/RR
Sérgio Guerra – PSDB/PE

Brasília, em 9 de maio de 2006

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Deputado Aldo Rebelo
Presidente da Câmara dos Deputados

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 70ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE MAIO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido oferecida emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006 (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai..... 18418

Recebimento do Aviso nº 20, de 2006 (nº 211/2006, na origem), de 24 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de abril de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios..... 18418

1.2.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 351/2006, de 24 do corrente, comunicando que, em Sessão Plenária do dia 23 do corrente, foram aprovadas as Emendas nºs 1 e 2 e rejeitada a Emenda nº 3, oferecidas por aquela Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006 (Medida Provisória nº 280, de 2006). À Comissão Mista. ... 18418

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Promulgação da Lei nº 11.308, de 23 de maio de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 279, de 2006, conforme Ofício nº 1.081, de 17 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados. . 18418

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta o art. 1.815-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para determinar, nos casos de indignidade, que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno, e dá outras providências. 18418

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta o art. 790-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou partícipe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências..... 18419

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos. 18420

Projeto de Lei do Senado nº 171, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência..... 18422

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta, que susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA. ... 18422

1.2.5 – Ofício do Poder Judiciário do Acre

Nº 687/2006, de 25 do corrente, encaminhando, em atendimento à recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a exploração sexual de crianças e adolescentes, para investigar a atuação do Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal daquela Comarca, na instrução dos Autos nº 001.01.002236-9, cópia do OF/COGER/Nº 110, do Corregedor-Geral da Justiça daquele Estado, Desembargador Arquilau de Castro Melo, contendo Despacho exarado nos autos da Providência nº 12/2005, para conhecimento do Senado Federal. *Anexado ao processado do Requerimento nº 2, de 2003-CN.*..... 18425

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 604, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Tribunal de Contas da União as informações que menciona... 18429

Nº 605, de 2006, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando que seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial. 18429

Nº 606, de 2006, de autoria do Senador Hércilio Fortes e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento hoje da Sra. Regina Napoleão, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão. 18430

Nº 607, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, do Sr. Tertulino Araújo Pereira, pai do Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro. 18430

Nº 608, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, em Manaus, do técnico gráfico Raimundo Costa, primeiro colaborador do jornal **A Crítica**. 18430

Nº 609, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Moto Honda da Amazônia Ltda, pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM. 18431

Nº 610, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica. 18431

Nº 611, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus, pela passagem de seu 25º aniversário de fundação. 18431

Nº 612, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do Ano, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM. 18431

Nº 613, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do Ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM. 18432

Nº 614, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda, pela conquista do Título de Exportadora do Ano de 2006, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM. 18432

Nº 615, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que levou ao mapeamento parcial do DNA do Guaraná. 18432

Nº 616, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Previdência Social as informações que menciona. 18433

Nº 617, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan. 18433

Nº 618, de 2006, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e José Agripino, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão. 18434

1.2.7 – Leitura de pareceres

Nº 632, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 157, de 2006 (nº 401/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e consórcio de bancos liderado pela instituição MCC S.p.A *Capitalia Gruppo Bancário*, no valor de até US\$ 42.670.000,00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial da importação de bens e serviços no âmbito do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento. **(Projeto de Resolução nº 36, de 2006)** 18434

Nº 633, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 158, de 2006 (nº 407/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz) II. **(Projeto de Resolução nº 37, de 2006)** 18439

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis perante a Mesa, para recebimento de emendas aos Projetos de Resolução nº 36 e 37, de 2006, oriundos de pareceres lidos anteriormente. 18444

1.2.9 – Ofício do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 130/2006, de 30 do corrente, comunicando que, em reunião extraordinária realizada em 23 de março do corrente, foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2006-CRE, de iniciativa do Senador Romeu Tuma, que cria a Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas no âmbito daquela Comissão. 18444

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Análise sobre reportagem do jornal **Valor Econômico**, referente ao crescimento do PIB brasileiro em 2006. 18445

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a redução da jornada de trabalho, sem diminuição de salário, como fonte geradora de emprego. Solicitação de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2003, de autoria de S. Exa.	18454	Brasil e as estatísticas divulgadas pelo governo sobre o tema.....	18490
SENADOR ALVARO DIAS – Questionamentos sobre a saúde do povo brasileiro. Discriminação na liberação de recursos de emendas parlamentares ao Orçamento.	18458	SENADOR RODOLPHO TOURINHO, como Líder – Restabelecimento da verdade em relação à questão da eletrificação rural no País.	18491
SENADOR SIBÁ MACHADO – Solicitação de transcrição, nos Anais do Senado, dos artigos intitulados “Dia 29 de maio e o Dia do Geógrafo. Mas o que significa ser Geógrafo?” e “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”.	18460	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Denúncia baseada em documentos públicos que apontam para um desvio no Instituto Geral de Previdência do Estado do Tocantins – IGEPREV, que monta a R\$25 milhões.....	18493
SENADOR LEONEL PAVAN – Solicita a publicação, no Jornal do Senado , de pronunciamento sobre a agilização da tramitação do Projeto de Lei nº 183, de 2003, que permite que a pessoa jurídica que se dedica à atividade de representante comercial possa optar pelo SIMPLES.	18474	SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apresentação de aspectos positivos do Programa Bolsa Família, colocado em prática pelo governo Lula. ..	18495
SENADOR MARCO MACIEL – A questão das reformas políticas e das reformas institucionais. ..	18478	SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – A ação nefasta do PCC, que comanda a violência a partir dos presídios, problemática que deve ser considerada um caso de segurança nacional,	18497
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Registro da chegada à Casa da medida provisória que dispõe sobre a reestruturação das carreiras do Banco Central e de outras instituições. Registro da regularização fundiária para áreas de até quinhentos hectares ocupadas por pessoas que estejam sobre terras públicas. Esclarecimentos sobre os episódios onde “brotaram” com o nome de S. Exa., na lista dos “Sanguessugas”.	18481	O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Satisfação em instalar a Comissão Mista destinada a instituir o marco do saneamento no Brasil. Regozijo em receber, hoje, a visita dos cantores Ivan Lins e Fernanda Abreu, bem como a visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado italiano, Senador Del Roio.	18500
SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Tristeza com o episódio deprimente que viveu a Câmara dos Deputados, quando um depoente, advogado, acusado de subornar um funcionário da Casa para servir a seus clientes narcotraficantes, replicou que “aqui se aprende rápido a malandragem”.	18485	1.3 – ORDEM DO DIA	
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Críticas à edição, pelo Presidente da República, hoje, da Medida Provisória nº 295, de 2006, que reestrutura várias carreiras do Poder Executivo. Justificação de requerimento solicitando informações ao Tribunal de Contas da União sobre o recebimento de dinheiro pelo Sebrae e conseqüente repasse a ONGs.....	18486	Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Comentários sobre a matéria publicada na primeira página do jornal Folha de S.Paulo , do último domingo, intitulada “Kroll recorreu à CIA para espionar governo brasileiro”.	18487	Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências. Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças	18500
SENADOR LEONEL PAVAN, como Líder – Questionamentos sobre o problema da fome no		Item 2 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica. Apreciação sobrestada	18500
		Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006) – (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)	
		Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que	

dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Apreciação sobrestada. 18500

Item 4 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949. **Apreciação sobrestada.** 18501

Item 5 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 18501

Item 6

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa). **Apreciação sobrestada.** 18501

Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobrestada.** 18501

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições). **Apreciação sobrestada.** 18502

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB). **Apreciação sobrestada.** 18502

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica. **Apreciação sobrestada.** 18502

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público. **Apreciação sobrestada.** 18502

Item 12

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e

dispõe sobre suas funções). **Apreciação sobrestada.** 18502

Item 13

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Apreciação sobrestada. 18502

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida. **Apreciação sobrestada.** 18503

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. **Apreciação sobrestada.** 18503

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação. **Apreciação sobrestada.** 18503

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que institui o Dia do Radialista. **Apreciação sobrestada.** 18503

Item 18

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus. **Apreciação sobrestada.** 18503

Item 19

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. **Apreciação sobrestada.** 18503

Item 20 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. **Apreciação sobrestada.** 18503

Item 21 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Apreciação sobrestada. 18504

Item 22

Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.** 18504

Item 23 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal. **Apreciação sobrestada.** 18504

Item 24

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Apreciação sobrestada. 18504

Item 25

Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello. **Apreciação sobrestada.** 18504

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR NEY SUASSUNA – Apoio ao projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece diretrizes para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, em tramitação na Câmara dos Deputados. 18505

SENADOR CÉSAR BORGES, como Líder – Parabeniza o Presidente do Senado pela insta-

lação da Comissão Mista destinada a sistematizar os projetos de lei sobre saneamento, em tramitação no Congresso Nacional. Insurgência contra a propaganda enganosa do governo federal de que está aplicando recursos próprios em obras de saneamento pelo país, enquanto os recursos são oriundos do FGTS, administrados pela Caixa Econômica Federal..... 18506

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Alteração do número de membros da Comissão Mista de Saneamento, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, aumentando-o de cinco para seis, designando o Senador Demóstenes Torres (PFL) e o Deputado Colbert Martins (PPS), para integrar a referida Comissão, em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo. 18515

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADORA ANA JÚLIA – Considerações ao pronunciamento do Senador César Borges. 18515

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Reflexão sobre os debates dos candidatos à Presidência da República..... 18515

SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Leitura de mensagem do professor goiano Aparecido José dos Santos, Presidente do Diretório Municipal do PMDB de São Luís de Montes Belos – GO..... 18519

SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Homenagem de pesar à D. Regina Napoleão, genitora do ex-Senador Hugo Napoleão. Comentário sobre a primeira reunião do conselho político da candidatura de Geraldo Alckmin. 18521

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Associa-se às homenagens de pesar à D. Regina Napoleão. Críticas ao governo federal..... 18525

1.3.4 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional, a realizar-se hoje, após o término da presente sessão. 18529

1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALMIR AMARAL – Insistência na retomada do conceito cívico da grandeza do Brasil, confiando na capacidade de trabalho para realizar as promessas encerradas no País. 18530

SENADOR ALVARO DIAS – Transcrição, nos Anais do Senado, do editorial intitulado “*Brasil cresce menos que concorrentes*”, publicado no jornal **Gazeta Mercantil**, edição de 30 do corrente. Registro do artigo intitulado “*Os xingamentos de Lula*”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista **Veja**, edição de 24 do corrente. 18532

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Valorização dos integrantes das carreiras de Advogado da União e de Defensor Público da União. 18534

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre a matéria intitulada “*De doido ele não tem nada*”, publicada na revista **Veja**, edição de 17 do corrente..... 18534

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “*O crime compensou*”, publicada na revista **Veja**, edição de 17 do corrente. 18537

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “*Dançarina da pizza recebe multa de R\$1 milhão*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 do corrente. 18538

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “*Crise boliviana traz problema inédito para a diplomacia*”, publicada no jornal **Valor Econômico**, edição de 15 do corrente. 18539

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre o artigo intitulado “*A arte de escrever*”, de autoria do filósofo e professor gaúcho Denis Lerner Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 15 do corrente..... 18540

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “*Por que essa bofetada em nós?*”, publicada na revista **Época**, edição de 8 do corrente. 18541

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da matéria intitulada “*Folha lança novo projeto gráfico*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 14 do corrente. Comentários à notícia publicada hoje na **Folha de S.Paulo**, de que o governo planeja conceder o Bolsa-Família para os sem terra..... 18544

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o artigo intitulado “*Do fracasso à humilhação*”, de autoria do articulista Roberto Pompeu de Toledo, publicado na revista **Veja**, edição de 10 do corrente..... 18546

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Registro do artigo intitulado “*Teste de sintonia*”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 23 do corrente..... 18547

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 31, quarta-feira, às 14 horas, com Ordem do Dia designada..... 18548

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 57ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 11 de maio de 2006, e publicada no Diário do Senado Federal nº 74, de 12 de maio de 2006. 18552

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 30-5-2006

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 123, de 2006. 18554

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 927, de 2006. (Republicação) 18554

Nºs 940 a 958, de 2006. 18555

SENADO FEDERAL

- 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
- 52ª LEGISLATURA
 - 7 – SECRETARIA DE COMISSÕES
 - 8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
 - 9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
 - 10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 - 11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
 - 12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
 - 13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

- 14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL
- 15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
- 17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
- 18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 70ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de maio de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza, Eduardo Siqueira Campos,
Cristovam Buarque, Marcelo Crivella e Romeu Tuma*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/5/2006 07:36:00 até 30/5/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZÉREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERACLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAÚJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	

PSDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	ES	MARCOS GUERRA	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 68 Senadores

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A lista de presença acusa o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 2006** (nº 6.448/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a alienar, por doação, um helicóptero Esquilo Biturbina para a Armada da República Oriental do Uruguai.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 20, de 2006** (nº 211/2006, na origem), de 24 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do art. 41 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de abril de 2006, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

O expediente, juntado ao processado do **Aviso nº 10, de 2006**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 351/06/SGM/P

Brasília, 24 de maio de 2006

Assunto: envio de proposição à sanção presidencial

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento Senado Federal, que, em Sessão Plenária do dia 23-5-06, foram aprovadas Emendas de nºs 1 e 2 e rejeitada a Emenda de nº 3, oferecidas por essa Casa Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006 (MPv nº 280/06, do Poder Executivo qual “Altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.”.

2. Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

3. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente. – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006, volta à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que promulgou a **Lei nº 11.308**, de 23 de maio de 2006, proveniente da **Medida Provisória nº 279, de 2006**, conforme Ofício nº 1.081, de 17 do corrente, do Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Aldo Rebelo.

É o seguinte o ofício recebido:

OF. Nº 1.081/06/SGM/P

Brasília, 17 de maio de 2006

Assunto: encaminha MP nº 279/06 para promulgação

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do art. 12 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 279, de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) para os fins que especifica”.

Atenciosamente. – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2006

Acrescenta o art. 1.815-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para determinar, nos casos de indignidade, que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará a exclusão imediata do herdeiro ou legatário indigno, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 1.815-A. Em qualquer dos casos de indignidade previstos no art. 1.814, o trânsito em julgado da sentença penal condenatória acarretará imediata exclusão do herdeiro ou

legatário indigno, independentemente da sentença prevista no caput do art. 1.815.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As instituições de direito privado vêm experimentando notável revolução em suas estruturas, e, aos poucos, abandonam antigos valores para se revestirem de maior segurança jurídica e, sobretudo, maior eficácia.

A presente proposição tem por finalidade dirimir dúvidas e interpretações quanto às definições contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, bem como aperfeiçoar o instituto da exclusão de herdeiro ou legatário indigno, que vem sofrendo mudanças no correr dos anos.

Tais mudanças são calcadas nas recentes transformações sociais, que conduzem à colocação da dignidade humana em primeiro lugar. Dentre as mais notáveis alterações na ordem privada, sobrelevam as contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que instituiu o Código Civil, revigorando o direito das sucessões no Brasil, na vanguarda mundial de proteção patrimonial dos legítimos herdeiros e legatários.

Após quase quatro anos de colheita de bons frutos, a sociedade sente a necessidade de tomar automática a exclusão de herdeiro ou legatário indigno, condenado por sentença penal transitada em julgado. Assim, não será mais admitido que herdeiro ou legatário, que tenha sido autor, co-autor ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seja agraciado com os bens advindos da herança.

Ademais, o Projeto de Lei acima afasta a necessidade de propositura de ação de exclusão da sucessão (ou ação de indignidade), por qualquer dos herdeiros, em desfavor do herdeiro indigno, vez que a sentença penal condenatória transitada em julgado terá o efeito imediato de excluir da sucessão o herdeiro ou legatário indigno. Em outras palavras, herdeiros ou legatários declarados culpados por sentença penal condenatória transitada em julgado serão imediatamente excluídos da sucessão, sem que seja preciso submeter novamente a matéria à nova decisão soberana do Poder Judiciário.

A sentença penal, transparente e justa, fortalecerá o direito sucessório, vez que traz segurança jurídica para os demais herdeiros e legatários, que não serão obrigados a litigar novamente em juízo contra aquele que tiver matado, ou tentado matar, o seu ente querido.

Assim, apresentamos projeto para que a exclusão imediata do herdeiro ou legatário assassino seja mecanismo idôneo para a solução dessas questões que causam tanto constrangimento na sociedade.

São essas as razões que justificam a proposição, que, pelo seu amplo alcance social, certamente merecerá o apoio dos demais membros deste Parlamento.

Sala das Sessões, – Senadora **Serys Slhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

I – que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;

II – que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;

III – que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

Art. 1.815. A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença.

Parágrafo único. O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2006

Acrescenta o art. 790-A à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para impedir que autor, co-autor, ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra o segurado seja beneficiário da indenização, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 790-A. O beneficiário que houver sido autor, co-autor, ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa segurada não tem direito ao recebimento da indenização.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As instituições de direito privado vêm experimentando notável revolução em suas estruturas, e, aos poucos, abandonam antigos valores para se revestirem de maior segurança jurídica e, sobretudo, maior eficácia.

A presente proposição tem por finalidade dirimir dúvidas e interpretações no sentido das definições contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, bem como aperfeiçoar os contratos de seguro de vida, que vem sofrendo mudanças no correr dos anos.

A discussão da proposta de reforma do Código Civil, ora a cargo do Senado Federal, não pode omitir-se quanto o dever de impedir que criminosos se beneficiem economicamente com a prática de seus crimes. No entanto, não há previsão legal expressa no Código Civil, que desobrigue a seguradora de pagar a indenização ao beneficiário autor, co-autor, ou participe de homicídio contra o segurado.

Dessa forma, apresentamos projeto para incluir no Código Civil norma legal expressa que desobrigue as seguradoras de pagar a indenização do seguro ao beneficiário que tenha sido autor, co-autor, ou participe de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra pessoa segurada.

São essas as razões que justificam a proposição, que, pelo seu amplo alcance social, certamente merecerá o apoio dos demais membros deste Parlamento.

Sala das Sessões, – Senadora **Serys Slhessa-renko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 790. No seguro sobre a vida de outros, o proponente é obrigado a declarar, sob pena de falsidade, o seu interesse pela preservação da vida do segurado.

Parágrafo único. Até prova em contrário, presume-se o interesse, quando o segurado é cônjuge, ascendente ou descendente do proponente.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 2006

Altera o art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir, entre os crimes nele previstos, o ato de fabricar, importar, distribuir, manter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos

costumes, às tradições dos povos, aos seus cultos, credos, religiões e símbolos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, com a

redação dada pela Lei nº 9.459, de 15 de maio de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....

§ 2º Fabricar, importar, distribuir, ter em depósito ou comercializar jogos de videogames ofensivos aos costumes ou as tradições dos povos, bem como a seus cultos, credos, religiões ou símbolos.

Pena – reclusão de um a três anos e multa.

§ 3º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** for cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena – reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 4º No caso do § 3º:

I – o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

a) o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo:

b) a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

II – constituirá efeito da condenação, após o trânsito em julgado da sentença, a destruição do material apreendido. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto pretende coibir a fabricação, a divulgação, a importação, a distribuição, a comercialização e a guarda, em depósito, dos jogos de videogame que ofendam os costumes, as tradições dos povos, dos seus cultos, credos, religiões e símbolos. Portanto, busca-se proteger o princípio da igualdade – para muitos o maior dos princípios constitucionais – com a caracterização dessas condutas discriminatórias como crime, mediante a previsão em lei.

O crime acima descrito, a ser induído na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, harmoniza-se com os tipificados no art. 20. Isso porque as atividades que definem as novas hipóteses de delitos objeto da proposição

ção (fabricar, divulgar, importar, distribuir etc.) complementam e atualizam o alcance do referido dispositivo em face de uma nova realidade: a do entretenimento com videogames que podem conter, clara ou subliminamente, o caráter ofensivo já mencionado.

No tocante aos direitos e às garantias fundamentais, é cediço o princípio constitucional da liberdade de expressão, consagrado nos incisos IV e IX do art. 5º. No entanto, cumpre-nos destacar que a tipificação do crime ora proposta resulta do desrespeito ao princípio da liberdade de crença religiosa assegurada nos incisos VI e VIII do referido artigo, bem como a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas (inciso X) e à norma que manda punir qualquer discriminação contra os direitos e liberdades fundamentais (inciso XLI).

Em conformidade com esses princípios, o **caput** do art. 20 da Lei nº 7.716, de 1989, configura crime de discriminação a prática, a indução ou a incitação à discriminação ou ao preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Ressalte-se, ainda, que toda e qualquer forma de discriminação constitui uma violação à igualdade assegurada não só na Constituição brasileira, mas também nos tratados internacionais firmados pelo Brasil, o que reforça os objetivos da proposição.

Assim sendo, a produção, a divulgação, a importação, a distribuição, a comercialização e a guarda, em depósito, desses jogos de videogame devem ser proibidas pela legislação penal.

Tal proibição decorre do fato de os citados jogos de videogame, objeto dessas operações, veicularem idéias e mensagens preconceituosas, portanto incompatíveis com a ordem constitucional e jurídica brasileira.

Ante o exposto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste projeto, como forma de combate à discriminação e aos preconceitos relacionados aos aspectos espirituais e culturais dos povos.

Sala das Sessões, – Senador **Valdir Raupp**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada,

para fins de divulgação do nazismo. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência: (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15-5-97)

I – o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II – a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido. (Parágrafo incluído pela Lei nº 9.459, de 15-05-97)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação:

.....
XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2006

Altera o art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a ter a seguinte redação:

Art. 723. O corretor é obrigado a executar a mediação com diligência e prudência, e a prestar ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento do negócio.

Parágrafo único. Sob pena de responder por perdas e danos, o corretor prestará ao cliente todos os esclarecimentos acerca da segurança ou do risco do negócio, das alterações de valores e de outros fatores que possam influir nos resultados da incumbência. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 723 do Código Civil, de que trata a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, reúne, indevidamente, comandos disjuntivos, dirigidos ao corretor, relativos aos seus deveres de prudência e diligência, assim como o de, espontaneamente, informar ao cliente a respeito do risco do empreendimento, sob pena de o indenizar por perdas e danos.

Impõe-se, assim, a subdivisão do art. 723, de modo que o **caput** contenha apenas as previsões relativas aos deveres do corretor, tais como o de diligenciar na execução das medidas postas sob a sua responsabilidade, e o de agir com prudência ao conduzir a mediação.

Recomenda-se também que, em parágrafo único, seja estabelecido que corretor se obriga a, espontaneamente, informar ao cliente o grau de risco do negócio, assim como eventuais alterações de valores, condições ou fator capaz de alterar os resultados da incumbência, sob pena de responder por perdas e danos.

A presente medida também se destina a expurgar o art. 723 de subjetivismos, como o representado pela

expressão “prestar ao cliente os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance”, pois alcance é condição pessoalíssima que varia em razão do grau de diligência do próprio mediador, e não das regras objetivas do contrato.

Na prática, a atual redação do art. 723 permite seja o corretor eximido de responsabilidades, e anula a **mens legis** do comando legal, que é a de assegurar o sucesso da mediação pela efetiva realização do encargo contratado, mediante o justo preço, donde recomendar-se a sua alteração.

Sala das Sessões, – Valdir Raupp.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
Art. 723. O corretor é obrigado a executar a mediação com a diligência e prudência que o negócio requer, prestando ao cliente, espontaneamente, todas as informações sobre o andamento dos negócios; deve, ainda, sob pena de responder por perdas e danos, prestar ao cliente todos os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance, acerca da segurança ou risco do negócio, das alterações de valores e do mais que possa influir nos resultados da incumbência.

.....
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 328, DE 2006

Susta os efeitos da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a aplicação da Portaria nº 39, de 16 de maio de 2006, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, que dispõe sobre a zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A iniciativa da presente proposição fundamenta-se no art. 49, V, da Constituição Federal, que atribui ao Con-

gresso Nacional o poder de sustar os atos normativos do Poder Executivo que extrapolem o poder regulamentar ou excedam os limites de delegação legislativa.

A Portaria nº 39, de 16 de Maio de 2006, editada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), está eivada de vícios, violando os preceitos da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como princípios constitucionais.

De pronto, vê-se que o Presidente do Ibama não tem poderes para criar a zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

Para justificar a sua competência, a mencionada autoridade apoiou-se no Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003. Além desse instrumento normativo nada dispor sobre tal atribuição, ele foi revogado, desde 13 de março de 2006, pelo Decreto nº 5.718, que, também, não lhe confere esse poder.

Como é público, o Parque foi criado por meio do Decreto nº 88.218, de 6 de abril de 1983, não havendo dúvida de que somente mediante ato administrativo de mesmo nível hierárquico seria possível impor limitações administrativas aos proprietários de imóveis instalados na zona de amortecimento.

Por sua vez, como a Lei nº 9.985, de 2000, não definiu um limite de extensão para a zona de amortecimento, deve-se observar o raio máximo de 10km, estabelecido na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 13, de 6 de dezembro de 1990, em face da competência daquele órgão, contida no art. 8º, inciso VII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, combinado com o inciso X do art. 7º do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, para estabelecer a extensão máxima da zona de amortecimento.

É certo que uma zona de amortecimento de 250km de raio, onde são impostas limitações administrativas à ação de municípios brasileiros, afigura-se exagerada, violando o princípio constitucional da razoabilidade.

Como as zonas de amortecimento não fazem parte do domínio público, situando-se, apenas, no domínio privado, é indispensável ouvir os moradores, os proprietários rurais, os estados e os municípios, em face do princípio da proteção à propriedade, insculpido no art. 5º, inciso XXII, da Constituição Federal.

Ademais, a Carta Magna balizou a ordem econômica na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, sendo necessário garantir aos cidadãos uma existência digna, calcada na justiça social, como asseguram os princípios previstos no art. 170, incisos II, III e VII. É inadmissível que a limitação imposta pelo Poder Público – um verdadeiro exorbitar do poder re-

gulamentar – interfira, também, indevida e ilegalmente, no direito de propriedade, obstaculizando o seu uso pelos pequenos produtores ali instalados.

Se o artigo 25, § 2º, da Lei nº 9.985, de 2000, dispõe que a zona de amortecimento pode ser definida no ato de criação da unidade de conservação, certamente essa zona deve integrar os prévios estudos técnicos e consulta pública, indispensáveis para a criação da área protegida.

Como a zona de amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos não foi instituída no ato de criação, deverá o Poder Público, necessariamente, realizar estudos técnicos e consulta pública, como exige o art. 22, § 2º da Lei do SNUC.

Além disso, o Presidente do Ibama exorbitou de suas funções ao restringir atividades na zona de amortecimento. O art. 27 da Lei nº 9.985, de 2000, estabelece que tal restrição deve ser definida no Plano de Manejo, a ser elaborado com a participação da população residente, mediante prévia consulta pública, e aprovado pelo Conselho Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), criado pela alínea **b** do inciso V do art. 2º do Decreto nº 78, de 5 de abril de 1991, cujo Regimento Interno foi aprovado pela Portaria do Ibama nº 216, de 15 de julho de 1994.

Como visto, a referida autoridade desrespeitou as normas internas do Poder Executivo, bem como deixou de ouvir o Conselho Consultivo do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos como determina o art. 20, inciso II, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, ao instituir a zona de amortecimento.

Por fim, há flagrante violação, também, do art. 49, parágrafo único, da Lei nº 9.985, de 2000, quando os limites da zona de amortecimento invadiram a área urbana.

Cumprе destacar, ainda, que no momento em que o Presidente da República anuncia a intensificação da exploração de gás, na região afetada pela zona de amortecimento, em face da crise com a Bolívia, é por demais estranho que o Presidente do Ibama proíba a exploração e a produção de hidrocarbonetos, como fez no art. 3º, da Portaria, causando prejuízos econômicos e sociais ao país e aos estados envolvidos.

Nesse contexto, é evidente a exorbitância de poder, cabendo a esta Casa sustar o referido ato, de modo que os princípios constitucionais sejam fielmente seguidos pelo Poder Executivo, assegurando a normalidade do processo de elaboração de norma legislativa e a independência entre os poderes constituídos.

Sala das Sessões, – **Antonio Carlos Magalhães – César Borges – Rodolpho Tourinho – João Batista Motta – Marcos Guerra – Magno Malta.**



44

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 94, quinta-feira, 18 de maio de 2006

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 39, DE 16 DE MAIO DE 2006

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 de junho de 2003, e art. 95, item VI, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria GM/IBAMA nº de 230, 14 de maio de 2003, e

Considerando as disposições do art. 25 da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; e,

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ecossistemas - DIREC, no Processo Ibama nº 02001.003427/2005-06, resolve:

Art. 1º Definir os limites da Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS, bem como estabelecer normas específicas de uso e ocupação.

Art. 2º A Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS é a área compreendida entre o paralelo 15º 45S ao norte, o paralelo 19º 38S ao sul, a linha isobátimétrica dos 3.500 metros a leste e, a oeste, os limites da orla marítima conforme disposto no Decreto 5.300, de 2004, Capítulo IV, Seção I, artigo 23.

Art. 3º Fica definida dentro da Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS uma área de exclusão, entre os paralelos 18º 54S e 16º S, na qual fica proibida qualquer atividade de exploração e produção de hidrocarbonetos.

Art. 4º As demais áreas da Zona de Amortecimento do PARQUE NACIONAL MARINHO DOS ABROLHOS, ou seja, entre os paralelos 15º 45S e 16º S e entre os paralelos 18º 54S e 19º 38S, são consideradas áreas de restrição para atividades de exploração e produção de hidrocarbonetos, onde a permissão para exploração de tais atividades deverá estar condicionada ao atendimento de exigências específicas no âmbito do licenciamento ambiental, quais sejam:

I - elaboração de EIA/RIMA envolvendo a discussão conjunta de todas as etapas da exploração e produção de hidrocarbonetos;

II - obtenção prévia de dados meteorológicos e oceanográficos primários;

III - consideração de cenários críticos determinísticos com inversão de ventos e correntes, além de tempestades oceânicas;

IV - criação de comissão técnica ad hoc, a ser constituída pelo IBAMA sempre que houver um pedido de licenciamento na área de restrição, mediante indicação dos representantes pelo Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, ouvido o Conselho Consultivo da unidade; e,

V - realização de audiências públicas somente após a emissão de parecer conclusivo da mencionada Comissão.

Art. 5º Quaisquer outros empreendimentos que afetem a zona de amortecimento definida nesta Portaria, além da exigência de autorização do IBAMA, conforme disposto no art. 36 da Lei nº 9.985, de 2000, ficam sujeitos também a exigências específicas no âmbito do licenciamento ambiental, a serem definidas pelo IBAMA.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 117, DE 17 DE MAIO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, do Decreto nº 3.125, de 29 de julho de 1999, observada a resolução nº 19, de 28 de junho de 2002, do Conselho Nacional de Desestatização - CND, tendo em vista o disposto no art. 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 0018000028996-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão, sob a forma de utilização gratuita, ao Município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás, do imóvel urbano com área de 308m² e 134m² de acessórios, situado em sua sede, na Praça 18 de Setembro s/nº, Centro, matriculado sob o nº R.1-1915, Livro 2.1, fls. 58, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Cruz de Goiás.

Parágrafo único. O imóvel objeto da cessão a que se refere este artigo destina-se ao funcionamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar, órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Goiás.

Art. 2º O prazo da presente cessão será de cinco anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDES SILVA

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

DELIBERAÇÃO Nº 8.836, DE 10 DE MAIO DE 2006

ORÇÃO REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A - RFFSA

EMENTA: REVISÃO DOS ATOS PRATICADOS PELAS COMISSÕES DE ANISTIA ANTERIORES. DECRETO Nº 5.115/2004 E DECRETO Nº 5.215/2004. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERMINISTERIAL DE MANUTENÇÃO DA ANISTIA RECONHECIDA.

Trata a presente deliberação de revisão de entendimento desta Comissão Especial Interministerial - CEI, cuja conclusão é abaixo transcrita, relativamente aos requerimentos formulados, tempestivamente, por ex-empregados da RFFSA, demitidos por ato do Governo Federal, nos quais pleitearam a revisão do processo conduzido pela Comissão Interministerial de Anistia - COINTER, que resultou na edição da Portaria Interministerial nº 123, de 09 de junho de 2000, suscitada pelos Srs. Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e dos Transportes, publicada no Diário Oficial de 19 de junho de 2000, anulando as anistias que, anteriormente, foram-lhes concedida, nos termos da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

"Destarte, em face do inegável transcurso de tempo entre o ato concessivo da anistia e sua anulação, que ultrapassou o limite legalmente imposto à Administração, bem como entendendo não ser hipótese de incidência do disposto no § 2º do art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, esta Comissão Especial Interministerial entende cristalina a conclusão de que, efetivamente, no caso em tela, ocorreu o instituto jurídico da decadência, evadindo o ato anulatório da anistia anteriormente concedida de nulidade absoluta, em relação ao requerente, devendo este, portanto, volver à condição de anistiado."

Tal entendimento desta CEI não foi encampado pela Advocacia-Geral da União, cuja Nota AGU/MS-11/2006, objeto do Despacho do Consultor-Geral da União nº 220/2006, aprovada pelo Advogado-Geral da União em 14 de março do ano em curso, conclui no sentido de que, até 1º de fevereiro de 2004, todas as medidas que impugnaram a validade de atos de anistia havidos antes da edição da Lei nº 9.784, de 1999, não violaram a regra da decadência expressa no art. 54 desta Lei, não podendo ser anuladas sob esse fundamento, nada impedindo, porém, que a Administração reaprecie o mérito dessas anulações com o objetivo de verificar a real incidência da Lei nº 8.878, de 1994.

Assim, afastada a possibilidade de análise dos requerimentos sob o prisma do instituto da Decadência, objeto das deliberações constantes da Portaria CEI nº 23, de 17 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2005, resta a verificação, de ofício, da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, em consonância com o disposto no inciso II do art. 2º do Decreto nº 5.115, de 24 de junho de 2004.

Registre-se ser oportuno destacar que a Lei nº 8.878, de 1994, como há de acontecer com toda lei de anistia, consoante o entendimento dos mais proeminentes juristas (v. g. MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 238), deve ser interpretada de forma extensiva, a fim de alcançar o maior número possível de beneficiários e de situações aplicáveis, visto que o instituto da anistia pressupõe o perdão ou esquecimento do fato ou dos fatos ocorridos e que a Administração teve dificuldade de punir ou achou prudente não punir, corroborada pela decisão do Parlamento.

O Supremo Tribunal Federal assentou, em sua Súmula de nº 473, a seguinte determinação: "A Administração pode anular seus próprios atos quando carentes de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

A Constituição Federal de 1988 promoveu maior extensão à garantia do contraditório e da ampla defesa, que antes se limitava aos processos de natureza penal, fazendo referência aos acusados e agora também aos litigantes, conforme se verifica, *ipsis verbis*.

"Art. 5º (...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;"

Ressalte-se que não se questiona, no presente caso, o ato anulatório da anistia que anteriormente fora concedida, mas o cumprimento do devido processo legal, pelas comissões revisoras anteriores, que laboraram com excessivo e injustificado apego a fórmulas processuais, utilizando meio que não assegurou a cetera da ciência do ato aos interessados, não havendo, ademais, notícia de notificação individual, a fim de que pudessem manifestar-se a respeito do assunto.

Sob o patto da Constituição Federal de 1988, é indiscutível e incontestável que o devido processo legal aplica-se a qualquer procedimento administrativo em que o patrimônio do administrado possa vir a ser, de qualquer modo, atingido.

O Superior Tribunal de Justiça já consagrou orientação jurisprudencial no sentido de que a instauração do procedimento administrativo para anular atos com fundamento de terem sido praticados com vícios insanáveis deve, em homenagem aos princípios norteadores do regime político-democrático, seguir, com todo rigor, o devido processo legal (MS 7843/DF, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Seção, DJ de 23/09/2002), conforme segue:

ANISTIA. LEI 8.878/94. SERVIDORES DA PORTOBRÁS. PORTARIA Nº 121/00. ANULAÇÃO. PORTARIA 123/2000. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA A DIREITO SUBJETIVO (...)

2. Conferida ao impetrante a anistia por meio de ato administrativo legalmente constituído, produzindo reflexos patrimoniais, exsurte a inviabilidade de anular tal ato, sem a instauração de procedimento administrativo com a aplicação do devido processo legal, e amplo direito de defesa.

2-O Supremo Tribunal Federal assentou premissa calcada nas cláusulas pétreas constitucionais do contraditório e do devido processo legal que à anulação dos atos administrativos cuja realização haja repercutido no âmbito dos interesses individuais deve ser precedida de ampla defesa (RE 158.543/RS, DJ 06/10/95).

Em consequência, não é absoluto o poder do administrador, conforme insinua a Súmula 473.

3-Precedentes. O Superior Tribunal de Justiça, no trato da questão, ao apreciar o RMS nº 73790-RJ, 2ª Turma, relatado pelo eminente Ministro Padua Ribeiro, assentou que: "Servidor Público. Ato Administrativo. Ilegalidade. 1 - O poder de administração pública anular seus próprios atos não é absoluto, porquanto há de observar as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório. II - Recurso ordinário provido." (RMS nº 73790, 2ª Turma, DJU de 06/12/93)Mandado de segurança concedido. (MS 5283/DF, Rel. Min. JOSE DELGADO, DJ de 08/03/2000)"

4-Segurança concedida.

Não há dúvida de que um dos pilares do Estado Democrático de Direito, insculpidos na Constituição Federal, consiste no respeito ao devido processo legal. Qualquer ato de autoridade que venha a atingir direitos dos jurisdicionados há de estar revestido do due process of law, sob pena de nulidade.

Por todo o exposto, verifica-se que a Portaria Interministerial acima referida carece de reparos, na medida em que foi editada ao amparo das normas disciplinadoras da matéria, devendo, assim, o dirigente do órgão encetar as providências que se fizerem necessárias, com vistas à revisão do ato anulatório da anistia dos requerentes constantes da relação anexa, mediante comprovação do preenchimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 8.878, de 1994, premissa básica para o consequente retorno dos interessados à condição de anistiados, nos termos da citada lei, observando as orientações em vigor.

Este Colegado determina, pois, a remessa dos autos dos processos de interesse dos requerentes supramencionados, para cumprimento das recomendações acima expendidas, com posterior retorno, para fins de homologação.

EDU DAMASCENO MAUELL
Presidente da Comissão

ANTÔNIO DE MOURA BORGES
Membro

JOSE OLIVEIRA DA SILVA
Membro

GERALDO NUNES PEREIRA LUIRO
Membro

PEDRO TALITO NEACIO FERREIRA
Membro

VALERIANA GROSSI
Membro

VIVAI DE PEREIRA MILIO
Membro

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III, e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Gabinete da Presidência

OF.GAPRE.Nº 687

Rio Branco, 25 de maio de 2006

Senhor Presidente:

Honrado em cumprimentar Vossa Excelência e atendendo recomendação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, para investigar a atuação do Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal desta Comarca, na Instrução dos Autos nº 001.01.002236-9, encaminho cópia do OF/COGER/Nº 110, do Corregedor-Geral da Justiça deste Estado, Desembargador Arquillau de Castro Melo, contendo Despacho exarado nos autos da Providência nº 12/2005, para conhecimento.

Aproveito a oportunidade para reletter protestos de consideração e apreço.

Desembargador *Samuel Evangelista*
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Corregedoria-Geral da Justiça

OF/COGER/Nº 110

Rio Branco, 22 de maio de 2006.

Ao Excelentíssimo Senhor
Desembargador Samuel Martins Evangelista
Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Senhor Presidente,

Vimos encaminhar a Vossa Excelência para conhecimento, cópia do despacho proferido nos autos da Providência n.º 12/2005, que tramita nesta Corregedoria Geral da Justiça.

Atenciosamente,

Desembargador *Arquillau de Castro Melo*
Corregedor-Geral da Justiça



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Corregedoria Geral da Justiça

Feito : Providência n.º 12.
Autuação : 19.04.2005.
Requerente : Corregedoria Geral da Justiça, "ex-officio".
Requerido : Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco.
Assunto : Providências requeridas pela CPMI da "Exploração Sexual" a cargo deste Tribunal de Justiça.

Trata-se de pedido de providências formulado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, que investiga a "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil", à página 76 do relatório publicado no Diário do Senado Federal de 14/09/2004 (fls. 04), cuja cópia foi encaminhada a este órgão por meio do OF.GRAPE. N.º 515 (fls. 02), recomendando a este Tribunal de Justiça a instauração de procedimento administrativo com o desiderato de investigar a atuação do Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, Dr. Francisco Djama Silva, na instrução dos autos n.º 001.01.002236-9, movida contra José Gomes dos Santos Filho, acusado de suposta prática de favorecimento da prostituição e corrupção de menores.

Aduz aquela comissão que a conduta do magistrado na presidência da supracitada ação penal seria *"inadequada para o cargo que ocupa, inclusive do ponto de vista da imparcialidade"* – fl. 04, imputando ainda ao magistrado morosidade no julgamento do feito.

À fl. 07, foi expedido o Ofício/COGER/N.º 106, de 19/04/2005, notificando o requerido para apresentação de justificativa prévia acerca da afirmação contida no relatório final da CPMI da "Exploração Sexual".

As informações foram prestadas pelo magistrado às fls. 09/30, nas quais sustenta, *ipsis litteris*, *"Que a morosidade de feitos em tramitação perante este Juízo não é privilégio do processo em que é acusado José Gomes dos Santos Filho, o que tem sido objeto de reiteradas comunicações a essa Corregedoria e a Presidência do egregio Tribunal de Justiça, conforme expedientes anexos (doc. 03)."* – fls. 12.

O Requerido atribuiu a demora na instrução dos feitos que tramitam na 1ª Vara Criminal a diversos fatores, dentre os quais, a grande quantidade de processos conclusos para sentença com réus presos; a indisponibilidade de pauta para realização de audiências, bem como a dedicação de grande parcela do expediente do magistrado à realização destas, prejudicando a atividade judicante; a insuficiência de servidores para dar cumprimento aos atos de cartório.

Informou o requerido, outrossim, que presidira a ação penal n.º 001.01.002236-9 até 14/12/2004, estando a mesma, a partir desta data, sob a direção do Juízo da 2ª Vara Criminal.

As fls. 35/436, cópia dos autos da supracitada ação.

É o relatório.

O presente feito tem por objeto a apuração de suposta prática de condução tendenciosa e parcial do Juiz de Direito titular da 1ª Vara Criminal, Dr. Francisco Djalma da Silva, no julgamento da ação penal que investiga a prática de crime de corrupção de menores, imputada ao réu José Gomes dos Santos Filho.

Perscrutando os presentes autos, depreende-se que tal suposição fundamenta-se no fato de a referida ação penal não ter sido julgada até a presente data, não obstante iniciada em 15/03/2001; assim também em razão do juízo em referência ter denegado, por duas vezes, pedidos de prisão preventiva do réu.

Ocorre, porém, que, da análise da inclusa cópia dos autos em questão, bem como do relatório de acompanhamento processual que faço juntar, verifica-se que, até a data em que foi dirigido pelo magistrado-requerido, o feito seguiu seu trâmite regular, inclusive no que diz respeito à denegação dos pedidos de prisão preventiva formulados em desfavor do acusado José Gomes dos Santos Filho, como bem fundamentado às fls. 16/23, decisões aquelas que, não obstante fossem passíveis de reforma, não foram atacadas por meio de recurso da acusação.

Não se pode olvidar que, do fato, desde a data da distribuição dos autos para o juízo da 1ª Vara Criminal (16/03/2001) até a data em que foi realizado o último ato de instrução processual presidido pelo Doutor Francisco Djalma (04/08/2004 – fls. 372/377), transcorreram mais de três anos e que, durante este interregno, verificou-se que, nos períodos de 12/06/2001 a 01/04/2002 e de 20/08/2002 a 10/07/2003, os autos permaneceram paralisados por intervalo superior a 19 (dezenove) meses, não se podendo negar, portanto, a delonga na fase de instrução.

De outro giro, é de conhecimento deste órgão as dificuldades que impedem um trâmite mais célere dos processos no âmbito da Justiça Comum Estadual, tais como, a grande quantidade de processos e de cartas precatórias que são distribuídos diariamente para as Varas, em contraposição ao quantitativo insuficiente de magistrados, servidores e auxiliares da justiça para atender à demanda processual atual.

Notadamente, no que concerne à realidade das varas criminais, há também a grande dificuldade de disponibilidade de pauta para a realização de audiências em processos com réus soltos em face da prioridade legal de que gozam os feitos com réus presos, o que favorece a delonga da instrução probatória daqueles, situação esta devidamente enfatizada pelo magistrado-requerido quando de suas informações.

A ser assim, e sobretudo, ante a ausência, neste autos, de elementos que atribuam ao requerido conduta intencional de procrastinar o julgamento do réu José Gomes dos Santos Filho, nos autos da ação criminal n.º 001.01.002236-9, determino o arquivamento do presente pedido de providências.

Em face do ofício de fls. 02, encaminhe-se cópia deste ao Excelentíssimo Senhor Presidente deste Tribunal.

Cientifique-se o requerido.

Rio Branco/AC, 04 de maio de 2006.

Des. Argemiro de Castro Filho
Corregedor-Geral da Justiça



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Ofício lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 2, de 2003 – CN.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 604, DE 2006

Nos termos dos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º, inciso II e 38, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, nos termos regimentais, requeiro ao Tribunal de Contas da União as seguintes informações, relativas ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nacional, estaduais e do Distrito Federal:

i) Valor total de recursos federais recebidos, a qualquer título, pelo Sebrae nos exercícios de 2003, 2004 e 2005. Solicito segregar as informações por período e por tipo de transferência de recursos (contribuições parafiscais, convênios ou instrumentos congêneres e eventuais outras formas de financiamento das atividades da entidade pela União).

ii) Que organizações não-governamentais (ONG) receberam repasses de recursos do Sebrae, a qualquer título, nesses mesmos exercícios, bem como o montante desses repasses. Solicito sejam informados os valores por entidade e exercício financeiro.

Caso esta Corte não disponha das informações solicitadas, requeiro a realização, em caráter de urgência, da respectiva inspeção no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), nacional, estaduais e do Distrito Federal, para a obtenção das informações ora requeridas.

Justificação

O Sebrae é entidade prestadora de serviço de interesse público e social, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, com alterações posteriores, destinada a executar políticas de apoio às micro e às pequenas empresas, de promoção de exportações e de desenvolvimento industrial.

A execução de tais políticas está cargo do Sebrae nacional, estaduais e do Distrito Federal, que têm competência de “planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica”.

Com vistas a financiar a execução da política que lhe foi incumbida, o Sebrae recebe parcela de contribuições de intervenção no domínio econômico. Isto é,

o Sebrae obtém recursos pelo exercício do poder de tributar – derivado do poder de império – arrecadados compulsoriamente dos contribuintes. Por conseguinte, a entidade, ainda que pessoa jurídica de direito privado, gere recursos públicos federais.

Por força do inciso II do art. 71 da Carta da República, combinado com os arts. 1º, inciso I, e art. 5º, inciso V, da Lei nº 8.443, de 1992, o Sebrae é jurisdicionado ao TCU.

Chegaram ao meu conhecimento informações sobre possíveis favorecimentos a determinadas organizações não-governamentais por meio de repasses de recursos do Sebrae. A origem pública desses valores e a indisponibilidade do interesse público obriga-nos a aprofundar a investigação sobre tais informações.

Considerando a relevância da matéria e certo de receber o apoio dos ilustres Parlamentares, peço a aprovação deste requerimento, porquanto o TCU é o órgão técnico aparelhado para prestar ao Senado Federal o auxílio no exercício do controle externo.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será Publicado e apreciado pelo Plenário oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 605, DE 2005

Requeiro, nos termos do item 12, alínea c, inciso II, do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2005 que “Altera a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e delega poderes ao Ministro do Turismo para isentar a exigência de visto de entrada de turista de países com os quais o Brasil deseja manter grandes relações comerciais através do turismo, e dá outras providências”, seja submetido ao exame da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além das Comissões constantes do despacho inicial.

Sala das Sessões, – **Tasso Jereissati**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, .

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 606, DE 2006

Requeiro, nos termos regimentais, que seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento da Sra. Regina Napoleão, neste 30 de maio, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.

Requeiro ainda que deste voto de pesar sejam cientificados o ex-Senador Hugo Napoleão e o Embaixador Aluisio Napoleão.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro justifica-se pelo fato do ex-Senador Hugo Napoleão ter exercido seus dois mandatos de forma impecável e por sua importância política não só no Piauí mas na política nacional, onde entre outras funções exerceu a Liderança do PFL no Senado Federal, sempre orientado pelos conselhos de Dona Regina que pela sua experiência, indicou os melhores caminhos a seguir.

Acompanhou seu marido, quando do exercício de Embaixador no Irã, Suécia e República Popular da China.

Sala das Sessões,

Sala das Sessões

Senador Heráclito Fortes

REQUERIMENTO Nº 607, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, pai do Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, ocorrido em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Tertulino Araújo Pereira, especialmente a seu filho, o Deputado Estadual do Amazonas Lino Chixaro.

Justificação

Lamento, com forte comoção, o falecimento do Sr. Tertulino Araújo Pereira, genitor do Deputado Lino Chixaro, ambos pessoas da minha amizade. Estive em

Manaus nesse final de semana e pude comparecer ao velório de Tertulino, externando aos seus familiares, inclusive ao Deputado Lino Chixaro, os meus sentimentos pela perda de um ilustre e honrado cidadão. Tertulino foi servidor público e estava aposentado.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 608, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, em Manaus, do técnico gráfico Raimundo Costa, primeiro colaborador do jornal A CRÍTICA.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do técnico gráfico Raimundo Costa, que trabalhava no diário **A Crítica** de Manaus, desde a fundação do jornal, em 1949, até há três anos.

Requeiro, também, que o voto de pesar do Senado seja comunicado aos familiares de Raimundo Costa e à direção de **A Crítica**.

Justificação

Um jornal não se faz sem equipe, que inclui gráficos, repórteres, redatores, comentaristas, editores e dirigentes. Todos concorrem para que, a cada dia, o jornal circule com as informações mais significativas. Como **A Crítica** de Manaus, que teve em seus quadros o gráfico Raimundo Silva, o primeiro a ingressar no jornal, em 1949, quando foi fundado. Raimundo morreu no começo do mês, deixando saudades e a certeza da importância de sua colaboração para o vitorioso diário, ao qual dedicou toda sua vida. E o que diz emocionada sua filha Elisa Mara: “Meu pai passou a vida inteira na **Crítica**. Faço menção de agradecimento à Sra. Rita e ao Dr. Umberto Calderaro, que sempre apoiaram meu pai até hoje”. Ele é, pois, merecedor do Voto de Pesar que requeiro ao Senado da República.

Saia das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 609, DE 2006

Requer voto de aplauso a Moto Honda da Amazônia Ltda., pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa 2005 conferido pela Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Moto Honda da Amazona Ltda., pela conquista do Diploma de Maior Exportadora para a Europa do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

A Moto Honda da Amazônia Ltda. é merecedora do voto de aplauso que proponho ao Senado. A ela foi conferido o Diploma de Maior Exportadora para a Europa do ano de 2005, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Sala das Sessões, de maio de 2006. –

Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 610, DE 2006

Requer voto de aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica. Daiane, Medalha de Ouro; Laís, Medalha de Prata.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso às ginastas Daiane dos Santos e Laís Souza, dobradinha brasileira vitoriosa na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica com coreografia. Daiane em primeiro lugar, com a Medalha de Ouro; Laís Souza, com a Medalha de Prata, pelo segundo lugar.

Requeiro, também, que esse voto seja levado ao conhecimento das ginastas vitoriosas e à Confederação Brasileira de Ginástica.

Justificação

O Brasil conquistou na sexta-feira, 26 de maio de 2006, o primeiro e o segundo lugar na etapa de Moscou da Copa do Mundo de Ginástica com coreografia. O feito se deveu a Daiane dos Santos, com a Medalha de Ouro, e a Laís Souza, de apenas 17 anos, com a conquista da Medalha de Prata, ela que, na etapa

anterior, na Alemanha, conquistara duas medalhas de bronze. O dia foi puramente brasileiro: Daiane fez sua vitoriosa apresentação ao som do (...) isso aqui o que é, oh, oh, é o Brasil (...) da Aquarela Brasileira, de Ary Barroso.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 611, DE 2006

Requer voto de aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus, pela passagem de 25º aniversário de fundação.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Faculdade Martha Falcão, de Manaus/AM, pelo transcurso de seu 25º aniversário de fundação.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento aos dirigentes da Faculdade homenageada

Justificação

Criada com cursos do ensino médio, então Colégio Martha Falcão, a hoje Faculdade Martha Falcão é uma instituição avançada no ensino superior do Amazonas. Sua orientação pedagógica é voltada para a filosofia humanista, pautada nos valores regionais, sem, contudo, dissociar-se da visão nacional e mundial. Dos seus programas de ensino inclui-se a pesquisa e a promoção dos valores ambientais e da Amazônia como um todo, visando em particular a defesa do seu aproveitamento auto-sustentável. O voto de aplauso é, pois, justo, no momento em que a faculdade, pertencente ao Instituto de Ensino Superior da Amazônia – IESA, completa seu Jubileu de Prata.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 612, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do ano, conferido pela Fundação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Paulonei Tomaz Avelino, pela conquista do Diploma de Industrial do ano, conferido pela Fundação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

Paulonei Tomaz Avelino é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado. A ele foi conferido o Diploma de Industrial do ano de 2006, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. O homenageado é presidente da Unipar Construtora S.A., de Manaus.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 613, DE 2006

Requer Voto de Aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais do Senado**, Voto de Aplauso a Adalberto de Souza Rosário, pela conquista do Diploma de Microindustrial do ano de 2005, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

Adalberto de Souza Rosário é merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado. A ele foi conferido o Diploma de Microindustrial do Ano de 2005, outorgado pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas. O homenageado é proprietário da Brasman Ind. de Com. E Rep. Comercial Ltda., de Manaus.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 614, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., pela conquista do Título de Exportadora do Ano de 2006, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., pela conquista do Título de Exportadora do ano de 2006, conferido pela Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEM, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à Federação das Indústrias do Estado do Amazonas.

Justificação

A Nokia do Brasil Tecnologia Ltda., é merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado. A ela foi conferido o Título de Exportadora do ano de 2006, outorgado pela Federação das Indústrias

do Estado do Amazonas, por indicação da Associação de Comércio Exterior da Amazônia – ACEAM.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 615, DE 2006

Requer voto de aplauso a Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que levou ao mapeamento parcial do DNA do guaraná

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à Rede da Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas – REALGENE, pela realização de pesquisa conjunta que resultou no mapeamento parcial do DNA do guaraná, uma das mais importantes frutas da Amazônia.

Requeiro, também, que esse voto seja levado ao conhecimento de todas as entidades envolvidas no projeto: INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia UFAC – Universidade Federal do Acre, IJFAM – Universidade Federal do Amazonas, UFMA – Universidade Federal do Maranhão, UFPA – Universidade Federal do Pará, UFRR – Universidade Federal de Roraima, UFTO – Universidade Federal do Tocantins e UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins, UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto, UNB – Universidade de Brasília, UNIFAP – Universidade Federal do Amapá, UNIR – Universidade Federal de Rondônia e CEPEM (RO) – Centro de Pesquisa em Medicina Tropical.

Justificação

O guaraná e, reconhecidamente, uma das mais importantes frutas da Amazônia e também uma das suas maiores riquezas. Por isso, mereceu as atenções da Realgene que, após dois anos de pesquisa, mapeou parcialmente o DNA do guaraná, decifrando 9 mil genes da fruta.

Nativa da Amazônia, o guaraná conquista, com a pesquisa, novas aberturas para seu aproveitamento na indústria de cosméticos e medicamentos. Essa fruta é poderoso estimulante, reunindo três vezes mais cafeína do que o café e com os estudos desenvolvidos

pela Realgene, será possível descobrir o segredo de tanta vitalidade como a que existe na fruta.

O feito da Rede é relevante. Seus dirigentes, inclusive, com o zelo necessário, irão requerer a patente das novas descobertas, evitando-se, assim, os riscos de biopirataria, como ocorreu anteriormente com o cupuaçu, felizmente superada graças à ação da Embrapa, que conseguiu anular a patente que havia sido solicitada pelo Japão.

Ademais, quando do mapeamento completo do DNA do guaraná, sua produção e a produtividade terão tudo para crescer.

É, pois, merecido o voto de aplauso que estou requerendo ao Senado da República.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 616, DE 2006

Requer ao Ministro da Previdência Social informações sobre deficiências no sistema de concessão de Auxílio-Doença.

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro da Previdência Social, informações sobre as causas da demora no atendimento na concessão de Auxílio-Doença.

Justificação

A concessão de Auxílio-Doença da Previdência Social depende de perícia prévia do segundo, ao requerer o benefício. No entanto, há distorções gritantes, que colocam as pessoas que recorrem ao sistema a demoras de quase seis meses apenas para a perícia. A alegação, segundo mensagem que me foi enviada por um segurado de Barueri, em Itapevi, nas proximidades de São Paulo, é que faltam médicos. Com isso, o segurado fica sem receber seu salário e sem os medicamentos que a Previdência Social fornece. Só após a perícia. Essa é uma situação que contrasta com a farta propaganda do Governo Federal, que alardeia maravilhas no atendimento social à população.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, con-

templando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das informações seguras que recebi e que se repetem por todo o País. Só assim esta Casa ficará inteirada da real situação de precariedade de atendimento ao povo.

Sala das Sessões, de maio de 2006 – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 617, DE 2006

Requer voto de pesar pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-Vice-Governador do Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Mary Assayag Hanan, mãe do Dr. Samuel Hanan, ex-Vice-Governador do Estado do Amazonas.

Requeiro, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento do Dr. Samuel Hanan, e por seu intermédio, aos demais familiares, bem como ao Governo do Estado do Amazonas.

Justificação

O voto de pesar que ora requeiro, ao lado da homenagem póstuma à ilustre Senhora Mary Hanan, expressa também o meu sentimento particular, a toda a família e, em especial, ao Dr. Samuel Hanan, que foi Vice-Governador do Amazonas. Recordo-me dessa fase e de fatos ligados à tramitação da Proposta de Emenda do Senador Jefferson Peres, para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. Presidi, como então deputado, a Comissão Mista Especial que analisou a PEC, ocasião em que o Dr. Hanan participou com brilho de reunião de audiência pública e, ali, revelou-se defensor intransigente do fundo proposto, tendo em vista a necessidade de reduzir as desigualdades sociais e econômicas entre as nossas regiões.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 618, DE 2006**Requeremos voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Piauí Hugo Napoleão.**

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de voto de pesar pelo falecimento da Senhora Regina Napoleão, mãe do ex-Senador e ex-Governador do Estado do Piauí, Sr. Hugo Napoleão.

Requeremos, também, que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento do ex-Senador Hugo Napoleão e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O voto de pesar que ora requeremos, ao lado da homenagem póstuma à ilustre Senhora Regina Napoleão, expressa também o meu sentimento particular, e o da Casa, a toda a família e, em especial, ao nosso sempre estimado colega Hugo Napoleão.

Sala das Sessões, de maio de 2006. – Senador **José Agripino**, Líder do PFL – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os Requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 632, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 157, de 2006, (nº 401/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Pará e consórcio de bancos liderado pela instituição MCC SpA Capitalia Gruppo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial da importação de bens e serviços no âmbito do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento.

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado do Pará para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto a consórcio de bancos liderado pela instituição MCC SpA Capitalia Gruppo Bancário. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial da importação de bens e serviços de origem italiana, fornecidos pela empresa Rivoli SpA, no âmbito do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento. O seguro de crédito e a equalização da taxa de juros serão proporcionados pelo SACE SpA (Servizi Assicurativi del Commercio Estero) e pela SI-MEST SpA (Società Italiana per le Imprese all'Estero), respectivamente.

A fração a ser financiada corresponde a 85% do montante da operação de importação. O valor total da operação é de US\$50,200,000.00 (cinquenta milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América). Prevê-se que os desembolsos do empréstimo, de US\$42.670.000,00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), ocorrerão no triênio 2006/2008, enquanto a contrapartida de US\$7,530,000.00 (sete milhões e quinhentos e trinta mil dólares), do Governo do Estado Pará, começaria a ser desembolsada em 2005, estendendo-se até 2008.

A presente solicitação de autorização de operação de crédito externo deve-se ao acordo firmado, em 11 de agosto de 2004, entre o Estado do Pará e um consórcio liderado pela empresa Rivoli SpA para o fornecimento de pontes rodoviárias pré-fabricadas de origem italiana e de rodovias de ligação. O valor total do acordo é de US\$62.214.037,00 (sessenta e dois milhões, duzentos e quatorze mil e trinta e sete dólares dos Estados Unidos da América), sendo que a importação de bens e serviços em comento representa o primeiro desdobramento do acordo em questão.

O financiamento em análise foi considerado, por meio da Recomendação nº 793, de 30 de maio de 2005, como passível de ser obtido no exterior pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, como atestado pelos Pareceres nº 209/2006/Gerfi/Coref/STN, de 5 de maio de 2006, e 476/Copem/STN, de 8 de dezembro de 2005, e pela Nota nº 2.352/2005/STN/Corem, de 8 de dezembro de 2005.

O Banco Central do Brasil (BCB), efetuou o credenciamento da operação, conforme os Expedientes

Decic/Diope/Suaut nº 2006/058, de 20 de abril de 2006, e 2006/071, de 15 de maio de 2006.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 958/2006, de 16 de maio de 2006, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia.

II – Análise

Trata-se de operação de crédito do tipo “crédito ao comprador”. A Gerfi/Coref/STN assim resume o objeto do financiamento visado: consiste basicamente na construção de cerca de 25 pontes, de modo a substituir as pontes de madeira e a transposição dos rios por meio de balsas e pontes mistas.

Destaque-se que, ainda conforme a STN, a operação pretendida implica um custo efetivo médio de 5,72% o ao ano. Dessa forma, considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis.

Em resumo, os pareceres e a nota técnica da STN citados anteriormente consideraram atendidas as seguintes exigências:

a) previsão da operação no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal firmado com o Estado ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e cumprimento, pelo Estado, das metas e compromissos estabelecidos no programa em questão para o exercício de 2004, último exercício analisado;

b) cumprimento dos requisitos contidos nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

c) inclusão do projeto no Plano Plurianual do Estado para o período 2004/2007 (Lei Estadual nº 6.607, de 2003) e na lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2006 (Lei nº 6.806, de 2005);

d) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e o oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 6.718, de 2005, alterada pela Lei nº 6.770, de 2005);

e) observância, pelo Estado, dos limites de endividamento;

f) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada;

g) apresentação, pelo Estado, de capacidade de pagamento;

h) oferecimento, pelo Estado, de garantias julgadas suficientes para ressarcir a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

i) inexistência de débitos do Estado junto à administração pública federal e suas entidades controladas ou de compromissos honrados pela União em nome do Estado nos últimos anos;

j) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

k) publicação dos relatórios de gestão fiscal e do relatório resumido de execução orçamentária em 31 de janeiro de 2006;

l) pleno exercício da competência tributária do Estado.

O parecer da PGFN por sua vez, fez as seguintes ressalvas:

a) o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), utilizado pelo Governo Federal, registra pendências relativas à prestação de contas de recursos recebidos da União; a esse respeito, embora a STN tenha entendimento diverso, a PGFN concluiu que a regularização das referidas pendências consubstancia requisito prévio para a concessão da garantia da União, no que se refere a quaisquer instituições externas, nos termos do que determina o art. 40, §§ 1º e 2º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) O Estado apresentou Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa da Receita Federal do Brasil relativamente às contribuições devidas à Previdência Social; isso se deve ao fato de que o Estado do Pará, em litisconsórcio ativo com mais de 18 Estados-Membros da Federação, e o Distrito Federal, ajuizou ação cautelar perante o Supremo Tribunal Federal (Ação Cautelar nº 1.033-1) com o objetivo de suspender os efeitos da inscrição dos autores no Cadastro Único de Convênio (CAUC), assegurando (...) aos estados litisconsorciados (...) as transferências de recursos federais, sem quaisquer outros obstáculos que não os fundados em lei ou na própria Constituição, além daquelas transferências decorrentes de operações de crédito, especialmente oriundas de processo de autorização de empréstimo externo; efeti-

vamente, em 2 de dezembro de 2005, o STF concedeu liminar nos exatos termos propostos pelos autores da ação cautelar.

A PGFN também notou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. No entanto, condiciona a sua assinatura aos seguintes procedimentos prévios:

- a) certificação da adimplência do Estado junto à União;
- b) verificação da manutenção da liminar concedida pelo STF, em favor do Estado, nos autos da Ação Cautelar nº 1.033-1;
- c) formalização de contrato de contragarantia entre a União e o Estado do Pará.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Pará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2006

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p.A. Capitalia Grupo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancário, no valor de até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – **devedor:** Estado do Pará;
- II – **credor:** MCC S.p.A. Capitalia Gruppo Bancário;
- III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;
- IV – **valor:** até US\$42,670,000.00 (quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

V – **modalidade de empréstimo:** crédito ao comprador.

VI – **prazo de desembolso:** os recursos poderão ser desembolsados em até trinta e seis meses a partir da data de efetividade, tendo um prazo limite de quarenta e dois meses a partir da assinatura para serem desembolsados;

VII – **datas fixas de amortizações:** 15 de março e 15 de setembro;

VIII – **amortização:** dezessete parcelas semestrais e consecutivas, com início após seis meses da data final para o desembolso ou do efetivo desembolso, o que ocorrer primeiro;

IX – **juros:** fixos na data da assinatura e exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento do principal, correspondentes:

a) à taxa de juros comercial de referência (commercial interest reference rate – CIRR) ou

b) à taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor), acrescida de uma margem de 0,8% (oito décimos por cento) ao ano, no caso de suspensão da equalização da taxa de juros feita pela SIMEST S.p.A. (Società Italiana per le Imprese ali' Estero).

X – **comissão de compromisso:** 0,2% (dois décimos por cento) ao ano, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, sobre os saldos devedores não desembolsados de cada conjunto, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XI – **comissão de gerenciamento:** 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano, sendo 50% (cinquenta por cento) a serem pagos cinco dias úteis após a efetividade, 25% (vinte e cinco por cento) seis meses após a efetividade e os 25% (vinte e cinco por cento) restantes doze meses após a efetividade;

XII – **despesas gerais:** fixadas em US\$40,000.00 (quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

XIII – **seguro de crédito:** a ser pago pela empresa Rivoli S.p.A., fornecedora dos bens e serviços.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a:

- I – que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas

nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado;

II – que seja certificada a adimplência do Estado do Pará junto à União;

III – que seja verificada a manutenção da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, em favor do Estado do Pará, nos autos da Ação Cautelar nº 1.033-1.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 157, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/05/06, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7- JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
ELIARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
V. DIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
------------	--------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4
DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
**Seção IV
Das Operações de Crédito**

**Subseção I
Da Contratação**

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições;

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V – atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta lei complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II – se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III – (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I – encargos e condições de contratação;

II – saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

.....
**Seção V
Da Garantia e da Contragarantia**

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

I – não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II – a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências

constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO VI

Da repartição das Receitas Tributárias

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c,

do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004).

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os Estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 167. São vedados:

§ 4º E permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

PARECER Nº 633, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 158, de 2006, (nº 407/2006, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (MD), no valor de até US\$12,000,000.00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz) II.

Relator: Senador **Luiz Otávio**

I – Relatório

Trata-se de pleito do Estado da Bahia para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desen-

volvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz) II.

O financiamento em análise foi considerado, por meio da Recomendação nº 738, de 25 de junho de 2004, como passível de ser obtido no exterior pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda (MF), prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, como atestado pelos Pareceres nºs 179/2006/Gerfi/Coref/STN, de 27 de abril de 2006, e 01/2006/STN/GTREC, de 5 de janeiro de 2006, e pela Nota nº 2.540/STN/Corem, de 28 de dezembro de 2005.

O Banco Central do Brasil (BCB) efetuou o credenciamento da operação, conforme o Expediente Decic/Diope/Suaut nº 2006/048, de 28 de março de 2006.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 955/2006, de 16 de maio de 2006, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais, concluindo não haver óbice legal à concessão da garantia.

II – Análise

Segundo a STN/GTREC, os recursos do projeto serão aplicados na Modernização da Gestão Fiscal Estadual, através de quatro componentes de apoio da gestão fiscal da Bahia: 1) Desenvolvimento de mecanismos de controle e de medição da qualidade do gasto público e modernização da gestão financeira; 2) Modernização da estrutura organizacional, gestão e processos administrativos na área da administração tributária; 3) Fortalecimento dos mecanismos de transparência administrativa e de comunicação com a sociedade; 4) Modernização da gestão de pessoas e da gestão de informação e integração dos sistemas de tecnologia da informação e comunicação.

A Gerfi/Coref/STN, baseada em nota técnica elaborada pelo próprio interessado, destaca, por sua vez, que os investimentos se justificam plenamente, pois o incremento esperado na arrecadação, aliado à prevista redução de 2% no custeio dos órgãos da administração direta, irá permitir novos investimentos nas diversas áreas de atuação do governo do estado, como educação, segurança e saúde pública. Nessa mesma linha, foi desenhado um componente para tratar exclusivamente da transparência das ações governamentais na administração fiscal e para melhorar a comunicação entre a Fazenda Pública e os cidadãos. Destaque-se que, ainda conforme a STN, a

operação pretendida implica um custo efetivo médio de 5,71% ao ano. Dessa forma, considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis.

Em resumo, os pareceres e a nota técnica da STN citados anteriormente consideraram atendidas as seguintes exigências:

a) previsão da operação no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal firmado com o Estado ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e cumprimento, pelo Estado, das metas estabelecidas no programa em questão para o exercício de 2004, último exercício analisado;

b) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);

c) inclusão do projeto no Plano Plurianual do Estado para o período 2004-2007 (Lei Estadual nº 8.885, de 2003, atualizada pela Lei nº 9.823, de 2005) e na lei que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2006 (Lei nº 9.842, de 2005);

d) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e o oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 9.274, de 2004);

e) observância, pelo Estado, dos limites de endividamento;

f) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada;

g) apresentação, pelo Estado, de capacidade de pagamento;

h) oferecimento, pelo Estado, de garantias julgadas suficientes para ressarcir a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

i) inexistência de débitos do Estado junto à Administração Pública Federal e suas entidades controladas ou de compromissos honrados pela União em nome do Estado nos últimos anos;

j) não atribuição ao Tesouro Nacional de riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza;

k) pleno exercício da competência tributária do Estado;

l) publicação dos relatórios de gestão fiscal e do relatório resumido de execução orçamentária em 31 de janeiro de 2006;

m) ausência de registro de pendências do interessado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), utilizado pelo Governo Federal, relativas à prestação de contas de recursos recebidos da União.

O parecer da PGFN ressaltou que o Estado apresentou Certidão Conjunta da Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional/Receita Federal Positiva, com Efeito de Negativa, de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como Certidão Positiva de Débito, com Efeitos de Negativa, da Previdência Social. Isso se deve ao fato de que o Estado da Bahia, em litisconsórcio ativo com mais de 18 Estados-Membros da Federação, e o Distrito Federal ajuizou ação cautelar perante o Supremo Tribunal Federal (Ação Cautelar nº 1.033-1) com o objetivo de 'suspender os efeitos da inscrição dos autores no Cadastro Único de Convênio (CAUC), assegurando (...) [aos Estados litisconsorciados] (...) as transferências de recursos federais, sem quaisquer outros obstáculos que não os fundados em lei ou na própria Constituição, além daquelas transferências decorrentes de operações de crédito, especialmente oriundas de processo de autorização de empréstimo externo'. Efetivamente, em 2 de dezembro de 2005, o STF concedeu liminar nos exatos termos propostos pelos autores da ação cautelar. Em 25 de maio de 2006, o Plenário do STF referendou, por unanimidade, a referida decisão liminar.

A PGFN também notou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. No entanto, condiciona a sua assinatura aos seguintes procedimentos prévios:

a) verificação da manutenção da liminar concedida pelo STF, em favor do Estado, nos autos das Ações Cautelares nºs 268-1 e 1.033-1;

b) formalização de contrato de contraguarantia entre a União e o Estado da Bahia.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado da Bahia encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2006

Autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ) II.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado da Bahia autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID),

no valor de até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROMOSEFAZ) II.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado da Bahia;

II – **credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América)

V – **contrapartida do devedor**: até US\$12.000.000,00 (doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

VI – **prazo de desembolso**: até quarenta e oito meses, contados a partir da vigência do contrato;

VII – **amortização**: parcelas semestrais, sucessivas e tanto quanto possível iguais; a primeira prestação deverá ser paga seis meses após o fim do prazo de desembolso, no dia 15 de novembro de 2010, e a última, até o dia 15 de maio de 2031, ou seja, vinte e cinco anos após a assinatura do contrato;

VIII – **juros**: serão calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa de juros interbancária praticada em Londres (Libor) trimestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de margem (spread) a ser definida pelo BID; os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, a partir de 15 de novembro de 2006.

IX – **comissão de compromisso**: será de no máximo 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculados sobre o saldo devedor não desembolsado da operação, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – **recursos para inspeção e supervisão geral**: destinados a atender despesas de inspeção e supervisão, sendo de no máximo 1% (um por cento) do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado da Bahia na operação de crédito externo referida nesta resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no caput fica condicionada a:

I – que o Estado da Bahia celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das quotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias, nos termos do art. 167, §

4º, todos da Constituição Federal, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de maio de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 158, DE 2006
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/05/06. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Even* *Cesar Borges*, Senador CESAR BORGES

RELATOR(A): *Julio*

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)	7-JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEBET	1- ROMERO JUCÁ
LUIZ OTÁVIO	2- GILVAM BORGES
GARIBALDI ALVES FILHO	3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO	6-VAGO
VALDIR RAUPP	7-ALMEIDA LIMA
NEY SUASSUNA	8-LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-ANTONIO JOÃO (PTB)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO RIBEIRO (PL)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

OSMAR DIAS

1- JEFFERSON PÉRES

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4
DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
**SEÇÃO IV
Das Operações de Crédito**

**SUBSEÇÃO I
Da Contratação**

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V – atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta lei complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II – se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III – (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I – encargos e condições de contratação;

II – saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

.....
**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SEÇÃO VI
Da Repartição ds Receitas Tributárias**

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I – o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II – vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída pelo art. 154, I.

.....
Art. 159. A União entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à região, na forma que a lei estabelecer;

II – do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III – do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º Os estados entregarão aos respectivos municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

Art. 167. São vedados:

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos

para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....
O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 632 e 633, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

– Nº 36, de 2006 (MSF 157/2006), que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o MCC S.p. Capitalia Gruppo Bancario, no valor de até quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América; e

– Nº 37, de 2006 (MSF 158/2006), que autoriza o Estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América, destinada ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (Promosefaz) II.

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 130/2006 – CRE

Brasília, 30 de maio de 2006

Assunto:Criação. Subcomissão.

Senhor Presidente,

1. Pelo presente, informo a Vossa Excelência que, durante Reunião Extraordinária realizada em 23 de março do corrente ano, foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2006 – CRE, de iniciativa do Senador Romeu Tuma, que cria a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, composta por cinco membros titulares e cinco membros suplentes, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

2. Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Roberto Saturnino**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me, após a Senadora Serys Slhessarenko, que chegou antes de mim, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito em segundo lugar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, do PT de Mato Grosso.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a palavra para uma comunicação inadiável.

Obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrita em primeiro lugar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

Pergunto a V. Ex^a se vai falar como Líder.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por permuta com o Senador Paulo Paim, por dez minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a gentileza do Senador Paulo Paim em fazer a permuta, tendo em vista que participarei da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em que haverá uma sabatina com os integrantes do Cade, do Conselho de Desenvolvimento Econômico. Sou Relatora de alguns processos.

Eu queria voltar à tribuna – faz até um certo tempo que não venho aqui – para tecer alguns comentários a respeito de economia. Pedi, inclusive, ao Senador Suplicy, que entende de economia muito mais do que eu, que contribuisse neste debate.

Esta semana, haverá algumas reuniões importantes: haverá mais uma reunião do Copom, sobre a qual há uma expectativa em relação à porcentagem do corte da taxa Selic, e, amanhã, será anunciado o PIB, o Produto Interno Bruto do Brasil do primeiro trimestre. Todos os indicadores apontam para um número extremamente positivo, principalmente em relação ao PIB.

Eu queria deixar aqui registrada uma matéria bastante importante, que avalia as perspectivas do crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro para o ano de 2006.

A matéria foi publicada no **Valor Econômico** de segunda-feira – ontem. O título da matéria já da o norte, já mostra onde o Produto Interno Bruto está crescendo: “Investimento e Consumo puxam PIB no 1º trimestre”.

Trata-se de matéria dos jornalistas Vera Saavedra Durão e Sergio Lamucci. E já estou solicitando, Sr. Presidente, que a matéria seja transcrita integralmente nos Anais do Senado.

A matéria começa exatamente assim: “A economia brasileira avançou em ritmo acelerado entre janeiro e março, puxada pela demanda interna – mais especificamente pelo investimento e pelo consumo das famílias.”

E, aqui, faço referência ao meu pronunciamento de ontem, quando tratei do resultado da análise do Banco Mundial a respeito do Bolsa-Família. Em uma pesquisa sobre todos os programas de transferência de renda, realizados na América Latina, verificou-se que o Bolsa-Família é um dos programas ou é o programa mais focado, porque a maior parte dos seus recursos, 73%, chega àqueles que necessitam, atinge a sua finalidade de alcançar os 20% mais pobres da população. O programa transformou-se, inequivocamente, no melhor, maior e mais bem-sucedido programa de transferência de renda.

Então, quando a reportagem do Valor Econômico mostra que o crescimento se dá especificamente pelo investimento e pelo consumo das famílias, isso vem confirmar aquilo que também tive a oportunidade de lembrar ontem. Inclusive, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio já havia consignado, de forma muito enfática, que, no Brasil, a partir das ações do Governo Lula, desmontamos um dogma, desmontamos uma verdade que sempre foi considerada como absoluta, no sentido de que era necessário, primeiro, crescer o bolo para, depois, dividir-se a riqueza. Está aí agora o resultado do crescimento do PIB – a análise do crescimento do PIB –, que se dá exatamente por dois pilares: o investimento e o consumo das famílias. Portanto, a distribuição de renda, ou seja, o repasse e o aumento do poder de compra dos brasileiros e das

brasileiras estão, indiscutivelmente, influenciando e sendo uma das principais bases de sustentação da retomada do crescimento.

Continua a matéria:

Segundo analistas, esse é o retrato do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre que o IBGE divulgará amanhã. As previsões apontam para um crescimento da ordem de 1,5% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influências sazonais, o equivalente a mais de 6% em termos anualizados.

Portanto, esse é um indicador que oferece uma potencialidade do PIB, que, obviamente, não deverá ser de 6%, mas que aponta um crescimento significativo se comparado com o do ano de 2005, que teve, no primeiro trimestre, um resultado bastante desalentador.

Na prática, esse crescimento de 1,5%, no primeiro trimestre, faz com que todos os analistas façam uma previsão de crescimento de 3,5% a 4%.

Ouvi, na semana passada, várias manifestações sobre o nervosismo do mercado – o câmbio subindo, Bolsas caindo; alguns, nesta Casa, já anunciavam, portanto, que o “fim dos tempos estava próximo”. E a Oposição, invariavelmente, dizia que havíamos feito tudo errado.

Hoje, analisando a semana passada, com tudo estabilizado, tudo calmo e com um anúncio de crescimento do PIB bastante significativo no primeiro trimestre, não podemos deixar de registrar que a turbulência financeira não mudou as perspectivas para a atividade neste ano. A tensão diminuiu nos últimos dias, e o superávit comercial garante um fluxo estável de dólares para o País.

Aliás, sobre esse tal mercado, esse senhor mercado, eu gostaria sempre de ficar com a afirmação de um analista e investidor, que, um dia desses, em uma entrevista, respondeu candidamente ao repórter que o entrevistava sobre a tal crise e lhe perguntava o que estava ocorrendo: “Somos assim mesmo, medrosos!!! Se todos vão numa direção, vamos todos” – é o famoso efeito manada.

Traduzindo: ninguém se aventura muito facilmente (e não seria plausível) bancar o herói. Se estão comprando dólar, todos ou quase todos compram dólar. Se voltam a investir na Bolsa, todos também voltam. É assim que se traduz o famoso efeito manada.

Portanto, sempre nesses momentos, é importante olhar para os setores produtivos, principalmente os setores produtivos diretos, pois, obviamente, os investimentos nas Bolsas de Valores sempre, em algum momento, refletem-se na própria produção.

Na reportagem do jornal Valor Econômico, os jornalistas citam exatamente quais são os setores produtivos que estão dando sustentação para essa re-

tomada significativa do crescimento do PIB: “Indústria e construção civil tiveram um desempenho bastante positivo entre janeiro e março, impulsionadas pela combinação de juros em queda, expansão dos gastos públicos, massa salarial em alta e crédito farto.”

Portanto, estes são os setores produtivos: indústria e construção civil. É importante registrar que a construção civil está vivendo um bom momento, tendo em vista todo o aporte de crédito significativo e as medidas anunciadas há menos de dois meses pelo Presidente Lula, juntamente com a desoneração dos principais produtos da construção civil, aqueles utilizados pela população de renda mais baixa nas construções populares.

Exatamente esses dois fatores, crédito e desoneração tributária, juntamente com os investimentos, a expansão dos gastos públicos, a massa salarial em alta e os juros em queda, dão sustentação para todo esse resultado. E eles vão continuar presentes no restante do ano. Esses fatores devem garantir, ainda, uma expansão razoável do PIB no segundo e no terceiro trimestre, na casa de 1%, como estão estimando todos os analistas.

A reportagem do Valor Econômico diz: “As perspectivas são otimistas para o investimento na construção civil e em máquinas e equipamentos, que compõem a chamada formação bruta de capital fixo (FBCF).” A previsão que os analistas fazem é que essa formação bruta de capital fixo terá um “aumento de 4,4% sobre o primeiro trimestre de 2005”, e uma estimativa calculada com base nos dados da produção da indústria aponta para uma taxa de 9,3%, segundo economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Essa posição é corroborada por outros analistas, inclusive aqueles com forte presença no mercado: “De janeiro a março, a produção de insumos típicos para a construção civil cresceu 6,9% em comparação com o mesmo período de 2005, favorecida por maiores gastos do Governo e crédito abundante para o segmento, como afirma a economista Lygia Freire César, da Rosenberg & Associados.”

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy, que, como já tive a oportunidade de dizer, entende muito mais de economia do que eu.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a está registrando os aspectos positivos de toda a situação macroeconômica que, felizmente, indicam uma perspectiva muito boa para o ano de 2006, em que pesem os objetivos do Presidente Lula e dos Ministros da área econômica, inclusive o Ministro Antonio Palocci, no ano passado, de tentar obter a maior taxa de crescimento possível. Os 2,3% registrados no ano passado não foram tão bons

quanto gostaríamos, em virtude de inúmeros aspectos, mas o que se verificou foi como que o rearranjo dos diversos pontos nevrálgicos da economia para que 2006 seja um ano muito positivo. Portanto, V. Ex^a tem razão em aguardar um número bastante positivo para o crescimento do Produto Interno Bruto no primeiro trimestre deste ano. Espero, inclusive, que a decisão do Copom, a ser definida até amanhã, seja no sentido de continuar a queda da taxa de juros, uma vez que temos perspectivas positivas no que diz respeito à preocupação maior do Banco Central, que é a estabilidade de preços, na medida em que a inflação continua a sua fase declinante desde o início do Governo Lula, quando estava em 12%. Para este ano, se estima que será cumprida a meta da ordem de 4,5% a 5%. Estamos caminhando nessa direção e, em que pese o clima de instabilidade internacional havido no último mês, o fato é que a economia brasileira registrou um impacto relativamente menor em relação às demais economias em desenvolvimento, mostrando o caráter sólido em que se encontra, preparada para uma fase de bom crescimento, inclusive em decorrência do declínio, nos últimos meses, da taxa de juros básica, Selic. Espero que os diretores do Banco Central, hoje e amanhã reunidos no Copom, possam confirmar a tendência de declínio da taxa de juros, uma vez que ela ainda se encontra relativamente alta em comparação com a de outros países do mundo. Também é importante o registro que V. Ex^a faz com respeito aos efeitos do programa Bolsa Família, que, tendo-se expandido significativamente de 2003, 2004 e 2005 para este ano, atingirá a meta de mais de 11 milhões de famílias em meados do ano. Segundo a análise de todos os principais economistas que estudam esses assuntos, tais como Ricardo Paes de Barros, Néri, da Fundação Getúlio Vargas, Lena Lavinas e tantos outros, efetivamente, tem-se alcançado o objetivo de melhoria da distribuição de renda e erradicação da pobreza absoluta, com efeitos significativos também para a demanda de bens e serviços de primeira necessidade, colaborando para essa fase de crescimento. V. Ex^a faz um registro importante, assim como são relevantes, também, os esforços que o próprio Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, está realizando para resolver os problemas, ainda sérios, dos agricultores brasileiros, que estão demandando atenção do Governo Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço-lhe, Senador Eduardo Suplicy, e deixo registrado que é muito importante vir à tribuna para torcer que,

amanhã, ocorra um anúncio desta magnitude: 1,5% no crescimento do PIB, no primeiro trimestre do ano. No entanto, volto a afirmar que o mais importante é não apenas registrar que há crescimento, mas que ele é para a maioria. Este País já cresceu anteriormente, mas o fez concentrando renda e não distribuindo-a. Acredito que esse seja o diferenciador fundamental na retomada do crescimento sob o comando do Presidente Lula, porque se cresce dividindo.

Assim, não se trata apenas da questão do Bolsa Família, mas do volume significativo de aporte de recursos na construção civil, na merenda escolar e na recuperação do poder de compra do salário mínimo, além do próprio controle da inflação, que permite que as pessoas tenham capacidade de comprar cada vez mais. Por exemplo: nem na melhor época do Plano Real, a relação entre salário mínimo e cesta básica nunca foi tão positiva como agora. Conseguimos, com um salário mínimo, a possibilidade de comprar mais do que duas cestas básicas e meia, dependendo da região do País. Tudo isso é uma demonstração inequívoca de que mudamos o paradigma de crescimento que, para muitos, talvez pudesse ter sido maior se comparado a outros países. Mas, a pergunta a ser respondida...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Ideli Salvatti, peço a V. Ex^a que conclua.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, já concluo.

A pergunta que tem de ser respondida permanentemente é: para quem? Quem se beneficia da política adotada?

Então, a política de crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro está comprovadamente vinculada ao crescimento da demanda interna, ao poder de compra dos brasileiros e das brasileiras, ao aumento real do salário, ao aumento das políticas de inclusão e à oferta de crédito exatamente para aqueles que mais precisam dele em nosso País.

Sr. Presidente, deixo registrado que havia uma outra questão a tratar, mas posso fazê-lo em outro momento.

No entanto, mais uma vez, solicito a V. Ex^a a publicação, na íntegra, nos Anais da Casa, da reportagem veiculada pelo jornal Valor Econômico no dia de ontem.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IDELI SALVATTI.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

Sempre que posso retomo o debate quanto à economia. Bem sei tratar-se de tema espinhoso, mas não posso deixar de trazer aqui aspectos que reputo fundamentais.

Leio algumas manchetes dos jornais, como as que vou mencionar agora e me ponho a refletir: são questões que precisam estar na ordem do dia (que aliás vão na linha do que alguns Senadores já vêm refletindo a respeito, como o Senador Cristovam Buarque, por exemplo):

- (1) *Crescimento da economia sim, todos desejamos, mas crescimento pra quem???*
- (2) Outro tipo de afirmação que ouço e leio sempre: o gasto público deveria ser reduzido! O Governo gasta muito e gasta mal. Ou ainda: "O recurso que sustenta o gasto público exacerbado falta para o investimento produtivo."
- (3) Nosso crescimento ficou a baixo da média mundial ou mesmo latino-americana.

Gostaria de refletir sobre estes temas.

Li ontem nesta segunda, 29/5/2006, no jornal Valor Econômico, que o INVESTIMENTO E CONSUMO PUXAM PIB NO 1º TRIMESTRE. Trata-se de matéria dos jornalistas Vera Saavedra Durão e Sergio Lamucci... para a qual já solicito, Sr. Presidente, que seja transcrita integralmente nos Anais do Senado.

Vejamos o que diz a matéria:

- (1) "A economia brasileira avançou em ritmo acelerado entre janeiro e março, puxada pela demanda interna - mais especificamente pelo investimento e pelo consumo das famílias."
- (2) E continua: "Segundo analistas, esse é o retrato do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre que o IBGE divulgará na quarta-feira. As previsões apontam para um crescimento de 1,5% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influências sazonais, o equivalente a mais de 6% em termos anualizados."

Sabe o significado – na prática – do que acabo de ler, Sr. Presidente. É que "Para o ano, os analistas prevêem crescimento de 3,5% a 4%." (grifo da Senadora)

Ouvi muito que o nervosismo do mercado, câmbio subindo, bolsas caindo, e que portanto o 'fim dos tempos estava próximo'. De que havíamos feito tudo errado. Pois é! Parece-os hoje, olhando a semana passada (não tão longínqua, assim) que "A turbulência financeira não mudou as perspectivas para a atividade neste ano. A tensão diminuiu nos últimos dias e o superávit comercial garante um fluxo estável de dólares para o país."

Mas gosto de olhar não o movimento do mercado. A respeito desse senhor, o tal Mercado (assim mesmo, sem sobrenome), fico com a afirmação de um analista (e investidor) que dia desses, numa entrevista disse à repórter, que lhe entrevistava no meio da 'tal crise':

- **O que está acontecendo??? E ele, candidamente, respondeu:**
- **Somos assim mesmo, medrosos!!! Se todos vão numa direção, vamos todos.**

Traduzindo:

Ninguém se aventura muito facilmente (e não seria plausível) bancar o herói. Se estão comprando dólar. Todas, ou quase todos, compram dólar. Se voltam a investir na Bolsa, todos também voltam. É assim que se traduz o famoso efeito manada.

Portanto, sempre nestes momentos gosto de olhar para os setores produtivos, chamemos aqui, de setores produtivos diretos (pois sei que parte dos recursos da Bolsa de Valores em algum momento refletem-se na produção). Mas vejamos:

“Indústria e construção civil tiveram um desempenho bastante positivo entre janeiro e março, impulsionadas pela combinação de juros em queda, expansão dos gastos públicos, massa salarial em alta e crédito farto. Como vão continuar presentes no restante do ano, esses fatores devem garantir uma expansão ainda razoável do PIB no segundo e no terceiro trimestres, na casa de 1%, estimam os analistas.”

Mas se assim for, então “os gastos públicos” não podem ser demonizados como sempre se vê nas análises. É preciso termos claro que o papel do poder público se revela um instrumento fundamental na dinâmica econômica. E observe, Senhor Presidente, não apenas nos chamados *países emergentes*, mas toda a literatura técnica a respeito desse tema indica uma forte presença dos Governos dos países desenvolvidos como agentes indutores, via políticas públicas e quando necessário, por ação direta governamental.

E diz mais a reportagem que dá base ao meu pronunciamento: “As perspectivas são otimistas para o investimento na construção civil e em máquinas e equipamentos, que compõem a chamada formação bruta de capital fixo (FBCF). “Nossa previsão para a FBCF é de aumento de 4,4% sobre o primeiro trimestre de 2005, mas uma estimativa calculada com base nos dados da produção da indústria aponta para uma taxa de 9,3%”, diz Estevão Kopschitz, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).”

Essa posição é corroborada por outros analistas, inclusive aqueles com forte presença no mercado:

“De janeiro a março, a produção de insumos típicos para a construção civil cresceu 6,9% em comparação com o mesmo período de 2005, **favorecida por maiores gastos do governo e crédito abundante para o segmento**, como afirma a economista Lygia Freire César, da Rosenberg & Associados.” **(grifamos)**

Mas tem um outro aspecto que gostaria de discutir: é como se comporta a demanda, a chamada demanda doméstica. Pois aqui é que se pode atestar como anda o consumo das famílias. E mais uma vez, Sr. Presidente, é que podemos atestar que as coisas não estão tão mal, t~]ao equivocadas como andam apregoando.

Vou ler o que diz a matéria:

"Demanda interna puxa crescimento do PIB"

Um crescimento robusto, puxado pela demanda doméstica, com destaque para o desempenho do investimento e do **consumo das famílias**. Esse deve ser o retrato a ser apresentado pelo IBGE na quarta-feira, quando serão divulgados os números do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre. **(grifamos)**

Os analistas esperam uma expansão da ordem de 1,5% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influência sazonais, o equivalente a mais de 6% em termos anualizados. A aposta é de crescimento forte da indústria e da construção civil, favorecidas por juros em queda, expansão dos gastos públicos, aumento de renda e crédito ainda farto. Alguns acreditam que a recuperação da agropecuária será outro destaque."

Não pretendo cansar os senhores. Deixo como lido o restante da matéria, pois desejo de tratar de um último aspecto (uma notícia importante sobre o Clube de Paris). Mas não poderia deixar de destacar dois pontos finais, entre inúmeros outros aspectos positivos e importantes:

- (1) "Para o restante de **2006**, a aposta é num **avanço continuado da atividade econômica**, mas a um ritmo um pouco menor a partir do segundo trimestre, com a indústria avançando menos na ponta após a forte expansão de dezembro a março. **As recentes turbulências no mercado financeiro, por sua vez, não levaram os analistas a revisar suas previsões para o PIB neste ano, em sua maior parte entre 3,5% e 4%.**"
- (2) "A aposta de que **o investimento foi bem entre janeiro e março também se deve ao consumo de bens de capital**. No período, a produção doméstica de máquinas e equipamentos cresceu 9,2% sobre o primeiro trimestre do ano passado. As importações desses bens aumentaram 33,6%. Lygia estima aumento de 7,7% da FBCF ante o primeiro trimestre de 2005, e de 1,5% em relação ao quarto, em termos dessazonalizados." **(grifamos)**
- (3) **O consumo das famílias também vai dar um impulso importante para o PIB, num ano em que a demanda doméstica deve puxar o crescimento**, como ressalta o economista-chefe da MCM Consultores, Celso Toledo. Vários fatores impulsionam o consumo privado em 2006, como queda dos juros, aumento do salário mínimo e ampla oferta de financiamentos - nos 12 meses terminados em março, o volume de crédito aumentou 19,6%. A Tendências Consultoria Integrada estima crescimento de 6% do consumo das famílias no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2005." **(grifamos)**

- (4) Os números da produção industrial têm sido fundamentais para o otimismo dos analistas. No primeiro trimestre, a indústria cresceu 1,2% em relação ao trimestre anterior, na série livre de influências sazonais, com destaque para a produção de bens de capital e bens duráveis. Esse foi um dos fatores que levam a Rosenberg a apostar num crescimento do PIB em janeiro a março de 1,6% ante o quarto trimestre de 2005, projeção idêntica ao do grupo de conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Ipea, mais cauteloso, acredita em 1,2%, enquanto a Tendências prevê 2%.
- (5) Segundo analistas, essas disparidades se devem a dificuldades para prever o resultado dessazonalizado, por conta de questões metodológicas. Há mais convergência nas estimativas para o desempenho do PIB em relação ao primeiro trimestre de 2005, atualmente entre 3,1% e 3,3%.
- (6) Se os números da demanda forem confirmados pelo IBGE, ficará claro que a economia brasileira vive um novo ambiente macroeconômico, apoiado sobretudo na absorção doméstica (consumo das famílias, investimento, consumo do governo e variação de estoques), como diagnostica Toledo.
- (7) O mercado ainda projeta um superávit comercial na casa de US\$ 40 bilhões para 2006, mas as importações já crescem a um ritmo superior ao das exportações - no primeiro trimestre, as quantidades importadas aumentaram 14,5%, e as exportadas, 7,2%. "Neste ano, a contribuição do setor externo para o PIB deverá ser negativa", diz o economista Juan Jensen, sócio da JS Consultores.
- (8) Para alguns analistas, a agropecuária vai **surpreender**. O Credit Suisse projeta avanço de 5% sobre o quarto trimestre de 2005, lembrando que o IBGE prevê aumento na produção de culturas como café, milho e feijão. Segundo o Ipea, porém, o campo é uma incógnita. "A previsão de safra deste ano é 8%

maior que a de 2005, mas o dado vem sendo revisto para baixo"/diz Kopschitz. O setor de serviços, com maior peso no PIB, tende à estabilidade ante o quarto trimestre do ano passado.

- (9)** O PIB do primeiro trimestre pode consolidar a tendência de elevação das projeções para o crescimento neste ano, que ficaram muito tempo paradas em 3,5%. As instituições ouvidas pelo BC esperam expansão de 3,58%, mas já há quem aposte em 4%, como o grupo de conjuntura da UFRJ. Para o segundo e o terceiro trimestres, a expectativa é de um avanço mais modesto da atividade, na casa de 1%, com a economia impulsionada pela mesma combinação de juros mais baixos, massa salarial e gastos públicos em alta e crédito abundante.
- (10)** Quanto à turbulência financeira das últimas semanas, a avaliação predominante é que ela não muda o quadro para a atividade econômica neste ano. Para os analistas, como o dólar não deverá subir com força, não haverá pressões inflacionárias suficientes para guinadas na trajetória esperada de queda dos juros. Vale lembrar que as tensões globais diminuíram e o superávit comercial robusto garante um fluxo estável de dólares para o país. E, como diz Jensen, cortes mais modestos nas taxas afetariam principalmente a atividade em 2007, e não a deste ano.
- (11)** Economistas como Toledo e Carlos Thadeu Filho, da UFRJ, são mais prudentes. Para eles, novas turbulências poderiam gerar outra depreciação brusca do câmbio, devido a temores de alta de inflação nos EUA, seguida de aumento do juro local, queda da liquidez global e desaceleração econômica - cenário ruim para o Brasil. Mas, até agora, esse não parece o desfecho mais provável.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti, do PT de Santa Catarina.

A solicitação de V. Ex^a será atendida.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, é bom que V. Ex^a, mais uma vez, esteja presidindo esta sessão do Senado Federal.

Sr. Presidente, tenho pautado minha atuação nesta Casa no trato de temas de cunho social, e tenho tido em V. Ex^a um parceiro, um companheiro, que, ao longo de seu mandato, tem-se preocupado em estar sempre na mesma linha em defesa dos trabalhadores, sejam eles aposentados, desempregados, empregados. V. Ex^a foi parceiro no debate do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que será aprovado este ano; V. Ex^a foi companheiro no debate do Estatuto do Idoso, que, felizmente, já é Lei neste País; V. Ex^a também votou naquele intrincado debate – não é Senadora Serys? – da reforma da Previdência para aprovarmos a PEC Paralela, uma conquista para os nossos trabalhadores; V. Ex^a, num momento difícil do Estatuto da Igualdade Racial, lembro-me de que V. Ex^a, juntamente comigo, conversou com a Senadora Roseana Sarney, Relatora, e aprovamos o projeto, na íntegra, que agora tramita na Câmara dos Deputados.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Senador João Alberto, no momento em que tratarei de um novo tema neste plenário, que me é caro, refiro-me à redução da jornada de trabalho sem a redução de salário, assunto que está em debate no País, como fonte geradora de emprego, sei que terei em V. Ex^a um parceiro.

Para tanto, divulgarei dados de um estudo realizado pelo Professor Márcio Pochmann, da Unicamp. Segundo o Professor, infelizmente, a jornada de trabalho, no Brasil, nos últimos 08 anos, cresceu 37,5%, cerca de 16,1 milhões de trabalhadores, que passaram a ter uma carga de horário de trabalho maior do que a estabelece a Lei, quer no regime de 44 horas semanais ou 8 horas diárias, seja no regime específico de 6 horas. Isso valeria tanto para o mercado formal quanto para o informal. Hoje o Brasil possui 72,2% dos trabalhadores, aproximadamente 59,1 milhões, nessa situação; ou seja, trabalham além da carga horária formal que lhes assegura a Lei.

Que razões levaram os trabalhadores a esse pleito? Uma tentativa de parte do assalariado brasileiro, tanto aquele que está no mercado formal como no informal, de melhorar a qualidade de vida, melhorando o seu salário e buscando possibilidades de atuar em outros postos de trabalho que lhes garantam uma remuneração maior.

Outros números levaram a um outro: 8,2 milhões de pessoas passaram a procurar uma nova ocupação; ou seja, estariam buscando outra atividade para tentar melhorar o seu poder de compra.

O estudo de Pochmann aponta ainda o crescimento de um movimento chamado multiatividades, significa que uma pessoa passa a exercer mais de uma tarefa ou tem sua carga horária aumentada de forma excessiva. Esse item, aliado ao número de pessoas sem qualificação que ingressam no mercado de trabalho e os baixos valores pagos aos aposentados é que leva a esse quadro.

São fatores, Sr. Presidente, que aumentam a desigualdade na hora de dividir os frutos do trabalho.

O estudo mostra ainda que enquanto algumas pessoas trabalham mais de 40 horas por semana, 20% dos trabalhadores têm uma jornada inferior a essa; no entanto, estão também em outro emprego. Se fizermos a soma, aquele que, em tese, teria uma carga de seis horas, está trabalhando doze horas, e aquele que deveria trabalhar oito horas, devido às horas extras, está trabalhando também em torno de dez a doze horas.

Sr. Presidente, reconheço que essa procura por melhor qualidade de vida é legítima. Mas eu gostaria que tivéssemos uma carga horária e um salário adequados à qualidade de vida. Isso atinge a todos, conforme diz esse especialista: jovens, aposentados, homens, mulheres, enfim, a todos os trabalhadores. Infelizmente esse estudo mostra também que ainda há crianças e adolescentes trabalhando.

Outro dado bastante significativo apontado pela pesquisa diz respeito ao contingente de aposentados e pensionistas que voltam a trabalhar. Entre os analisados, eu diria que cresceu exatamente 23,5%, ou seja, 1,2 milhões de pessoas voltaram a trabalhar depois de aposentados. Ele vai além: chega a dizer que, hoje, sem falar dos pensionistas, de cada três aposentados, um está empregado ou à procura de emprego. Ou seja, 6,4 milhões de pessoas acabam contribuindo para que o mercado de trabalho fique ainda mais complexo, porque disputam um posto de trabalho. São dados que nos fazem pensar.

Por isso, Senador João Alberto Souza, é que apresentei a PEC nº 75, que visa o quê, Senador João Alberto Souza? Que a PEC nº 75, que tenho certeza terá o apoio de V. Ex^a, da Senadora Serys Slhessarenko e de tantos outros Senadores, visa a fazer com que a gente reduza a jornada de trabalho. E aqui vou resumir, de forma muito equilibrada. O que estou propondo? Temos uma jornada de trabalho de quarenta e quatro horas, não teríamos mais horas extras e reduziríamos uma hora por ano. Com isso, em oito anos, teríamos uma carga horária de trinta e seis horas. Mas, aqui, nessa redação, e do projeto que faço, o que acho interessante, e vai ter o apoio de V. Ex^a, Senador João Alberto Souza, é porque mostro que isso é optativo. Não engesso, não obrigo o empresário a ater que adotar essa forma que estou aqui apresentando. Trabalho num princípio que foi adotado por uma empresa paranaense, a BS Colway. A empresa reduziu a carga horária de seus funcionários para seis horas diárias, exatamente o que estou propondo. Só que, da forma que ela reduziu, o resultado que temos aqui, e vou dar o nome, uma grande empresa do Paraná, a BS Colway, que tem mais de mil e duzentos trabalhadores, veja os resultados: Melhoria da qualidade de vida, aumentou a produtividade, a empresa dobrou os lucros e dobrou o número de funcionários. Ela tinha em torno de seiscentos a setecentos e passou para mil e duzentos, mil e trezentos.

A empresa, ao adotar esse sistema, e estive lá visitando a empresa, motivou-me a apresentar, aqui, no Congresso, Senador, e V. Ex^a, tenho certeza, há de olhar com carinho esse projeto, o chamado Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (Pepe). O Pepe é de adesão voluntária e tem como ação central reduzir a jornada de 44 para 36 horas semanais, sem redução de salários. Ele é de adesão voluntária e com prazo determinado.

Depois desse período, se a empresa entendeu que, efetivamente, interessa-lhe manter esse sistema, Senador João Alberto Souza, que preside a sessão neste momento, se tudo o que estou dizendo for verdadeiro, a empresa adota-o de forma definitiva. O que isso significa? Que a empresa conseguiu dobrar o número de funcionários, aumentou a produtividade, a qualidade de vida dos funcionários e o lucro. E a empresa, definitivamente, adotaria esse sistema.

Por isso tudo, Senador João Alberto Souza, reduzir a jornada de trabalho nessa linha que estou aqui propondo... Peço a V. Ex^a que considere como lido na

íntegra esse estudo que apresento aqui. É claro que falo também que é fundamental reduzir a taxa de juros, que é fundamental reduzir os encargos sobre a folha de pagamento. Hoje, em relação aos encargos apenas para a Previdência, pode-se dizer que chegamos a 30%. Se transferíssemos algum percentual disso – eu diria um décimo – para o faturamento, a Previdência aumentaria o superávit e as empresas reduziriam os encargos sobre a folha em torno de 30%. Isso, com certeza, vai gerar milhares de novos postos de trabalho.

Senador João Alberto Souza, agradeço a V. Ex^a pela tolerância. Sei que esse projeto será palco de um grande debate aqui na Casa. Só vou sair agora – gostaria de aprofundar esse debate, que é interessante – porque tenho uma reunião, juntamente com o Senador Heráclito Fortes, onde vamos debater sobre a Varig mais uma vez. Estou indo para lá. Com certeza, em outra oportunidade, continuarei a debater essa questão da redução de jornada sem redução de salários como forma de gerar emprego e não numa forma impositiva, mas espontânea, voluntária.

Era isso que eu tinha a dizer, Senador João Alberto Souza.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste fim de semana foram divulgados os dados de um estudo realizado pelo professor da Unicamp, Marcio Pochmann, que nos mostram que, entre 1996 e 2004, o número de pessoas com dupla jornada cresceu 37,5%, cerca de 16,1 milhões de trabalhadores.

Isso tanto no mercado formal quanto no informal. Hoje o Brasil possui 72,2% dos trabalhadores (59,1 milhões) nessa situação.

As razões? Queda acumulada na renda dessas pessoas e o medo do desemprego. No período analisado, a renda domiciliar acumulou uma perda de 14,6% e a taxa de desemprego subiu de 7% para 9%.

Esses números levaram a outro: 8,218 milhões de pessoas passaram a procurar uma nova ocupação.

O estudo de Pochmann aponta o crescimento de um movimento chamado de multiatividade que significa que uma pessoa passa a exercer mais de uma tarefa ou tem sua carga horária aumentada de forma excessiva.

Esses itens, aliado ao número de pessoas sem qualificação que ingressam no mercado de trabalho e aos baixos valores pagos aos aposentados só pioram essa situação.

São fatores que aumentam a desigualdade na hora de dividir o trabalho.

O estudo nos mostra que enquanto algumas pessoas trabalham mais de 44 horas por semana, outras, cerca de 20%, trabalham menos de 40 horas ou estão desempregadas.

E, mesmo assim, são pessoas que buscam novos empregos para complementar as rendas de suas famílias.

Isso atinge a todos: jovens, aposentados, homens, mulheres, enfim, todos os trabalhadores brasileiros. Mais, crianças e adolescentes até 16 anos também aparecem no estudo, apesar de o trabalho para essa parcela ser ilegal.

Um outro dado bastante significativo apontado pela pesquisa é relativo ao contingente de aposentados e pensionistas que voltaram a trabalhar. Entre os anos analisados, o número cresceu 23,5% (1,2 milhão de pessoas).

Hoje de cada 3 aposentados um está empregado ou a procura de emprego. Ou seja, são 6,4 milhões de pessoas que contribuem a inflar e pressionar o mercado.

São dados que nos fazem pensar. E foi por percebermos essa tendência que, em 2003, encaminhamos para análise do Congresso Proposta de Emenda à Constituição (PEC 75), que prevê a redução gradual da jornada de trabalho sem a redução de salários.

Sabemos, e podemos comprovar diariamente, que apenas a retomada do crescimento econômico não garante a criação de novos empregos. Por isso apontamos, como saída emergencial, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem que haja perda salarial.

A adoção dessa medida geraria, de imediato, 3 milhões de novos empregos. Avaliamos ainda que, em um segundo momento, a jornada poderia ser reduzida para 36 horas, a exemplo do que já fizeram outros países.

Isso em oito anos, mediante acordo, reduzindo-se uma hora por ano. Ao final teríamos mais quatro milhões de empregos gerados, totalizando cerca de 7 milhões.

A redução da jornada é a forma mais rápida e eficaz de gerar empregos e promover o crescimento

da economia. Países que fizeram isso baixaram os níveis de desemprego.

Na França, por exemplo, entre 1997 e 2002, a jornada foi reduzida de 39 para 35 horas semanais, o que significou a criação de um milhão de novos empregos.

No Brasil, exemplo desses benefícios foi a redução da jornada de 48 horas semanais para as atuais 44 durante a Assembleia Nacional Constituinte. Alteração que não trouxe prejuízos aos empresários e que aumentou o número de postos de trabalho.

Outra prova de que a redução traz consigo uma série de benefícios é a empresa paranaense *BS Colway*. A empresa reduziu a carga horária de seus funcionários para seis horas diárias.

Os resultados foram: melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, aumento da produtividade e, conseqüentemente, aumento dos lucros. Além disso, dobraram o número de funcionários, um aumento de 100%.

O Plano adotado pela empresa nos motivou a apresentar uma nova proposta: o Pacto Empresarial para o Pleno Emprego (PEPE).

O Pepe é de adesão voluntária e tem como ação central reduzir a jornada de 44 para 36 horas semanais, sem redução de salários.

Ele é de adesão voluntária e com prazo determinado de cinco anos sem compromissos futuros entre trabalhadores e empresários. Esse projeto prevê ainda, incentivos fiscais e trabalhistas com a manutenção da produtividade.

Enfim, reduzir a jornada de trabalho é consenso entre as entidades que representam os trabalhadores. É uma ação que deveria ser adotada juntamente com outras.

Um exemplo é combinar a redução de jornada com a redução dos encargos sobre a folha de pagamentos.

Se desonerássemos a folha em mais ou menos 30% – que é o que o empregador paga para a Previdência-, e aumentássemos um percentual mínimo, como por exemplo, de 2% sobre o faturamento, estaríamos gerando milhares de novos empregos.

Sempre é bom lembrar que a redução da taxa de juros é também instrumento gerador de emprego. Se combinarmos a redução da taxa de juros com a desoneração de 30% que citamos, estaríamos ajudando, e muito, aqueles que investem na produção e no emprego.

A derrubada do fator previdenciário como propusimos no projeto 296/03 também é instrumento gerador de emprego porque as pessoas se aposentarão com salários decentes e não precisarão voltar para o mercado de trabalho.

O fator previdenciário é o maior redutor inventado na história do país. É importante ressaltarmos que nenhum país do mundo adotou uma medida tão prejudicial para os trabalhadores, para o povo.

É por essa razão que estamos em uma cruzada nacional, juntamente com as centrais e confederações de trabalhadores e de aposentados e pensionistas, pela derrubada do fator previdenciário.

Outra proposta para beneficiar nossos trabalhadores é a aplicação dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

Projeto de nossa autoria propõe elevar para 75% os recursos que devem ser obrigatoriamente aplicados na construção de casas para os trabalhadores de baixa renda.

Esperamos ainda que a Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual somos relatores, aprove em seu parecer final uma política permanente de recuperação dos benefícios de aposentados e pensionistas e do salário mínimo.

Sabemos que o universo do trabalho é controverso, mas é unânime a afirmação de que precisamos, urgentemente, melhorar as possibilidades de geração de emprego, as condições de trabalho e de salários.

É preciso que todos entendam que a redução de jornada só representará uma vitória se for fruto do entendimento, pois o país decente que queremos está baseado na humanização das relações trabalhistas.

A redução de jornada é uma proposta a ser negociada e não imposta.

O empresariado brasileiro necessita de incentivos para a produção e redução de custos, ao passo que a classe trabalhadora necessita ter participação ativa para ter vida digna.

O objetivo principal desta discussão é fazer com que representantes do Executivo, Legislativo, empresários e trabalhadores encontrem, juntos, alternativas que contemplem as aspirações do conjunto da sociedade para que tenhamos um Brasil melhor para todos.

Era o eu que tinha a dizer.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vou entregar a seguir o documento que me autoriza a falar em nome da Liderança do PSDB. Requeiro a V. Ex^a minha inscrição para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa aguarda o documento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para rapidamente apresentar um requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Regina Napoleão, neste dia 30 de maio, mãe do ex-Senador Hugo Napoleão.

Requeiro, ainda, que deste voto de pesar sejam cientificados o ex-Senador Hugo Napoleão e seu pai, Embaixador Aluísio Napoleão.

Apresento, em justificativa desse gesto, o fato de se tratar de uma Embaixatriz que teve, ao lado de seu marido, destaque em missões desempenhadas na Diplomacia brasileira, não só aqui como em vários países, como Irã, Suécia e República Popular da China.

Esse documento vai assinado por mim e pelo Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Heráclito Fortes, a Mesa encaminhará o voto de pesar, conforme o requerimento apresentado por V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de apartear rapidamente o nobre Senador Heráclito Fortes pela proposição que apresenta e juntar o sentimento dele ao meu e ao da minha família pelo falecimento de tão estimada pessoa, que era a Dona Regina, esposa

do Embaixador Aluísio Napoleão, que tanto enriqueceu a diplomacia brasileira.

Por ser amigo do casal, Dona Regina e do Embaixador Aluísio Napoleão, quero trazer não somente o meu sentimento de pesar, mas o de toda a Casa, posto que o seu filho Hugo Napoleão foi aqui Parlamentar, Deputado Federal e depois Senador e é uma das melhores figuras da política brasileira, sobretudo do Estado do nobre Senador Heráclito Fortes, o Piauí.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou assinando o requerimento e quero externar os meus sentimentos de pesar ao Senador Hugo Napoleão pelo falecimento da sua mãe, Sr^a Regina.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria, Senador Heráclito Fortes, que o requerimento viesse à Mesa para que outros Senadores possam subscrevê-lo. Eu também quero subscrevê-lo, por gentileza.

O Senador Paulo Paim, que acabou de falar, fez algumas referências à minha pessoa e não pude agradecê-lo pelas referências que fez ao meu nome, devido aos pedidos de palavra pela ordem.

Quero dizer ao Senador Paulo Paim que a nossa origem é a mesma. Eu fui Diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro e ele foi Diretor Sindical no Rio Grande do Sul. Daí sempre estarmos juntos nessa luta em defesa dos mais humildes e dos mais pobres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, ex-Governador do Paraná, do PSDB do Paraná.

Em seguida, usará da palavra o Senador Marco Maciel.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, lembro-me de uma frase repetida insistentemente, por ser uma das suas preferidas, de um médico piauiense que foi Secretário de Saúde do Estado do Paraná, brilhante secretário. Frase, aliás, inscrita no prédio da Secretaria de Saúde Pública do Estado. Depois foi prefeito de Londrina, brilhante prefeito de Londrina, o médico Dalton Paranguá. Ele repetia sempre: “a saúde do

povo é a suprema lei”. É este o tema que me traz a esta tribuna no dia de hoje.

A saúde do povo é realmente a suprema lei no Brasil ou estamos longe de praticar este ensinamento? Não, a saúde do povo deploravelmente não tem sido no Brasil a suprema lei.

O Brasil gasta, por exemplo, aproximadamente 10% do seu Produto Interno Bruto com problemas de saúde provenientes da violência. A rede hospitalar não está preparada e nem dispõe de equipamentos para atender as vítimas dos acidentes de trânsito, nem tampouco os brasileiros que são vítimas das armas de fogo, das facadas, das brigas. Isto é, das chamadas violências interpessoais. No Brasil, essas são as principais causas externas de morte. Todos dão entrada nos hospitais pelo setor de emergência. No Brasil a emergência ainda é muito desvalorizada.

Como destaca o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Atendimento Integrado ao Tramitado, as vítimas quase sempre chegam às mãos de profissionais recém-formados e em pronto-socorros mal equipados. Essa é uma das vertentes da questão da saúde e segurança em nosso País.

A questão do trauma se agrava no Brasil. Nos hospitais, pronto-socorros e unidades básicas de saúde as urgências e emergências crescem assustadoramente, exigindo uma maior estrutura de atendimento. Um paciente com trauma custa em média 60% a mais que os cuidados com um paciente não complexo devido à necessidade de se realizar exames mais especializados, como ressonância magnética e tomografia computadorizada.

No que se refere às políticas de saúde do trabalhador, encontramos um quadro pouco animador. No Paraná, por exemplo, não se tem priorizado as políticas de saúde do trabalhador. As ações e serviços do trabalhador permanecem, até agora, com uma inserção periférica no SUS. É possível ainda destacar que as referidas políticas têm influência reduzida na definição dos rumos da Secretaria Estadual. Os investimentos em recursos humanos e materiais são inexpressivos.

Conjuga-se à desarticulação das ações e serviços do SUS a ausência de uma articulação intersetorial no enfrentamento dos problemas relacionados à saúde do trabalhador.

Fica mais que evidenciado no Paraná que as áreas de saúde, trabalho, Previdência Social, meio ambiente e educação não participam de uma política integrada. Não há integração para setores conexos.

Com isso, há desperdício de recursos e de esforços humanos.

A precariedade da atenção à saúde do trabalhador no Estado do Paraná está presente em todos os níveis da rede de serviços do SUS – básica, especializada e hospitalar. A situação calamitosa é constantemente denunciada pelas entidades sindicais e populares, e também pelas instâncias de controle social do SUS.

A dependência do Sistema Único de Saúde (SUS) tem levado os hospitais paranaenses a fecharem suas portas. De acordo com a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Paraná (FEHOSPAR), a previsão é de que a metade dos estabelecimentos de pequeno porte deixe de funcionar nos próximos anos. Essa é uma denúncia grave.

A metade dos hospitais de pequeno porte desaparecerá nos próximos anos no Estado do Paraná, segundo denuncia a Federação dos Hospitais e Estabelecimentos do Estado do Paraná.

Uma faceta cruel da saúde no Paraná: uma pesquisa da Associação Brasileira de Medicina revela que o Paraná foi em 2005 o Estado que mais perdeu órgãos, em todo o Brasil, para possíveis transplantes. O problema seria a falta de estrutura dos hospitais paranaenses, e isso afeta quem espera por um órgão novo, o que faz a fila aumentar ainda mais neste ano.

Outra faceta cruel da saúde no Paraná: pacientes de esclerose múltipla de Curitiba estão tendo que interromper o tratamento pela falta de um medicamento gratuito fornecido pelo programa Farmácia Especial da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Nas últimas semanas, a entrega do medicamento tem sido feita de forma fracionada, segundo a Secretaria, para evitar o desabastecimento.

Segundo o depoimento de Olga Maria dos Santos Neves, Presidente da Associação Paranaense de Esclerose Múltipla, à imprensa local, a distribuição do remédio, que é de uso contínuo, está irregular há pelo menos 40 dias. Pergunta-se: o que justificaria tamanho descaso das autoridades responsáveis no Paraná?

A saúde no Paraná está doente. Faltam remédios, médicos, aumentou a fila de espera para consultas especializadas; cresceu em 600% o número de mortes de mulheres gestantes; reapareceram casos de tuberculose. Vejam que percentual dramático: o crescimento de 600% do número de mortes de mulheres gestantes no Estado do Paraná!

Oito hospitais universitários paranaenses estão na fila para receber recursos do programa de reestruturação e contratualização dos hospitais de ensino: os hospitais evangélico, de caridade, Cajuru, Pequeno Príncipe, Erasto Gaertner, de Clínicas, Regional Universitário de Maringá (HUM) e Regional do Norte do

Paraná, em Londrina. Aliás, esses dois últimos hospitais, tive a honra de inaugurá-los como Governador do Estado.

A liberação dos recursos depende de o Ministério da Saúde emitir um parecer sobre os projetos enviados ao programa. Esperamos que a burocracia do Ministério da Saúde não retarde a liberação das verbas. É o apelo que formulamos desta tribuna, Sr. Presidente, ao Ministro da Saúde para que agilize os procedimentos, para que libere com eficiência e rapidez os recursos necessários para a manutenção desses hospitais do Paraná, sob pena de aprofundarmos ainda mais a crise da saúde naquele Estado, que já é grave.

Mais um exemplo: o Hospital Infantil Pequeno Príncipe, de Curitiba, pretende, com os recursos a serem recebidos, substituir um aparelho de ultra-sonografia em preto e branco, um analisador automático para o setor de biodinâmica e também promover a digitalização da hemodinâmica.

Portanto, os recursos que estão destinados já têm programação de aplicação definida e não há como admitir atraso num setor em que a Constituição carimba recursos e estabelece um percentual como imposição para a sua aplicação.

Como tão bem destaca a Diretora de Relações Institucionais do Hospital Infantil Pequeno Príncipe, Sr^a Ety Carneiro, o Hospital, como instituição privada com finalidade pública, opera sempre no azul, pois é o próprio hospital que paga os salários, graças às receitas com atendimento particular, convênios e ações de captação e ensino.

Em que pesem todos esses fatores, sobram apenas 3% do orçamento, o que não é suficiente nem para comprar um equipamento.

Destaco esse Hospital porque ele trata, especificamente, de crianças. Se a situação de dificuldades é essa, em um hospital com a característica desse Hospital Infantil Pequeno Príncipe, tão prestigiado na capital do Estado pela sociedade local, imaginem o drama para um hospital público no Estado do Paraná! Esses estão relegados à sua própria sorte, submetidos ao descaso governamental.

A saúde não pode continuar recebendo um tratamento periférico nem dos Estados nem da União.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pois não, Senador Leonel Pavan. Apenas, digo a V. EX^a, Senador, que o que me trouxe a esta tribuna foi a análise de pesquisas de opinião pública, quando constatamos que o problema de saúde no Paraná é aquele apontado pela população do Estado como um problema maior. Os percentuais de preocupação da população, que são

expressivos, no que diz respeito à segurança pública e desemprego só são batidos pelos percentuais de preocupação da população do Estado com a saúde pública de péssima qualidade.

Concedo a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, pela sua preocupação em relação à saúde no dia de hoje, porque, todos os dias, V. Ex^a tem trazido temas importantes para a sociedade brasileira. Quero aproveitar esse seu pronunciamento para falar sobre a questão da liberação de recursos orçamentários, de recursos aprovados no Orçamento, de emendas até individuais para a saúde do Estado de Santa Catarina. Ora, há muitos anos, muitas pessoas procuram o Paraná para serem atendidas em hospitais públicos, desde a época que V. Ex^a era Governador do Estado. Ultimamente, a situação melhorou bastante em Santa Catarina. Porém, quero deixar registrada uma questão. O Governo Federal discrimina o meu Estado quando as emendas são apresentadas por Parlamentares que não o apóiam. Ao não liberar as emendas de minha autoria por eu ser da Oposição, o Governo Federal está discriminando o povo brasileiro, as pessoas que apoiaram o próprio Presidente. Quero registrar que não consegui a liberação de nenhuma das minhas emendas para a área da saúde, para melhorias nos hospitais do interior do Estado de Santa Catarina. Se V. Ex^a reclama de o Governo não liberar recursos para o seu Estado nem aplicar corretamente os recursos devidos na saúde do Paraná, imagine, Senador Alvaro Dias, o que ocorre em Santa Catarina, onde se nota muito bem essa situação. Os Municípios governados pelo PT – cumprimento os Prefeitos e a comunidade administrada por um Prefeito do PT, pelo menos, no momento – estão conseguindo esses recursos, mas outros Municípios, lamentavelmente, não conseguem ter a mesma sorte. Quero manifestar o meu protesto no pronunciamento de V. Ex^a em relação a essa desfeita que o Governo Federal está fazendo com o meu Estado de Santa Catarina ao deixar de liberar não apenas as emendas do Pavan, mas também de outros Parlamentares, emendas para melhorias de hospitais no meu Estado. Essa situação tem ocorrido no Paraná, em Goiás e em outros lugares do Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Pavan.

Veja V. Ex^a que os sanguessugas conseguem liberar recursos do Ministério da Saúde – e como liberam. As ambulâncias passearam com sirenes ligadas pelas ruas do Brasil, em atendimento ao apetite de desonestidade de alguns, que lançam mão até mesmo de dinheiro público destinado à saúde para atender outros

objetivos escusos, dando margem a um desgaste do setor público brasileiro, da instituição parlamentar, sobretudo, colocando na cadeia algumas pessoas, mas certamente condenando à impopularidade e à derrota alguns parlamentares que se sujeitaram a fazer parte dessa quadrilha organizada para assaltar os cofres públicos no setor de saúde no nosso País.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que a discriminação na liberação dos recursos de emendas parlamentares é condenável sobretudo quando se trata de recursos destinados a um setor prioritário, como o de saúde pública. E é o que tem, lamentavelmente, acontecido.

No meu caso, no ano passado, não só em relação à saúde, a liberação dos recursos de emendas parlamentares que subscrevi no ano passado foi de 0%, Sr. Presidente, de 0%, Sr. Presidente, nenhum centavo de liberação em que pese a priorização estabelecida na destinação desses recursos que atendiam sobretudo os setores mais carentes, especialmente o setor de saúde do nosso Estado e nada de ambulância.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Tem a palavra o Senador Sibá Machado, do PT do Acre.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

Em segundo lugar, ontem, dia 29 de maio, foi o Dia do Geógrafo. Eu não podia deixar de registrar essa data, porque sou geógrafo e a classe poderia ficar chateada comigo.

Sr. Presidente, solicito que sejam publicados nos Anais da Casa dois artigos: “Dia 29 de maio e o Dia do Geógrafo. Mas o que significa ser Geógrafo?”, do Dr. Sílvio Simione da Silva, Geógrafo da Universidade Federal do Acre, e “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”, do Dr. Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade Estadual de São Paulo – Unesp. Peço ainda a V. Ex^a que, se possível, seja publicada notícia a respeito no **Jornal do Senado** de amanhã.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, § 1º e inciso II, do Regimento Interno.)

DIA 19 DE MAIO E O DIA DO GEÓGRAFO. MAS SIGNIFICA SER GEÓGRAFO?**DOCUMENTO A QUE SE REFERE****Prof. Dr. Silvio Simione da Silva¹**

Para responder à questão posta no título temos que compreender o que é a Geografia. Aqui partiremos do princípio de que toda ciência tem um papel social e político a ser cumprido. A Geografia é uma disciplina que, na escola do Ensino Fundamental e Médio, é responsável para proporcionar, aos alunos, os conhecimentos básicos de questões sociais, políticas, antropológicas, etnológicas, econômicas, jurídicas e cívicas, e também da forma que apropriamos da natureza. Assim, a base para a formação de profissionais áreas diversas, sobretudo, área de humanas e sociais, inicia-se com o trabalho do professor de Geografia.

Mesmo sendo um saber básico para todos, na academia constitui-se num conhecimento em que o profissional que o exerce dividirá espaço as outras áreas. Internamente, no processo de formação, estes profissionais dividir-se-ão entre aqueles que irão atuar na área de Ensino – os “licenciados”; e, aqueles que atuarão em atividades voltadas para a área Técnica e de Planejamento – os “bacharéis”. Do ponto de vista jurídico do exercício da profissão o “licenciado” é professor; e, o “bacharel” é o Geógrafo propriamente dito. Muitos vêm aí suas especificações em si: o primeiro “dá” aula e o segundo “atua” na área técnica e faz pesquisa. Na realidade, aí se encontram dois profissionais que fazem a Geografia – não podemos vê-los como um que pensa e pesquisa, e em outro que apenas transmite o conhecimento. Tanto o pesquisador ensina com os resultados de suas pesquisas, como o professor pesquisa para ensinar. Ora! Pesquisador que não ensina, pouco valeu então pesquisar! E, professor que não pesquisa não tem o que ensinar. Assim vejo mais correto tratar de “profissionais da Geografia”, embora reconhecendo que esta dicotomia no exercício da profissão é um desafio a ser encarado diariamente.

Mas onde este profissional deve atuar? O licenciado, sobretudo, na sala de aula, mas comumente atua em áreas técnicas diversas. O bacharel deve atuar em setores públicos e privados e nos levantamentos e estudos socioeconômicos, ambientais; nos planejamentos regionais, urbano e rural; no setor de cartografia e geoprocessamento; no licenciamento ambiental etc. Porém, aí nós dividimos espaços com outros profissionais, inclusive, com algumas áreas que tem maior *status* na sociedade. Isto, talvez, seja um dos “porquês” que espaço do “geógrafo” é tão desconhecido e pouco respeitado na sociedade.

Mas de onde vem este conhecimento que, as vezes, nos parece ora tão familiar, ora tão estranho? A realidade é que as raízes da Geografia, fora plantada na sociedade muito antes que esta se firmasse como Ciência Humana e Social. O conhecimento geográfico esteve para o

¹ - Doutor e Geografia pela FCT/UNESP. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC. Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiro, Seção Rio Branco - AGB/RB.

homem desde seus primórdios: no seu saber orientar, no seu saber observar os astros, os rios, as montanhas; mas também na caça, na pesca, no conhecer das florestas, nas práticas sociais e, enfim, nas diversas ações relacionadas a forma em que se apropria e constroem seu espaço para viver. Assim, a geografia nascia como um conhecimento prático, nutrido por necessidade vividas no modo que os sujeitos que formam a sociedade foi se apoderando da natureza, transformando-a e se autotransformando. Travam-se relações com a natureza, ao mesmo tempo em que também travam entre si, no âmbito das relações que produzem a realidade que nós vivemos. É daí que provém este conhecimento.

Então o que isto nos ensina do que é a Geografia? Vejamos, com estes apontamentos vemos a Geografia como uma Ciência que é, sobretudo, uma “Ciência da sociedade” (parafraseando o Prof. Manoel Correia de Andrade), uma prática social no espaço vivido. Parte de compreensão de questões relacionadas às formas que produzimos o espaço em que vivemos na inter-relação constante da sociedade e natureza, em suas dinâmicas, movimentos e contradições.

Então para que serve a Geografia? Vejamos, nos anos setenta, o geógrafo francês Ives Lacoste, tentando explicar geo-politicamente o sentido desta ciência escreveu um livro que no seu título já sugeria o papel estratégico desta ciência: “A Geografia – isso serve em primeiro lugar para se fazer a guerra”. Na verdade, o excelente trabalho deste geógrafo serviu também para que outras áreas do conhecimento de humanidades pudessem compreender a instrumentalização das ciências como ferramenta de alienação social, assim como, da necessidade de as reconstruí-las como instrumento de libertação. Daí, ele mostra que há uma “Geografia dos professores”, a-política, neutra, e cheia de valores alienantes que era (e ainda é parcialmente pode ser) ensinada nas escolas; e, outra que é a Geografia dos estados maiores” que origina-se das estratégias burguesas no domínio que estabelece sobre a sociedade.

O desafio hoje é criarmos base para superar estas práticas. Quase às “vésperas” de mais um dia dos Geógrafos, vemos que romper com este papel de instrumento alienador e constituir em um instrumental capaz de ajudar na construção da uma nova realidade para a sociedade em que vivemos, é o maior desafio aos profissionais da Geografia. “Precisamos conhecer o espaço, para nele saber se organizar, para a ele transformar”, já dizia Lacoste no referido trabalho. Afinal, estamos na raiz de muitos outros conhecimentos, alguns de grande prestígio social, hegemônicos nas decisões da nação; mas nestas decisões a Geografia é muita negligenciada, perante uma realidade matematizada e representada por índices e medidas que se traduzem por médias absurdas. Então, num momento que o Brasil precisa acertar suas “direções”, parece-nos que precisamos mais é de Geografia. Pensemos nisto!

Geografia e a ação profissional: Um sentido para o XIV ENG/2006 ser no Acre**Silvio Simione da Silva²**

A ação do profissional da Geografia é uma atitude que deve ser essencialmente política no seu exercício, mas humana na sua prática. Considerando que o conhecimento geográfico esteve ligado aos grandes movimentos e disputas nacionais e internacionais, podemos pensar no papel deste profissional como agente ativo nos movimentos políticos/sociais vividos. A realidade é que a Geografia, como Ciência nasceu na Alemanha do século XIX, impregnada de valores imperialistas, como um saber científico a serviço dos interesses expansionistas germânicos. Logo depois se expandiu pela França e por outros países centrais, e na sequência por países periféricos. Contudo, já no século XIX houve geógrafos que ousaram a propor um conhecimento crítico que rompesse com o papel de instrumental de domínio burguês e se colocasse a serviço das classes trabalhadoras, porém não tiveram grandes espaços nas academias. Assim, a Geografia difundiu-se como um saber utilitário para a burguesia no seu domínio sobre diversa parte da terra.

No Brasil, a Geografia nasce na década de 1930, sobre forte influência da escola francesa. Professores franceses e outros brasileiros formados na França deram início ao Curso de Geografia na Universidade de São Paulo. Na verdade, este Curso tinha a tarefa de formar base profissional para conhecer o país na pesquisa e ocupar-se na formação de alunos em diversos graus do Ensino. A partir daí, a Geografia se expande por outros estados e vai tomando base nacional, mas chegando ao Acre apenas na segunda metade da década de 1970.

Com o crescimento do número de profissionais, ampliam perspectivas de pesquisas, mas também as posturas políticas e a necessidade de organização. Assim em 1934, foi fundada a Associação Nacional dos Geógrafos – a AGB, estando entre seus fundadores notáveis mestres como Pierre Deffontaines e Caio Prado Júnior. Com a AGB, buscou-se ter maiores práticas de pesquisas, de difusão do conhecimento geográfico e de intervenção na sociedade. Os Encontros Nacionais de Geógrafos – os ENG – nascem sob estes auspícios, como metodologia de reuniões desses profissionais numa cidade brasileira, onde debatiam, discutiam, faziam pesquisa a partir da realidade local, mas sempre da Geografia. Começa-se assim romper com o papel subserviência aos interesses burgueses, numa atuação mais crítica. Este momento histórico já respondia aos tempos vividos no país, e aos reflexos da ciência em nível mundial, por volta dos anos 1950/60. Discutia-se a necessidade de uma ciência mais comprometida com as questões políticas e sociais do país e do mundo, inclusive retomando as leituras dos Geógrafos anarquistas já referidos.

Na realidade, é que no âmbito das transformações política nacional, com o Golpe Militar de 1964, muitos dos profissionais da Geografia, os mais progressistas foram exilados. Isto

² - Doutor em Geografia pela FCT/UNESP. Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC. Diretor da Associação dos Geógrafos Brasileiro, Seção Rio Branco - AGB/RB.

significou uma retomada de um saber pragmático e subserviente aos interesses da classe dominante e pouca expressão da crítica no meio dos profissionais da área. Neste contexto, serão nos movimentos sociais, sobretudo estudantil, que a crítica na Geografia foi sendo reconstruída como um caminho para o encontro com as questões que mais afligiam a sociedade. Daí, o papel dos estudantes, na AGB, cresce em importância. O ENG de 1978, na cidade de Fortaleza marcava o retorno de alguns destes exilados e do encontro com novos profissionais e seguimentos estudantis que buscavam a crítica como caminho para suas ações. Isto marcou um momento histórico com os intensos debates que permearia a ação da AGB como órgão de intervenção social e de definições de direções para uma práxis dos “geógrafos”. Os ENG se consumariam como espaços fundamentais na direção das ações para Geografia.

O que isto tem a ver conosco no Acre neste ano de 2006? A questão é que neste ano do dia 16 a 21 de Julho, nós que fazemos a Geografia aqui seremos os anfitriões do XIV ENG, cujo tema será “A Amazônia no contexto da América Latina: discursos, percursos e práticas”. Na verdade, apesar da Amazônia representar quase a metade do território nacional, o ENG foi realizado na região apenas uma vez, em 1974, na cidade de Belém, um ou dois anos antes de ser implantado o Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Acre. Portanto, trinta e dois anos, o ENG volta à Amazônia, recebido num “ambiente acadêmico geográfico” que até sua última vez que foi realizado na região, não existia. Por outro lado, a AGB/seção Rio Branco, fundada em 1982, teve funcionamentos esporádicos, tendo sido reativada nos dois últimos anos, mas refletindo crises seqüentes, o que também reflete a condição da organização em nível nacional.

O que poderá significar este retorno do ENG à Amazônia, e pelo Acre? Penso que isto marca uma fase de inserção da Geografia que fazemos na Amazônia no cenário acadêmico nacional. Por outro lado, mostra a importância da Amazônia no âmbito acadêmico dos debates sobre o espaço brasileiro, na perspectiva de sua integração no desenvolvimento nacional e Latino Americano. No Acre, significa podermos mostrar a Geografia que fazemos, perante uma realidade estadual que busca se encontrar na luta por um caminho de desenvolvimento sem negar suas raízes históricas. Para a AGB e aos profissionais e estudantes da Geografia de outras regiões, marca o princípio do “pagamento” uma dívida com nossa região, signo fundamental para muitas reflexões feitas nos cômodos espaços de discussões do Centro-Sul e Nordeste e que, com ENG, poderão vir aqui e inteirar desta realidade. Contudo, como retorno, também para AGB, aqui será ambiente para refletir suas ações atuais e suas crises como Instituição.

Quiçá no ENG de Rio Branco/2006, começaremos a buscar novos caminhos para ações perante uma sociedade que foi mais dinâmica que nossa capacidade de autotransformar-se como organização na AGB. Mas se há crise, há possibilidades de renovações! Então, parafraseando o Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves, se a Geografia está em crise, “viva a crise!”

Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais

Bernardo Mançano Fernandes¹

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Introdução

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Mesmo, muitos geógrafos trabalham com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Este artigo é um novo ensaio de uma reflexão maior em realização no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (São Paulo - Brasil). Nossas primeiras reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial surgiram em Fernandes, 2000a, na realização da tese de doutorado sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o território brasileiro.

Neste texto, procuramos aprofundar essa discussão a partir de Santos, 1988 e 1996; Lefebvre, 1991; Raffestin, 19993, Oliveira, 1991, Gonçalves, 2001 e Fernandes e Martin, 2004. Para tanto, revisitamos os conceitos de espaço e território e apresentamos o conceito de processos geográficos à luz de nossa reflexão com base nas leituras e a partir dos diversos projetos de pesquisa em realização no NERA.

Reforçamos nossos argumentos sobre a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas. As idéias aqui apresentadas ainda estão em processo de formação, todavia se constituindo como referências importantes para as leituras geográficas dos movimentos sociais.

Essa é a contribuição contida na parte referente aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Hoje, frente aos intensos processos de exclusão social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades. Acreditamos que este artigo provoca essa questão e a coloca em movimento, revelando espaços e territórios antes não pensados.

1 – Espaço e território

~~O espaço social é a materialização da existência humana.~~ Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre, 1991, p. 102. O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panacéia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado

¹ Geógrafo, professor e pesquisador do Departamento de Geografia, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Presidente Prudente (www.prudente.unesp.br/dgeo/nera). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino – Americano de Ciências Sociais – CLACSO

continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços.

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como composicionalidade, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma completitude, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é *multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação*. As relações sociais, muitas vezes, realizam *leituras e ações* que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que *desfragmentem* o espaço e que não restrinjam as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos, 1996, p. 50 na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos compreende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.

As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de *intencionalidades* das relações sociais, que determinam as *leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte*, o seja, o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.

Essa determinação é uma *ação propositiva* que interage com uma *ação receptiva* e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza. Assim, a *intencionalidade determina a representação do espaço*. Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico.

A *intencionalidade* é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A *intencionalidade* é **uma** *visão de mundo*, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.

Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin, 1993, p. 63, como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert, 2004, denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restringida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira, 1991, nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e

dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes possuem o sentido de trunfo que Raffestin, 1993, defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos.

2 – Processos geográficos

Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entre em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinados lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (Santos, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST);

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização podem acontecer concomitantemente. Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

3 – Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais

As reflexões teóricas apresentadas neste artigo possibilitam aprofundar as leituras geográficas a partir das ações dos movimentos sociais. As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (Fernandes, 2000b). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin (2001) e resultaram na

publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (Fernandes; Martin, 2004).

Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento.

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios². A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos.

Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória.

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do espaço (Lefebvre, 1991). Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

De acordo com Raffestin, 1993, partimos da premissa que para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo.

² Estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra são realizados por Gonçalves, 2004 e 2005.

Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

É com essa preocupação que apresentamos esse ensaio teórico, ou seja, construir um referencial que nos permita compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos.

Ainda queremos enfatizar que isso não significa uma visão determinista do lugar, como lembra Neves (2004). Não propomos o estudo descritivo do espaço ou do território, mas da multidimensionalidade possível, da composicionalidade e da completividade, em todas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos. Não nos interessa o espaço em si, mas o movimento do espaço e sua transformação em território. Não nos interessa somente o espaço físico em si, mas o espaço geográfico em sua totalidade. Estudamos o espaço em movimentos e o movimento no espaço e no território.

Com essa preocupação cunhamos os conceitos que nos possibilitam compreender as ações dos movimentos socioespaciais e dos socioterritoriais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ongs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam.

As organizações não governamentais trabalham com representações de interesses, defendendo desde os interesses de uma multinacional aos interesses de um movimento indígena. Portanto, só podem se constituir como movimentos socioespaciais, uma vez que não possuem um território definido. O fato de defenderem uma ou outra intencionalidade não lhes dá o status de movimentos socioterritoriais, pois como afirmamos na primeira parte deste artigo, os territórios imateriais são também espaços políticos, abstratos. *Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes.* Todavia, as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem. Assim sendo, o conceito de território vincula-se ao conceito de espaço geográfico, seus elementos naturais e relações sociais. Elemento fundamental do território e do espaço geográfico é a materialização da existência humana.

As igrejas podem ser movimentos socioespaciais e ou movimentos socioterritoriais, dependendo das relações sociais com as quais trabalham, podem ser agências de mediação ou defender seus próprios interesses.

De acordo com as pesquisas da Comissão Pastoral da Terra, 2005, p. 219-224, existiam, até 31 de dezembro de 2004, em torno de 240 movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuando em todo o território brasileiro. Desses a maior parte é de movimentos socioterritoriais isolados e respondiam por um número menor de ações, enquanto os movimentos territorializados executaram um número maior de ações, enquanto os movimentos socioespaciais aparecem com agências de mediação.

Movimentos (socioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito.

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

Os movimentos socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global do é o Greenpeace. Um exemplo de movimentos socioespacial em escala local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais, como energia elétrica, asfalto, escolas etc.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.

Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais enfrentam contra – espaços (Moreira, 2002), que foram estudados por Feliciano, 2003, com exemplos das medidas políticas do Estado constituídas como barreiras espaciais para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos camponeses. O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.

Considerações finais

A construção dos conceitos aqui apresentados é um processo amplo e de debate permanente. Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios.

Também é possível mapear os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais.

Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura autônoma, para compreender melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento. Os conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial são tentativas de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos.

Referências bibliográficas

- Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no Campo – Brasil – 2004*. Goiânia: CPT, 2005.
- Feliciano, Carlos Alberto. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. São Paulo, 2003. Dissertação (mestrado em Geografia) Curso de Pós – Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.
- Fernandes, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.
- Fernandes, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In *Revista Terra Livre* nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.
- Fernandes, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 12, 2004.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Siglo Veintiuno, 2001.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.
- Gonçalves, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In *Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.
- Haesbaert, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- Lefebvre, Henri. *The Production of Space*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- Martin, Jean Yves. *Les Sans Terre du Brésil: géographie d'un mouvement socio-territorial*. Paris: L'harmattan, 2001.
- Moreira, Ruy. O espaço e o contra – espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In *Revista Território Territórios*. Programa de Pós – Graduação Em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.
- Neves, Achilles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. Goiânia: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos (Anais), 2004.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- Raffestin, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- Santos, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
- Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a será atendido. V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável em terceiro lugar.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan, do PSDB de Santa Catarina.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Meu querido Presidente João Alberto, recebi um pedido de dezenas ou centenas de representantes comerciais referente a um projeto que apresentamos no dia 13 de maio de 2003, nesta Casa, para que os representantes comerciais possam optar pelo Simples.

Sr. Presidente, deixo um requerimento a V. Ex^a para a Comissão de Educação, onde o Relator do meu

projeto é o eminente Senador Wellington Salgado, e para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde o Relator é o Senador Sérgio Cabral. O projeto estava na Comissão de Assuntos Econômicos, enviaram-no para a Comissão de Educação, para depois retorná-lo à Comissão de Assuntos Econômicos.

Se possível, gostaria que meu pronunciamento fosse publicado no **Jornal do Senado**. É necessário agilizar a tramitação do meu projeto, que está parado desde 2003 – faz três anos. E os representantes comerciais, com justiça, reivindicam que, pelo menos, seja colocado em discussão, para ser aprovado ou reprovado, pois ele permite que os representantes comerciais possam optar pelo Simples.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)

Projeto Lei Nº 183/2003

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras,
Senhores Senadores,

Em 13 de maio de 2003 – há três anos, portanto –, apresentei nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 183/2003. O referido Projeto, Senhor Presidente, permite que a pessoa jurídica que se dedica à atividade de representante comercial possa optar pelo SIMPLES.

está parado na Comissão de Assuntos Econômicos

A data que escolhi para trazer essa proposta à consideração das Senhoras e dos Senhores Senadores – 13 de maio – é emblemática: é uma data de libertação; uma data de valorização das potencialidades do ser humano; uma data, enfim, de afirmação do indivíduo sobre os grilhões patrocinados

pelo Estado. E é exatamente disso – de libertação da ganância do Estado – que necessitam os representantes comerciais.

Até 1989, Senhor Presidente, o representante comercial gozava dos benefícios fiscais concedidos à microempresa. Nada mais justo! Em 13 de dezembro daquele ano, porém, a Secretaria da Receita Federal baixou o Ato Declaratório CST nº 24. A partir daí, a sociedade que exercesse a atividade de representação comercial ficava excluída de tais benefícios.

A reação não se fez esperar. Esbulhados em seu direito, os representantes comerciais foram à Justiça: apontaram a ilegalidade do Ato Declaratório nº 24 e obtiveram sucessivas decisões judiciais favoráveis a sua causa. Posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça reconheceu, também, que era legítima a reivindicação dos representantes comerciais.

Não obstante, Senhoras e Senhores Senadores, tudo voltou à estaca zero com a promulgação da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Em seu artigo 3º, essa Lei dispõe que a inscrição no SIMPLES implica o pagamento mensal unificado de uma série de impostos e contribuições, tais como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, o PIS/PASEP, a COFINS e o IPI. Até aí, tudo bem! Todos sabemos da importância do SIMPLES para as microempresas de nosso País. O problema, porém, é que o artigo 9º da mesma Lei, em seu inciso XIII, simplesmente nega ao representante comercial a possibilidade de optar pelo Sistema.

É contra tal discriminação, Senhor Presidente, que se coloca meu Projeto. Afinal, conforme eu já salientara em sua *Justificação*, o representante comercial, que se dedica à mediação de negócios mercantis, tem sua profissão regulamentada por lei que não lhe exige habilitação técnica. Ora,

sempre é bom lembrar que o espírito do inciso XIII do artigo 9º da Lei nº 9.317 é o de vedar a opção pelo SIMPLES a atividades cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida. A representação comercial, sabemos todos, é feita em sua grande maioria por pequenas empresas familiares, que têm como sócios marido e mulher e que dispõem de ínfimo capital; pequenas empresas que, além de pagar os impostos e contribuições federais, pagam também outros tributos, como o ISS, devido ao Município.

Portanto, neste momento em que o PLS nº 183 de 2003 completa três anos, quero pedir às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores que trabalhem por sua rápida tramitação. A matéria estava pronta para ser apreciada na Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável do Relator, o ilustre Senador Sérgio Cabral. Ocorre, porém, que o Projeto passou a tramitar em conjunto com dois

outros, motivo pelo qual foi encaminhado, recentemente, à Comissão de Educação, para depois voltar à Comissão de Assuntos Econômicos.

Faço um apelo, aqui, ao Relator da matéria na Comissão de Educação, o ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, no sentido de que a examine com carinho. Terá, com certeza, o reconhecimento de todos os representantes comerciais de nosso País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A reclamação de V. Ex^a será levada à Mesa da Casa.

Srs. Senadores, falará agora o Senador Marco Maciel e, em seguida, pela Liderança, o Senador Leonel Pavan. E antes do Senador Cristovam Buarque, intercalarei os oradores e os pedidos para uma comunicação inadiável. Peço que V. Ex^{as} compreendam, porque quem pede a palavra para uma comunicação inadiável às 14 horas está aqui há muito tempo, deseja falar e utilizará apenas cinco minutos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, do PFL, ex-Presidente da República e ex-Governador de Pernambuco, por dez minutos.

O SR. MARCO MARCIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente desta sessão, ilustre Senador João Alberto, do PMDB do Maranhão, já o conheço de muito tempo, posto que foi Deputado Federal – um competente

Deputado Federal, Governador do seu Estado e também no Senado tem uma atuação caracterizada pela defesa dos problemas do seu Estado e do seu povo, o que o faz, certamente, um dos melhores homens públicos do nosso País. Portanto, os cumprimentos a V. Ex^a pela sua atuação no Senado Federal.

Sr. Presidente, estou falando neste instante por uma gentileza do nobre Senador Cristovam Buarque, que admitiu fazer uma permuta comigo para que eu pudesse falar antes dele.

O tema que vou versar, Sr. Presidente, diz respeito às reformas políticas que, no Brasil, se têm cingido a sucessivas reformulações de natureza eleitoral. Criamos, talvez, com isso, a síndrome de tomar por políticas simples mudanças pontuais do sistema partidário-eleitoral. E a melhor evidência é que conquanto multiplicando-se ao longo do tempo essas reiteradas reformas se restringiram à mudança do sistema majoritário do adotado no Império em 1821, pelo sistema

proporcional, instituído, mais de um século depois, pelo Código Eleitoral de 1932, logo após a Revolução de Trinta. Isso nos leva a indagar em que medida tais mudanças, ajudaram a aprimorar nossas instituições político-representativas. Todo o arcabouço legal nesse terreno, além de normas constitucionais, restringe-se a apenas quatro ordenamentos distintos: o Código Eleitoral de 1965, a Lei Complementar de Inelegibilidades de 1990, a Lei dos Partidos de 1995 e a Lei Eleitoral de 1995, destas duas últimas, aliás, tive o ensejo de participar como Vice-Presidente da República. Com exceção do Código Eleitoral, as demais foram sancionadas na década de noventa do século anterior. As Resoluções do TSE, no entanto, somam mais de 20 mil. Forçoso é reconhecer, porém, que os avanços substantivos do sistema eleitoral brasileiro decorreram mais de políticas adotadas nos últimos anos, do que de mudanças legais. Refiro-me, em especial, à informatização dos processos eleitorais que incontestavelmente, serviu para aumentar a legitimidade do sistema, banir as práticas mais usuais de fraudes e manipulação e, em consequência, diminuir sensivelmente os recursos judiciais sobre os pleitos, de tão nefasta memória em nossas plagas. Isso sem contar que tal providência propiciou igualmente a melhora de nossa imagem no exterior, pois o Brasil, segundo maior eleitorado do mundo ocidental, consegue proclamar o resultado final dos pleitos poucas horas após a votação.

Como se vê, as verdadeiras reformas institucionais que o País reclama não dependem somente de mudanças nas leis, mas, também do saneamento das práticas e dos processos correntes.

Mais do que isso, algumas dessas alterações depois, não têm sido mais do que um recurso que, tal como indica a origem etimológica do termo, dizem mais respeito as aspectos formais dessas mudanças, do que à sua substância que interessa mais à sociedade brasileira do que ao conjunto do “estamento político”. Examinando-se volume coligido em 1874, por Antonio Pereira Pinto, intitulado “Reforma Eleitoral”, somos levados a constatar – e a lamentar – que a mais efetiva das mudanças, ocorrida em 65 anos de duração da Monarquia se cingiu à Lei Saraiva de 1881. Ao transformar em diretas as eleições de dois graus adotadas em 1822, o que pareceu um avanço, terminou se transformando num retrocesso, na medida em que aumentaram as exigências para comprovação da renda dos eleitores, reduzindo-se, como decorrência o Colégio Eleitoral. Uma vez que não há alternativas aos sistemas eleitorais, que as modalidades majoritária ou proporcional, e que esta última além de se encontrar consagrada em todas as constituições democráticas do País, desde 1934, é adotada – embora no Brasil

por listas abertas lamentavelmente – na maior parte do mundo, por ensejar menores inconvenientes que o sistema majoritário – este, aqui, conhecido pela apelido de “distrital”. Talvez seja hora de refletir conjuntamente a propósito dos passos a serem dados tão pronto esteja encerrado o pleito deste ano.

É importante ter presente serem as reformas de que necessitamos para vencer o agudo déficit de governabilidade que, por sua vez, limita o nosso processo de desenvolvimento, se alojam além do mero campo político, para se situarem no território das instituições.

Mais do que meus argumentos, parecem-me úteis as lições de Norberto Bobbio, contidos no seu livro “Entre Duas Repúblicas” em que o Mestre analisou, ao fim da Segunda Grande Guerra, a conjuntura que vivia seu País quando se discutia o futuro da Itália, e os rumos de sua Constituição de 1946 que, lá como aqui, tinha o objetivo de devolver às nações, a democracia tão cruelmente banida, lá pelo fascismo, aqui pelo Estado Novo. A transcrição de trechos iniciais do livro, sob o título “Homens e Instituições” justifica-se por si mesma, e por sua enorme atualidade e aplicar-se a nossa realidade: “Há ainda quem diga a política é questão dos homens. Tais pessoas formavam, durante o fascismo, alinhamento dos iludidos, porque admitiam que tudo seria dado certo se, no lugar desses homens, corruptos e prepotentes, houvesse outros homens, honestos e íntegros. Essas pessoas são, hoje, as mesmas que vão aumentar a fila dos desiludidos, porque descobrem que nem todos os governantes são Péricles e, nem todos os membros dos Comitês da Libertação Nacional são Catão. Esse conceito, melhor dizendo, esse pré-conceito, baseia-se na divisão abstrata e moralista dos homens, de todos os homens, em bons e maus, e na falsa e ingênua opinião de que a política seja a simples arte de colocar os bons no lugar dos maus”. Infere-se, portanto, de suas palavras, que a questão desloca-se do âmbito das pessoas – isto é, com suas virtudes e defeitos – para corretamente se situar no edifício de autênticas instituições. Observa, mais adiante, Bobbio: “para quem insistir em dizer que é questão de homens, responderemos com absoluta segurança, que é de instituições. Os homens em sua maioria, são aquilo que são; as boas instituições revelam as qualidades positivas, as más, as negativas. Uma instituição onde os homens se corrompem e antepõem o próprio interesse no interesse público, não resta dúvida, é uma má instituição. Ora, recriminar a malvadeza dos governantes, quando as instituições não são boas, é, no mínimo, tão absurdo quanto esperar que os governantes se tornem providencialmente sábios sem que as más instituições sejam removidas”.

Prossigo citando o filósofo-jurista e cientista político Norberto Bobbio: “Nunca, como hoje, ficou tão claro que o problema da renovação política, com a qual estamos comprometidos, é problema de renovação das instituições...” “Mas quais?” – pergunta, mais adiante, Bobbio – para responder com “instituições democráticas”. São aquelas “que chamam o maior número possível de cidadãos à responsabilidade do poder, sem amarrá-los; que ampliando o sufrágio, a participação, o controle impede alguns poucos de transformar o Estado em fortaleza de privilégios e de tirar do poder todas as vantagens, descartando todas as responsabilidades. E eis que retornamos, assim, à oposição entre homens e instituições, a qual nos dá a exata medida da diferença essencial que separa um regime totalitário de um regime democrático...”, isto é, segundo Bobbio, “augurando o de um regime democrático, fazemos votos para que seja constituído um sistema político em que, ao contrário, as instituições sejam tão duradouras e de difícil revogação quanto forem substituíveis e mutáveis os indivíduos um sistema político em que um decreto ordinário seja suficiente para destruir homens de governo que realizam mal o seu trabalho mas que, para mudar uma instituição, ocorra, não uma guerra mundial ou uma revolução, mas uma reviravolta completa na situação política do país”. E encerra, referindo-se aos trabalhos que então se desenvolviam para elaborar a Carta Constitucional Italiana de 1946: “A Constituinte terá, portanto, o dever de substituir uma vez por todas o poder dos homens pelo governo das instituições democráticas”.

Reportando-se ao texto “Instituições democráticas”, ainda adverte Bobbio: “Há quem reduza a democracia à mera formalidade, definindo como regime democrático aquele em que a classe política é eleita pelos cidadãos, ao contrário do que ocorre nos regimes totalitários, nos quais a própria classe política se impõe com a força. Percebe-se que em tal regime, ao qual podemos dar o nome de democracia formal e não real, a democracia torna-se mais perfeita, à medida que é ampliado o sufrágio: de fato, o programa máximo dessa democracia é o sufrágio universal.

Democracia hoje quer dizer”, enfatiza, uma vez mais, Bobbio, “antes de tudo, dar o Estado aos cidadãos, preencher o máximo possível o vazio entre o indivíduo e o Estado, trazer, em síntese o Estado para o nível dos homens, levando o cidadão ao governo, à administração, não somente nas prefeituras, mas também nas fábricas, nas profissões, nas escolas, etc., dando à maior parte dos indivíduos de maneira direta, e não apenas indireta, os deveres e responsabilidades do cidadão”. Além disso, acrescenta o cientista italiano, com pertinência, não constituir a democracia em simples

formas de escolha de governantes, para observar que a “democracia tem um método que a distingue substancialmente, de todas as outras formas de governo. Esse objetivo é a educação dos cidadãos à liberdade. Só o homem livre é responsável; o homem, porém, não nasce livre a não ser na abstração dos iluministas: ele torna-se livre em um ambiente social onde as condições econômicas, políticas e culturais sejam tais que o conduzam, mesmo a contragosto, a adquirir a consciência do próprio valor do homem e, assim, das próprias possibilidades e dos próprios limites no mundo dos outros homens.

Impõem-se, em consequência, instituições democráticas capazes de oferecer ao indivíduo “o exercício da liberdade, mas a consolidar e a desenvolver nesse indivíduo o próprio sentido da liberdade”, isto é, “para que a massa informe e inerte de vítimas e dos súcubos da vontade da potência se articule em uma multiplicidade de pessoas conscientes do próprio valor e dos próprios limites, não mais sujeitando-se ao arbítrio daqueles que detêm um poder sem controle”.

Tais considerações, verdadeiramente luminárias, do fecundo pensador e formulador que foi Bobbio, levam-nos às reformas que o Brasil pede, a Nação reclama, e a consciência coletiva demanda. Uma constituição, emendada quase 60 vezes em menos de 18 anos, ao sabor das mais variadas conveniências, não conseguiu criar, em que pese avanços na busca do Estado de Direito, costumes democráticos, e como parece ser a evidência dos fatos mais recentes verificados na história política brasileira, não edificou a democracia real, não construiu uma obra do tempo, a democracia efetiva sem a qual a idéia democrática não viceja na mente do corpo social. Daí a necessidade de trocar o hábito de reformas que na realidade não transformam, pelo de lutar por mudanças institucionais, capazes de dotar a Nação de uma Democracia tão almejada, todavia ainda tão distante de nós. A que praticamos, a cada dois anos, como agora, através de eleições, para legitimar a investidura do poder político, pode ser um instrumento, mas não um objetivo que una todos os brasileiros em torno desse que deve ser o ideal comum a todo o País.

Mas, afinal, o que vem a ser uma instituição, se almejamos reformas institucionais? Com lecionou o professor Karl Deutsch, em seu livro **Política e Governo**, “uma instituição é coleção, ordenada e mais ou menos formada de funções e hábitos humanos – isto é, de expectativas encadeadas de comportamento – que redundam numa organização ou prática estável, cuja ação pode ser prevista com certa margem de segurança. Os governos, as universidades, os hospitais, os tribunais, as comissões de planejamento e firmas

comerciais são organização desse tipo; as votações, o crescimento, a propriedade e a lei representam algumas dessas práticas. Institucionalizar uma prática, um processo ou serviço é mudá-los, de uma atividade informal e insuficientemente organizada para outra altamente organizada e formal". Não basta, porém, considerarmos as instituições sob o ponto de vista político e jurídico, mas, ao contrário, "é indispensável levarmos em conta também o seu aspecto social, já que tudo que é social é coercitivo e sob essa ótica, a instituição é uma coerção socialmente eficaz".

As reformas institucionais, portanto, são as que dizem respeito, de um lado, à eficiência das instituições sociais e de outro, à utilidade e eficácia das instituições públicas. Sem coerção social, a ciência política se transforma em simples exercício imoderado e imprevisível de poder. Assim temos aprendido ao longo de nossa evolução histórica. Por isso, a maioria de nossas mudanças políticas e de nossas reformas sociais e econômicas tem sido resultado da imposição e não do consenso. As reformas institucionais que tenham a virtude de atender às aspirações da sociedade, mais do que a conveniência dos partidos, das ideologias e dos grupos de interesse que gravitam em torno da política, por legítimas que sejam seus objetivos, têm que considerar mais, acima de tudo os seus efeitos, a consideração dos seus conceitos. E a primeira e mais antiga – repita-se – das instituições do mundo civilizado é o Estado, em todas as suas formas e as suas modalidades. Não porque seja a mais importante das instituições humanas, mas pelos atributos que a ele vêm associados: o poder, o monopólio do uso da força, a repressão e, como testemunham ainda os nossos tempos, o recurso à violência. Hoje, já não há limites para a ação do Estado, seja para beneficiar, proteger ou prejudicar. Os limites para moderar a ação do poder político, são todos antigos, de quase três séculos. Talvez o mais eficaz e seguramente o mais velho deles, é o da separação dos poderes. Mais tem sido, também, insuficiente para conter os abusos a que, ao longo do tempo, se habituou o exercício imoderado da autoridade e proporcionou ao mundo os mais dramáticos espetáculos de violência: as guerras, os conflitos armados e as formas não menos destrutivas do homem e de seus ideais; a miséria, a fome, a marginalização, a discriminação, a pobreza, a indigência, o abandono, sem esquecer a indiferença.

Concluo, Sr. Presidente, as minhas palavras dizendo que, para reformar o Estado é preciso, tão logo se inicie a próxima legislatura e sejam investidos em suas funções os titulares do Executivo, eleitos em outubro próximo, revermos o conceito em que se fundamenta sua própria legitimidade, sua utilidade, suas

finalidades e os limites de sua atuação. Essa deve ser a nossa missão, por constituir, penso, uma aspiração de toda a sociedade brasileira.

Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente, o tempo que me concedeu.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a será atendido.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres do PDT do Amazonas.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela ordem.) – Solicito minha inscrição como Líder do PDT para falar antes da Ordem do Dia, não já, Sr. Presidente, talvez depois do próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito e vai falar assim que sejar.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho do PFL da Bahia.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pela Liderança da Minoria antes da Ordem do Dia conforme documentação enviada a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a está inscrito.

Conforme eu havia anunciado, concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Serys Slhessarenko, do PT do Mato Grosso por cinco minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer duas comunicações antes de dar início a meu pronunciamento.

A primeira delas é que acaba de chegar a esta Casa uma medida provisória da maior importância para uma parcela do funcionalismo público do nosso País. A medida dispõe sobre a reestruturação das carreiras e sobre a remuneração do Banco Central, do Magistério de Ensino Superior, do Magistério de 1º e 2º graus, das carreiras da área de Ciência e Tecnologia, da carreira de Fiscal Federal Agropecuário e dos cargos da área de Apoio à Fiscalização Federal e à Agropecuária. Estende ainda a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária aos cargos de

Técnico de Laboratório e de Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e cria ainda a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria do Departamento Nacional de Auditoria no Sistema Único de Saúde. Eu diria que é da maior relevância essa medida provisória que acaba de chegar para uma parcela do funcionalismo público federal do nosso País.

Queria ainda anunciar aqui que foi regulamentado pelo Incra, Ministério do Desenvolvimento Agrário, a regularização fundiária para áreas de até quinhentos hectares ocupadas por pessoas que estejam em cima de terras públicas. Falta ainda a correspondente publicação no **Diário Oficial**.

Só em Mato Grosso essa medida promoverá a regularização de mais de 80% das terras de pequenos e médios produtores, de produtores que ocupam áreas de até quinhentos hectares.

O Senador Sibá Machado e os Senadores da Região Amazônica sabem que essa é uma conquista da maior grandeza para a Região Amazônica. Trata-se, de fato, da possibilidade de regularização das terras daqueles que ocupam áreas públicas de até quinhentos hectares. A medida beneficia todos aqueles que são ocupantes pacíficos de terras da União e que já entraram com processos nos Incras dos mais variados Estados para solicitar a regularização da área que ocupam. A apreciação dos procedimentos daqueles que já entraram com os requerimentos terá, é óbvio, caráter preferencial e emergencial; aqueles que ainda não deram início a seus procedimentos, com certeza, farão isso em breve. É uma medida da maior envergadura para a regularização das terras na região da Amazônia.

Sr. Presidente, face à visita do Presidente Jacques Chirac em uma das últimas sessões da semana passada, não tive oportunidade de aqui fazer alguns esclarecimentos que julgo necessários. Apesar de alguns já terem espontaneamente se manifestado, inclusive em minha defesa, quero usar a tribuna deste Senado para esclarecer à Nação, de uma vez por todas, os episódios de duas semanas atrás, quando simplesmente fizeram “brotar” o meu nome em uma das listas relativas à operação Sanguessuga. Distribuí nota a Vossas Excelências, mas penso que, para a população que nos ouve agora, é importante esclarecer sumariamente o seguinte: não sei do que me defender. Meu nome apareceu, inicialmente, relacionado a uma emenda de 2001, quando nem Senadora eu era, muito menos Deputada Federal, mandato que nunca exerci. Aí não tinha jeito de me colocar porque, em 2001, o governo era adversário nosso, eu não tinha como atuar. Não sendo Deputada nem Senadora,

não entendo como posso ter aparecido nessa lista, e ninguém deu explicações sobre isso até hoje. Depois apareci, já que não deu certo a primeira tentativa, em uma tal lista “de projetos de interesse da empresa”, que não se sabe ao certo qual é, mas coisa boa não deve ser, Sr. Presidente.

Todos nós, Senadores, temos de destinar um percentual específico para atender as demandas da saúde. Nesse particular, estariam glosadas duas emendas minhas: uma de 80 mil reais para o município de Campo Novo dos Parecis, destinada à construção de um posto de saúde, nada tendo a ver com ambulâncias. O dinheiro está lá na conta da prefeitura, e o prefeito nem fez licitação ainda, mas já me mandou todas as informações por escrito. Está difícil de a gente entender essa questão. A outra, de 104 mil reais, foi destinada à prefeitura de Cana Brava do Norte; são recursos cuja aplicação já foi comprovada por meio das notas e declarações que me foram enviadas pelo Prefeito. Foi comprado um carro para servir de ambulância em uma concessionária da **Renault** e um Fiat Uno – segundo a informação do Sr. Prefeito, os veículos foram adquiridos diretamente nas concessionárias da região. Portanto, não está dando para entender essa questão.

Agradeço aqui aos Srs. Prefeitos, tanto o de Campo Novo dos Parecis quanto o de Canabrava do Norte, pela presteza com que ofereceram essas informações ao Senado da República e à minha pessoa.

Quero manifestar, de antemão, meu total e irrestrito apoio à Polícia Federal pela competente persecução que está fazendo. São ações como essas da operação Sanguessuga que estão ajudando este País a combater, com eficiência, os parasitas da Nação.

Quero dizer mais ainda: que se aprofundem – como já está sendo feito sob o competente timão do Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza – as investigações e que batam onde tenham de bater. Temos o dever de prestar contas à sociedade! Que se apure até às últimas consequências, porque, se o meu nome, como o de qualquer um de V. Ex^{as}, estiver envolvido nessa questão – e espero que não esteja o de ninguém, porque tenho certeza de que o meu não está –, se constar de qualquer lista dessas, serei a primeira a querer saber o porquê.

Sr. Presidente, como meu tempo é bastante curto, vou concluir.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Pois não, mas eu preciso de mais dois minutos.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Peço a compreensão do Sr. Presidente apenas para fazer esse aparte.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Pois não, concedido o aparte.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a e dizer que lamentavelmente é assim. É incrível como, de quando em quando, nós, homens públicos, recebemos uma explosão e, quando percebemos, a explosão não foi ao seu lado, foi mais adiante. Porém, nós pagamos o pato. Dei, na Paraíba, 111 ambulâncias: 82, com meus próprios recursos; e 29, com recursos do Governo, sendo que 13 foram compradas nessa empresa. A Controladoria-Geral da República foi lá e não saiu nada de erro na Paraíba. No entanto, passei aqui semanas, e ainda hoje, falando com o Corregedor, Senador Romeu Tuma, pedindo que apressasse, pois quero reposta a esse assunto. E o que é mais incrível é que eu assinei a CPI. No meu Estado, um órgão que está pressionando e recebendo verbas dos nossos opositores disse lá que fui contra a CPI e tentei vetá-la, quando eu fui um dos primeiros a assinar. Pedi, inclusive, o certificado da Mesa. Então, V. Ex^a não se preocupe, porque, infelizmente, ninguém joga pedra em árvore que não dá fruto. Só se joga pedra em árvore que dá fruto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Aliás, eu recebi centenas de mensagens como essa.

Eu gostaria de continuar, Sr. Presidente, até para não passar do tempo, dizendo que, naturalmente, essas explicações foram dadas – refiro-me às que estou dando aqui. Não existe nada, meu nome não há como estar envolvido. Mas, infelizmente, depois que saem as manchetes na região, como sói ocorrer nesses casos, esses esclarecimentos ganharam por parte dos mesmos detratores da minha pessoa o destaque jornalístico próprio de um tímido obituário, eu diria: bem pequenininho.

Não rejeito meu passado e, por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, não aceito as insinuações maldosas, vindas de parte da imprensa de meu Estado de Mato Grosso, apesar de entender por vezes suas espúrias razões. E parte dessa imprensa de meu Estado sabe que já responde na Justiça por infâmia, injúria, calúnia, difamação e danos morais. E vai responder de novo. Estou nas raias do Supremo Tribunal Federal com uma questão contra parte dessa imprensa. E vai parar lá novamente, porque eu não admito, não aceito e desafio, como já desafiei, que procurem com lupa: nunca fiz nada, não faço ou farei nada que envergonhe o povo de meu Estado de Mato Grosso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me um aparte Senadora?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Só um instantinho, Senador, e já lhe concederei um aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Pois não.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Temos de parar com essa idéia fixa de, às vésperas de cada eleição, fabricar escândalos, não só porque isso confunde as pessoas, como também, e principalmente, porque passa a nítida sensação de que o poder se justifica a qualquer preço. Não vejo assim. Política se faz com idéias e ideais, e não – desculpem o termo Sr^{as} e Srs. Senadores – com baixaria.

Este País vive novos tempos, em que a verdade está vindo à tona com transparência dolorosa, tempos em que a própria imprensa (tão saudável e imprescindível nos exemplos daqueles que encaram com responsabilidade o seu mister), por mecanismos desenvolvidos a duras penas, está se depurando do ponto de vista ético sem perder a necessária crítica política.

Talvez Whitman estivesse certo: “a alma tem aquele orgulho ilimitado que consiste em jamais reconhecer qualquer lição que não seja a sua.”

Antes de conceder o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, para concluir, agradeço profundamente as manifestações sempre honradas por parte dos meus colegas de Partido e da Oposição, apoio que me fizeram de forma absolutamente espontânea, sem que eu tivesse sequer me manifestado dessa tribuna, como estou fazendo hoje. A Oposição puxou o primeiro discurso, primeiro do Senador Arthur Virgílio, seguido do Senador Heráclito Fortes e de outros Senadores. Mas ressalto esses dois por serem da Oposição e por terem, espontaneamente, iniciado a minha defesa na semana que passou neste plenário. Isso me deixou extremamente honrada. Não tenho nem palavras para dizer como me fez bem receber as manifestações da Oposição e da Situação. A nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti assumiu, naquele momento, a nossa defesa, bem como o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Ney Suassuna, o Senador Luiz Otávio, o Senador Paulo Paim, enfim todos os Senadores que tiveram tempo hábil naquela sessão, sem que eu tenha tocado no assunto, começaram a falar, fazendo a minha defesa.

Agradeço aqui profundamente aos Senadores companheiros da Situação, mas principalmente a grandiosidade e a espontaneidade da Oposição que puxou a nossa defesa. Isso, realmente, nos emociona e faz com que acreditemos na grandeza dos seres humanos.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero confirmar o que disse na semana passada: espero que a imprensa de Mato Grosso esteja registrando o esclarecimento completo dos fatos, uma vez que houve uma informação inadequada e incorreta a respeito de V. Ex^a. Em tudo que eu conheço dos tempos em que convivemos, eu sempre vi no trabalho de V. Ex^a a procura da justiça, a defesa do interesse público e a defesa da ética na vida política.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS) – Muito obrigada a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Ouçó, agora, o aparte do Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senadora Serys Slhessarenko, poucos aqui sabem de quanto tempo data o nosso conhecimento. Somos de Estados irmãos, siameses, que foram separados. E cada um, agora, com o seu destino, busca o progresso e o desenvolvimento. E, à frente disto, no Estado de V. Ex^a, eu sei que ele, aqui, está bem representado na pessoa de V. Ex^a. Por conhecê-la de muito tempo é que eu lhe empresto uma solidariedade da qual V. Ex^a não precisa – diga-se de passagem – porque a vida de V. Ex^a fala por tudo. As atitudes, as lutas de V. Ex^a e a defesa de seus ideais falam mais do que a eloquência do seu discurso nesta data. Deixo-lhe o carinho de quem, realmente, continua acreditando na sua bravura, mas principalmente na sua dignidade e na sua moralidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador.

Duas Senadoras ainda me pedem um aparte. Não sei se o Presidente permitirá.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Somente meio minuto, Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Depende do Presidente.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O Presidente nos autoriza? (Pausa)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu concedo.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senadora Serys Slhessarenko, apenas para que fique o registro. A posição, o reconhecimento e a idoneidade de V. Ex^a, a forma responsável e transparente como conduz o mandato é tão inequívoca, e já deve ter ficado bem configurada, que quem puxou o assunto, na semana passada, não foi ninguém próximo a V. Ex^a, não foi ninguém do PT, ninguém da Base de apoio ao Governo; foi, nada mais nada menos, do que uma das principais lideranças da Oposição, o Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a foi quem iniciou toda a referência a esse episódio lamentável que nós esperamos, como já mencionou o

Senador Eduardo Suplicy, fique definitivamente desconstituído, principalmente no seu Estado, Mato Grosso, tendo em vista que, sabemos, o quanto esse tipo de fofoca, em ano eleitoral, acaba crescendo. Cresce mais do que cogumelo após a chuva. Então que tudo isso sirva para dar uma boa roçada no seu caminho a fim de retirar toda essa maledicência, até porque era algo tão absurdo! Imputavam-lhe uma emenda de 2001, quando V. Ex^a nem sequer era Senadora.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu nem sabia se seria candidata!

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Em 2001, apostei que V. Ex^a nem sequer sabia se seria candidata ao Senado da República. Depois, acabou sendo e foi eleita com uma votação extremamente representativa no seu Estado.

A Sr^a Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senadora Serys – Sr. Presidente, obrigada pela deferência –, também quero registrar o carinho que sentimos e o respeito que temos por V. Ex^a há muito tempo. Em 1992 – talvez V. Ex^a não se lembre disso –, eu era dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no meu Estado. Na direção do Sindicato, comprei uma briga tremenda para indicar o seu nome para fazer uma palestra em um congresso da entidade – não sei se V. Ex^a se lembra disso –, no Centro Arquidiocesano de Pastoral, porque, naquele momento, V. Ex^a exercia um dos primeiros mandatos como Deputada Estadual, mas já era uma referência regional de idoneidade, de seriedade e de responsabilidade, sobretudo. Eu queria apenas fazer este registro para dizer que a nossa confiança em V. Ex^a é total, porque a conhecemos de longa data, quando V. Ex^a nem sequer nos conhecia.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senadora Fátima Cleide.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora Serys, em poucas vezes há unanimidade nesta Casa. No entanto, a respeito desse assunto, tenha a certeza de que a opinião desta Casa é unânime. Todos nós acreditamos em V. Ex^a, na seriedade dos seus atos e no seu comportamento como uma ótima Senadora desta Casa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra pela Liderança do PT antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores inscritos para falar pela Liderança são os Srs. Senadores Leonel Pavan, Jefferson Péres, Rodolpho Tourinho e, agora, a Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O nobre Senador tem cinco minutos para fazer uma comunicação urgente, de interesse partidário.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres, do PDT do Amazonas.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Sr. Presidente, antes de o Senador Jefferson Péres falar, eu queria solicitar a V. Ex^a a palavra, pela Liderança, após a Ordem do Dia.

Qual é o próximo orador inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a pede a palavra como Líder do PL?

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Como Líder do PL, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Senador João Ribeiro, do PL do Tocantins.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Eu gostaria de saber de V. Ex^a quem é o próximo orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O próximo orador inscrito é o Senador Cristovam Buarque.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PL – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Por permuta com quem?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Ele é o quarto, Senador Ney Suassuna.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senador Suassuna está perguntando, e estou explicando que o Senador Cristovam Buarque é o quarto inscrito. Em seguida ao pronunciamento do Líder, vou conceder a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra V. Ex^a. Desculpe-me, Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, eu me senti muito triste de ser membro do Congresso Nacional nesta legislatura em face daquele episódio deprimente que viveu a Câmara dos Deputados, quando um depoente, advogado, acusado de ter subornado um funcionário da Casa para servir aos seus clientes

narcotraficantes, foi questionado pelos Deputados e acusado de ser malandro. Ele replicou: “Aqui [ou seja, na Câmara dos Deputados] se aprende rápido a malandragem”.

Creio que nunca o Congresso Nacional passou por tamanha humilhação e, talvez, merecida – infelizmente, digo isso com muita tristeza.

Em primeiro lugar, Parlamentares assumem uma posição equivocada quando pensam que podem insultar depoentes. É uma posição equivocada, covarde, porque o depoente, seja ele quem for, esteja sendo acusado do que for, tem que ser tratado pelo menos com urbanidade, com educação. Um Parlamentar não pode se prevalecer da posição de força em que se encontra como inquiridor, e o depoente como inquirido, para desacatar o depoente. Já diz um ditado popular: “Quem diz o que quer ouve o que não quer”. Ao ser chamado de malandro, o advogado perdeu a tranqüilidade e replicou que, na Câmara dos Deputados, se aprende malandragem rapidamente.

Portanto, os Deputados mereceram ouvir a réplica desrespeitosa, insultuosa para o Congresso Nacional, mas – digo isto também com tristeza, Sr. Presidente – mereceu a aprovação geral. Pelos *e-mails* que recebo, pelas cartas que li nos jornais, pelas abordagens que recebi ainda no fim de semana, no Rio de Janeiro, a população, de modo geral, em sua esmagadora maioria, entende que o advogado não mentiu, Senador Cristovam Buarque. Ele foi preso – foram estas as manifestações que ouvi de 90% dos que me procuraram – por ter dito a verdade, ou seja, “na Câmara dos Deputados se aprende malandragem com rapidez”.

Esse é o “prestígio” do Congresso Nacional nesta legislatura, Senador Cristovam: lá embaixo! O Parlamento brasileiro, infelizmente, está desmoralizado. Não tenho nenhuma alegria em dizer isso. Digo-o com muito pesar.

Isso explica por que, talvez, o Presidente Lula esteja à frente nas pesquisas: porque o grosso da população coloca a classe política dentro do mesmo pote de sujeiras, ela entende que todos são iguais. Um pelo outro, que venha o Lula, que já está aí, que é gente nossa, que veio de baixo.

É essa atitude do eleitor médio no Brasil atualmente. É por isso que, apesar de tudo, de todos os erros que cometeu, de todas as omissões e prevaricações que praticou, ele marcha para ganhar a eleição. Isso é fruto da desmoralização da classe política brasileira.

Os eleitores me cobram: “Por que os senhores, da Oposição, não marcharam para o *impeachment* do Presidente Lula?” Ora, senhores, em primeiro lugar, não havia um clamor popular pelo *impeachment*. Se assim fizéssemos, não iríamos ao encontro da von-

tade popular; iríamos ao contrário, de encontro a ela. Em segundo lugar, quem faria o *impeachment*? Este Congresso Nacional? Aquela Câmara que absolveu os “mensaleiros” e que não vai punir a máfia de sanguessugas das ambulâncias? Aquela Câmara tinha autoridade moral para receber uma denúncia contra o Presidente da República, um pedido de *impeachment* e encaminhá-lo ao Senado Federal? Como? Sr. Presidente, isso provocaria talvez uma convulsão popular muito grande, porque falta ao Congresso autoridade moral para calçar qualquer pessoa.

Infelizmente, é esse o triste estágio de desprestígio a que chegou o Congresso Nacional do Brasil nesta legislatura. É por isso que estou muito preocupado em começar a fazer a grande política por cima da política menor, tentar um grande entendimento nacional. Claro que sou muito pequeno para conseguir isso, mas pelo menos vai ficar registrado nos Anais desta Casa, na imprensa de todo o País que tentei fazer – e fiz – a minha parte.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, conforme a lista de inscrições. Depois, falarão o Senador Eduardo Siqueira Campos e, pela Liderança do PT, a Senadora Ideli Savatti.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, como sempre acontece, aliás, o Governo Lula publicou mais uma medida provisória – a de nº 295 –, que reestrutura várias carreiras do Poder Executivo.

De início, quero registrar que sempre defendi para o servidor público – assim como para o trabalhador em geral – o direito a um salário digno. Minha luta pelo salário mínimo é reconhecida até pelos meus adversários. Pode ser testemunha disso o Senador Paulo Paim, que, como eu, tem lutado intensamente para que o salário mínimo seja digno do trabalhador brasileiro.

O problema é que, mais uma vez, o Governo abusou do instituto das medidas provisórias. Por que não encaminhou um projeto ao Congresso Nacional? E, mais, por que assim agiu apenas com algumas carreiras?

Desde maio de 2005 (um ano!) está no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão um anteprojeto de lei enviado pelo Advogado-Geral da União que, com base constitucional, promove alterações na carreira de

Advogado da União, da Defensoria Pública e de outras funções essenciais à Justiça. O assunto já foi até objeto de carta aberta ao Presidente da República.

Veja só: uma proposta do Advogado-Geral da União é, simplesmente, engavetada! O Advogado-Geral da União reside, praticamente, no Palácio do Planalto, junto ao Presidente da República, mas não consegue melhorar a carreira do advogado da União.

Só espero que o Governo não espere a classe dos advogados e defensores públicos entrar em greve, como fez, agora, o Banco Central. É inacreditável: o Banco Central entrou em greve e, aí, o Governo editou a nova medida provisória melhorando o salário dos seus funcionários. É sempre assim! Esse Governo só age sob pressão, porque é incompetente, moral, política e administrativamente.

São um insulto aos advogados da União e aos defensores públicos essa omissão, essa discriminação e esse silêncio do Governo. Aliás, esse Governo só não silencia quando avança nos cofres públicos, quando avança no dinheiro da Nação. Aí, não: todos acertam uma fórmula, sai mensalão, sai sanguessuga, saem, enfim, todas as imoralidades patrocinadas pelo Palácio do Planalto.

Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje estou fazendo um requerimento – que passarei às mãos de V. Ex^a dentro em pouco –, porque quero exigir do Governo que me responda. Esse requerimento vai descobrir algumas coisas, não todas, de Paulo Okamoto – aquele da confiança do Presidente da República que pode fazer tudo e não sofre nada, porque ele é o próprio Presidente da República. É ele quem paga os débitos do Presidente da República; é ele quem auxilia os familiares do Presidente da República; é ele quem consegue, com toda a força, que seu sigilo fiscal ou bancário nunca seja aberto nem pelo Supremo Tribunal Federal. É inacreditável.

O Presidente da República, se soubesse que Paulo Okamoto era honesto e que não tinha nada com ele, seria o primeiro a exigir que ele abrisse seu sigilo bancário.

Eu abro o meu, Sr. Presidente, na hora em que qualquer colega o quiser. Aliás, há cinco ou seis anos, o Senador Pedro Simon tem documentos meus e da minha esposa que permitem abrir nosso sigilo bancário em qualquer lugar do País ou do estrangeiro. Estão na mão do Senador Pedro Simon. Assim faz quem não tem medo e quem não patrocina marmeladas como as desse Governo, que, infelizmente, com a publicidade que tem, consegue enganar o povo.

Quando toma qualquer medida de combate à pobreza, como o Bolsa Escola ou o Bolsa Família, de que V. Ex^a é parte – do Bolsa Escola até sou mais –, é

baseado no Fundo de Combate à Pobreza que eu criei nesta Casa. O Presidente, com a cara mais cínica, tem coragem de dizer que o Bolsa Família é que resolve a situação do povo brasileiro, um programa que foi criado por mim, há vários anos, nesta Casa.

Agora, Sr. Presidente, eu quero que ele diga – aí, estou-me dirigindo ao Tribunal de Contas da União – como o Sebrae recebe dinheiro e para que ONGs o repassa, a fim de que o Brasil inteiro tome conhecimento das irregularidades que esse Governo pratica, até mesmo pelo Sebrae. E quem é o Sebrae? Paulo Okamoto.

Agora, o Governo gasta fortunas em publicidade e vai acelerar, neste mês, até a convenção de seu Partido, milhares de reais, milhões de reais – para alguns, talvez, até de dólares –, para que os jornais e as tevês encubram as falcaturas da administração, para que alguns Ministros continuem agindo desonestamente, sem que nada aconteça.

Ontem mesmo, mostrei que, no Ministério das Cidades, 890 milhões foram distribuídos antes de serem aprovados nesta Casa. Estão aí, na mesa, para serem aprovados, mas não o vão ser, porque eu não vou deixar. Portanto, fica essa coisa engraçada: ele gasta antes da aprovação, porque o Congresso Nacional ainda não acabou de vez com a medida provisória, que é a arma que ele usa para poder pagar, antecipadamente, qualquer recurso em benefício dos seus correligionários ou da trupe que o apóia.

Sr. Presidente, as coisas são mais sérias do que se pensa! Um dia essa panela vai explodir!

Ninguém deseja regime autoritário neste País. Já tivemos exemplos e não há vantagens. No entanto, ninguém pode suportar que o povo sofra diariamente, em detrimento das roubalheiras de um Governo que só quer cooptar. Agora, o Governo quer comprar o PMDB a qualquer preço; seja a que preço for, tem-se de comprar o PMDB para garantir uma eleição e até uma governabilidade.

Sr. Presidente, não tenho de me meter com Partidos adversários, que podem fazer o que bem entenderem; mas não podem e nem devem destruir o Brasil! O Brasil não pode ficar à mercê dessa gente, Sr. Presidente, que, a cada dia, dilapida mais os cofres públicos e o Erário sofre bastante. Sr. Presidente,...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, apenas mais um minuto.

Sr. Presidente, o Erário não pode suportar que a Nação fique indiferente, que este Congresso fique paralisado, que a Câmara dos Deputados absorva Parlamentares ladrões. Não! Queremos seriedade. E

esta seriedade virá, custe o que custar, nas eleições de 1º de outubro!

Sr. Presidente, estou certo que ainda hoje as pesquisas podem ser negativas, mas, amanhã, não darão. E V. Exª vai contribuir, Sr. Presidente, participando dessa campanha, que é não é de um Partido, mas de uma Nação que deseja ser moralizada para ser respeitada internacionalmente.

Passo o requerimento a V. Exª para que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – V. Exª será atendido.

Passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como Líder do PT.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, há alguns dias, e nesse final de semana próximo passado especificamente, a Imprensa tem trazido algumas matérias que, dependendo do viés como são tratadas no Congresso Nacional, são interpretadas sob uma ou outra vertente.

No entanto, Senador Cristovam Buarque, há uma matéria, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, estampada na primeira página da tiragem de domingo, que creio ser impossível que este Senado da República não lhe dê a devida atenção. Diz a manchete: “Kroll recorreu à CIA para espionar governo brasileiro”.

Empresa usou informações da agência americana quando prestava serviços para a Brasil Telecom.

A empresa de espionagem Kroll recorreu à CIA, a Agência de Inteligência Americana, para investigar o Governo brasileiro. A ação ocorreu quando a Kroll trabalhava para a Brasil Telecom, então dirigida pelo Banco Opportunity de Daniel Dantas.

E por aí vai a matéria.

Tais assuntos: Banco Opportunity, Daniel Dantas, operações de investigação de grampos telefônicos, seguir autoridades, interceptar *e-mails*, e por aí afora, tem fortes, fortíssimos indícios de que possa efetivamente ter ocorrido ingerência da agência americana, a CIA, junto às autoridades brasileiras.

Sr. Presidente, estamos acompanhando atentamente – já dissemos isso há bastante tempo – uma das principais encrucas e disputas comerciais das últimas décadas no Brasil, quicá do mundo, que é essa briga pelo controle da Brasil Telecom, originada no processo de privatização da telefonia estatal brasileira, em que o Banco Opportunity conseguiu algo extremamente inexplicável para qualquer acordo comercial qualquer acordo comercial. Ou seja, o Banco Opportunity, que praticamente não colocou nenhum recurso na compra da empresa de telefonia, o dono do Opportunity aca-

bou sendo o gestor desta que é, indiscutivelmente, uma das principais empresas de telecomunicação, a Brasil Telecom. E, fruto dessa disputa pelo controle da Brasil Telecom, disputa que se arrasta no Judiciário brasileiro e no judiciário de outros países, de forma muito especial nos Estados Unidos, na Itália, é que temos essa entrada da CIA, que o jornal **Folha de S.Paulo** estampa nas manchetes do final de semana, além de várias reportagens veiculadas por outros meios de comunicação.

A saída do Sr. Daniel Dantas do Opportunity, do controle da Brasil Telecom, se deu em 2005 por conta das articulações feitas por meio dos fundos de pensão, de forma muito especial a Previ, que conseguiram, na Justiça, tirar o comando da Brasil Telecom do Banco Opportunity. A Brasil Telecom, à época, comandada pelo Sr. Daniel Dantas, foi quem contratou a Kroll para fazer as investigações, os grampos, para seguir as autoridades, para interceptar *e-mails* e tantas outras barbaridades que, até agora, não temos muito claras, tampouco o que foi feito em relação a tantas ilicitudes que ainda hoje aparecem indícios.

Apesar de a Brasil Telecom haver pago a Kroll, ela não podia acessar os tais documentos e serviços que a Kroll executou a pedido, a mando...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/ PT – SC) – Sr. Presidente, eu pediria um pouco de tolerância, porque entendo que o assunto é de muita gravidade.

Então, para acessar os documentos, a atual diretoria da Brasil Telecom também teve de recorrer à Justiça. Por não conseguir na Justiça brasileira, recorreu à justiça americana, onde obteve êxito, para que a Kroll, só agora, nos últimos dias, entregasse as caixas – a imprensa diz que são 21 caixas, mas a informação que tenho é de são 25 caixas aproximadamente – com os tais trabalhos realizados, com os tais documentos: escutas, fitas, enfim, o que eles conseguiram nessa investigação, patrocinada pelo Sr. Daniel Dantas, controlador do Banco Opportunity durante muito tempo, da Brasil Telecom. A atual diretoria comunicou à Comissão de Valores Mobiliários, a CVM, porque o juiz americano deu autorização para que os documentos, essas caixas, fossem entregues à diretoria da Brasil Telecom, mas a diretoria não tem autorização para manusear esses documentos. Isso só pode ser repassado a uma autoridade brasileira para fazer a investigação. Foi comunicado à Comissão de Valores Mobiliários, assim como a outras autoridades, e, agora, nos últimos dias, na semana passada, a informação que temos é a de que a Polícia Federal vai fazer a abertura e a investigação do que está nessas caixas.

Vejam como são interessantes as questões. Nós nos preparamos para acompanhar mais este capítulo dessa novela, e, no Painel do Leitor, da **Folha de S.Paulo**, desta segunda-feira, tem uma carta “Kroll 1” e “Kroll 2”, assinada, nada mais, nada menos, pelo Sr. Andrés Antonius, Presidente Mundial de Serviços de Consultoria da Kroll, em que, entre tantas negativas desmentidas pelos fatos, ele diz, num determinado trecho, que o Sr. Frank Holder, a tal da figura que processou boa parte das investigações contratadas pela Brasil Telecom* com a Kroll, não faz parte do quadro de funcionários da Kroll desde 31 de janeiro de 2005. A Kroll também confirma que iniciou ação contra ele por violação a contrato de sigilo e não competitividade.

Sr. Presidente, quero ter a oportunidade de fazer a leitura, por ser absolutamente imprescindível que aprofundemos esse assunto, porque o Sr. Frank Holder não é qualquer pessoa. O procedimento de, por coincidência, Senador Cristovam Buarque, ele ter sido desligado da Kroll – está aqui na carta – no dia 31 de janeiro de 2005, foi posterior, portanto, à Operação Chacal da Polícia Federal, que prendeu equipamentos e o disco rígido do banco Opportunity, ou seja, a operação que identificou essa investigação ilícita, ilegal das autoridades brasileiras, envolvendo nada mais nada menos do que o Presidente da República, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Justiça, autoridades do Judiciário, como o Ministro Edson Vidigal*, do Superior Tribunal de Justiça, entre outros.

Portanto, o Sr. Frank Holder, que foi desligado coincidentemente logo após a Operação Chacal, é uma pessoa que tem uma história bastante pertinente e interessante, que eu gostaria aqui de registrar a partir do que está publicado no “Alerta em rede”:

O caso de Frank Holder, diretor mundial de investigações da Kroll, que tem defendido a lisura dos métodos investigativos de sua empresa em declarações à imprensa brasileira, é igualmente emblemático. Oficial de inteligência da Força Aérea dos EUA, no início da década de 1990, ele foi transferido para o Departamento de Assuntos Latino-americanos da CIA, em cuja condição serviu na embaixada estadunidense em Buenos Aires. Ali, segundo uma reportagem publicada na revista chilena **Qué Pasa** de 9 de junho de 2002, uma de suas funções principais foi supervisionar o desmantelamento do projeto do míssil balístico Cóndor II, um dos principais objetivos da campanha de “*apartheid* tecnológico” movida pelos EUA contra os programas de desenvolvimento científico-tecnológico avançados

da Argentina e do Brasil, na década passada. Fluente em espanhol e português, ele desligou-se do serviço ativo, mas permaneceu em Buenos Aires, onde fundou a empresa de consultoria Holder Associates, que foi adquirida pela Kroll em 1998.

Segundo a **Qué Pasa**:

(...) pouco depois de sair da CIA, Holder começou a recrutar antigos companheiros, bem como pessoal de outras agências de inteligência dos EUA e, em 1995, os incorporou à empresa Kroll Associates". Por outro lado, afirma, "fontes de inteligência, tanto no Chile como na Argentina, afirmam que a Kroll Associates 'é uma empresa que continua vinculada à inteligência norte-americana ou é uma cobertura para atividades da CIA no Cone Sul', agregando que suas atividades vão além da simples espionagem industrial... a empresa – com filiais no Brasil, México e Venezuela – é conhecida nos círculos de inteligência da região como a 'CIA privada'.

Neste mesmo material, Senador Cristovam Buarque, tem um estudo do analista Duncan Campbell, intitulado *Marketing the New "Dogs of War"* (Comercializando os novos "cães de guerra"), que descreve assim a atuação das empresas britânicas, que, não tenho dúvida, se aplica literalmente à empresa Holder Associates, a empresa que o Sr. Holder criou, e à atuação do Sr. Frank Holder:

Quando um serviço é bastante sensível... a rede de exército privado pode assumir o trabalho. Nada deve ser escrito em registros governamentais. Se necessário, oficiais do SAS (Special Air Service) podem ser e têm sido retirados da folha de pagamento do governo, retornando depois que o serviço for feito. No extremo do mesmo espectro, encontram-se serviços privados efetuados puramente para contratantes comerciais. Mas, mesmo assim, é da natureza da rede que o SIS (MI-6) e, se for apropriado e necessário, a CIA, são mantidos informados, de acordo com ex-oficiais de inteligência.

Portanto, as tais 24 ou 25 caixas que, depois de uma longa briga judicial, a Kroll entregou agora, por ordem e determinação de um juiz americano, podem, inclusive, não conter o material de espionagem, efetivamente realizado, das principais autoridades brasileiras, porque, como o Sr. Frank Holder – diz a própria nota do Presidente da Kroll – foi desligado da Kroll, a empresa

que ele comanda – a Holder Associates – também foi desligada da Kroll, o que pode ter acontecido é que o que importa e o que é relevante dessa espionagem ilícita e afrontosa à soberania brasileira tenha ido parar nos escritórios do Sr. Frank Holder – da empresa dele – e não tenham ficado sob a tutela....

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Portanto, Sr. Presidente, lamento tantas interrupções, mas quero deixar registrado que considero inadmissível que, com este grau de indícios de ingerência de organismos internacionais dos Estados Unidos – da CIA –, associados à Kroll do Sr. Frank Holder, o Senado da República não se debruce sobre esse tema e não o traga para o debate, aqui, nesta Casa.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senadora, por que V. Ex^a não faz um requerimento pedindo a instalação de uma Comissão para que avancemos nisso? Terá a minha assinatura.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Inclusive, hoje, pela manhã, eu conversei muito rapidamente com o Senador Roberto Saturnino, considerando que a Comissão de Relações Exteriores fosse a mais adequada para tratar desse assunto. Tenho certeza absoluta de que, pela sua sensibilidade, o Senador Roberto Saturnino não ficará inerte diante de algo que eu reputo como da maior gravidade à soberania brasileira, uma afronta e ingerência aos assuntos de Estado e de...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Prepare o requerimento que assinarei com V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza, Senador Ney Suassuna. Agradeço a V. Ex^a.

Faço esse registro, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, que já presidiu a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, sabe da gravidade e da importância de tratarmos, com a delicadeza que merece, um assunto dessa magnitude. O Senado da República, que possui como uma de suas principais prerrogativas tratar da soberania nacional, não pode deixar de se debruçar sobre um assunto dessa gravidade.

Agradeço a gentileza de V. Ex^a por me permitir passar bastante do meu tempo previsto.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – A Presidência havia informado que o próximo orador seria o Senador Eduardo Siqueira Campos. Entretanto, o Senador Leonel Pavan lembra que estava no lugar do Senador Arthur Virgílio anteriormente e que, no momento em que o anunciei, não estava presente.

Peço a gentileza do Senador Eduardo Siqueira Campos para autorizar a Mesa a passar a palavra ao Senador Leonel Pavan. (Pausa.)

Obrigado pela compreensão, Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Eduardo Siqueira Campos por também entender a nossa inscrição. Às vezes, aqui se dá espaço para um e para outro, e alguns Senadores acabam não usando mais da tribuna.

Como o tema também é importante, fiz a minha inscrição e prefiro fazer meu pronunciamento agora. Registro a presença aqui da Comissão que está levantando a situação dos miseráveis em nosso Brasil que não são poucos.

Miséria sem tamanho. Venho hoje falar dessa problemática vergonhosa que coloca nossos corações na mão e com a qual jamais deveríamos ter de conviver. O problema da fome no Brasil começa pelos números. Os institutos não se entendem sobre quantos são os famintos, produzem estatísticas distintas, cada uma com um critério diferente, que vai da renda mensal à quantidade de calorias diárias consumidas. Os dados variam muito, e as diferenças por si só já mostram o tamanho do problema.

A última pesquisa do IBGE, revelada há duas semanas, diz que quase 14 milhões, ou melhor, 13.921 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2004. Repito: quase 14 milhões de pessoas no Brasil passaram fome em 2004. A estimativa nos dá um índice de 7,7% da população total que vive em domicílios caracterizados por um “estado de insegurança alimentar grave”!. Isso significa dizer que essa parcela da população convive com o fantasma da fome “quase todos os dias”, “alguns dias” ou “um ou dois dias” por mês. São pessoas que não têm acesso a alimentos em quantidade ou em qualidade adequadas e que temem sofrer restrições ainda maiores no futuro.

Os Estados do Norte e do Nordeste lideram a trágica estatística, com mais da metade da população vivendo em um ambiente onde a quantidade de alimento disponível para a família é insuficiente para garantir a sobrevivência em condições dignas. E aqui poderíamos enumerar inúmeros Estados com percentuais gravíssimos daqueles que passam pela “insegurança alimentar grave”.

E as estatísticas que aqui são dadas – que me permito depois apenas deixar registradas nesta Casa –, número bastante intenso, mostram números que realmente preocupam qualquer cidadão brasileiro, principalmente aqueles que são levados pela onda de

que o atual Governo está investindo na alimentação para os pobres, está investindo em três refeições diárias para os pobres.

A estatística comprova, além da miséria, uma brutal desigualdade social neste País. A desigualdade regional é confirmada mais uma vez quando analisada a situação da residência da população, se urbana ou rural. No Norte e Nordeste a segurança alimentar grave apresentou proporções mais elevadas na área rural, enquanto no Sul e no Centro-Oeste ocorreu o inverso, em maiores proporções nas áreas urbanas – são estudos do IBGE.

Segundo levantamento, dos 8 milhões de residências em que algum morador recebeu dinheiro do programa social de governo, 52,1% estavam localizados na Região Nordeste, 27,7% no Sudeste, 10,7% no Sul, 8% no Norte e 6,5% no Centro-Oeste. Então, aquilo que dizem que estão direcionando investimentos para o Norte e o Nordeste, que estão investindo nos que têm fome é só mídia, e com isto acaba iludindo a maioria da população brasileira que acha que há um investimento nesse setor.

E, como se não bastasse, a insegurança alimentar reforça também a desigualdade econômica entre raças.

Em 2004, vivam no Brasil em situação de insegurança alimentar grave 11,5% da população negra ou parda. Entre os brancos, o percentual cai para 4,1%.

A definição de segurança alimentar, Sr. Presidente, é o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

O resultado do estudo encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, chamado de Segurança Alimentar, indica que a promessa repetida incessantemente por Lula durante a campanha eleitoral, de que todos os brasileiros fariam, no mínimo, três refeições diárias, está longe de ser concretizada – e o Governo está acabando.

Eu queria muito que a promessa tivesse saído do papel. Mas todas as áreas que influenciam diretamente essas estatísticas não foram bem tratadas nesse atual Governo. Quantas vezes viemos aqui suplicar para que nosso Presidente olhasse para os pequenos agricultores, que valorizasse essa atividade! E não só isso, o Governo mascara a ineficiência e a incapacidade de resolver esse problema com um programa que só deu certo na parte publicitária.

Tomando como base dados do Mapa da Fome do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – do Ministério do Planejamento, o Governo apresentou como prioridade uma proposta de Política Integrada de Segurança Alimentar e Combate à Fome, ou seja, o Projeto “Fome Zero”. A fome continua com números antes desse zero. Números assustadores! A sociedade civil, no entanto, tem-se organizado e demandado um posicionamento minimamente coerente do Poder Público para o enfrentamento de uma realidade já tão bem diagnosticada.

Não basta o Presidente mascarar com suas políticas mercadológicas de grande impacto.

O País inteiro chora, Sr. Presidente, e sente as dores causadas pela falta do Governo! Falta do pai e da mãe que eles elegeram para não esquecerem que precisam se alimentar, que precisam não só de doações, mas de incentivos, de ensinar a auto-subsistência, de favorecê-los em quaisquer circunstâncias!

A complexidade da questão exige a abordagem, em simultâneo, de aspectos estruturais e conjunturais, e se constitui em um dos grandes desafios do atual Governo e da sociedade civil organizada. Isso não é brincadeira e nem bandeira a ser levantada em ano eleitoral. É uma prioridade máxima na gestão de qualquer governo, mesmo que queiram roubar, mentir, extorquir. Mesmo um governo fraudatário deveria ter ao menos um dia de ser humano e colocar a mão no peito e se deixar invadir pelo espírito humanitário e, depois, arrastar a mão para o estômago cheio de delícias, tão ocupado que não cabe mais nem um gole d’água e, assim, pensar como seria não ter o que comer, acordar e não saber se pode levantar-se, pois o corpo já não tem energias.

Para que não fiquem dúvidas: a gravidade do problema se expressa, tanto pelo grande número de pessoas que convivem com a fome, quanto pelo número ainda maior de pessoas – quase 40% da população – que não sabem se terão dinheiro para repor a comida que têm.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço encarecidamente aos atuais líderes do Governo que pesem as minhas palavras proferidas hoje.

Não vamos deixar que esses números continuem a crescer ou que permaneçam como estão! Que o menor índice, os dois por cento de Santa Catarina, não nos alivie em face de tanta crise, mas nos deixe completamente conturbados.

Sr. Presidente, fiz questão de fazer este pronunciamento porque nós percorremos o Brasil, como V. Ex^a. Dizem que o Lula está bem nas pesquisas, porque está investindo nos pobres, está ajudando os miseráveis. É mentira! Aqui estão os dados, Senador Flecha

Ribeiro, mostrando que 14 milhões de pessoas estão passando fome, não têm o que comer!

No entanto, alguns dizem que o Lula está ajudando a população. É claro que milhares de pessoas estão sendo atendidas, mas isso é obrigação, há investimentos previstos no Orçamento com essa finalidade. Mas não se pode mentir dizendo que todos os brasileiros estão sendo assistidos. Há quatorze milhões de pessoas correndo o risco de virem a perder suas vidas porque não têm o que comer.

Acorda, Presidente, tens de fazer muito ainda! Estamos torcendo para que, pelo menos até o final do mandato, destine ao Orçamento os recursos corretamente para atender aos famintos, aos miseráveis que estão com o pires na mão esperando que Vossa Excelência cumpra pelo menos a promessa de que todos tenham três refeições diárias, como divulgou no mundo inteiro. Vossa Excelência disse que todos os brasileiros, sem exceção – até o mais pobre, o mais miserável –, teriam esse direito durante seu mandato.

Infelizmente, essa é mais uma promessa que não foi cumprida!

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Cristovam Buarque, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos.

Logo após S. Ex^a falará o Senador Eduardo Siqueira Campos, como orador inscrito.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA – Pela Liderança da Minoria. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo de minha fala hoje é restabelecer a verdade em relação à questão da eletrificação rural neste País, sobretudo por informações prestadas na televisão, em programas eleitorais no meu Estado, pelo Partido dos Trabalhadores.

O PT tem dito sempre que as coisas aconteceram a partir de 1º de janeiro de 2003. Mas não é bem assim, sobretudo em relação à eletrificação rural. O Partido afirmou que o Governo já realizou, por meio do programa Luz para Todos – uma continuação ou substituição do programa Luz no Campo, lançado por mim quando eu era Ministro das Minas e Energia, em 2000 –, 70 mil ligações, que beneficiariam 320 mil baianos. É verdade; isso foi feito.

O que o PT não informou é que não se trata de uma realização exclusivamente do Governo Federal. Contesto porque 30% dos recursos alocados nessas 70 mil ligações que beneficiaram 320 mil baianos são

do Governo do Estado da Bahia. E mais: 20% são da empresa distribuidora de energia, no caso específico, a Coelba. Os outros 50%, que o Partido dos Trabalhadores avoca para si como recursos do Governo Federal, a rigor, são recursos de todos os consumidores de energia elétrica, que pagam todo mês na conta de desenvolvimento energético e recolhem esses valores que hoje estão sendo priorizados para a universalização dos serviços de eletrificação rural, que é inteiramente legítimo. Foi assim. Eu tinha projeto nesse sentido. Apenas penso que deve ser estabelecida a verdade.

Em outro programa, o Partido dos Trabalhadores afirma que a Bahia tem a menor contrapartida no programa de eletrificação rural. Ele reconhece, Senador Flexa Ribeiro, que efetivamente o Estado participa desse programa e que tem a menor contrapartida. Mas não é verdade, porque a Bahia tem a maior contrapartida entre os Estados brasileiros.

O Estado participa hoje com 30%. E era tão gritante essa diferença em relação a outros Estados, que o Governador conseguiu com o Ministro Silas Rondau abaixar essa contrapartida para 20% – ainda não abaixou, mas isso ocorrerá. No entanto, foi dito que o Estado tinha a menor contrapartida.

A Bahia teve, no programa Luz no Campo, o melhor desempenho no programa de eletrificação rural, porque fez cento e trinta e oito mil ligações, seguida por Minas Gerais, com cento e dez mil ligações. Foi o melhor desempenho no País inteiro! Nunca entendi por que ela estaria sendo apenada, sendo obrigada a dar a maior contrapartida entre todos os Estados!

Compare o primeiro e o segundo lugar: a Bahia, com cento e trinta e oito mil ligações; Minas, com cento e dez mil ligações. O percentual de participação da Bahia no Luz para Todos, programa do atual Governo Federal, que mudou o nome do programa anterior, é de 30%, e Minas Gerais – não tenho nada contra Minas – é de 10%. Por que essa diferença?

Portanto, é preciso esclarecer que não é verdade que a Bahia tem a menor contrapartida. A Bahia tem a maior contrapartida entre todos os Estados brasileiros.

É preciso também esclarecer que não foi o PT que inventou o programa de eletrificação rural; ele foi lançado no Governo anterior, entre 1999 e 2000, fez muitas ligações, beneficiando cerca de três milhões de brasileiros.

A coisa foi colocada em meu Estado de forma um pouco suspeita, porque se fala como se isso finalmente estivesse sendo tratado no Estado, o que não é verdade, pois, repito, a Bahia teve o melhor desempenho, fez 138 mil ligações, tendo sido o Estado que mais ligações realizou. Inclusive, naquela época,

houve uma particularidade, porque o Estado assumiu o subsídio, fez um esforço muito grande e acabou assumindo todo o financiamento que era destinado à empresa distribuidora de energia.

Como um todo, eu queria dizer aqui que esse programa Luz para Todos é absolutamente válido, é importante, mas ele não deixa de ser nada mais nada menos do que uma continuação do programa Luz no Campo. Aproveitou-se, outra vez, algo que foi feito por um Deputado do PFL, que também não é citado, porque essa Conta de Desenvolvimento Energético foi criada por meio de uma proposição do Deputado José Carlos Aleluia, do PFL da Bahia. Essas coisas somem na história, como quiseram fazer sumir o Luz no Campo, o que não vão conseguir, porque o benefício foi direto, evidente e favoreceu muitas pessoas no meu Estado.

É preciso dizer também que sumiram com um projeto de lei de minha autoria que falava, pela primeira vez – era o único, aliás, que falava nisso –, em antecipar a universalização para 2008...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – ... quando todo o planejamento que tinha sido colocado em audiência pública pela Aneel tinha uma data de universalização prevista para 2016.

É preciso que essas coisas sejam ditas. É preciso que se dê o crédito a quem o tem. O que não pode acontecer é, de repente, passar a se ter um novo programa como se nada disso existisse, como se esse programa Luz para Todos fosse uma invenção saída do zero e como se nada até então tivesse sido feito. É dessa forma que, entre muitos outros casos, o Partido dos Trabalhadores tem tratado certas questões neste País e não acho que essa é a forma mais séria de se tratar esse assunto.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senador Rodolpho Tourinho, quero associar-me ao vosso pronunciamento, até porque a prática do PT...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ... a grande verdade é que tudo começou em 1º de janeiro de 2003. Parece que o Brasil foi descoberto em 1º de janeiro de 2003. Isso que V. Exª relata que acontece no seu querido Estado da Bahia acontece no meu Estado do Pará e em todo o Brasil. Ele se apodera de todas as ações feitas em governos anteriores. Tenho dito que nenhum programa, social ou de qualquer natureza, foi iniciado pelo Governo Lula. Aqueles que foram iniciados neste Governo não deram certo, como é a questão do Fome Zero, do Primeiro Emprego, que eles tentam, através

da mídia, ressuscitar. Tenho dito que o Programa Luz para Todos é o Programa Luz no Campo, como V. Ex^a tão bem colocou, e foi iniciado quando V. Ex^a era Ministro de Minas e Energia. Ele apenas mudou de nome e deu seqüência ao programa. No meu Estado acontece a mesma coisa. O pior, Senador Rodolpho Tourinho, é que a cabeça transmite a mesma doença para os braços.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Senador Rodolpho Tourinho, vou pedir a V. Ex^a que conclua.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Concluo já, Sr. Presidente. Farei um pronunciamento sobre o programa eleitoral do PT do Estado do Pará. É cópia do nacional, apropriando-se de obras que foram abandonadas pelos oito anos de desgoverno em Belém. Mas isso fica para o pronunciamento que farei. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Não tenho dúvida de que essa é a prática do Partido dos Trabalhadores: apropriar-se de programas feitos em outros Governos, por outros Partidos. Vim hoje e virei sempre para protestar contra qualquer tipo de escamoteação, contra qualquer tipo de falcatura como essa, enganando as pessoas. Neste momento, quero deixar aqui meu protesto. Voltarei sempre para restabelecer a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, por gentileza, eu queria fazer minha inscrição para falar pela Liderança do PSDB antes da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prorrogáveis por mais cinco, com toda certeza, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero extremamente lamentável ter de ocupar a tribuna desta Casa, mais uma vez, para, baseado em documentos públicos, do próprio Governo Federal, por meio do Ministério da Previdência Social, apontar um desvio

no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev, que monta a R\$25 milhões. Pode não parecer muito, Sr. Presidente, mas é muito para qualquer Estado brasileiro, é muito para qualquer cidadão, é inaceitável para qualquer brasileiro.

O relatório, Sr. Presidente, foi realizado pela Secretaria da Previdência Social e demonstra que os recursos que sempre estiveram sob a custódia do Banco do Brasil foram transferidos para outros bancos. Chegou-se a essa conclusão após um trabalho brilhantemente realizado pelo Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, na CPMI dos Correios. S. Ex^a, investigando os desvios em fundos de pensão, detectou que a corretora suspeita de quebrar pelo menos três fundos em outros Estados foi escolhida pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins para operar no mercado.

O que diz o relatório, Sr. Presidente? Que exatamente nos dias em que o Instituto entrava comprando as ações, as notas do Tesouro Nacional, pagava o preço máximo, enquanto que nos outros dias, quando não operava o Igeprev, o preço era normal, de mercado.

O resultado dessas operações está apontado aqui num total de R\$25 milhões. O resgate dos títulos é para o ano de 2045. Então, seguramente, quem está fazendo essa fraude já não imagina precisar da Previdência, mas os funcionários do Estado do Tocantins precisam.

Sr. Presidente, o relatório é de tal gravidade, de tal gravidade que aponta que, dos sete membros do Conselho de Administração, as atas, em que são deliberadas as ações que elevam o capital a ser investido em bolsa não contam com a assinatura dos representantes dos ativos e dos inativos. Ou seja, eles se aproveitam da ausência dos servidores ativos e inativos, sem convocação de seus suplentes, para aprovar as tais operações que resultaram em R\$25 milhões de desvios, através da corretora Euro DTVM, que está sendo mais do que investigada, que teve seu sigilo quebrado na CPI dos Correios, envolvida com fundos de pensão. Ela quebrou a Núcleos, o fundo da Cedae, a Funrio, entre outras.

Após saber disso tudo, mesmo estando tudo isso na *internet*, o Instituto Geral de Previdência do meu Estado seleciona essa corretora e com ela promove esses negócios escabrosos.

Sr. Presidente, o Presidente do Conselho de Administração do Instituto Geral de Previdência do Tocantins é o atual Secretário de Administração.

Ele mora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na residência em que o atual Governador habitou por dez anos, enquanto era Deputado, porque o Governador construiu uma casa nova – eu diria, construiu

uma mansão – e abandonou a casa antiga. E quem reside lá hoje? É exatamente o Presidente do Instituto, que se chama Eugênio Pacelli.

Aliás, esse nome é muito conhecido no Tocantins, Sr. Presidente. Passou a ser, porque ele chegou ao Estado apenas como uma pessoa que figurava como testemunha em contratos privados de empresas construtoras. Entre os seus sócios, havia parentes do atual Governador.

Depois, ele passa a ser representante de uma faculdade privada, que ganha do Governo do Estado uma área de 54 mil metros quadrados. Depois, vai para o Conselho de Administração do IGPevi, muda para a antiga residência do atual Governador e hoje é o responsável pelo Conselho de Administração do IGPevi. E os relatórios do Banco Central e do Ministério da Previdência – não se acuse aqui o Tribunal de Contas do Estado – apontam para um rombo de R\$25 milhões, até onde se pôde apurar.

A coisa não pára por aí, Sr. Presidente. Veja a gravidade! O que mais está acontecendo no Tocantins? Quem já não ouviu falar do honrado brasileiro Florestan Fernandes Júnior, que deseja tirar o nome do seu pai, já falecido, um Deputado honrado, um Deputado respeitado, o Deputado Florestan Fernandes, constituinte, homem sério, do Instituto Florestan Fernandes?

Esse instituto, Sr. Presidente, hoje, com certeza, para a tristeza de Florestan Fernandes Júnior, jornalista respeitado, aparece em várias operações que estão sendo investigadas. No meu Estado, Sr. Presidente, ele foi contratado para uma consultoria, sem licitação, por R\$3,148 milhões.

Mas não foi só isso. A empresa do Sr. Colnaghi, cujo nome foi tão discutido também em CPIs devido a várias operações que envolvem Ribeirão Preto e outras ações, ganhou no Tocantins, sem licitação, um contrato de R\$12 milhões, dinheiro oriundo do Banco do Brasil. Diga-se de passagem que o Banco do Brasil não tem relação com isso, porque fez um convênio com o Estado para modernização administrativa. O Estado, por sua vez, faz um contrato sem licitação e repassa para a empresa do Sr. Colnaghi R\$12 milhões sem licitação.

Mas não fica aí, Sr. Presidente. Hoje a internet traz assunto referente à máfia dos remédios, e, da máfia dos remédios, o Tocantins não poderia ficar de fora, porque a máfia lá está atuando em todos os setores.

Três empresas estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal de vários Estados: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares, Medicommerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares e Milênio Produtos Hospitalares. O que ocorre com essa empresa no meu Estado? Ela vence,

mais uma vez sem licitação, e fornece para o Estado de Tocantins mais de R\$2 milhões em medicamentos, sempre sem licitação. Sempre se trata de mais uma empresa investigada em vários Estados pelo Ministério Público Federal, já também com os seus escritórios invadidos, com os seus donos prestando depoimento em Polícia Federal. Há escândalos sobre escritórios que ficam em Goiânia, aliás cidade que está sedian-do vários escritórios, Sr. Presidente, de empresas que estão sugando os recursos públicos do Estado do Tocantins.

Mas o Tocantins também não ficou fora da Controladoria-Geral da União, que apurou, em fiscalização, irregularidades referentes à educação. Consta no Tocantins, segundo a Controladoria-Geral da União, livros vendidos acima dos preços praticados no mercado. O prejuízo é de mais de R\$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ. *Fazendo soar a campanha.*) – Vou conceder a V. Ex^a um tempo extra para concluir o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Concluirei, Sr. Presidente, dizendo que a média de contratação de servidores de livre nomeação no Tocantins tem sido de 600 funcionários por mês. Nos últimos cinco meses, o Tocantins contratou cinco mil funcionários, de janeiro para cá, todos eles ex-Prefeitos, ex-primeiras damas, ex-candidatos a Vereador. Trata-se de cabos eleitorais. Foram cinco mil só neste ano. O Tocantins tem 30 mil concursados, mas já tem 20 mil cargos comissionados, 40% da sua folha.

Mas o absurdo não pára aí, Sr. Presidente. O Estado dispensou licitação no valor de R\$12 milhões para contratação de serviço de táxi aéreo por onze meses, meses que restam a este Governo. Com R\$12 milhões, o Estado poderia ter comprado nove aviões Seneca com zero hora ou zero quilômetro voado, mas preferiu fazê-lo com dispensa de licitação, porque estamos em campanha, que assim está sendo feita. São R\$12 milhões para 11 meses de Governo, dinheiro que poderia ser usado para comprar nove aviões zero quilômetro. Mas o Estado dispensa licitação, e a campanha está sendo feita assim.

Sr. Presidente, 170 mil óculos foram distribuídos nos últimos meses no Tocantins. Estamos em plena campanha eleitoral. Segundo os médicos do meu Estado, há uma consulta a cada três minutos. Vinte milhões de reais foram gastos em 170 mil óculos. Grande parte da população que os recebe – até pela falta de qualidade – os está devolvendo, dizendo que não servem.

Pergunto: esses óculos foram adquiridos no mercado local? Não. Constituíram uma empresa no ano de 2005. O Governo compra R\$20 milhões de uma só

empresa e aparece nos Municípios para a distribuição. Seria muito importante se fosse uma política pública permanente, feita com os oftalmologistas do Estado, com as óticas do Estado, num programa regular e não eleitoral.

Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que o Governo, também sem licitação, gasta R\$4 milhões para comprar 800 mil quentinhas, aquelas que o trabalhador compra por R\$2,00, por R\$2,50. Imaginem que, se for vender mil quentinhas, o dono do restaurante, certamente, abaixa o preço. Lá, no Tocantins, é diferente. Compram 800 mil quentinhas a um preço de R\$4,80. Quanto mais compram, mais sobe o preço. Vão para os Municípios, e os donos dos restaurantes locais, dos supermercados, os comerciantes não ganham nada. A comida, muitas vezes, estraga porque não há eleitor nem para receber essas quentinhas. Os contratos são todos feitos sem licitação com empresas recém-criadas, Sr. Presidente.

Somados todos esses escândalos, contabilizamos R\$25 milhões roubados da Previdência dos nossos funcionários; R\$12 milhões para táxi aéreo; R\$9 milhões para a Fundação Getúlio Vargas – que não era a Fundação Getúlio Vargas, mas prepostos que vendiam consultoria. Há ainda o Instituto Florestan Fernandes.

Sr. Presidente, nunca vi nada tão grave. Ainda fica o Secretário de Fazenda do Estado dizendo que os Senadores trabalham contra os interesses do Tocantins.

Quero, Sr. Presidente, fazer alguns pedidos a S. Ex^a o Governador e ao seu Secretário de Fazenda, aliás Secretário da Fazenda que integra o Conselho de Administração do Instituto de Previdência e que está com um inquérito civil público aberto no Ministério Público Federal. Quero fazer ao Governador do Estado, ao Secretário de Fazenda e a qualquer integrante desse Governo um pedido para que me processem, Sr. Presidente. Abro mão de qualquer imunidade, de qualquer outra situação. Vamos à Justiça Comum, mas que me processem pelo que vou afirmar: é uma quadrilha, é um esquema montado para fraudar os cofres públicos do Estado do Tocantins. Eu gostaria que S. Ex^a tivesse a coragem – porque ele não tem – de abrir um processo a fim de que eu pudesse colocar isso tudo na Justiça. Mas ele não tem, porque o pai dele é o Secretário de Obras, o tio dele é o Secretário-Chefe de Gabinete, porque o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Previdência, que dá esse rombo de R\$25 milhões, mora na sua casa e assina como testemunha de contratos de parentes seus em suas empresas.

É uma vergonha, Sr. Presidente. E ainda temos que ver a imprensa do Estado – a verdadeira imprensa do Estado, não jornais fundados em Goiânia, que recebem milhões para falar mal de seus Parlamentares – dizer que trabalhamos contra os interesses do Estado.

Sr. Presidente, não é fácil e não é aceitável para ninguém. Há de haver justiça neste País para observar que não se pode contratar cinco mil servidores nos últimos meses e ainda dar o título de “agentes políticos”, cabos eleitorais pagos para tentar reeleger um governador que não tem projeto, não tem programa e certamente nenhum respeito pelo dinheiro público do nosso Estado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela ordem.) – Eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse, pela Liderança do meu partido, para que eu possa me pronunciar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a está inscrito, pela Liderança do PL.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – Pois não, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva para falar, após a Ordem do Dia, pela Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. PRB – RJ) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, pretendo ressaltar os aspectos positivos que o Governo Lula vem colocando em prática no que diz respeito ao Programa Bolsa Família, que vem sendo reconhecido por inúmeros estudiosos, como Ricardo Paes de Barros, Marcelo Néri, Lena Lavinas, Márcio Pochmann, João Saboya, Samir Cury e outros, como um programa importante e que vem sendo caracterizado por eficiência da gestão na área social.

Ainda hoje, o jornalista Luís Nassif escreveu um artigo no jornal **Folha de S. Paulo** que passo a ler e a comentar, porque justamente trata deste assunto:

Premiado na semana passada como o mais eficaz programa social da América Latina, o Programa Bolsa-Família tem um histórico interessante. Depois de um início tumultuado, na gestão Patrus Ananias o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome incorporou duas ferramentas inéditas para políticas sociais brasileiras. A primeira, a adoção de princípio de “focalização”, para melhor avaliar a eficácia das políticas sociais; a segunda – por sugestão da coluna –, um entrosamento com o MBD (Movimento Brasil Competitivo), que bancou um programa de qualidade para melhoria dos processos internos.

Trata-se uma conquista civilizatória para o país, sair do assistencialismo e do clientelismo para o campo das políticas públicas normatizadas. É um processo que tem os primeiros ensaios com o programa do leite do governo Sarney e o grande salto com a Constituinte de 1988, que consolida a assistência social no campo das políticas públicas. No início dos anos 90, no governo Collor, são promulgados o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Loas (Lei Orgânica de Assistência Social). No governo Fernando Henrique Cardoso, ampliam-se as parcerias com empresas e ONGs. Agora, dá-se o salto institucional, com a unificação dos cadastros e o uso de ferramentas modernas de estatística e de gestão.

O modelo adotado foi o mesmo do SUS (Sistema Único de Saúde), com os municípios sendo divididos entre os de gestão plena (que administram os recursos que recebem), de semiplena e o não-habilitado. Essa estrutura é controlada por três níveis de conselhos, o municipal, o estadual e o federal. A rede chama-se Suas (Sistema Unido de Assistência Social).

O pessoal da qualidade ajudou no gerenciamento de rotina, visando reduzir em 50% o tempo médio para repasses – que chegava a três meses. A segunda frente a ser atacada foi a área de monitoramento e avaliação, com a assessoria de uma equipe do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), liderada por Ricardo Paes de Barros.

No caso da avaliação, foram encomendados 61 estudos, já realizados ou em realização. A partir deles, cada programa é precedido de uma discussão, um termo de referência, reuniões para as definições mais importantes, pesquisa e acompanhamento e resultado final.

Pelos estudos iniciais, encomendados ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Bolsa-Família aumentou em 21,35% o orçamento médio familiar, que passou de R\$302 para R\$365. Há evi-

dências de que aumentou a frequência das crianças nas escolas. No decil mais pobre da população, 93% das crianças estão na escola. Entre as famílias do Bolsa-Família, são 98%. Uma outra medida foi o déficit de tamanho (melhor que o déficit de peso para medir subnutrição). Entre crianças de 6 a 11 meses, o déficit é de 6,8% para não-inscritos no programa e de 4,8% para os inscritos.

Não se irá conseguir o objetivo final do programa – a emancipação por meio do emprego – enquanto persistir essa política econômica absurda. Mas é mais uma frente pronta para o bom combate, quando o jogo do desenvolvimento começar para valer.

Sr. Presidente, na medida em que pudermos avançar do Programa Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania, mais e mais irá se compreender que um programa bem desenhado de transferência de renda pode contribuir, e muito, para o objetivo de estarmos mais perto do pleno emprego.

As experiências, a reflexão acumulada de todos aqueles que têm pensado a respeito mostram...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– A experiência acumulada de todos os economistas e cientistas sociais que têm feito reflexões a respeito mostram como a garantia de uma renda básica incondicional será um caminho que poderá, inclusive, melhor enfrentar situações como essas, como a dos acampados.

Se há hoje um milhão de pessoas participantes do Movimento dos Sem-Terra que estão solicitando, ou tendo o direito pela legislação de receber algo equivalente ao Bolsa Família, se há a observação da Sr^a Marina Santos, segundo a qual poderia o Bolsa Família criar dependência dos acampados com o Governo, na medida em que avançarmos em direção à renda básica de cidadania essa dependência não mais existirá, pois será provido o direito a todos e todas como um direito inalienável de cada pessoa partilhar da riqueza da Nação.

Assim, Sr. Presidente, quero aqui registrar os avanços reconhecidos pelos pesquisadores e pelas instituições, comparando diversos programas de transferência de renda que foram atingidos pelo Programa Bolsa Família. Saliento que é importante caminharmos na direção do seu aperfeiçoamento, e avalio que isso acontecerá na medida em que caminharmos celereamente em direção à renda básica de cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Marcelo Crivella, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Malta, pela Liderança do PL.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, usando o tempo que me é permitido e saudando os telespectadores em casa, as pessoas que estão na galeria do Senado, os nossos visitantes, gostaria de falar hoje da ação nefasta do PCC, que não é diferente da do Comando Vermelho, da do Comando dos Amigos, da ADA, dos Amigos dos Amigos, que comandam o bonde da violência a partir dos presídios para as ruas frequentadas pela sociedade brasileira – e espero ainda poder hoje voltar à tribuna, Senador Romeu Tuma. Esse é eminentemente um problema de segurança nacional que temos de discutir.

Sr. Presidente, Senador Tuma, há seis anos, no relatório fina da CPI do Narcotráfico, que tive a honra de presidir, propúnhamos... Senadora Heloísa Helena, gostaria que V. Ex^a prestasse atenção ao que vou falar, uma vez que é candidata à Presidência da República e, se puder, veja no seu programa de governo as questões que eu vou abordar no tocante à segurança pública. Mas Senador Tuma, propúnhamos naqueles dias – e V. Ex^a tem conhecimento –, porque, Senador Flexa, fizemos também um relatório reservado para o ex-Governador Mário Covas, o nosso saudoso Mário Covas. Já falávamos da ação do PCC há seis anos.

Algumas pessoas me mandaram e-mail, perguntando se eu faço parte da CPI do Tráfico de Armas, porque eu estava lá no momento da acareação, indigesta, daquele desqualificado que, acho, envergonha os advogados do Brasil. Senador Ney Suassuna, eu fui convidado pelo Deputado Moroni Torgan, que foi relator da CPI do Narcotráfico. Ele me ligou dizendo: “Venha, porque nós já denunciemos, em documento, a ação do PCC há seis anos”. E pedimos providências.

Naqueles dias, a CPI do Narcotráfico elaborou uma série de proposições. A primeira delas propunha que as operadoras de telefonia no Brasil armazenassem os dados de telefone, celular e fixo, por 10 anos, pois, há seis anos estavam surgindo os telefones pré-pagos, que, como já havíamos identificado, estavam a serviço do crime organizado no Brasil.

Nenhuma providência foi tomada. Seis anos depois, São Paulo pega fogo. A ação se estende pelo Brasil. E nós, no Espírito Santo, meu Estado, estamos vivendo isso sistematicamente:

A violência advinda dos presídios, comandada pelos quadrilheiros que, com a vênua da autoridade – porque o salvo-conduto do crime é a autoridade – comanda o bonde da violência contra a sociedade. Até porque no meu Estado, Senador Motta, o ex-Governador José Ignácio instalou orelhões dentro dos presídios, um presente à bandidagem e presente de grego à sociedade do Espírito Santo.

Com isso, não estou querendo dizer que são os telefones celulares os responsáveis por tudo que está acontecendo. Não é. É a maneira relapsa e omissa com que as autoridades têm tocado a questão da segurança pública no Brasil.

Nós estamos assistindo, como se nada estivesse acontecendo, a um Código de Processo Penal e um Código Penal dos mais velhos, dos mais frágeis, que estão mais a serviço do bandido do que da sociedade. E aí, muitas vezes, subimos à tribuna para cobrar do Judiciário. Cobrar o quê do Judiciário se o instrumento que o Judiciário tem é esse? Frágil. Frágil. Ruim. Um bom juiz, um bom ministro, com a mão dura, quando age duramente contra um marginal, dá cinco anos para um “cara” que caiu com uma tonelada de cocaína e com dois terços da pena cumpridos vai pra rua!

Há um conjunto de medidas a serem tomadas a partir dos presídios de segurança máxima. E a roda já foi inventada. E vou repetir aqui: há uma série que a Rede Globo exibiu sobre a violência arrefecida na Colômbia, que vivia o mesmo drama que São Paulo viveu. A Colômbia arrefeceu não amolecendo, mas enfrentando.

É preciso fazer o enfrentamento e elaborar uma política preventiva a partir da família, Senador Ney Suassuna. Uma campanha em favor da família, que fale do fortalecimento da família em primeiro lugar, porque a sociedade é produto do que vive a família. Se a família vai mal, a sociedade vai mal; se a família vai bem, vai bem a sociedade.

Desqualificaram, tentaram desmoralizar a família com as novelas, com tudo que se faz por aí: família não existe, casamento não presta. Quando se desqualifica a família, os reflexos são vistos na sociedade. São filhos que crescem vendo o pai e a mãe bêbados; são festas de 15 anos em que rola bebida alcoólica, festa de um ano, festa religiosa...

O que estamos esperando? Há um conjunto de medidas a ser tomado. Mudanças no sistema penitenciário, o agente penitenciário precisa ser qualificado.

Eu dizia ao Senador Demóstenes Torres que precisamos emendar a lei elaborada por ele, Deputada Íris Araújo – referi-me a V. Ex^a como a Deputada, porque V. Ex^a é candidata a Deputada e certamente vencerá as eleições, e nós a perderemos. Ele diz das penas do

preso que for pego com o celular. Mas é preciso também saber quais são penas previstas para o agente penitenciário que for pego passando celular, porque não há pena prevista para quem passa!

O salvo-conduto do crime é autoridade. Quando eu disse, ano passado, ao Presidente Lula que mandasse Fernandinho Beiramar para a minha casa, eu sabia do que estava falando. Para que estar gastando tanto dinheiro para cima e para baixo com ele? Na minha casa, trancado no banheiro, ele só vai tomar banho se eu deixar; só vai comer se eu der a comida; só terá um *laptop* se eu o der, porque no vaso sanitário ele não sai; só vai tomar sol se eu deixar sair.

Então, ele só tem celular, *laptop*, em Bangu 1, porque alguém deu. Que dizer, é do salvo-conduto que precisamos tratar.

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a. É um tema tão apaixonante e não consigo ser sucinto ao tratar desta questão.

Senador Romeu Tuma, em qualquer lugar onde ele estiver trancado, precisamos resolver essa questão dos advogados. Na Colômbia, nenhum advogado de bem se sente ofendido por ser revistado e passar pelo raio X. Aqui, é uma ofensa. Mas, mesmo ofendidos, acho que os advogados de bem, que são maioria neste País, se sentem plenamente envergonhados quando vêem a ação nefasta de alguns advogados, que desonram a classe com seu comportamento. E eles nem peticionam. A advogada do Marcola falou: “... não sabia que ele pertencia a uma organização”. Em seguida, perguntaram a ela: “A senhora sabe quantos advogados ele tem?”. E ela respondeu que eram mais de dez. E não sabia.

E ela é dessas que não peticiona. Então, o “cara” tem dez advogados; um peticiona, o resto é tudo “ganso”. Ganso é a linguagem usada na bandidagem para referir-se ao sujeito que vai buscar a informação, traz a informação e leva a informação. Advogado que não peticiona é “ganso”.

Senador Romeu Tuma, tenho um projeto – está se encerrando meu tempo e vou voltar à tribuna para falar sobre ele –, para o qual gostaria de pedir a ajuda de V. Ex^a, que é especialista no assunto. O meu projeto diz que o advogado que trabalha para o crime organizado e para o narcotráfico precisa pegar o recibo dos honorários pagos pelo cliente dele, porque o dinheiro do cliente dele não tem origem. Até para possibilitar que o cliente dele pague Imposto de Renda. Eu pago, o cidadão de bem que ganha acima de R\$1.500,00 paga. Por que o bandido que ganha um milhão não paga? Para dar possibilidade de pagar o Imposto de

Renda. Que ele pegue o recibo e nele esteja escrito que Recebeu tanto do Sr. Fernando da Costa Beiramar, do Sr. Marcola, tanto; e coloca dentro nos autos do processo. Ele também tem que pagar imposto porque advogado que advoga para narcotráfico não é uma figura diferente na sociedade, não. Ele precisa pagar imposto também! E para pagar precisa colocar nos autos do processo. Quando protocolei esse projeto fui chamado por uma série de advogados, amigos, pedindo-me que eu não levasse isso adiante, que eu iria criar um problema, que eu iria fazer um enfrentamento desnecessário com a classe no Brasil. Eu não estou fazendo enfrentamento desnecessário com ninguém. Só estou dando a possibilidade, a quem advoga para o crime, Senador João Motta, de ajudar o País fazendo com que seu cliente pague imposto. Que ele diga qual a origem do dinheiro dele, porque eu tenho que justificar a origem do meu dinheiro; o senhor tem que justificar; as pessoas que estão nos visitando têm que justificar a origem. Mas, bandido, não! Advogado de bandido, também não! E o patrimônio deles cresce, cresce, cresce; eles se tornam milionários sem pagar imposto. Nós é que estamos errados?

Agora eu já vi de tudo, só falta eu ver, Sr. Presidente, chover para cima com relação a segurança pública neste País. Quero e peço aos Senadores que fazem parte da Comissão de Constituição e Justiça que ajudem o Brasil, não a mim, aprovando projeto dessa natureza. Nós temos que produzir o instrumento para cobrar ação do Judiciário; não dá para cobrar ação do Judiciário sem produzir instrumentos que o Judiciário possa usar. Cobrar ação do Judiciário com essa lei frouxa, com essa lei ruim que está mais a favor do bandido do que da sociedade não é possível. Aqui encerro, Sr. Presidente, esperando voltar ainda hoje para falar de outros assuntos e desse também, sendo solidário com a população do meu Estado, que está apavorada com o incêndio dos ônibus. E com os bandidos lá em Vitória, Senador Antonio Carlos Magalhães, mandando bilhete para o Governador Paulo Hartung e *fax* para as lojas pedindo para fechar às 14 horas, para fechar às 18 horas porque senão iremos tocar fogo em tudo. E Vitória fechou no meio da tarde. O povo, desesperado; as escolas, se fechando. E eu já alertei que daqui a cinco anos vamos ter que pedir autorização a bandido para entrar no *shopping* com nossos filhos.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Em São Paulo não precisou nem de *fax*. O medo fez com que fechassem tudo, sem nenhuma pressão da marginalidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Ouço o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a realmente aborda com muita propriedade esse tema que também já tratei, da indisponibilidade de bens das pessoas que cometem crimes e advogados que realmente praticam o crime de ser advogado desses criminosos. A OAB deveria ser até mais rigorosa em relação a esses assuntos. Na realidade, a falta de autoridade no País é total. Quando o Presidente da República não tem autoridade isso vai até o contínuo; quando o Governador não tem autoridade acontece a mesma coisa, e se o Presidente do Senado não tiver autoridade também vai ser assim. Então temos que fazer alguma coisa para a autoridade ter respeito, e ela só tem respeito quando tem credibilidade e o faz por imposição, a autoridade emana seja do Congresso, do Presidente da República ou do Governador de Estado. Que dirá os Parlamentares.

Vejam em que situação entraremos em uma eleição! Vamos trabalhar ainda para refazer a autoridade daquele que detém o Poder que, até mesmo, é um poder que emana de Deus, segundo a própria Bíblia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Toda autoridade é constituída pelo Senhor, diz a Bíblia.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não é verdade? E, conseqüentemente, vamos proceder corretamente para ter autoridade e credibilidade; do contrário, teremos uma desmoralização dos Poderes. Nesse caso, ninguém segura mais. Depois que acontecer, haverá a violência, sim, queiramos ou não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Eu agradeço a V. Ex^a, que com a propriedade da sua fala, me traz à lembrança o fato de termos, de uma forma muito urgente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida por V. Ex^a, aprovado uma série de medidas que fazem parte de uma composição em que o Legislativo busca cumprir o seu papel. Nessa composição, a fatia maior pertence ao Poder Executivo, uma fatia é do Judiciário e outra significativa é da família.

Falo isso porque vejo atores consagrados e artistas que fazem apologia às drogas, mas não acontece nada com eles. Nós precisamos, no entorno do enfrentamento, produzir prevenção sem afrouxar no enfrentamento, que é necessário para que a sociedade se sinta segura.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um novo aparte? Será muito breve. (*Assintimento do orador.*)

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Hoje mesmo, houve uma reunião no Palácio do Planalto com os Chefes dos Poderes para aumento do servidor público. Isso é uma balela. O Presidente da República quis dividir a sua culpa com os outros Poderes. Pode ser que os Presidentes da Câmara e do

Senado tenham ficado muito felizes, e a Dona Ellen Gracie também, mas, na realidade, é uma malandragem dele para não sair o aumento e, ao mesmo tempo, culpar os Chefes dos Poderes, tanto os daqui, quanto do Judiciário.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. O tema é apaixonante. Vou voltar a falar sobre ele.

Sr. Presidente, V. Ex^a me concedeu dois minutos para encerrar, não é isso? Muito obrigado. V. Ex^a sabe da importância do tema também para a sociedade até porque o Senado cumpriu, neste momento, a sua parte.

Sr. Presidente, queria mostrar aqui que há uma garotinha no Espírito Santo que vive até hoje no hospital em que nasceu. Ela tem sete anos. Ela depende de um respirador – este aqui (o orador mostra a foto do objeto). A criança é esta aqui (o orador mostra uma foto da criança), na cama, com o respirador do hospital. Para essa criança ter o privilégio de um aniversário comemorado em casa, ela precisa ter esse aparelho em casa. Não dá para tê-lo: o seu pai é motorista. Acho que ele até abdicou da profissão para viver no hospital, tomando conta da criança.

Sr. Presidente, numa portaria do Ministério da Saúde... Há algum Líder do Governo aqui? Senador Romero Jucá? Se não, Senadora Ana Júlia, preste atenção ao que vou lhe pedir. Há uma portaria do Ministério da Saúde, e eu muito pouco posso fazer porque eu me lembro que a última vez que pedi uma audiência com o Saraiva Felipe ele marcou para seis meses depois. E o Ministro Humberto Costa, aquele que é candidato a Governador de Pernambuco – e vai perder feio porque tem que perder – nunca deu nem confiança de retornar uma ligação. Se fossem esses dois, nem pediria a V. Ex^a, porque sei que não iriam atendê-la. Quero dar o número da portaria e pedir ao Presidente do Senado por essa criança. O Ministério da Saúde, Sr. Presidente, mediante portaria, forneceu um aparelho para uma criança, num caso igual a esse. Quer dizer, a criança que foi beneficiada com a portaria foi beneficiada com o suor do povo brasileiro.

Queria contar com a ajuda de V. Ex^a, Senadora Ana Júlia, no sentido de marcar com o Ministro para que S. Ex^a pudesse verificar esse precedente que está aberto – e que continue aberto porque devemos ter outros problemas como esse, teremos e devemos ter no Brasil –, no sentido de que essa criança receba também um respirador. Senador Ney, Líder do PMDB, um grande Partido, tem certa influência no Governo, essa criança precisa desse respirador. Essa criança precisa e o Ministério da Saúde pode fazer isso! Trata-se de um respirador que custa pouco mais de quarenta mil.

É muito para um homem que é motorista – abdicou da profissão para tomar conta da filha de sete anos dentro de um hospital. V. Ex^a pode ajudar? Presidente, posso contar com o seu apoio para que essa criança possa ir viver com sua família, em casa, e esse pai possa trabalhar para sustentar o restante da família?

Uma situação dessas, Senador Motta, do nosso Estado, e temos que vir à tribuna pedir ajuda, quando tinha que ser uma coisa corriqueira para a saúde pública do Brasil. Essa criança já deveria estar em casa há muito tempo. Mas espero que, em abrindo essa porta e ela sendo atendida, o gesto se repita com tantos outros que têm tantos tipos de doenças graves e que precisam de atendimento e de cuidados da Nação brasileira. De igual modo, espero que essa criança seja atendida.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Quero comunicar à Casa que hoje não teremos Ordem do Dia. Não houve acordo entre os Líderes partidários para que pudéssemos avançar na nossa pauta. Telefonarei aos líderes logo mais para que possamos fazer um esforço para votarmos amanhã.

Hoje, tive a honra e a satisfação de instalar uma Comissão Mista de Senadores e Deputados, para instituir o marco do saneamento no Brasil, para, em 30 dias, avançarmos numa convergência, sistematizando as propostas que tramitam nas duas Casas do Congresso Nacional.

Comunico também que tivemos a honra de receber, hoje, a visita dos cantores Ivan Lins e Fernanda Abreu, que estão em Brasília, e amanhã participarão da mudança que vamos fazer, concretizando a idéia do Deputado Sérgio Cabral, ampliando a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social para Subcomissão de Cinema, Teatro, Comunicação Social e Música.

Recebemos, também, a visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado italiano, Senador Del Roio.

Esperamos avançar, amanhã, na nossa pauta. Há cinco medidas provisórias trancando a pauta, e temos que votar propostas que são importantes, como o Fundeb, em relação ao qual já foram aparadas todas as arestas. Temos que votar a medida provisória que está chegando à Casa, cujo Relator designado foi o Senador Fernando Bezerra, que renegocia as dívidas da região da Sudene. É uma medida provisória importantíssima para a região Nordeste, em função da desestruturação do setor produtivo do semi-árido nordestino. Temos que votar o projeto de resolução da Senadora Patrícia Saboya, que também é outra matéria importante,

empréstimos dos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Pará e Bahia, e várias autoridades.

Há pouco, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos me comunicou que foi votada a recondução de alguns nomes do Cade.

Em função dessa circunstância, não haverá Ordem do Dia hoje.

Está, portanto, encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 11, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio

Prazo final: 15.6.2006.

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 12, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos*

servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-trinho

Prazo final: 23.6.2006.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente

da Medida Provisória nº 284, de 2006), que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.*

Relator revisor: Senador Edison Lobão
Prazo final: 4-7-2006.

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 16, DE 2006

*(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §
6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4-7-2006

6

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis

com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de pro-

fessores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 49 DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José

Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB-AL) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encontra-se na Câmara dos Deputados projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que “estabelece diretrizes para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas” e que “cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim”.

Considero muito importante o fato de que o Governo Federal tenha assumido a imperiosa necessidade de facilitar a vida de quem quer produzir e gerar empregos no País.

Por outro lado, sinto-me recompensado por ver que proposição por mim apresentada em 2004, com objetivo similar, tenha sido incorporada pela mensagem presidencial.

Estudos recentes do Banco Mundial atestam o absurdo da situação brasileira, quando se trata da abertura de empresas, nos mais diversos ramos de atividade. Em média, gasta-se em nosso País o inimaginável e incompreensível período de 152 dias para que uma atividade empresarial possa ser legalmente habilitada a funcionar.

Para efeito de comparação, basta lembrar que na vizinha Argentina, nosso principal parceiro do Mercosul, o prazo de espera é de 62 dias; no México, Senador Antonio Carlos Magalhães, não é mais do que 51 dias; e, no Chile, sabidamente a bem-sucedida experiência de desenvolvimento econômico da América do Sul nas últimas duas décadas, 28 dias é o tempo mais do que suficiente para que o processo se conclua.

Vejam que me preocupei em comparar a realidade das teias burocráticas brasileiras com países latino-americanos.

Todos nós sabemos que os iberos, os descendentes da Península Ibérica, são muito prolixos, muito burocratizados. Vejamos como é nos demais países.

Se examinarmos a situação das economias mais avançadas, nossa tragédia assumiria dimensões ainda mais assustadoras. Nos Estados Unidos, por exemplo, bastam quatro dias – quatro, e não 152; sessenta, e não vinte – para que uma empresa possa ser formalmente aberta. Na Austrália, nem isso: 48 horas é o prazo necessário para que o empreendimento possa funcionar.

Imagine um funcionário que quer abrir, aqui no Brasil, uma empresa. Tem que alugar, primeiramente, uma sala, tem que apresentar o contrato, os registros. São 152 dias. Na Austrália, 48 horas.

Salta, pois, aos olhos de qualquer um que tenha um mínimo de bom senso que o nosso País já começa a perder a crucial batalha da geração de empregos e de renda, antes de mais nada, pela insana burocracia a denunciar o terrível apreço pelo cartorialismo que nos acompanha – e que nos infelicitiza – desde o período colonial.

Tive a honra de trabalhar na reforma administrativa federal, em 1957, com o Ministro Hélio Beltrão. Abolimos o reconhecimento de firma, por duas vezes, no País. Ninguém aceita. Temos que reconhecer firma. Nós somos assim burocratizados. O servidor público tem fé pública, mas não aceitam que dê fé dizendo que é verdadeiro. Mandam ao cartório para reconhecer a firma.

Eis a verdade, a dolorosa verdade que nos faz perder oportunidades e que impede a concretização de nossas imensas potencialidades.

Mantido esse cenário, indago: como possibilitar ao Brasil inserir-se adequada e vantajosamente em uma economia cada vez mais globalizada, interdependente e competitiva?

Como afastar da informalidade milhões de pequenos empreendedores se o que o Estado lhe oferece é um emaranhado de normas legais, obrigações as mais diversas e cobranças sem fim?

O resultado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o que conhecemos de cor.

Sabem até as pedras da Esplanada que, quanto mais lento e oneroso for o processo para a abertura e o encerramento das atividades de uma empresa, maior será a tendência de expandir a informalidade, de ampliar os mecanismos de corrupção, de reduzir o volume de investimento e a própria produtividade.

Em última análise, é o próprio Estado que sofrerá na pele a diminuição do montante de impostos arrecadados.

Fico feliz em saber que, com a proposta agora encaminhada pelo Executivo, será possível reduzir em cerca de 90% o tempo que se despende para legalizar uma atividade comercial, industrial ou de serviços.

Ou seja, podemos vislumbrar a passagem dos incríveis 152 dias de hoje para um prazo de duas semanas. Não é uma maravilha, na Austrália são 48 horas e, nos Estados Unidos, quatro dias.

Mas, com a criação do REDESIM, ou seja, desse sistema, é possível pensar na indispensável racionalização dos procedimentos, o que inclui a eliminação de diversas exigências – inócuas, rigorosamente inócuas,

na maior parte das vezes – e, o que é da mais alta relevância, a obrigatoriedade de um trabalho integrado entre os distintos órgãos públicos.

Com isso, entre outros ganhos significativos, de tempo e de dinheiro, busca-se eliminar a nefasta duplicidade de funções entre setores da administração pública.

Nesse sentido, aliás, o projeto do Poder Executivo dá importante passo inicial ao tornar obrigatória a adesão dos órgãos federais ao trabalho integrado.

O mínimo que se espera de Estados e dos Municípios é que adotem idêntico procedimento, até porque os que insistirem nas práticas arcaicas, cartoriais e atrasadas serão vencidos pela concorrência e inapelavelmente ultrapassados pelos que se adaptarem às novas regras. Todos haverão de compreender, mais cedo ou mais tarde, uma verdade cristalina: quanto mais reduzida for a burocracia, maior a atração sobre os investidores.

Em suma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi esse o espírito que me levou a apresentar, em 2004, o projeto de lei pelo qual microempresas e empresas de pequeno porte ficariam dispensadas de algumas exigências no momento da sua constituição. Vejo agora, com orgulho e contentamento, que o Governo Federal reconheceu os enormes prejuízos causados pelas amarras burocráticas ao sistema produtivo nacional.

Associo-me a todos os que lutam a favor da desburocratização em nosso País, em especial quando esse esforço se dirige à modernização da economia brasileira, promovendo o barateamento dos custos empresariais. Somente assim, será possível retirar da informalidade grande parte dos micronegócios e negócios de pequeno porte: reduzir drasticamente a sonegação – o que será benéfico para todos, sem exceção – e expandir o nível de emprego, condição primeira para o verdadeiro e integral desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Espero que esse processo chegue rapidamente ao Senado Federal, para que possamos votá-lo com satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, pela Liderança do PFL. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pela instalação, hoje à tarde, da Comissão Mista, Senado e Câmara, para sistematizar os projetos da área de saneamento, procurando oferecer ao País o marco regulatório a um setor importantíssimo para a vida da nossa população.

Todos nós queremos que os serviços de saneamento sejam universalizados, atendendo a toda a população brasileira, em especial aos mais carentes. É essencial que haja um marco regulatório para proporcionar tranquilidade aos investimentos, quer da área privada, quer do setor público. Não podemos imaginar que uma questão dessa importância possa ser olhada pelo viés ideológico, autoritário e centralizador, nem que se defenda mais um ente federativo em detrimento de outro.

Temos que ter uma posição totalmente aberta, tendo em vista uma análise correta desse assunto. E V. Ex^a, Sr. Presidente, mais uma vez demonstrando sua visão de estadista e de Presidente à altura do cargo, aquiesceu a nossa sugestão para a Comissão especial que sugerimos. V. Ex^a atuou junto com o Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, que teve também essa atitude de grandeza. Assim, a Comissão foi instalada e esperamos começar a trabalhar amanhã, com prazo exíguo, é bem verdade – mas é melhor que seja assim – para, dentro de 30 dias, termos o resultado, esperando que, a partir daí, o produto dessa Comissão possa tramitar rapidamente nesta Casa e, posteriormente, na Câmara dos Deputados.

Daremos um passo histórico se conseguirmos um marco regulatório para o setor de saneamento no Brasil.

Não é à toa que o próprio Governo Federal disse que, para universalizar os serviços, é preciso investir R\$9 bilhões por ano, ao longo de 20 anos. Veja bem, Senador Flexa, R\$9 bilhões, somando os diversos entes federativos.

Hoje, o investimento é mínimo. O investimento do Governo Federal, em três anos, não chegou a meros R\$3 bilhões. Então, fica a dever muito. Esse investimento foi em três anos, considerando recursos da Caixa Econômica Federal e também do Orçamento Geral da União, que, a cada ano, reduz mais a sua participação nesse esforço.

Então, é um momento especial para o Congresso Nacional, quando se implementa essa Comissão. É claro que somente a instalação da Comissão não significa que todos os problemas serão resolvidos e que teremos um bom desiderato para essa questão. Mas já é um bom caminho, um bom começo.

Agora, compete a nós Parlamentares, Deputados e Senadores, conseguirmos colimar essas opiniões, as mais diversas, e construir esse consenso o mais rápido possível dentro do prazo que nos foi dado: 30 dias.

Concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, quero dizer da alegria que senti em

ter sido lembrado por V. Ex^a e pelo Presidente Renan para participar dessa Comissão. Sei que teremos uma oportunidade ímpar no Congresso de definir o marco legal daquilo que é um desafio social no Brasil, daquilo que é um desafio na área de infra-estrutura do País, porque se trata de um debate que vem se arrastando desde o início dos anos 90 – até antes um pouco. E esse debate vem evoluindo. A Deputada Irma Passoni deu um passo definitivo, tentando fazer um ajuntamento da matéria. Depois de 1996, o então Senador José Serra definiu o novo marco do debate no chamado poder concedente; outros Parlamentares atuaram muito nesse debate; e V. Ex^a, no Governo da Bahia, contribuiu para a discussão. Existe uma luta entre municipalistas e aqueles que representam a transição do Governo dos Estados com o tema. Quem terá o poder de administração, de gestão, de responsabilidade direta com o saneamento? E existe o debate da iniciativa privada. Acompanho o tema com muito cuidado, com muito zelo; até já escrevi capítulo de livro sobre a matéria. Entendo sua importância. Nós temos um desafio enorme: são 880 mil internações por ano no SUS em função da crise do saneamento básico. Então imagina V. Ex^a a dimensão social do problema. Quando falamos em saneamento básico – abastecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de lixo e tratamento desse lixo, educação sanitária e drenagem – estamos falando da dimensão da questão para as regiões isoladas do Brasil e também para as grandes cidades. Uma das cidades mais expostas do Brasil em termos de beleza e qualidade de vida é o Rio de Janeiro, onde não chega a 55% a cobertura do tratamento de esgoto. Então veja V. Ex^a a dívida social que este País tem.

Então tenho certeza de que V. Ex^a irá conduzir o debate com equilíbrio e responsabilidade partilhada. Não ocorrerá, nem o fundamentalismo do excesso de municipalismo, nem a idéia de todo o poder para os Estados. Também não haverá nenhuma restrição de satanização da iniciativa privada naquilo que ela pode contribuir com esse debate. Estou pronto e entusiasmado para contribuir com a Comissão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Tião Viana, eu é que estou extremamente honrado de participar da Comissão junto com V. Ex^a, que é médico e conhecedor do assunto. Sabe da importância do saneamento e conhece as estatísticas que existem sobre o assunto no Brasil e no mundo. V. Ex^a sabe muito bem que R\$1,00 investido no saneamento significa R\$4,00 economizados em saúde com a prevenção das doenças veiculadas pela água que não tem qualidade ou pelo esgoto que corre a céu aberto.

Darei um exemplo a V. Ex^a. Estive nesse final de semana com o Governador Paulo Souto dando or-

dens de serviço para um sistema de 160 quilômetros de adutora, para abastecer cinco sedes municipais, fora pequenos distritos – mais de 30 mil pessoas assistidas. Hoje essas pessoas estão consumindo água calcária, cheia de carbonato. Imagine V. Ex^a que a tubulação entope pela sedimentação do calcário, principalmente durante a noite, quando a água não é muito usada. Agora, imagine o que essa sedimentação faz no organismo das pessoas. Então são problemas de estômago, intestino, rins. Todos têm pedras nos rins. É algo extremamente inaceitável que aconteça.

Mas aí, talvez, V. Ex^a preste atenção e não goste do que vou falar agora. O financiamento desse setor vem de duas áreas do Orçamento Geral da União, ou de recursos do FGTS, que sempre foi o tradicional financiador, seja no período do Planasa com o BNH, seja com a Caixa Econômica Federal. Mas, veja bem, V. Ex^a. Se o Orçamento Geral da União não pode aplicar, porque temos restrições fiscais de toda ordem, contingenciamento do Orçamento... Sequer 0,05% do Orçamento Geral da União é utilizado em saneamento, anualmente. Eu ainda poderia dizer: “Não. É um problema fiscal do Brasil”. Mas, veja V. Ex^a: com relação a recursos do FGTS, o Governo, na verdade, fez contratos, mas não tem havido liberação. A liberação é mínima. Mas, além disso, não estou me insurgindo contra o fato de que o Governo apenas não tem liberado e criado dificuldades para a liberação; estou me insurgindo contra a propaganda enganosa que o Governo tem feito, dizendo que esses recursos, Senador Tião Viana – vejam bem, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras – esses recursos são do Governo Federal. Olha aqui o que trago. Esta placa aqui: “Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Salvador. Obras financiadas com recursos do Governo Federal”. É a Caixa Econômica Federal... Esses recursos são do Governo Federal? Recursos da Caixa Econômica Federal, provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do trabalhador brasileiro? O valor do investimento: R\$2.315 bilhões. Aqui tem uma contrapartida do Estado. É recurso do FGTS! A Caixa Econômica é mera administradora desses recursos. Não poderia o Governo Federal, à guisa de uma propaganda enganosa, colocar: “Obras financiadas com recursos do Governo Federal”. Então, o Governo Federal se apropriou dos recursos do FGTS? Senador Tião Viana, é difícil aceitar!

Primeiro, porque o Governo Federal cria todo embaraço aos entes federativos: Estados e Municípios, para fazer jus a esses recursos, que têm que ser remunerados. E aí quero fazer com V. Ex^a uma reflexão: esses recursos são financiamentos ou investimentos do Governo Federal?

V. Ex^a conhece o radicalismo do PT baiano, que não prima por preservar os interesses do Estado, tanto que, na época que se discutia a Ford na Bahia, o PT ficou contra a Ford na Bahia. Agora esse PT radical procura desqualificar as obras que o Governo Estadual está realizando com recursos captados na Caixa Econômica por meio de empréstimo, de endividamento do Estado. O Estado irá pagar. Nós, baianos, pagaremos com ICMS, com nossos impostos. E esses recursos serão pagos com juros e correção dentro dos trâmites da Caixa Econômica Federal.

Mas o Governo, o ex-Ministro Jaques Wagner, anuncia da forma mais despuddorada, mais deslavada possível, que os recursos são do Governo Federal.

Ora, paciência... Vamos ter o mínimo de honestidade intelectual! Eu sempre ouvi aqui o PT cobrando honestidade intelectual, o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo, ou ex-Líder do Governo, agora candidato ao Governo... Senador Romero Jucá, que é o Líder do Governo... Não procurou nem no PT; procurou no PMDB o Líder do Governo... Pois bem, vamos ter honestidade intelectual! Isso é apropriação indébita de recursos do trabalhador brasileiro.

Empréstimo não é efetivamente investimento. O Governo Federal não está investindo; ele está cumprindo, por meio da Caixa Econômica, o seu dever, a sua obrigação de disponibilizar os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para esses financiamentos.

Concedo o aparte com muita satisfação ao Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Paraná.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador César Borges, o que V. Ex^a traz à tribuna, esclarecendo à Nação brasileira, acontece, parece-me, em todo o Brasil. O que V. Ex^a aqui mostrou é o que acontece no meu Estado, o Pará. Senador César Borges, como o Governo do PT não tem obras no Brasil inteiro para mostrar como suas, ele se apropria de financiamentos tomados aos governos estaduais para dizer que são investimentos do Governo Federal, como é o caso que V. Ex^a menciona das obras de financiamento, que acontecem no meu Estado do Pará também. São recursos tomados por financiamento pelo Estado, que serão pagos pelo Estado do Pará, pelos paraenses, e são colocados lá como sendo obras do Governo Federal. É o absurdo que acontece. Ainda há pouco, o Senador Rodolpho Tourinho fez referência ao Programa Luz no Campo, que, da mesma forma, consideram como sendo do Governo Federal, quando a sua Bahia entra com 50% de contrapartida. No Estado do Pará, são 35% de contrapartida. E os petistas acham que é feita pelo Governo Federal. O que falta é a honestidade

intelectual, tão cobrada anteriormente e tão esquecida, como tudo que foi esquecido por este Governo.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador César Borges, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a e ainda o reforço mais.

Veja V. Ex^a que a Caixa Econômica está sendo utilizada politicamente para uma propaganda enganosa. Veja o caso do FUNDEB, que estamos aqui para aprovar. O FUNDEB é um fundo com recursos provenientes, ora do Estado somado com o município.

O Governo Federal, na propaganda do PT, já disse que criou o FUNDEB, que é uma obra do Governo Federal, que sequer foi aprovado nesta Casa. E os recursos federais são da ordem de 10%; o restante é recurso do Estado e do município.

Isso é propaganda enganosa e está tentando enganar o povo brasileiro. Trouxe aqui outro exemplo: adensamento da Bacia de Alto Camurugipe, obra financiada com recursos do Governo Federal. Isso é recurso do FGTS, recurso do BNDES, recurso do FAT, que também não é recurso federal. FAT é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, que foi criado pelo Congresso Nacional para cumprir essa tarefa e que tem que ser remunerado por essa forma de empréstimo, porque tem uma ação social e tem a recuperação do capital. E são cobrados juros e correção sobre isso.

Então, por que o Governo Federal fazer essa apropriação? E o que é pior, Senador Flexa Ribeiro: no contrato assinado...

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco//PT – PA) – Senador César Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concederei um aparte a V. Ex^a com muito prazer.

A Caixa impõe, coloca no seu contrato que a obrigação do mutuário é fixar, em local visível ao público, placa da obra, conforme modelo definido pela Caixa. Então, esse modelo é definido pela Caixa. Quem colocou aqui recursos do Governo Federal foi a Caixa Econômica, que está a serviço político do Governo Federal. E, mais ainda, na cláusula 14^a: suspensão dos desembolsos. Um dos fatores de suspensão é a inexistência de placas de obra num empreendimento dos modelos financiados pela Caixa.

Ora, convenhamos é demais! É um abuso o que o PT está fazendo, utilizando-se da Caixa Econômica Federal para esse tipo de apropriação indébita de um recurso que é do trabalhador e que será pago pelo povo de cada Estado e de cada município. Empréstimo não é investimento.

Concedo um aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Quando o Senador Flexa fala, ela sempre fala em seguida, porque o Pará tem que ouvir os dois Senadores, além do Senador Luiz Otávio.

A Sr. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador César Borges, com todo o respeito que tenho por V. Ex^a, quero dizer que, se considerarmos que os recursos quer sejam da União, dos estados ou dos municípios, todos são públicos, todos são do povo. Agora, querer dizer que não são recursos Federais... O volume de recursos de agora, 2,5 bilhões e meio, liberados pelo Ministério das Cidades, por meio de Caixa Econômica, são recursos Federais. É um financiamento? É, mas é um financiamento subsidiado e todo mundo sabe disso. O volume de recursos é muito maior. E antes, que existiam os recursos e não eram liberados! O Prefeito da minha cidade, Belém, está recebendo mais recursos no Governo Lula do que nós recebemos.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é do Governo Lula, Senadora. É do AGU: Orçamento Geral da União.

A Sr. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Estou colocando uma visão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É claro. Estamos num debate.

A Sr. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Não adianta querer dizer que não são recursos federais, financiamentos, não adianta querer dizer que o Programa Luz para Todos não é diferentíssimo, completamente diferente, onde a dimensão humana é muito maior que a dimensão econômica, porque essa é a realidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Talvez numa dimensão política. Está sendo o uso político do PT a diferença da Luz no Campo para Luz para Todos.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Em termos de tempo, conseguiu-se em um pouco mais de dois anos mais do que o governo anterior conseguiu em quase quatro anos, ou seja, atendeu mais gente do que o governo anterior conseguiu atender em quatro anos. Então, eu o respeito muito – e V. Ex^a sabe disso –, mas não podemos negar isso aqui. Quando o governo era o mesmo, federal e estadual, não tinha nenhum problema. Vejo o Governo do Estado fazer propaganda, como fez, com recurso de financiamento que ele não conseguia no governo Fernando Henrique e está conseguindo agora no Governo Lula. Então, no mínimo, devemos reconhecer que o Governo está liberando mais recursos, independentemente de governo inclusive.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não é governo. A Caixa Econômica Federal é um banco, é uma

instituição que libera o recurso do FGTS. Mas, queira ou não V. Ex^a, não são recursos do Governo Federal.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Também não é recurso do Governo do Estado, mas do povo que paga os impostos. É o mesmo princípio.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É um empréstimo. É como se V. Ex^a entrasse em um banco para tomar um empréstimo e o banco lhe dissesse que está lhe concedendo um favor. O banco vive disso. O Fundo de Garantia tem que ser remunerado. Agora, se fosse recurso do Orçamento Geral da União, poderia constar a participação do Governo Federal. Mas não é. Isso aqui é empréstimo.

Concedo o aparte ao Senador Romeu Tuma e, se me permitir, Sr. Presidente, posteriormente, ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Não quero contrariar a Senadora Ana Júlia, pela simpatia que tenho por S. Ex^a, mas a Caixa Econômica é um banco pertencente ao Governo, só que o dinheiro é dos depositantes do Fundo de Garantia e de outros elementos, só pertence a terceiros. E, com base nisso, ela faz os empréstimos sob juro. O prefeito e o governador que tirarem dinheiro emprestado da Caixa Econômica pagarão juros. Se eu tirar um empréstimo ali, também vou pagar.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – E dá mil garantias.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Eu, querendo um empréstimo, vou ali e conseguirei. Não para o saneamento, mas para consertar a privada de casa provavelmente eu tenha de pagar uns juros. Mas penso que não podemos misturar os fatos. V. Ex^a está fazendo as colocações corretamente. É claro que a defesa da Senadora ao Governo é correta, pois ela deve lutar. Mas a população precisa saber a realidade dos fatos. Eu não posso dizer que o dinheiro que sai da Caixa Econômica é do Governo, porque não é.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Ela sabe que não é.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Agora, há vários investimentos do Fundo de Garantia...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas por dever de ofício ela faz essa defesa. S. Ex^a é sempre assim: faz a defesa, pois é leal ao Governo. Não quer saber se é correto ou não, mas faz a defesa.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – O Fundo de Garantia faz muitos empréstimos de dinheiro que é do trabalhador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Romeu Tuma, agradeço o aparte.

Vejam bem, quanto ao Bolsa Família, nós tínhamos o Bolsa Escola, e o nome foi mudado para Bolsa Família.

Temos o Luz no Campo, que o Senador Rodolpho Tourinho criou no Governo Fernando Henrique, quando era Ministro de Minas e Energia. E fez muito bem. E esses recursos – vejam bem – mais uma vez não são federais. Trata-se de recursos que nós pagamos, na nossa conta, para ampliar as ligações. O Senador Rodolpho Tourinho, com inteligência, fez o compromisso, com aqueles que ainda não tinham energia, de liberar esses recursos para serem aplicados. O Governo Federal hoje faz o mesmo e diz que o programa é dele, porque mudou o nome de Luz no Campo para Luz para Todos.

A Senadora Ana Júlia tenta insistir e dizer que o programa agora é outro. Segundo ela – é mais um pensamento desejoso, nada mais do que isso –, tem cunho social. Tem cunho político. Agora está tendo exploração política. Antes era feito para atender aqueles que não tinham energia efetivamente.

Então, os programas do Governo são sempre assim. Ele reedita, não inventa absolutamente nada, faz uma reedição do que vinha do governo anterior, muda o nome e diz que é uma beleza de programa.

Mas já havia concedido um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – E depois V. Ex^a me permite um minuto?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se o Presidente permitir, com a maior satisfação, Senador Flávio Arns.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Ana Júlia, ser fanática pelo Paysandu, tudo bem! Pode dizer que é o melhor time do Brasil, pode defender como quiser! Agora, ser fanática desse porte e dizer que os recursos da Caixa Econômica Federal são distribuídos porque o Lula quer? Será que temos, quando fizer a inscrição para buscar algum recurso, de pedir autorização para o Presidente ou para o Líder do Governo? “Ô Líder! Me dá uma mãozinha lá na Caixa Econômica para liberar os meus recursos?” É preciso ter uma ficha, uma folha, preencher dados e documentos. É preciso ter uma garantia, um aval. A Caixa Econômica é permanente. Ela fica; o Governo passa. São funcionários que estão lá dentro e que prestaram concurso público, não havendo cor partidária. Pelo menos, deveria ser assim. Então, ser fanático, sim. V. Ex^a pode até dizer que o Paysandu é o melhor time do Brasil, mas dizer que o Lula é o melhor do Brasil, no sentido de que até para se liberar recursos da Caixa dependemos dele, é complicado! Tenho uma preocupação muito grande, Senador César Borges, com esta Copa

do Mundo. De repente, o Ronaldo, o Ronaldinho e o Kaká vão fazer uma triangulação perfeita e vão fazer o gol. É capaz de virem aqui dizer que o técnico foi o Lula. São capazes de dizer: olha, foi o Lula quem escalou! Vamos deixar de ser fanáticos e vamos admitir as coisas. Daqui a pouco tudo é o Lula! Até para liberar empréstimo da Caixa Econômica depende-se do Lula? Aí não dá! E com recursos dos trabalhadores do Brasil, do PT, do PMDB, do PFL, dos que não têm partido. Não é possível que tenhamos de ouvir isso de pessoas tão expressivas, esclarecidas, como a nossa querida Senadora Ana Júlia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Senador Leonel Pavan, o que com certeza dependeu do Lula foi a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo pela Caixa Econômica. Isso dependeu!

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Aí foi a utilização da Caixa Econômica, sob o mando de alguém, de uma autoridade grande do Governo.

O Ministro da Fazenda caiu por conta disso. Veja a utilização política desse organismo, como disse muito bem V. Ex^a, que pertence ao País. Não é de governo A nem de governo B, é uma instituição permanente.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador César Borges...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Os políticos passam, as instituições permanecem.

Concedo os apartes na seguinte ordem: Senador Flávio Arns, Senador Almeida Lima e Senador João Batista, que havia solicitado.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Caro Senador César Borges, em relação ao caso do caseiro Francenildo, eu diria que não só nós do PT, mas toda a sociedade brasileira desejamos que o caso seja evidentemente, suficientemente esclarecido.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Já o foi.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – E as pessoas envolvidas ainda estão no processo de investigação, pelo que eu li nos meios de comunicação ontem e hoje. A Polícia Federal, cujo trabalho vem sendo enaltecido pela própria Oposição, está se aprofundando nas investigações, mas que a conclusão conduza à punição dos culpados. Agora, em relação à Caixa Econômica Federal, que destina os recursos para obras fundamentais para cidadania, como habitação e saneamento – se quisermos gastar menos na saúde, temos de gastar mais na habitação, no saneamento; menos na criminalidade, mais na habitação –, eu diria que a diferença fundamental é que esses recursos sempre estiveram disponíveis. Estavam disponíveis no governo anterior e estão disponíveis neste Governo. Qual a diferença

entre os dois governos? Este Governo aplicou muitas vezes mais recursos de habitação e saneamento do que o governo anterior. Ou seja, apesar de retornarem esses recursos, que são empréstimos, como V. Ex^a coloca, mas são recursos essenciais sempre disponíveis, porém aplicados em quantitativos expressivamente maiores neste Governo, o que também não vem ao caso. Penso que todos nós temos de batalhar para dizer que são recursos que têm que ser destinados para a área. Quanto ao Bolsa Família, que V. Ex^a mencionou, como continuidade do Bolsa Escola – até o Senador Cristovam Buarque fez um grande debate à época, considerando que o Bolsa Escola deveria continuar para destacar a escola –, não podemos compará-lo, porque o Bolsa Família é muito mais abrangente do que o Bolsa Escola. Existe este debate, com o qual concordo. Devemos continuar a discutir e a marcar a questão da escola. O Bolsa Família atende a 10 milhões de família no Brasil. Dez milhões!

(Interrupção do som.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – E oxalá tenhamos a porta de saída também do Bolsa Família para que as pessoas se integrem na sociedade. Então, diria que mais importante do que pensarmos se esse dinheiro está voltando, se está no Orçamento ou não, se é da Caixa Econômica ou não, é observarmos se existe dinheiro suficiente, se está sendo aplicado. Mas diria que a marca da diferença, independentemente de ser o mesmo programa ou não, é o quantitativo, a valorização que se dá ao exercício da cidadania, e eu diria que é inúmeras vezes maior. Até me sinto mal fazendo esse tipo de debate, porque penso que temos que caprichar, ter muito dinheiro, porque a cidadania tem que ser exercida, e essa é a marca deste Governo.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Mas V. Ex^a reconhece que não se trata de recurso do Governo Federal, como está dito na placa colocada pela Caixa Econômica Federal.

Sr. Presidente, gostaria ainda de conceder apartes, mas vejo que há alguns Senadores, como o Senador Gilvam Borges, querendo fazer uso da palavra. Se V. Ex^a desejar, encerro, neste momento, o meu discurso, pedindo desculpas aos dois Senadores, mas se V. Ex^a permitir, concederei um aparte rápido aos dois Senadores.

Peço aos Srs. Senadores que sejam breves, pois sinto que o Presidente já foi muito condescendente.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PMDB – SE) – Nobre Senador César Borges, quero dizer a V. Ex^a, nesta oportunidade, que, apesar dos argumentos, dos números, das razões apresentadas por V. Ex^a, por mais sólidas, fortes e claras que sejam, embora elas convençam o Governo, a impressão que o Governo passa a esta Casa é a de que não convencem. Ao contrário do que disse o nobre Senador Leonel Pavan, isso não se trata de fanatismo, não. Não é fanatismo. Fanático é aquele que acredita. O Governo está sabendo o que V. Ex^a está dizendo. Nesta Casa, o Governo está assumindo o papel de Dan Brown, autor de **O Código da Vinci**, e escrevendo ficção. E o pior: parcela da população brasileira está acreditando na ficção como se fosse fato histórico. É ficção! Para concluir, devo dizer que a Senadora Ideli Salvatti, no início da sessão de hoje, assumiu a tribuna para falar do PIB do primeiro trimestre e dizer que, mesmo que não cresça tanto, o importante é que o crescimento está sendo dividido pela população. É verdade. Está sendo dividido: uma parcela em forma de salário-esmola e auxílio-esmola; e a outra parcela para os banqueiros. O PIB está muito bem dividido, e a classe média brasileira, o povo brasileiro, passando dificuldades. A divisão do PIB é isso. E isso se chama simulação, que, em outras palavras, é ficção científica. Estão fazendo ficção, e parcela da população acredita nessa ficção de forma consciente.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço o aparte a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador João Batista Motta.

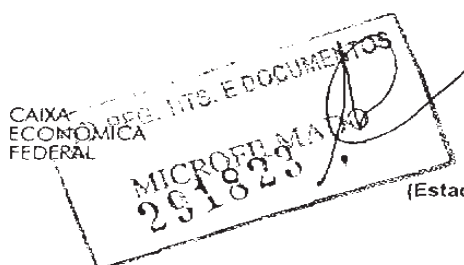
O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador César Borges, acrescento às palavras de V. Ex^a o seguinte: V. Ex^a está dizendo que a placa colocada na obra não passa de uma propaganda enganosa, o que é um problema de Procon, mas o caso não pára por aí. De dois meses para cá, estamos vendo constantemente uma propaganda do Governo Federal sobre o Fundep, que não foi ainda aprovado. Isso é até crime de responsabilidade, mas é de propaganda enganosa em propaganda enganosa que o Presidente Lula se mantém na vanguarda nas pesquisas. Muito obrigado.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço-lhe o aparte.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a toda a tolerância que teve com este orador.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, § 1º e inciso II, do Regimento Interno.)

CAIXACAIXA
ECONÔMICA
FEDERAL(Estado da Bahia/SAA de Belo Campo)
Contrato Nº 0156.491-25/04

- d) apresentar a Lei Autorizativa de instituição da cobrança e de estabelecimento dos valores relativos à tarifa ou taxa pela prestação de serviços de água e esgoto [ou] de resíduos sólidos;
 e) comprovar o início e o andamento do projeto/programa de redução de perdas apresentado por ocasião da contratação encontra-se em andamento;
 f) apresentar o Acordo de Melhoria de Desempenho firmado entre a EMBASA, o Mutuário, o MCIDADES e a CAIXA;
 g) promover a regularização fundiária das áreas afetadas à respectiva etapa do projeto, mediante a apresentação da documentação referente à titularidade das mesmas, revestida das formalidades legais;
 h) apresentar documentos da licitação
 i) apresentar o licenciamento ambiental para o empreendimento;
 j) apresentar o cronograma físico-financeiro do empreendimento;
 l) apresentar EIA e RIMA, conforme sugestão dos estudos ambientais preliminares, com manifestação do CRA;
 m) apresentar ART/CREA de projetos, execução e fiscalização das obras;
 n) antes da execução das adutoras, deverá ser apresentada autorização do DERBA para implantação da adutora na faixa de domínio da Rodovia BA – 365.
 o) projeto executivo aprovado.

13.3.2 - Na existência de mais de um contrato de empreitada e/ou fornecimento, no âmbito deste contrato de financiamento, desde que devidamente caracterizada a inexistência de interdependência entre as obras, e a critério da **CAIXA**, as condições para início de desembolso poderão ser verificadas individualmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

14 - A **CAIXA** poderá, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao **MUTUÁRIO** ou **AGENTE PROMOTOR**, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrer e enquanto persistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) mora no pagamento de importâncias devidas por força de qualquer contrato celebrado pelo **MUTUÁRIO** e pelo **AGENTE PROMOTOR** com a **CAIXA**, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
 b) irregularidade de situação do **MUTUÁRIO** e/ou **AGENTE PROMOTOR** perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **FGTS** e perante o **INSS**;
 c) qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **MUTUÁRIO** ou a capacidade de disposição de seus bens;
 d) inadimplemento, por parte do **MUTUÁRIO** e/ou **AGENTE PROMOTOR**, de qualquer obrigação assumida com a **CAIXA** no contrato;
 e) atraso ou falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da **CAIXA**;
 f) alteração de qualquer das disposições das leis estaduais relacionadas com os empréstimos, com a execução e com o funcionamento do empreendimento financiado, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado no contrato e nos demais a ele vinculados;
 g) na ocorrência de fato superveniente que venha afetar a fonte dos recursos - **FGTS**;
 h) inexistência de placas de obra no empreendimento, nos modelos fornecidos pela **CAIXA**;
 i) descumprimento das exigências constantes da **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**;
 j) descumprimento do cronograma de execução de obras, em caso de contrapartida não financeira.
 k) A regressão do desempenho e eficiência na prestação dos serviços da EMBASA, conforme metas estabelecidas no "Acordo de Melhoria de Desempenho – AMD".

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VENCIMENTO ANTECIPADO/RESCISÃO

15 - Caso a suspensão dos desembolsos prevista na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**, não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas pelo **MUTUÁRIO** e pelo **AGENTE PROMOTOR**, constituem motivos de vencimento antecipado da dívida e rescisão do contrato, a critério da **CAIXA**, tomando-se, desde logo, exigíveis o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Novo Código Civil, devendo a **CAIXA**, depois de constatada a irregularidade, notificar o **MUTUÁRIO** e o **AGENTE PROMOTOR**, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, também a critério da **CAIXA**, contados do recebimento da notificação, para sanar quaisquer dos casos abaixo:

- a) inexistência ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o financiamento concedido pela **CAIXA**;
 b) inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste contrato;
 c) constituição, sem consentimento expresso da **CAIXA**, de quaisquer outros ônus ou gravames sobre os bens dados em garantia;
 d) ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas em favor da **CAIXA**;

1. B. ...



IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SALVADOR

Valor do Investimento: R\$2.315.407,05
Nº de famílias beneficiadas: 2.016
Programa: Saneamento e vida
Ação: Pró-Saneamento

OBRA FINANCIADA COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

CAIXA

Ministério
das Cidades



ADENSAMENTO DA BACIA DO ALTO CAMURUPE

Valor do investimento: R\$ 2.232.279,12
Nº de famílias beneficiadas: 3.700
Programa: Saneamento e Vida
Ação: Pró-Saneamento

OBRA FINANCIADA COM RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL

CAIXA

Ministério
das Cidades



CAIXA
ECONOMICA
FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência, em entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, resolveu alterar o número de membros da Comissão Mista de Saneamento, criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, aumentando-o de cinco para seis, e designam o Senador Demóstenes Torres (PFL) e o Deputado Colbert Martins (PPS) para integrarem a Comissão.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra, nos termo do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concederei a palavra a V. Ex^a, na forma do art. 14, e depois ao próximo orador inscrito, o Senador Cristovam Buarque.

Antes, porém, gostaria de registrar, com muita satisfação, a presença, na tribuna de honra do Senado Federal, do Padre Heraldo, do sertão de Alagoas; do ex-Prefeito de Santana do Ipanema, advogado Marcos David; do Prefeito Valdeci, de Ouro Branco; e de Maxwell. S. S^{as} estão visitando a Casa, dando continuidade àquela movimentação para que possamos votar a medida provisória que possibilita a renegociação da dívida dos agricultores do semi-árido nordestino.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falarei pelo bom andamento dos trabalhos.

Travamos, agora, um debate político de alto nível, sem agressão, sem citações desairosas a quem quer que seja, muito menos à Senadora Ana Júlia Carepa, por quem nutro muita simpatia e amizade.

Não entendo por que S. Ex^a suscita o art. 14. Será que o art. 14 teria esse uso regimental que S. Ex^a está querendo fazer neste momento? Dessa forma poderemos iniciar uma perturbação da ordem dos trabalhos desta Casa.

É a questão que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Senadora invocou, pela citação, exatamente o art. 14 do Regimento Interno. O que comumente se tem feito nesta Casa, nessas oportunidades, é conceder a palavra. É claro que V. Ex^a terá direito à tréplica, se for o caso.

Peço apenas que V. Ex^a seja breve, Senadora Ana Júlia, porque o próximo orador já está pronto para fazer seu pronunciamento.

Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, quero dizer, Senador César Borges, que não pedi a palavra em virtude da sua citação, e sim por ter sido dada como exemplo de uma pessoa fanática. Quero deixar claro isso.

Quero dizer, de forma muito clara e tranqüila, o seguinte: primeiro, é interessante perceber que, quando o Governo Fernando Henrique administrava os recursos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do BNDES, constava, nas placas, que eram recursos federais. Quando vejo na placa de obras do Estado do Pará a expressão “recursos do Governo do Estado”, seriam recursos do bolso do Governador ou recursos do povo? Ou seriam recursos exatamente recolhidos pela sociedade como um todo? Temos que ter mais seriedade nessa discussão.

Querem dizer que os recursos que estão sendo liberados não são administrados pelo Governo Federal? Claro que são! Agora, é óbvio também que todos os recursos, sejam federais, sejam estaduais, sejam municipais, vêm da mesma origem: o povo brasileiro. Então, não se pode dizer que um recurso, quando é do Governo Federal tal, pode ser do Governo, mas que, quando é do Governo Federal do PT, não pode, aí é do povo. Quando é no Governo do PSDB... Não pode haver dois pesos e duas medidas.

Os recursos liberados são muito maiores – queiram ou não queiram. Parece que as pessoas têm raiva da situação de que hoje há mais recursos liberados para saneamento e para energia elétrica, por exemplo.

O Programa Luz no Campo teve seus avanços e até funcionou em alguns Estados – a Bahia foi um deles –, mas ele foi limitado. Em quase quatro anos, o Programa Luz no Campo atendeu 600 mil famílias; em pouco mais de dois anos, o Programa Luz para Todos já atendeu mais famílias que isso. E o programa atual tem uma lógica que é diferente: o Luz para Todos tem como referência maior exatamente as comunidades mais distantes. Portanto, sua implantação é mais difícil, seu custo é mais alto. Sei o que representa a luz numa área ribeirinha de Igarapé-Miri.

Há diferenças imensas, sim, de recursos para saneamento, para o Luz para Todos, de critérios, porque a lógica é diferente. A lógica é das comunidades mais distantes para aquelas mais atendidas. A lógica não é como a de antes, quando se dizia que a universalização ocorreria em 2015 e começaria nas cidades onde há mais energia, sendo uma expansão da rede de energia. Não, é o contrário: começará pelo lugar mais distante.

Outro dia, inclusive, fiz uma observação na Comissão...

Segundo o Regimento, não posso conceder aparte, porque estou falando pelo art. 14.

Não sou fanática pelo Remo, time pelo qual torço, nem pelo Paissandu, que também defendo, por ser do Estado do Pará, realmente não me agrada o fanatismo, mas creio que temos que ser justos e reconhecer o crescimento do volume de investimento nessas áreas. É impossível não reconhecer isso.

O Luz para Todos faz muito sucesso. Hoje, só lá no Estado do Pará, mais de duzentas mil pessoas têm acesso a energia elétrica, apenas por meio do Luz para Todos, do Governo Lula. Diferentemente do que se disse, 65% é de recursos administrados pelo Governo Federal? Sim. E 15% são da concessionária e 10% do Governo do Estado? Sim. E 10% é financiamento do Governo Federal para a concessionária.

Então, quero dizer que temos que ter seriedade...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– ... dar a César o que é de César, meu querido Senador Cristovam. Temos que reconhecer que ainda precisamos caminhar muito. Mas não reconhecer ou tentar fazer com que as pessoas não reconheçam, exatamente porque o povo tem reconhecido esses investimentos, parece-me um pouco de dor-de-cotovelo de algumas pessoas.

É aquela história: não conseguiram fazer tanto quando governaram este País por muito mais tempo e agora ficam incomodadíssimas quando o povo reconhece o avanço que tem havido, mesmo com limitações – e as pessoas sabem que eu mesma reconheço as limitações –, neste Governo com relação às políticas sociais.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP)

– A palavra será dada ao Senador Cristovam Buarque. Antes, porém, concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço para me inscrever como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP)

– V. Ex^a será inscrito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma . PFL – SP)
– Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

Vou fazer os registros devidos aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, numa República como a nossa, a eleição para Presidente da República é o momento de pensarmos o futuro, especialmente num país que sempre se assumiu como país do futuro.

Lamentavelmente, o que estamos vendo, faltando apenas quatro meses para eleição, é um debate em que o futuro parece não existir ou parece ser apenas a continuação do presente. Assistimos a um debate entre dois dos grandes candidatos em que não se vê diferença de perspectiva para o futuro. Não vemos o enfrentamento dos problemas fundamentais do Brasil, não apenas os deste momento, como a desigualdade, a violência, a corrupção, mas sequer daqueles de longo prazo.

Como o Brasil vai estar daqui a vinte ou trinta anos no cenário mundial num tempo de globalização? Como vamos fazer para garantir oportunidades iguais a todos os brasileiros? Qual o modelo econômico que será capaz de garantir sustentabilidade respeitando o meio ambiente, protegendo nosso patrimônio natural para gerações futuras? Como serão as relações de trabalho em um mundo onde o trabalho está sendo cada dia mais desnecessário? O debate sobre o Brasil que queremos não está sendo feito.

Temos, de um lado, esses dois grandes pólos de iguais discutindo como aquecer a taxa de juros, como vêem a taxa de câmbio que o Brasil deve ter, como enfrentar, manter ou mudar programas de assistência social, mas não estamos vendo o debate sobre o Brasil que nós queremos.

Na República, quando, a cada quatro anos, escolhemos um Presidente, é exatamente para pensar que futuro queremos para nosso país. É isso que o eleitor precisa ouvir para escolher na hora em que vota. Ele não vota entre um candidato com barba e outro sem barba, entre um com cabelo e outro careca. Não! Ele vota é na cara de um futuro ou na cara de outro futuro. Não estamos vendo esses futuros sendo trazidos para o debate.

Felizmente, temos uma candidata que traz um futuro, que é a Senadora Heloísa Helena. É preciso reconhecer que S. Ex^a formula um projeto para o futuro. Eu discordo do projeto porque ele parece desligado do presente. Temos, então, dois tipos de candidatos: os que só que pensam no presente e os que só pensam

no futuro, os que ignoram o futuro e os que ignoram o presente.

É preciso que tenhamos candidatos que assumam a responsabilidade de dizer “nós temos um desenho diferente para o Brasil do futuro” e tenham a responsabilidade de dizer “esse Brasil do futuro já começou”. Esse Brasil do futuro não é um sonho desligado da realidade de hoje. Esse Brasil do futuro tem amarras que dificultam a velocidade com que devemos caminhar. Já que está na hora da Copa, vemos nossos jogadores, no treino, correndo amarrados, para desenvolverem mais força nas suas pernas. Se cortarmos aquelas amarras, eles cairão.

Assim também o Brasil não pode, de repente, cortar essas amarras. Temos de levar em conta de que temos dificuldades nas relações internacionais, nas contas do setor público, que devem ser administradas com cuidado, na medida em que sabemos para onde queremos ir.

Não estamos vendo esse debate, Senador Ramez Tebet, a quem concedo o aparte.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque, é sempre um prazer imenso ouvir V. Ex^a, que faz um pronunciamento à altura da sua própria grandeza e à altura do conceito de que V. Ex^a goza perante o País. Eu só quero dizer – V. Ex^a já afirmou isso – que nós não temos projeto de desenvolvimento para nada. Nós estamos vivendo em um improviso, Senador Cristovam Buarque. Há uma improvisação. Nós estamos vivendo o dia-a-dia, o nosso dia-a-dia. Precisamos ter um projeto de desenvolvimento também para agora, porque nossos filhos não podem esperar. Nós não podemos fazer um projeto de desenvolvimento utópico.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Daí V. Ex^a ter afirmado que um projeto de futuro para o Brasil envolve o presente também. E nós não temos projeto nenhum de desenvolvimento para o presente. Não temos uma política industrial, não temos uma política agrícola, não temos uma efetiva política habitacional para o País, para resolver o problema daqueles que não têm casa própria. Nós estamos engatinhando no processo educacional, no qual V. Ex^a é mestre.

Falta qualidade no ensino. Falta melhor aperfeiçoamento dos professores. A saúde está capenga no País – e quanto está capenga a saúde no País! Precisamos reconhecer isso. Precisamos de um projeto de desenvolvimento. É preciso agir imediatamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Muito bem.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Esse é o meu pensamento. Daqui a vinte anos, tudo bem, mas temos que dar o primeiro passo agora, para, daqui a vinte anos, sonharmos. Stephen Zweig, escritor austríaco conhecido de V. Ex^a, que faleceu no Brasil, era otimista em relação ao Brasil e escreveu até o livro “Brasil, País do Futuro”. Mas vamos ficar falando “Brasil, país do futuro” até quando? Por quantos e quantos anos vamos ficar falando isso? Temos que falar sobre o Brasil de agora! O Brasil do futuro deve começar agora, deve começar com um grande debate, e o processo eleitoral tem, como disse V. Ex^a no início do seu pronunciamento, que se desdobrar nesse sentido, sob pena de estarmos fraudando o desejo da nossa população, de estarmos boicotando o exercício da cidadania. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Ramez Tebet, e quero dizer que não podemos saltar o futuro, tampouco ficar patinando no presente. E a combinação do futuro com o presente, do sonho com a realidade, da utopia com a aritmética é o desafio para os candidatos a Presidente mostrarem que têm propostas. Devem mostrar aonde ir e como chegar lá.

Lamentavelmente, insisto, não estamos vendo esse debate, não estamos vendo nem a proposta do futuro nem o como chegar lá.

Mas o PDT – quero afirmar aqui – terá candidato a Presidente com uma tarefa muito clara: mostrar que não basta ficar no presente e que não adianta querer chegar voando ao futuro.

Não há utopia sem a aritmética, nem há aritmética sem futuro. Queremos trazer um debate mostrando que é possível, Senadores, fazer a transformação social com responsabilidade econômica; não apenas com assistência social, não apenas com programas necessários de manutenção do quadro, com programas de emancipação. Programas de emancipação não podem estar soltos no ar; devem estar vinculados à realidade e às limitações do presente.

Vamos trazer um projeto porque entendemos que é responsabilidade de todos os partidos apresentar propostas e, para isso, ter candidatos. Lamento que partidos até mesmo ideológicos não se aliam a outros Partidos, que é a opção correta, nem lançam candidatos. Com medo das dificuldades conjunturais de elegerem Deputados, eles se alienam do processo do debate.

Volto a insistir no meu elogio à opção do P-Sol, que, correndo risco sério de chegar ao próximo ano sem representação nesta Casa, com a proporção de votos que tem hoje para a Heloísa Helena, sabendo que não se transferem os votos da Presidência para o

Deputado. Mesmo assim, em nome de uma utopia, em nome de um projeto, como o PT sempre fez, Senador Eduardo Suplicy, quando lançava a sua utopia, o seu projeto, sem querer saber o resultado conjuntural ou circunstancial de quantos Deputados seriam eleitos, reconheço que, nesse sentido, o P-SOL está dando um exemplo ao Brasil, de que outros Partidos ideológicos estão abdicando, abandonando e fugindo.

O PDT não vai abdicar, não vai fugir e não vai abandonar. Imaginem Brizola não ter candidato a Presidente, fosse ele ou outro que ele apoiasse, como já ocorreu ao apoiar Lula e ao apoiar Ciro Gomes. Ele não foi candidato, ele não tinha esse apego de ser ele necessariamente o candidato. Mas ele jamais abdicou de ter um candidato, porque ele tinha um projeto, tinha uma proposta.

Vamos trazer, sim, a proposta de como será o Brasil, defendendo sua nacionalidade num mundo global. Não adianta ignorar a realidade da globalização, nem querer que o Brasil se dilua nela.

Vamos, sim, trazer projetos de como é possível ter um desenvolvimento econômico convivendo com o meio ambiente. É bem capaz que isso não traga votos, é até capaz que isso tire votos, mas tira hoje. Porém, em 2010, em 2014, em 2018, outros virão, como fez o PT, e vão trazer a transformação do sonho em realidade política.

Hoje, o que queremos é transformar a realidade econômica e social num sonho de uma sociedade que seja, ao mesmo tempo, justa, soberana, sustentável e eficiente. Trata-se de um sonho antigo que não podemos abandonar. Aparentemente, no debate hoje entre os dois candidatos principais, a impressão é de que abandonaram o futuro, estão presos às circunstâncias de hoje. Da mesma maneira, o P-Sol parece estar preso aos sonhos e ao futuro, ignorando as amarras do presente. Da mesma maneira, outros partidos estão abandonando esse debate, estão fugindo do debate por causa das circunstâncias locais e da cláusula de barreira.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Cristovam Buarque, primeiro, V. Ex^a sabe das raízes comuns que ambos temos e, sobretudo, que nos levaram a ser membros do Partido dos Trabalhadores. Quero expressar o respeito que tenho pela decisão que V. Ex^a acabou tomando. Sabe da recomendação que lhe fiz no sentido de considerar bastante, pensar, porque preferiria que continuasse no Partido dos Traba-

lhadores. V. Ex^a sabe, portanto, que continuo no Partido dos Trabalhadores e que estarei apoiando o Presidente Lula como candidato a Presidente se Sua Excelência confirmar a sua candidatura. Avalio como importante a disposição de V. Ex^a de contribuir com proposições e idéias, o que vai enriquecer o debate na sucessão presidencial. Era um registro que gostaria de fazer. V. Ex^a, como Senador, tem uma função importante ao presidir a Comissão de Direitos Humanos, tendo em vista a situação atual de grande relevância, qual seja, o fato de a Comissão de Direitos Humanos ter aprovado, semana passada, a constituição de uma Comissão para acompanhar, para ajudar no diagnóstico de todos os problemas que resultaram naquela erupção na região metropolitana maior do Brasil, em São Paulo, envolvendo não apenas a Capital, mas praticamente o Estado, com ramificações em outros Estados.

Ao concluir, quero dizer o quão importante será essa Comissão. Gostaria de propor a V. Ex^a – hoje já dialogamos sobre isso – que pense bastante sobre a melhor maneira de essa Comissão realizar um trabalho com frutos importantes, dando relevância à Comissão presidida por V. Ex^a e a nós que queremos colaborar com V. Ex^a nesse diagnóstico sobre o porquê de tanta violência, da superlotação das prisões e sobre o que fazer diante do narcotráfico, dos PCCs e assim por diante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço, Senador Eduardo Suplicy, e já comentei que vamos fazer uma reunião amanhã da Comissão, para começarmos os trabalhos. V. Ex^a, não sei se propositadamente ou não, trouxe para mim um exemplo de um candidato, de uma candidatura que discuta o assunto preso ao presente e ao futuro em relação à violência, por exemplo.

Há duas maneiras de cuidarmos da violência: uma é ignorarmos que hoje há bandidos na rua e dizermos que, com base na educação, amanhã teremos uma sociedade pacífica completamente. Essa é uma posição absurda daqueles que acham que é possível saltar ao futuro. A outra é daqueles que, presos no presente, acham que o problema é apenas colocar os bandidos de hoje na cadeia.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O que vamos trazer, o PDT, Senador Arthur Virgílio, é uma proposta de como é possível ter, daqui a algumas décadas, uma sociedade pacífica, sem bandagem, mas sem ignorar que na realidade de hoje há bandidos – alguns presos e muitos soltos – ameaçando o dia-a-dia do cidadão.

Senador Eduardo Suplicy, eu gostaria que mantivéssemos, além das raízes comuns, os sonhos em comum, sabendo que é possível construir, por exemplo, no caso da violência, uma sociedade pacífica. Não esqueçamos que hoje a sociedade é violenta e precisa de ações diretas para enfrentar a violência.

O que eu digo com relação à violência serve para qualquer outro problema. Há aqueles que cuidam somente do presente, os que cuidam somente do futuro e aqueles que querem ser uma ponte construindo um novo Brasil, sem ignorar a realidade que traz amarras no presente.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Cristovam Buarque, eu parabeno V. Ex^a pela iniciativa e digo que na minha Bancada não tenho o hábito, como Líder, de me auto-indicar para nada. Deixo, primeiro, todos os Senadores escolherem e optarem. Havia uma vontade muito grande de muitos dos meus colegas Senadores tucanos de participarem dessa iniciativa. Eu pedi a eles, hoje, que me deixassem participar pessoalmente. Quero dizer a V. Ex^a que integro a comissão representando o meu Partido. Quero tornar bem clara a preocupação com esse tema que não pode ser tratado eleitoreiramente ou levianamente. Sinto que seria uma opção minha não estar nisso. Portanto, parabeno V. Ex^a novamente, e digo que estarei ao seu lado e com os demais Senadores nessa comissão externa para São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu agradeço que o Senador Arthur Virgílio tenha assumido a posição de ele mesmo estar presente, como eu também vou estar, como Presidente da Comissão.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Peço mais dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Certo, não há problema, V. Ex^a os terá. Apenas faço o apelo porque haverá sessão do Congresso em seguida.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Gostaria de mostrar, por esses dois comentários, como é difícil falar do futuro no Brasil de hoje, como o presente consome o nosso dia-a-dia e como alguns esquecem que existe esse presente.

Vamos ter candidato, Presidente Romeu Tuma, porque queremos trazer sim para o debate nacional a necessidade de um outro Brasil, mas queremos trazer para o debate nacional o caminho para chegar nesse outro Brasil. E queremos definir esse caminho levando em conta as amarras, que não podemos ignorar, do presente.

Não vamos nos abster, em razão dos riscos eleitorais e mesmo da cláusula de barreira, não vamos abdicar do que Brizola nos deu como exemplo: pensar o Brasil por inteiro, e não os Estados individualmente. E o Brasil do longo prazo, e não apenas o Brasil de hoje.

Vamos trazer a proposta que permita um concerto, com “c”, do Brasil, concerto de maestro; levando em conta a necessidade de concertos com “s”, dos concertos de mecânicos, que precisamos para a realidade de hoje.

Não vamos fugir dessa luta. Não vamos nos abster diante das exigências e do debate de que Brasil queremos, como construí-lo e como sair das amarras de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por cessão do Senador José Agripino, orador inscrito pela Liderança.

Eu gostaria de lembrar que o Presidente pediu que fôssemos breves porque às 19h S. Ex^a abrirá a sessão do Congresso, conforme está na agenda.

Com a palavra a Senadora Iris de Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço ao Senador José Agripino por ter cedido este momento para que pudéssemos fazer o nosso pronunciamento.

Nos permanentes contatos que mantenho com o interior de meu Estado, pode-se dizer que temos um retrato seguro do País no que diz respeito à indignação geral em relação ao momento brasileiro e à imperiosa necessidade de estabelecer severas mudanças capazes de debelar a grave crise que hoje afeta o conjunto das instituições.

Semana passada, em visita ao Município de São Luís dos Montes Belos, em Goiás, fui premiada com uma análise sincera e direta, de autoria do digníssimo Professor Aparecido José dos Santos, Presidente do Diretório Municipal do PMDB. A mensagem, com certeza, expressa o sentimento do nosso povo sobre os rumos do País. Passo, agora, a reproduzi-la aqui desta tribuna, como testemunho do descontentamento que assola esta Nação:

O Brasil precisa, urgentemente, retomar o caminho da normalidade. O Brasil precisa de uma retomada de posição nos quadros dirigentes das instituições públicas.

O Brasil precisa, urgentemente, da postura política de seus gestores. O Brasil precisa de governan-

tes de posição firme, clara, definida, de espírito livre de ideologias.

O Brasil precisa de governantes de espíritos desarmados, independentes e democráticos. O Brasil precisa de governantes que tenham autoridade não pela força, nem pelas ameaças ou chantagens, mas pela retidão de postura, de comportamento, pelo caráter zeloso no cumprimento do seu dever de cidadão e de homem público.

Chega de salvador da Pátria! Chega de corporativismo! Chega de “idealismo” barato e interesseiro! Chega de bravatas e verborréias!

Urge a necessidade de um choque de qualidade na gestão administrativa do País, com as seguintes providências, dentre outras:

1. Desarmar a “orgia” pública.
2. Desarticular a corrupção, dando exemplo de serenidade e de respeito pelo contribuinte.
3. Desarmar a ambição desenfreada dos gestores públicos e de diretores de empresas, etc.
4. Fazer ver a todos, por meio de bons exemplos do governo, que ser correto e responsável é prazeroso, gratificante, e faz a alegria e a gratidão do povo.

O Brasil precisa de gestores públicos comprometidos com a justiça, e não de feitos, como está acontecendo: de um lado, os burros de carga, que são os trabalhadores, produtores e comerciantes, abastecendo os cofres do governo com suor e até o sangue de seus esforços; do outro lado, a farra dos gestores. De cada milhão arrecadado, apenas cem mil são aplicados, os outros novecentos mil ficam retidos nos ralos da corrupção, saciando a gula dos gestores e seus confrades.

O Brasil precisa de uma pessoa despojada de ambições desenfreadas, alguém de espírito humano desapegado das vaidades ideológicas ou corporativistas. Qualquer brasileiro livre e de bons costumes e com formação humana e acadêmica mínima pode governar este País com grande chance de ser bem sucedido. (...)

O espaço está aberto para quem tiver a coragem de assumir esta postura política.

Sr. Presidente, a reprodução desta mensagem de um professor do interior do País, envolvido diariamente com a realidade brasileira, comprova que há um clamor nacional por modificações profundas no comportamento dos agentes públicos, para que restauremos o Brasil, recuperando a credibilidade ferida de morte por tantos escândalos.

O pior de todos os comportamentos, o mais inaceitável, é aquele em que os agentes públicos avaliam que o povo brasileiro não está acompanhando de perto a crise – o que garantiria a continuidade de todos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Concedo, com o maior prazer, um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Iris de Araújo, é brilhante o pronunciamento de V. Ex^a, do qual até peço uma cópia. Fico impressionado com o tom que V. Ex^a imprime a ele. V. Ex^a diz o que o Brasil precisa de um homem público inteligente, competente, uma pessoa preparada, capaz, que realmente faça com que o Brasil cresça. V. Ex^a coloca, com muita lucidez, que o Brasil precisa de um choque de gestão, de uma chacoalhada. O Brasil precisa gastar mais em investimentos, precisa gastar mais com as pessoas e não com a máquina pública. Parabéns pelo seu pronunciamento. Até quero pedir ao Líder, Senador Arthur Virgílio, um espaço para V. Ex^a na nossa liderança. O discurso que a Senadora Iris de Araújo está fazendo é brilhante. Ela chama a atenção do Governo para as necessidades do Brasil; diz que não temos mais condição de continuar convivendo com as pessoas que hoje, no Governo, estão levando o nosso Brasil ao caos. O Brasil, realmente, precisa de um choque de mudança, de um choque de gestão para voltarmos a crescer. Parabéns, Senadora!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador.

Senador Leonel Pavan, nada mais sou aqui que o retrato do que vejo lá fora, do que sinto. Se eu não puder representar desta tribuna o sentimento do meu povo e, neste momento, de um simples professor do interior, que, com muita propriedade, reforça o sentimento de indignação do povo brasileiro em relação ao que está acontecendo no mundo político, não teria sentido ser sua representante.

Concedo um aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senadora Iris, o Senador Leonel Pavan expressou, mais que o sentimento do meu Partido, o sentimento da Casa. V. Ex^a teve uma passagem pelo Senado, antes desta, que deixou de fato saudades. Deixou a imagem da respeitabilidade, da cordialidade para com os seus colegas, para com os seus companheiros de trabalho, de labuta e, além da sensibilidade de mulher atenta à questão social do País, a marca da independência que, desta feita, volta mais evidente do que nunca. Da última vez em que V. Ex^a subiu à tribuna para fazer um pronunciamento de porte, como ocorre no Grande Expediente da Câmara – aqui não o chamamos assim –, seu discurso chamou primeiramente a atenção de um Senador, se não me engano do Senador Antonio Carlos; depois, se não me engano, do Senador José Agripino,

eu próprio, Senador Tasso Jereissati, Senador Romeu Tuma. Ou seja, nós todos fomos nos alertando para o seu discurso independente, altivo, e a apartemo-nos em sinal de aprovação e admiração. Volto a repetir o gesto. Meus parabéns.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a o oportuno aparte, que enobrece o meu pronunciamento.

Continuando meu pronunciamento.

Tenho a nítida certeza de que a resposta a todo esse cenário de desvios será na dada no momento certo e que somente sobreviverão aqueles que realmente estejam dispostos a doar o melhor de si para construir uma Nação limpa, uma Nação justa, uma Nação que honre a grandeza de seu maravilhoso povo.

Já passou a hora de o Brasil celebrar uma postura de tipo realmente novo, que resgate as esperanças de seus cidadãos, colocando-nos num caminho de harmonia e de prosperidade. É inaceitável, Sr. Presidente, que uma pátria com tamanhas potencialidades ainda exiba ao mundo as cenas degradantes da corrupção, da violência, do estrelato do crime organizado, da morte nas filas de hospitais, do atraso educacional, do caos na infra-estrutura, da destruição das rodovias e da falência da agricultura.

Não é possível que não sejamos capazes de dar um basta a essa cultura destrutiva herdada, geração após geração, sem que exista um líder sequer capaz de expressar, com honestidade e singeleza de propósitos, os anseios de um povo que tão-somente aspira à paz e à normalidade para que possa trabalhar e produzir.

Com toda a sinceridade, os três Poderes constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – precisam parar de atrapalhar a vida de nosso povo! Isso seria o mínimo exigível, porque, na realidade, o de que precisaríamos seria um choque institucional de dimensão que mexesse na essência de uma Nação destrocada em seus valores e que continua a reproduzir métodos de conduta absolutamente condenáveis do ponto de vista do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

A atual crise não é puramente política e econômica. Ela é muito mais profunda. Alicerça-se nos fundamentos da formação nacional. Ampara-se em leis sinuosas, cuidadosamente montadas para eternizar a impunidade.

Tem a cumplicidade das corporações. Mantém-se, há décadas, graças ao poder do dinheiro de grandes grupos econômicos que tudo podem.

De uma maneira terrível, esses “desvalores” buscam inserir-se na alma do povo, tentando-nos convencer de que tudo é parte do jogo, de que não vale

a pena lutar, de que o melhor é se juntar e perpetuar o sistema.

Entretanto, Sr. Presidente, a mensagem de um digno professor do interior deste País, São Luiz de Montes Belos, interior do Estado de Goiás, que li aqui, o Professor Aparecido José dos Santos, demonstra que esta situação chegou ao limite: está na perigosa linha que separa a nossa secular tolerância da nossa indignação – aquela que, como confirma a História, pode muito bem ser explosiva!

Creio que o povo não dorme em berço esplêndido e que logo, logo reagirá com a legítima arma de que dispõe: o voto, que simboliza o início de uma nova etapa da vida brasileira que, esperemos, seja a da restauração, a etapa da renovação, da reconstrução.

Em nome da esperança, era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Iris de Araújo, a liderança que V. Ex^a procura está na personalidade do discurso que acaba de proferir. Que Deus a abençoe e guie seus passos!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Faço um apelo para os Senadores José Agripino e Arthur Virgílio no sentido de que sejam breves, em razão de eu ter que encerrar esta sessão às 19 horas. Portanto, vou dividir entre os dois o tempo restante.

Senador José Agripino, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, inicialmente, render as minhas mais sentidas homenagens à Dona Regina Napoleão. Uma *lady* que conheci pessoalmente, com quem tive o prazer de privar de amizade pessoal e que faleceu hoje, pela manhã. Era esposa do Embaixador Aluisio Napoleão, pai do líder a quem sucedi nos quadros do Partido da Frente Liberal, no Senado, Hugo Napoleão.

Dona Regina era daquelas figuras, Senador Arthur Virgílio, que não se fazem mais. Pequeninha, cheia de energia, elétrica, opiniosa, centrada, racional e que tinha uma rara qualidade, a de ser muito devotada às causas que lhe interessavam e ao sentido de responsabilidade que levou ao extremo ao criar o filho único, Hugo Napoleão.

Diria que a personalidade do colega Hugo, o estilo cordato, fidalgo, é parte do Embaixador Aluisio Napoleão, mas é em imensa parte devida à carga genética de D^a Regina, que se foi. Imagino a dor. Vou ter a oportunidade de abraçar daqui a pouco o Embaixador Aluisio Napoleão, que deve estar inconsolável. Já tive oportunidade de falar com o Hugo, vou vê-lo

e vou abraçá-lo para manifestar aquilo que da tribuna do Senado faço com tristeza, a minha homenagem pessoal à mãe do colega, do ex-Líder, ex-Senador Hugo Napoleão, D^a Regina Napoleão.

Sr. Presidente, Senadora Lúcia Vânia, fizemos hoje uma reunião, a primeira reunião do conselho político da candidatura de Geraldo Alckmin. Uma reunião produtiva, uma reunião sensata, equilibrada, franca, muito sincera, que produzirá, com certeza, consequências práticas e positivas para a candidatura de um homem que é, acima de tudo, decente.

Tive a oportunidade de fazer um comentário sobre um fato em que toquei apenas de relance no pronunciamento de ontem e que está hoje em manchete de um dos principais jornais do País, o jornal **Folha de S. Paulo**. Eu quero me referir à qualidade de Governo. Eu acho que os brasileiros, que em outubro vão votar, a partir de um certo momento, vão fazer a reflexão mais profunda, vão votar em si próprios, no futuro de suas famílias. Vão entender que nem todos são corruptos e que se são todos corruptos vão votar no corrupto que é um de nós. Tem muita gente pensando assim, imaginando dar o voto a Lula, o homem do mensalão, do Marcos Valério, do Delúbio, do José Dirceu, desse mundo de gente corrupta e que continua impune.

Alguns vão ser punidos e outros, não. Mas o brasileiro comum vai terminar fazendo a reflexão que – eu tenho certeza – a força dos fatos vai levá-lo a fazer: o que é melhor para ele, para sua família, em matéria de voto. E aposta no futuro.

Senadora Lúcia Vânia, governo de qualidade é o governo que promete e faz. É governo que não governa com *marketing*, com propaganda: governa com fatos. As pessoas vão terminar acordando para perceber que têm de acreditar no que vêem e não no que ouvem dizer. Eu quero me referir à manchete do jornal de hoje que foi objeto de menção que fiz ontem: um milhão de acampados que estão nos registros do Incra como atendidos no Programa de Reforma Agrária.

Senador Arthur Virgílio, eu não sei se no seu Amazonas acontece o que acontece nas estradas do meu Nordeste. Senador Garibaldi, V. Ex^a sabe que, quando viajamos pelo interior do nosso Estado, passamos por aquelas dezenas de barracas cobertas de lona, com paredes de taipa e aquela bandeira vermelha que há meses estão no mesmo lugar. São os acampamentos dos sem-terra. Ou são invasões, ou são acampamentos de pessoas para as quais o Incra já chegou. Chegou com a estatística! Aquilo é um milhão de pessoas acampadas.

Senadora Lúcia Vânia, no fim do Governo passado, eram 60 mil famílias acampadas; 60 mil famílias é muita gente, mas eram apenas 60 mil. Agora, são 230

mil famílias acampadas. Não são assentadas. Não são pessoas atendidas com um pedaço de terra e com a tecnologia agrícola, com o crédito, com financiamento para compra do instrumento agrícola, para a energia elétrica do seu pedaço de terra, para perfuração do cacimbão ou do poço profundo, para construção da casa ou do armazém, para fundação da safra. Não. Não estamos falando de um milhão de assentados; estamos falando em um milhão de acampados, aos quais estatisticamente se estendeu a mão com reforma agrária, mas a eles não se deu a oportunidade prometida por escrito de construir uma vida digna a partir de uma vocação: trabalhar a terra.

Agora, o pior de tudo: estão anunciando que vão, Senador Ramez Tebet, dar a cada um do milhão de acampados – e não assentados, porque assentado não precisa de caridade; assentado quer crédito – em vez da cesta alimentar, do óbolo, da esmola da cesta alimentar... É bom que se dê, mas é bom que se cumpra a palavra que se dá. E o que se prometeu foi fazer assentamento e transformar aquele que não tinha terra ou o sem-terra num proprietário com condições de produzir, não de ele ser um acampado para aparecer nas estatísticas como atendido. Atendido coisa nenhuma!

E agora querem humilhá-lo, agora é a hora da humilhação! Eles vinham recebendo uma cesta de alimentos. Agora, querem inscrevê-los no Bolsa-Família. O MST está reagindo: “Negativo! Bolsa-Família, não, porque Bolsa-Família gera dependência”.

Senador César Borges, sabe o que eu depreendi da manifestação – estava no final da matéria da **Folha de S. Paulo** – do MST, que não aceitava a Bolsa-Família, porque gerava dependência? Eu depreendi claramente que o MST estava falando em compra de votos. Quem está falando não sou eu, é o que eu li da declaração do Líder do MST. Bolsa-Família, não! Nós queremos o cumprimento do que foi prometido: um pedaço de terra com financiamento para que a terra possa ser lavrada e da terra se possa tirar o sustento. Bolsa-Família significa o aprisionamento da pobreza, é porta de entrada sem saída. Ele disse: “Não”. Aí eu depreendi que ele disse não à compra de votos que o Governo está pretendendo para o milhão de acampados, para o milhão de enganados, para o milhão daqueles que são objeto da política de *marketing* e propaganda do Governo.

Veja que coisa perigosa estamos vivendo. Temos hoje 9 milhões de pessoas no Bolsa-Família. Beleza de programa, ótimo. Contudo, não é novo. Já vem de muito tempo, desde o Governo Fernando Henrique Cardoso. É a junção do Bolsa-Escola, do Vale-Gás, de uma série de programas que foram juntados e que

ensejaram o Bolsa-Família, mas que tem de ser complementado com um programa de geração de emprego e renda, de qualificação profissional, de educação, para que se ofereça à pessoa que é pobre, que é sofrida, a oportunidade de melhorar na vida, de deixar de ser pobre. O Bolsa-Família não deve significar um instrumento de prisão na pobreza. É preciso aperfeiçoar esse programa.

O que li hoje é a sacramentação de porta de entrada sem porta de saída, pela vertente de uma política equivocada no campo. Não são um milhão de assentados, são um milhão de acampados aos quais se quer dar o grilhão da dependência pelo Programa Bolsa Família. E o MST reage, reage com muita razão. E aqui quero me solidarizar com a reação do MST. Vamos dar a eles aquilo que o Governo do PT prometeu, a terra e as condições para que, com dignidade, tirem da terra o seu sustento. E não lhes oferecer o grilhão para ficarem aprisionados. Essa não!

Ouçó, com muito prazer, o Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, pediria que V. Ex^a, se possível, não concedesse mais aparte.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Já concluo.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço um aparte só por um minuto, depois.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador José Agripino, V. Ex^a na tribuna, como sempre faz, está refletindo uma realidade: o não cumprimento de promessas. Mas, há algo pior. Acho que V. Ex^a ainda não chegou num ponto que reputo importante. Os acampamentos estão se constituindo, no Brasil, numa favelização. Isso está implícito no discurso de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Favelização rural.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – É claro. Mas, está também, Senador José Agripino, impedindo as estradas porque esses acampamentos rurais estão à beira de estradas, alguns já no acostamento de estradas.

Veja a gravidade do problema. E, mais ainda, queria acrescentar ao discurso de V. Ex^a: por conhecimento próprio eu sei – e quem mora em Mato Grosso do Sul sabe – que pelo menos lá no meu Estado uma grande maioria de pessoas que está acampada vai de automóvel aos acampamentos nos finais de semana, ou quando estão prestes a receber a cesta básica. Eis a gravidade do problema. Quer dizer, são pessoas que têm profissão, que trabalham, montam lá uma lona, ocupam um espaço proibido por lei apenas para receber a cesta básica. Não são sem-terra, nunca trabalharam numa propriedade rural. São pessoas que têm em-

prego nas cidades e fazem isso, Senador. Então, veja a propriedade do seu discurso, veja a propriedade do seu pronunciamento, veja o País inteiro a gravidade do assunto que V. Ex^a, com tanta propriedade, está abordando. Quero cumprimentar V. Ex^a, porque realmente é isso que está acontecendo no campo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o oportuno aparte de V. Ex^a, que é do Mato Grosso do Sul, homem ligado ao campo, à produção, capaz de prestar o depoimento que acaba de prestar, um depoimento que tem que ser, no mínimo, entendido como verdadeiro.

Ouçó com prazer o Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Gostaria de enfatizar a observação do amigo e Senador Ramez Tebet, uma das pessoas mais ilustres deste Senado Federal e do Brasil e que nos orgulha sempre pelos posicionamentos e pelas reflexões que faz. Tudo aquilo que S. Ex^a mencionou, Senador José Agripino, sem dúvida, deve ser combatido. Não se admite que situações descritas pelo Senador Ramez Tebet aconteçam. Contudo, ao mesmo tempo, temos de lembrar que, junto com o combate a distorções do processo de reforma agrária, vemos que o processo de reforma agrária está acontecendo no Brasil. Milhares de pessoas estão sendo assentadas com toda a infra-estrutura, em termos de luz, de estrada, de acompanhamento técnico, de compra de produtos. Inclusive acompanhei, outro dia, assentados que estavam indo ao Ministério do Desenvolvimento Social apresentar um problema, porque a produção de arroz daqueles assentamentos ultrapassou, e muito, toda a expectativa que poderia haver em relação àquele aspecto. Então, o problema era que eles tinham produzido demais, ou seja, fruto da reforma agrária, metas sendo cumpridas pelo atual Governo, tendo também toda uma questão social envolvida nisso. Distorções têm que ser combatidas, como aquelas que aconteceram em relação ao Bolsa Família – sabemos que acontecem. São dez milhões de Bolsas Famílias no Brasil. Se pensarmos em 0,5% dos dez milhões – o que seria um percentual baixo, vamos imaginar, não acontece tanto – seriam cinquenta mil denúncias que apareceriam.

Acho que não existem cinquenta mil denúncias, porque há o Portal da Transparência. Eu só gostaria de fazer uma observação para V. Ex^a, Senador José Agripino, com toda amizade e respeito, porque também admiro V. Ex^a pela persistência, pela coerência e pelo debate que faz. O Bolsa Família tem porta de entrada e porta de saída – tem que ter porta de saída. Oxalá – e tem que ser assim – cada vez mais aconteça a saída das pessoas ingressando no trabalho, na qualificação que V. Ex^a mencionou, no acesso aos recursos. Quero

dar somente um exemplo para mostrar como tem porta de saída. Uma das exigências do Bolsa Família é de que o filho esteja na escola. É uma das contrapartidas. Hoje já existe todo um sistema de levantamento, no Brasil, para saber que crianças estão na escola. E 98% das crianças pertencentes às famílias do Bolsa Família estão na escola. Então, se queremos um Brasil diferente, só esse aspecto contribuiria – há outras questões, naturalmente – decisivamente para a mudança do Brasil. Nós devemos pensar o tempo todo sobre quais são as distorções e onde precisa ser melhorado e aprimorado, para que o Brasil vá para a frente.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com muito prazer, em seguida, Senador Pavan. Vou responder rapidamente ao Senador Flávio Arns, que muito me honra com os seus permanentes apartes e por quem tenho um especialíssimo apreço.

Senador Flávio Arns, é muito bom a gente falar que um programa vai bem. Mas existem exceções. Mas, exceção do tamanho de um milhão? Um milhão é regra! Um milhão de acampados? Um milhão é a regra!

Estou aqui para, como V. Ex^a, denunciar para corrigir, para que o Governo, que trabalha com *marketing*, trabalhe com palavra, que prometa aquilo que pode fazer e não que leve para as beiras de estradas ou para locais ermos um milhão de pessoas que estão acampadas, passando, como o Senador Ramez Tebet aqui colocou com muita propriedade, enorme necessidade e todo tipo de privação ou provação.

Há até as exceções a que ele se refere: os que vêm buscar a cesta ou vão agora tentar buscar o Bolsa Família de automóvel. São distorções das distorções. Mas eu me refiro a um milhão de acampados. Não é a exceção, é uma regra.

Outro fato: as denúncias a que V. Ex^a se refere, ou melhor, a porta de saída a que V. Ex^a se refere, ainda bem que existe imprensa livre e existe a oposição vigilante, porque, se não existisse imprensa livre e oposição vigilante, estaria ocorrendo o que ocorreu há um ano e meio, dois anos atrás, denunciado por programa de televisão, onde, às toneladas, os inscritos do Programa Bolsa Família não estavam de maneira nenhuma participando da escola, estavam indo diariamente à escola como deveriam ir.

A partir da fiscalização e da denúncia, foi iniciado um processo de correção do programa. Ainda bem que este País tem imprensa livre e oposição para enquadrar o malfeito.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Agripino...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Leonel Pavan, pediria que fosse rápido, porque já estouramos todo o tempo.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Bem rápido. É que este debate é de extrema importância, até porque a imprensa, a mídia nacional está discutindo muito essa questão e é um tema muito importante para o Brasil. Queria, Senador Agripino, primeiro cumprimentá-lo, como sempre um brilhante Senador, sempre com pronunciamentos que realmente trazem soluções ou, pelo menos, mostram caminhos para o Governo. Dirijo-me ao meu amigo, Senador Flávio Arns, pelo qual tenho uma imensa admiração. Quero concordar com ele que o Governo está fazendo uma minirreforma agrária e alguns assentamentos. Só que não se pode abrir uma porta e fechar outra. Todas as pessoas que necessitam de terras, de casas para serem assentadas, para serem assistidas, são oriundas do próprio projeto do PT do passado. O Lula dizia assim: “Estes são meus filhos e com estes eu sei lidar”. No entanto, estamos vendo aumentar o número de pessoas na beira das estradas, estamos vendo aumentar o número de famílias embaixo de lona. Então, concordo com ele quando diz que estão sendo feitos assentamentos. No entanto, na outra ponta, estão surgindo milhares, muito mais do que os assentados. E por que estão surgindo? Porque não existe uma política do outro lado para conter. Então, atende aqui, construindo uma casa, dando um terreno e, no entanto, não atende o outro lado, quando os agricultores estão indo embora do campo quando os agricultores estão indo embora do campo, estão vendendo suas terras, estão perdendo tudo para os bancos. Não têm mais como produzir, não têm incentivo do Governo; então acabam entregando sua roça para quem emprestou dinheiro ou vendendo-a por mixaria. Dizem: – Bom, eu vou para a beira da estrada. Com isso, eu vou ganhar uma cesta básica e o Governo vai me dar outro terreninho. Então, o número de pessoas à procura de projetos clientelistas e sem solução de resultado positivo é maior do que os atendidos. Claro! Isso é verdade! Se o Governo está atendendo aos necessitados, como estão surgindo mais? Como é que o número de pessoas à beira das estradas é o triplo do que no passado? É porque não há uma política consistente. Atende aqui e abandona na outra ponta. Lamentavelmente temos que concordar com o fato de que, se existe um assentamento, se existe um programa, o número de necessitados deveria diminuir. Mas, infelizmente, está aumentando. O Governo não consegue fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Obrigado, Senador Pavan. Dada a exigüidade de tempo e o fato de que o aparte de V. Ex^a fala por si só, não precisa

de comentário de minha parte, porque ele é absolutamente esclarecedor. Agradeço, porque ele enriquece a minha manifestação.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Garibaldi Alves Filho, para encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr. Senador José Agripino, quero acrescentar, se V. Ex^a me permite, uma outra preocupação à preocupação muito legítima de V. Ex^a. Inquieta-me a situação dos acampados. Nós também somos testemunhas daqueles assentamentos – aí já me refiro aos assentamentos – que, infelizmente, na sua grande maioria, estão carecendo de apoio do Governo e não estão atingindo os objetivos para os quais foram criados.

Essa é uma situação que atinge os acampados, mas até mesmo os assentados também apresentam problemas. Como esperar que os acampados sejam assentados dessa maneira? Essa é uma situação muito difícil que se criou em nosso País com relação à reforma agrária.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o aparte, Senador Garibaldi Alves Filho. Concorde com V. Ex^a.

V. Ex^a há de concordar comigo que os assentamentos, de qualquer maneira, estão cumprindo seu papel social. Pedaco de terra foi desapropriado; a família está assentada; financiou-se, em muitos dos casos, a construção de uma casa; houve a perfuração do poço. A atividade agrícola pode estar “exitosa” ou não. Aí entram as prefeituras e os governos de Estado para melhorar a condição de sobrevivência daquelas famílias. Mas, de qualquer maneira, está se dando encaminhamento.

Só que o atual Governo, em vez de completar o processo de assentamento, condenou um milhão de pessoas a acampamento, a morarem naquelas casas de taipa com cobertura de lona plástica, onde, de noite, não conseguem dormir com o barulho do vento na lona plástica. Faz daquele milhão de pessoas, sem perspectiva de futuro, estatística de propaganda enganosa. Aqueles não são um milhão de assentados, mas um milhão de acampados usados e a quem se quer agora usar, mais uma vez, com a prisão da bolsa-família.

E o MST está reagindo, pelo fato de entender que aquele cidadão que tem vocação para atividade rural quer uma oportunidade, não quer a caridade nem a dependência.

Sr. Presidente, para encerrar – e agradecendo a tolerância de V. Ex^a – quero dizer que os Presidentes do PFL e do PSDB vão ao Presidente do TSE apresentar um requerimento de informação a respeito do volume de propaganda do Governo, nos espaços no-

bres ou não da mídia brasileira, nas tevês. Está de tal forma escrachado que é preciso que o Tribunal Superior Eleitoral, provocado, possa tomar uma atitude e manifestar-se com relação ao uso do dinheiro público na propaganda. Pode ser real, mas pode ser também como nesse caso, propaganda enganosa com objetivos claramente políticos e eleitoreiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, se V. Ex^a permitir, quero associar-me aos votos de pesar pelo falecimento da mãe do Senador Hugo Napoleão, que foi nosso Líder e que é um cordial amigo.

Tenho muita preocupação com acampamentos, mas não com assentamentos. Os acampamentos, historicamente, têm vários aspectos inquietantes. O Governo deve prestar atenção ao fato. Ficando indiferente, traz para nós a responsabilidade do que V. Ex^a mencionou aqui na tribuna.

Senador Arthur Virgílio, permanece seu desejo de fazer um curto pronunciamento? Sei que é sempre importante o que V. Ex^a fala e não posso encerrar a sessão sem ouvi-lo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, estou sentindo que não é um clima pacífico o da sessão do Congresso. Estou sentindo que não há ainda uma decisão pacífica em relação à sessão do Congresso. Estou ouvindo dos Senadores e percebo dúvida em um, discordância em outro. Creio que será necessária alguma sessão de conversa para se chegar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não, acho que essa decisão não vai... Realmente, V. Ex^a tem razão. É só para podermos encerrar no horário prometido. Mas é claro que não vou marcar nem tempo, porque tudo que V. Ex^a fala tem importância vital para esta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente. Falarei da maneira mais rápida que eu puder.

Antes de mais nada, associo-me ao discurso do Senador José Agripino, em que homenageia a Sr^a Regina Napoleão. Assinei, com ele e com o Senador Heráclito Fortes, o voto de pesar pelo falecimento da mãe do nosso ilustre ex-Senador, ex-Governador e brasileiro do melhor nível, Hugo Napoleão.

E, no mesmo pé e com a mesma dor, expressei meu sentimento particular a toda a família, em especial ao Dr. Samuel Hanan, que foi Vice-Governador do Estado do Amazonas, pelo falecimento da sua ilustre mãe, a Sr^a Mayre Hanan.

Sr. Presidente, mais tarde comparecerei ao lançamento do livro “É Possível”, do Senador Cristovam

Buarque. Não é preciso concordar com S. Ex^a para admirá-lo. Concordo com ele em muita coisa. Discordo em muito do seu ideário econômico, mas percebo que é de meu dever comparecer a este ato, e como Líder do PSDB.

Outra questão, Sr. Presidente, é a falta de diálogo do Governo. O Governo dialoga mal, o Governo prometeu muito, o Governo não cumpre o que prometeu. Hoje, na seção de economia, o Jornal **O Globo** diz: “Receita pára e empresas perdem. Greve de auditores traz prejuízos de US\$750 milhões só no Distrito Industrial de Manaus”. O jornal enumera os estragos da paralisação do fisco: na Zona Franca de Manaus, US\$750 milhões de prejuízo; para os fabricantes de eletro-eletrônicos, um enorme atraso. As empresas estão trabalhando com estoque de insumos para 15 a 30 dias de produção. Portanto, já está havendo paralisação nessas empresas, para que se possa minimamente dar conta do recado. O setor têxtil perde, o setor de máquinas e equipamentos perde. Por outro lado, estamos vendo todo um prejuízo que atinge os portos secos, os portos de fronteira, os aeroportos, as delegacias regionais. Isso tudo se soma a um quadro de perda de US\$700 milhões com a greve da Anvisa.

No entanto, Senador Flexa Ribeiro, não era este o Governo que saberia negociar com os trabalhadores? Não era este o Governo dos trabalhadores? Não era esse o líder sindical, com uma história tão bonita, que saberia impedir, com mais facilidade o que ele, de maneira leviana, chama de elites, prejuízos para os cofres brasileiros porque ele saberia chegar aos bons acordos? Sr. Presidente, hoje recebo, a toda hora, grevistas com reivindicações e sempre digo-lhes a mesma coisa: não endosso **a priori**, Senador Flávio Arns, nada do que me pedem. Fui Líder de Governo e Ministro. Não endosso **a priori** nada do que me pedem. Só tenho pedido desta tribuna ao Governo, que V. Ex^a defenda com tanto brilho, com tanta decência, que não feche os canais de negociação. A primeira coisa que sempre me pedem os grevistas é que o Governo abra – e, em alguns poucos casos, reabra – os canais de negociação. Ou seja, parece-me que há aí uma fraude completa de uma proposta de vida. O Governo não negocia, e as greves se sucedem. Só na minha terra, as perdas para a Zona Franca de Manaus já atingem US\$750 milhões, afetando os indicadores, o emprego, a vida negativamente.

Poderia mencionar ainda mais coisas. Observo, por outro lado, como o Governo está sendo diligente: “Polícia Federal volta a investigar caseiro por dinheiro em sua conta”. O caseiro Francenildo tornou-se réu novamente. Estão investigando. Querem saber não quem quebrou o sigilo, não por que quebraram o sigilo ao

arrepio da lei. Querem saber mesmo se foi fulano ou beltrano. E parece que já está sobejamente provado que foi o pai natural dele. Aliás, essa expressão é estúpida, porque todo pai é natural. Só não é natural o pai **in vitro**. Aqui está novamente o caseiro virando réu.

Lembro-me quando, conforme veicula a **Folha de S.Paulo**, o Governo considerou a China economia de mercado para obter ingenuamente – que coisa mais ingênua e tola! – o seu apoio para a pretensão de o Brasil tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Isso já custou muito dinheiro e muito emprego para o Brasil.

Sempre digo que é injusto, Senador Tasso Jereissati, alguém dizer que o Presidente Lula não cumpriu com o seu dever, com o seu compromisso de criar dez milhões de empregos nos seus quatro anos. Cumpriu, mas foram três milhões aqui e sete milhões na China. Cumpriu, ele não disse onde. Disse apenas que iria criar os dez milhões.

Quero aqui fazer uma justificativa para o Presidente, eu que detesto ironia. Aqui está: *China passa a ter superávit com o Brasil*. E estamos vendo o aquecimento no mercado de eletrônicos impulsionando importações, enquanto o País segue exportando produtos básicos para o mercado chinês. Estamos andando para trás.

Pego ainda outro dado, resultado desse Governo que manipula tão fortemente os números: PIB do agro-negócio deve cair 1,28% no ano, diz a Confederação Nacional de Agricultura. Queda do dólar e das *commodities* de custo maiores explica o resultado.

Faço aqui um aviso aos navegantes: o mundo já esteve cor-de-rosa, Senador Wellington; já não está. A situação não é de caos. Nada parecido com aquelas 12, 10, 11 crises que o governo passado experimentou. Nada parecido com aquilo. Graças a uma série de reformas feitas antes e algumas medidas tomadas depois, estamos com uma economia menos vulnerável. Graças a Deus!

O fato é que desperdiçamos os quatro anos de bonança. Nunca se viu nos últimos 50 anos uma economia internacional tão virtuosa – ela agora está menos virtuosa – e não se aproveitou disso.

Aqui tenho que fazer justiça ao Senador Jefferson Péres, que está há muito tempo com uma proposta da *concertación*. S. Ex^a entende que, seja qual venha a ser o Presidente eleito nas urnas de 2006 – e na de 2010, 2014, 2018, 2022 – devemos ter algum pacto que passe pelo bom juízo macroeconômico, que passe pela confiança em que se deva insistir em políticas de ajuste fiscal e que passe pelo controle estrito, pelo controle duro da inflação nesse momento por um dos veículos para controlá-la, que são as metas de inflação.

Evidentemente que muitas pessoas aderiram a essa idéia. Outro dia, esteve aqui o Ministro Tarso Genro para convidar o Senador Jefferson e a mim para discutirmos economia no Conselho de Desenvolvimento Social. Eu disse: aceito, sem o menor preconceito, aceito, só marcar a data. Aceito, Senador Wellington, sem o menor preconceito, até porque não vejo que vai me tirar nenhum pedaço da pele debater, e de maneira civilizada, com adversários, temas que são do interesse do País.

O Ministro Ciro Gomes diz o seguinte: que provincianismo em São Paulo já fez mal demais. Critica Ciro. Então, ele diz que tem de ter o diálogo, e o diálogo tem de ser com o PSDB, mas ele diz que o diálogo não deve ser com o PSDB do São Paulo. Ou seja, é uma coisa que beira a ingenuidade ou beira a má-fé. O ex-ministro Ciro Gomes diz que – deve estar louco para esse lugar de vice – quer excluir do diálogo, pura e simplesmente, o Geraldo Alckmin, ou quer excluir do diálogo, pura e simplesmente, o José Serra, que tem essa posição privilegiada na eleição para governador. Então, ele quer negociar com quem? Olhe a que ponto chega essa mistura de ingenuidade com autoritarismo ou de falsa ingenuidade com o verdadeiro, o genuíno autoritarismo. Ele quer escolher com que banda do PSDB vai dialogar. Eu tenho muito pouco tempo a perder com tolice.

No mais, Sr. Presidente, é dizer que continuam as irregularidades. A campeã de doações ao PT, diz a **Folha de S. Paulo** de hoje – e isso é ainda influxo, é resultado do escândalo do mensalão – é uma empresa de 30 funcionários, a Petrowax*, com capital social de R\$ 50.000,00, que contribuiu com R\$ 600.000,00 em 2005. Olha, foi depois, não foi antes não, foi depois

Não foi antes, não; foi depois. Por isso, parece-me aquela coisa do pau que nasce torto: vai errando, vai errando, vai errando; vicia-se em errar; entende que o caminho melhor é o do erro. E outras empresas colaboraram com o PT: alguns gigantes da indústria brasileira. E a que mais colaborou, Senador Flexa, foi essa. Essa que tem um capital social de R\$50 mil, mas que conseguiu colaborar com R\$600 mil, em 2005, para o PT. Está tudo muito errado!

Sr. Presidente, em atenção a V. Ex e à sessão do Congresso, vou –, neste pronunciamento tão rápido, abordar mais dois pontos. Um é incluir nos Anais a análise crítica que faço das declarações do ex-Ministro Ciro Gomes. Essa estória de que quer dialogar com o PSDB, menos com o PSDB de São Paulo. De repente, ele vai dizer: “Segundo, o Piauí; talvez, não queira negociar com o do Amazonas; mas, aí, negocia com o do Pará”. Olha, não há como, alguém que já disputou duas eleições para Presidente da República; que já foi

Ministro, supostamente, da Integração Nacional, e que começa a propor o diálogo nacional, desintegrando, supostamente, um Partido do tamanho e do peso do meu, que dispensa a intromissão dele, dispensa esse tipo de atitude, enfim.

O Presidente Lula diz que vai indicar... sei lá quem para vice! Indique quem ele quiser! Deveria mesmo é assumir e parar com a hipocrisia de dizer que não é candidato. Se ele tem a impressão que aqui há alguém que tema a língua do Sr. Ciro Gomes, ele precisa saber que aqui tem gente é com tesoura. Tesoura! E que venha! E que venha do jeito que achar melhor. Se é por aí, que venha do jeito que achar melhor! Mas essas coisas... Nós estamos discutindo uma coisa séria como a *concertación*. Aí, vem alguém e diz: “Tem de dialogar – e com o PSDB; mas, não, com São Paulo”. Pelo amor de Deus, vamos crescer. O dólar está baixo. Então, dá para ir à Disneylândia brincar à vontade, mas não dá para brincar com algo sério como é o Brasil e a crise fiscal, grave, que se anuncia, qualquer que seja o governo, em função da gastança desenfreada que este governo vem praticando.

Peço a íntegra do meu pronunciamento nos Anais, Sr. Presidente.

No segundo item, quero dizer, Sr. Presidente, que a Lei Kandir, instituída pela Lei Complementar nº 87, de 1996, tinha o propósito de compensar Estados exportadores de matérias-primas mediante isenção de ICMS para dar competitividade aos produtos nacionais.

Então, todos os anos, desde que venceu o prazo dela, Governadores têm comparecido ao Congresso para reclamar da necessidade de o Governo Federal efetuar o pagamento relativo à compensação. Não existe, portanto, um procedimento legal definitivo sobre o volume de recursos a serem repassados anualmente. E agora, o que é grave, o Governo está prevendo na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para 2007, contingenciar recursos do Orçamento Geral da União destinados aos Estados.

O Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará, apresentou uma proposta de emenda à Constituição para constitucionalizar o tema e acabar com a reclamação anual por parte dos governadores.

Hoje, deveria ter havido uma audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para tratar do tema. Infelizmente, o comparecimento de governadores e representantes de governadores foi pífio, o que causa má impressão, porque o governador está preocupado e não vem. Isso enfraquece a posição dos governadores. Vamos ser justos e dizer isso com todas as letras.

Por outro lado, não quero que o Governo fique com mais essa arma de chantagem na mão, com mais essa arma de barganha. Ou seja, não constituciona-

lizando, o Governo fica o tempo inteiro imaginando que governadores com pires na mão fazem a ele uma oposição tímida ou perdem independência.

Então, Senador Flexa Ribeiro, o que quero dizer a V. Ex^a é, primeiramente, o meu apoio a sua idéia; segundo é perguntar se V. Ex^a aceitaria alguma coisa como disposições transitórias, estabelecer o número de anos razoável para que pudéssemos permitir a esses Estados que depois dispensassem esses mecanismos de compensação. Mas V. Ex^a tem inteira razão ao dizer que não pode ficar como está.

Já concedo o aparte a V. Ex^a. Mas antes faço aqui uma última – e dessa vez é a última mesmo, Sr. Presidente – observação. Saiu uma matéria extremamente tola, da lavra de uma pessoa que se porta de uma forma muito tola na vida pública, o Sr. Jorge Hage, que agora é Ministro da Controladoria-Geral da União.

Fico decepcionado, porque um ministro que seria o *controller* do Governo, o homem que teria de prevenir os casos de corrupção, fica dizendo que o Governo está punindo mais, que a Polícia Federal está entrosada com ele e que os casos de corrupção vinham de antes, que nos Correios vinham não sei de quando. Ou seja, não se mostra um minuto preocupado com o mensalão, não se mostra um instante preocupado com essa avassaladora maré de corrupção que tem transformado este Governo, sem dúvida alguma, no recordista de corrupção da história republicana brasileira. Então, vem o Sr. Hage: “já começaram eles”. Eu tenho tanto horror disso!

Perguntei a minha assessoria qual era o nome da Controladoria antes. Então, soube, Senadora Lúcia Vânia, que era Corregedoria-Geral da União, que nasceu no Governo passado, com a ilustre, digna e nada espalhafatosa Dr^a Anadir de Mendonça, que, ao contrário do Sr. Hage, jamais tocou fogo em favela. Ele tocou fogo em uma favela em Salvador quando era prefeito biônico pela Arena, pelo regime militar. Já havia o nome, mas o trocaram para parecer que é uma coisa nova. E ficam o tempo inteiro fingindo. Eu não levo muito a sério.

Eu não sou fundador, Senador Wellington, do PSDB. Quero até chamar a atenção do Senador Antonio Carlos Magalhães para isso. Eu não sou fundador do PSDB. Cheguei ao PSDB meses depois de sua fundação. E dissenti do meu partido de então, o PSB, porque eu queria apoiar Mário Covas e o Partido queria apoiar Lula. Acabei apoiando Lula naquele segundo turno.

Houve uma reunião do PSDB, convocada pelo coordenador da campanha de Covas, o Sr. José Richa, em que havia o que eles chamavam de Esquerda do Partido. Uma Esquerda que hostilizava qualquer vice

que Covas pudesse ter e que somasse. Hostilizaram, por exemplo, Roberto Magalhães; fizeram com que ele desistisse. E eu achando aquilo meio esquisito. Mas é claro que eu respeitava profundamente pessoas que conhecia e queria bem, como o Deputado Raul Jungmann, por exemplo, a imortal Deputada Cristina Tavares. Eu discordava muito da linha de ação da Deputada Cristina, mas tinha verdadeiro amor, carinho e respeito por ela. Quem estava junto da Cristina ali, pousando de Esquerdinha, no PSDB? O Sr. Jorge Hage. Eu disse: Não, isso é demais para mim. Estava lá a Esquerda do PSDB: Cristina Tavares, Jorge Hage. Eu disse: Meus saís! Parem com isso, vamos tratar com seriedade mínima as coisas. Era da Arena, tinha servido ao regime militar, tinha sido um prefeito conhecido por tocar fogo numa favela, e estava lá na Esquerda, intransigente. Qualquer nome que se sugerisse para vice do Covas ele não aceitava, porque ele era tão da Esquerda que tudo era de Direita para ele. E assim ele impediu que Covas tivesse feito algo que somasse, porque quem acabou sendo vice do Covas foi o grande governador do Pará, Almir Gabriel. Muito mais para compor a chapa, porque o que somaria para nós mesmo, naquela altura, era alguém de outro Partido, alguém da Frente Liberal. E, no caso, o Sr. Roberto Magalhães.

Era uma coisa apadrinhada, a começar por Afonso Arinos de Melo Franco, algo muito forte que nascia por ali.

Quem não permitiu? Cristina. Posso criticá-la por isso? Não posso. Não posso criticar Cristina. A Cristina era assim mesmo, era só diretas, não queria que fôssemos ao colégio eleitoral. Eu respeitava a Cristina Tavares, como respeito a minha querida Senadora Heloísa Helena, e acabou! Ela tinha o direito de ser como quisesse. Agora, quem estava ao lado dela, espoletando? O Jorge Hage. Meu Deus! Mas onde? Na hora em que precisava de coragem para enfrentar uma ditadura, não a teve. Na hora em que precisava de coragem para dizer que era de esquerda; na hora em que dava cadeia ser de esquerda, não o era. Agora, fica aqui posando com pequenas insinuações. E o pior é que parece que nem o Governo confia nele, porque diz aqui “Ministro Interino da Controladoria-Geral da União”. O Governo está acabando, e como é que é interino! Deveria ser titular! Não tem mais nem tempo para virar titular. Esse nasceu para ser reserva o tempo todo. É banco de um timeco que é o Ministério do Presidente Lula. É um timeco! Ele pega banco de um time que não tem condições de se classificar para nenhuma copa de ética, para nenhuma copa de trabalho, de operosidade, para nenhuma copa de realização. Aqui está o Sr. Hage cheio de palavras sibilinas.

Em outras palavras, há 500 anos que neste País se pratica corrupção, e, segundo ele, passou-se a perseguir quem corrompe e quem é corrompido no Governo do Presidente Lula.

Segundo ele, nunca se fez tanto pela ética como agora. Mas eu leio e não há uma só vez a palavra mensalão. Aqui não se fala em Delúbio, nem em Marcos Valério, nem em José Dirceu, nem nos quarenta ladrões que o Procurador Antonio Fernando detectou; não se fala dos resultados da CPI dos Correios; não se fala do que está sendo apurado na CPI do Mensalão; não se diz que, se houve sanguessuga, é porque houve gente do Ministério da Saúde facilitando a “sanguessugagem”; não fala nada disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Líder, ousou interromper o sempre brilhante pronunciamento de V. Ex^a para comunicar ao Plenário que já por duas vezes esta Presidência recebeu um telefonema do Presidente Inocêncio Oliveira, dizendo que a Câmara já suspendeu a sessão e está apenas aguardando o deslocamento dos nossos Pares para a sessão que vai discutir as transformações da Comissão de Orçamento. Interrompo apenas para esta informação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tenho muito pouca segurança de que haverá sessão do Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não pode haver sessão do Congresso Nacional sem número. Não é esse número que está aí, não. Eu vou pedir verificação, portanto não será esse número. Vamos colocar as coisas como são, não houve sessão de manhã, não vai haver agora, não. Vou pedir verificação. Está pedido até por antecipação. O comandante Carreiro não gosta disso, mas tenha paciência. Não pode haver sessão do Congresso. É só olhar aqui, não pode. Por favor, não façam as coisas erradas, sem número, não. Esse número aí é fictício. Quero saber se há número.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa responderá a V. Ex^a, com a concordância e benevolência do Senador Arthur Virgílio. O Senador Renan Calheiros, que preside esta Casa, manteve a sessão. A Câmara dos Deputados suspendeu a sua sessão, e acordaram que a sessão seria no plenário da Câmara dos Deputados. Portanto, cabe a esta Presidência tão-somente comunicar que a sessão está mantida e que nós nos deslocaremos ao plenário. E lá V. Ex^a, como todos nós, poderá pedir a

verificação ou qualquer outro instrumento regimental, o que é direito de V. Ex^a. Certamente a Mesa lá deliberará sobre a solicitação de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos. Apenas comuniquei ao Plenário a decisão do Presidente Renan Calheiros.

Retorno a palavra ao nobre Líder, para que conclua.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu concederei o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Senador Antonio Carlos foi muito oportuno. Eu estou sentindo um clima de não concordância em relação a isso. Sinto-me até preocupado, porque fiz um apelo aos Deputados para que aprovássemos o Orçamento naquele episódio da votação do Orçamento, mas era preciso que houvesse acordo também sobre tudo o que está escrito ali. Estou vendo Senadores da minha Bancada que ainda colocam discordância em relação ao substantivo. Então, parece-me que não está madura a sessão para dela sair a decisão.

Eu quero saudar a presença do Deputado João Alfredo, tão ilustre, e do Deputado Raul Jungmann, nesta Casa, bem como do Deputado Pauderney Aveilino. Mas, insisto, não está madura a sessão para deliberarmos sobre matéria tão delicada. Portanto, transferiremos o palco da discordância para a Câmara dos Deputados.

Senador Flexa Ribeiro, ouço V. Ex^a antes de encerrar o pronunciamento.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a traz assuntos da maior importância no seu pronunciamento da tarde de hoje. Eu poderia me referir a vários dos pontos que V. Ex^a abordou, mas, em face do pronto apelo do Presidente Senador Eduardo Siqueira Campos quanto à necessidade de se encerrar a sessão para início da sessão do Congresso Nacional, abordarei a questão que V. Ex^a tão bem colocou a respeito da Lei Kandir. Quero dizer a V. Ex^a que a nossa proposta é de que se discuta uma solução constitucional para a Lei Kandir.

Ou seja, a sua regulamentação, que foi prevista desde a aprovação da Lei, em 1996, passados dez anos ainda não foi feita. Lamentavelmente, na audiência pública de hoje pela manhã, tivemos a presença do Governador do Pará, Simão Jatene, e de representante do Governo de São Paulo, o Secretário de Fazenda, Dr. Tacca, mas – pasmem – do Governo Federal, que é peça importante para a discussão, não compareceram os dois representantes do Ministério da Fazenda convidados. Talvez, Senador Arthur Virgílio, por essa audiência pública ter sido marcada, na quarta-feira da semana passada, para essa terça-feira, não tenha havido tempo suficiente para essas pessoas daqui de

Brasília se deslocarem dos seus gabinetes até a sessão da Comissão, atendendo o convite do Senado Federal. Então, acertei com o Presidente, Senador Luiz Otávio, da CAE, para que possamos remarcar essa audiência pública para o próximo dia 20 de julho, daqui a três semanas, de tal forma que tenhamos, nessa altura, a presença de todos os Governadores convidados e do Governo Federal e que possamos instituir uma subcomissão, um grupo de trabalho para elaborar propostas consensuais que levem à regulamentação definitiva da Lei Kandir. Não é mais possível – isso é uma verdade – que os Estados exportadores, que têm as suas matérias-primas não elaboradas, não tributadas, possam não ser ressarcidos do Governo Federal por essa bondade da União em relação ao tributo estadual. Fico grato a V. Ex^a por trazer ao plenário desta Casa, neste instante, nesta sessão de hoje, uma matéria tão importante. Espero que possamos, no dia 20, iniciar a discussão e, por final, regulamentar a Lei Kandir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a o discurso em que critico a posição do ex-Ministro Ciro Gomes e solicito inserção nos Anais das partes que marquei nas matérias que aqui arrolei.

Agradeço a V. Ex^a a paciência de sempre, deixando bem claro que, pelas manchetes, quando imaginamos que há alguma calma neste Governo, o que ressalta mesmo é a irregularidade, é a má-fé, é a incapacidade administrativa, é a falta de coordenação política, é a tolice ao analisar os fatos externos ao Brasil.

Volto a dizer de maneira bem categórica: o quadro econômico internacional já não está mais cor-de-rosa, já trocou de tom. Daqui para frente não se pode sair, pura e simplesmente, sendo levado pela correnteza a favor. Daqui para frente será necessário ter o mínimo de capacidade administrativa ou o máximo de capacidade administrativa; o mínimo de acuidade ou o máximo de acuidade em matéria de política externa; o mínimo de seriedade ou – o que eu gostaria de ver implantado neste País – o máximo de seriedade ao lidar com a coisa pública, porque os ventos estão mudando e o que não mudou foi a incompetência, que se conjuga com a inapetência e que se conjuga com a prepotência – ência, ência e ência – do Governo que ainda está aí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca as Sr^{as} e os Srs.

Senadores para uma sessão do Congresso Nacional, que será realizada agora, no plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Alvaro Dias, Luiz Otávio, Luiz Pontes, Papaléo Paes, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, João Batista Motta, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Juvêncio da Fonseca e João Tenório enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é mesmo uma terra privilegiada pela natureza, como sempre ouvimos falar desde a infância. Se, em algum momento, deixamos de acreditar nisso, diante da miséria de tantos, do desemprego, da criminalidade, das dificuldades de toda ordem, logo nos chegam notícias de mais uma riqueza inexplorada, logo ali, sob nossos pés, que precisamos somente ir pegar para fazer dela uma mola propulsora do desenvolvimento, do trabalho, da justiça e da paz social. Todas as soluções para os problemas do Brasil estão em nossas mãos; precisamos reconhecer o fato de que depende somente de nós agir para tornar realidade nosso potencial produtivo. É questão de decidir, de se aplicar e de fazer acontecer.

Tome-se, por exemplo, a auto-suficiência na produção de petróleo. Apesar do ceticismo de muitos, o País possuía, sim, reservas do produto, só que elas estavam concentradas na plataforma continental. Quando decidimos, por intermédio da Petrobras, que iríamos buscar essa riqueza, não importando os obstáculos, fomos capazes de desenvolver tecnologia própria e inédita de exploração em águas profundas.

Do mesmo modo, a uma notícia negativa, como a do lamentável entrevero com o novo governo boliviano, a propósito da possível quebra do contrato de suprimento de gás natural para o Brasil, ou do mais que provável aumento dos preços do produto, podemos contrapor outra novidade, esta extremamente positiva: a da potencial auto-suficiência brasileira também nesse insumo energético.

Já conhecemos as reservas de gás natural da plataforma continental na bacia de Santos, litoral de São Paulo. Assim como no caso do petróleo, é uma questão de decisão econômica construir a infra-estrutura necessária para trazer esse gás, que está lá, para os centros de consumo. Se o gás boliviano ficar muito caro, ou tiver seu suprimento ameaçado, teremos um grande estímulo econômico para colocar em execução os projetos do gasoduto de Santos.

Foi uma decisão desse tipo, aliás, que nos levou a construir, por exemplo, o próprio gasoduto Bolívia-Brasil, e a estimular a conversão para gás natural de inúmeras indústrias da Região Sul e de muitos automóveis. O que se pretendia era aproveitar a disponibilidade do produto boliviano e a vantagem ambiental da utilização do gás, menos poluente, sobre os óleos combustíveis na indústria e sobre a gasolina ou o diesel nos veículos.

Havia, é claro, um fator geopolítico nessa decisão, que dizia respeito ao projeto de integração econômica da América do Sul, caro à diplomacia brasileira e manifesta aspiração nacional. Esse aspecto foi alterado por realidade externa ao Brasil: a vontade do povo boliviano.

É possível, naturalmente, que a situação se acalme nos próximos meses, e que o Presidente Evo Morales venha a moderar suas posições na mesa das negociações. Não me parece correto agir com precipitação, rancor e preconceito contra o chefe de Governo democraticamente eleito de país vizinho e irmão. Ele pode estar simplesmente marcando posição para conseguir acordo mais vantajoso para sua nação, o que constitui o dever de um estadista.

Além disso, em 6 janeiro deste ano, a **Gazeta Mercantil** publicava reportagem sobre uma reunião entre Morales e dirigentes empresariais de seu país, na qual prometeu respeitar o investimento privado, e especificamente no setor petrolífero. Estará ele, Sr. Presidente, quebrando tão cedo e tão abertamente, essas promessas? Há indícios, ainda, de que faz um discurso para efeitos internos, no sentido de ganhar as eleições parlamentares, com o voto da maioria de pobres do país, ao mesmo tempo abre espaço para negociação por intermédio de alguns de seus ministros. Política é assim, como nós também sabemos.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, abordei um pouco mais detidamente a questão boliviana para declarar minha convicção de que não há razão para alarma. As coisas haverão de se resolver. Meu objetivo neste pronunciamento, entretanto, é o de dizer que as potencialidades do Brasil o tornam capaz de superar tranquilamente quaisquer turbulências políticas dos países a que eventualmente nos associemos. Continuemos no tema do gás, para vermos o quanto isso é verdade.

Pois naquele mesmo dia 6 de janeiro, como para sustentar essa minha tese da enorme capacidade de nosso País, o **Jornal do Brasil** trazia matéria sobre as emanações de gás natural no vale do rio Paracatu, afluente do São Francisco, aqui no oeste de Minas Gerais, não muito longe desta capital. É gás que brota à superfície da terra, naturalmente, sem necessidade sequer de sondagem, pesquisa ou perfuração. Coisa que o povo simples das proximidades conhece e utiliza

há décadas, em seus fogareiros improvisados, e que agora pode se tornar um pólo de produção em grande escala de gás natural.

Na temporada das secas, de maio a setembro, quando as águas do rio baixam, podem-se ver as borbulhas de gás que sobem do fundo. Por ali acontecem até coisas que pensávamos exclusivas da Arábia: o cidadão que fura poços, atrás da água escassa, tem a decepção de encontrar, muitas vezes, o gás natural onde buscava o líquido vital. Até agora isso podia ser percebido como uma condenação, mas a área foi, recentemente, a mais disputada dos leilões de concessões da Agência Nacional do Petróleo, por gigantes como a Petrobras e a multinacional de sede inglesa BG. É sinal de que o progresso vai chegar, trazendo dinamismo e empregos a uma região parada no tempo, além dos *royalties* pela exploração do recurso natural.

Estudos geológicos realizados apontam para reserva de um trilhão de metros cúbicos de gás em toda a bacia do São Francisco, suficientes para atender o País por sessenta anos, no ritmo do consumo atual. A bacia de Santos, em comparação, teria 400 bilhões de metros cúbicos.

Com efeito, segundo os técnicos, a formação geológica da área é semelhante à da região da Rússia que é portadora da maior reserva de gás do mundo, que abastece a Europa por intermédio de um gasoduto que vai até a Alemanha.

As empresas ganhadoras de lotes de exploração na área se comprometeram, pelas condições dos contratos de concessão, a investir cerca de 125 milhões de dólares na lavra, nos próximos seis anos, e se estima que, somente nas atividades de pré-operação, devem ser gerados nada menos de 41 mil empregos.

Nessa, que é uma das regiões mais pobres do Brasil, o sertão das veredas de Guimarães Rosa, devastado, nos últimos tempos, pela exploração clandestina de carvão vegetal, baseada em trabalho semi-escravo, atividade que destruiu a paisagem natural e corroe as estruturas sociais tradicionais, haverá de surgir o novo eldorado energético do País. Justamente aqui, no coração do Brasil, perto da capital que representa nossas aspirações mais caras de futuro, a terra brasileira fornece nova demonstração de sua riqueza.

Essa é a razão pela qual não abandono jamais a confiança de que o Brasil tem futuro, de que não precisamos maldizer circunstâncias externas ao País, nem a exploração pelos países ricos, nem a bravata dos vizinhos mais pobres: podemos sempre encontrar, em nosso próprio território, os caminhos do desenvolvimento, da produção de riqueza e da justiça social.

Muito embora ainda sejam necessários estudos mais aprofundados da real viabilidade econômica e produtiva do gás natural da bacia do rio São Francisco, os indícios apontam para um potencial muito elevado,

sobretudo por se tratar de área de terra firme e próxima aos grandes centros consumidores do Centro-Sul do País. Insisto que devamos retomar sempre aquele conceito cívico da grandeza do Brasil, confiando também em nossa capacidade de trabalho para realizar as promessas encerradas em nossa terra.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais desta Casa, do editorial do jornal **Gazeta Mercantil** intitulado “Brasil cresce menos que concorrentes”, publicado na edição do dia 30 de maio de 2006.

O editorial em epígrafe situa a questão do gasto público em nosso País com bastante precisão. Como destaca o jornal **Gazeta Mercantil** “o recurso que sustenta o gasto público falta para o investimento produtivo”.

O vaticínio do editorial revela que a reunião do Conselho de Política Monetária do Banco Central, na próxima quarta-feira, poderá ratificar erros cometidos

em série e que devem comprometer o crescimento de nossa economia em 2006.

Como segundo assunto, gostaria de registrar o artigo intitulado “Os xingamentos de Lula”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado pela revista **Veja** de 24 de maio do corrente.

O artigo destaca que o jornalista pretende processar Lula por calúnia e difamação. E, como diz o jornalista, “Para sorte do presidente, minha honra custa barato. Quero receber um ressarcimento de apenas 38.500 dólares, a mesma quantia que o espião da Kroll lhe atribuiu no paraíso fiscal”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que os artigos acima citados sejam considerados como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

EDITORIAL

Brasil cresce menos que concorrentes

Apesar dos repetidos avisos ao longo dos últimos anos, o Brasil não aproveitou como deveria os reconhecidos anos de vacas gordas na economia mundial. No domingo, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, alertou: “O mais provável é que ocorra um arrefecimento moderado”, deixando claro que o período mais promissor no crescimento internacional está acabando. A questão essencial, sem dúvida, é saber por que a economia brasileira cresce menos que seus concorrentes.

O relatório da agência de classificação de risco **Moody's**, que analisou o crescimento do PIB brasileiro, colocou o dedo na ferida. Nos últimos cinco anos, o Brasil cresceu, em média, 2,2% ao ano, enquanto os países, com a mesma classificação de risco que o Brasil, cresceram, no mesmo período, 4,12% ao ano, em média. Como mostrou matéria da repórter especial Simone Cavalcanti, o relatório da **Moody's** não fez apenas constatação estatística, mas expôs as causas deste atraso. A primeira delas é que o nível das despesas públicas é bem maior que o encontrado em países com o mesmo rating, entre eles, Peru, Bulgária, Egito ou Vietnã. O relatório mostrou que

o gasto das três esferas de governo no Brasil consomem 40% do PIB, enquanto nos demais emergentes, com o mesmo padrão de risco, o gasto médio é de 28%. No caso dos asiáticos, a média cai para 20%.

O recurso que sustenta o gasto público exacerbado falta para o investimento produtivo. Os

Gasto público absurdo impede investimento. Sem entender isto, não adianta lamentar que crescimento do Brasil é a metade dos emergentes

chineses, tão elogiados e temidos nos últimos tempos, crescem a 9% ao ano, mas poupam e investem 40%. A **Moody's** também repetiu que ajuste fiscal no Brasil quer dizer sempre aumento de impostos. E repete-se a lógica: o recurso privado que sustenta tributação insaciável é o que falta para o investimento produtivo. Como o imposto é alto, o preço final sobe e o mercado encolhe. Resultado, o custo do dinheiro dispara.

O governo federal gasta com despesa de custeio da máquina pública — isto é, compra de

material, pagamento de serviços de terceiros ou viagens — quatro vezes mais do que investe em rodovia, saneamento ou energia elétrica. Em março, estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com base em dados do Tesouro Nacional, mostrou que gastos de custeio, em 2005, foram de R\$ 63,9 bilhões, enquanto os de investimentos alcançaram R\$ 15,9 bilhões. Atenção: nestes cálculos não estão incluídos gastos com pessoal.

Este desequilíbrio não vitimou apenas o orçamento da União no ano passado. Como provam os dados coletados pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), entre 1996 e 2005 o PIB brasileiro acumulou crescimento de 22%, enquanto o PIB mundial, neste mesmo período, avançou 40,8%. Mesmo quando o País alcança anos “espetaculares” como o de 2004, crescimento de 4,9%, o mundo cresceu em média 5,8%. E os países diretamente concorrentes do Brasil avançaram em 2004 quase o dobro disto, como foi o caso de China, Índia e Coreia do Sul.

Estes avisos sensatos ocorrem na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária que dará o

ritmo para o tão esperado recuo da taxa de juros básica. Meirelles preparou os espíritos dos agentes econômicos para mais moderação nessa queda do que velocidade. Comentou a perda de preço das commodities e amenizou previamente as críticas do setor exportador prometendo a modernização da “legislação cambial”. É reforma relevante, mas insuficiente frente ao tamanho dos problemas acumulados pelos exportadores como mostra o documento que a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (Abit) entregou ontem ao presidente Lula.

Sem as demais reformas que permitiriam ao Estado brasileiro qualificar o gasto público — a primeira delas a previdenciária — o País segue crescendo muito menos do que pode e deve. A média de expansão do PIB brasileiro na última década foi menos da metade da alcançada por seus concorrentes. O mais grave é que os erros desses anos de atraso consciente não têm sido avaliados pelos que reúnem poder para isto. Como, aliás, as decisões do Copom, na quarta-feira, podem novamente demonstrar.

DIOGO MAINARDI

Os xingamentos de Lula

Um espião da Kroll, contratado por Daniel Dantas, atribuiu a Lula uma conta num paraíso fiscal. Lula se descontrolou. Partiu para o insulto. Não contra Daniel Dantas, que o espionou, e sim contra VEJA, que noticiou o fato. O presidente sabe que sempre dá para negociar com Daniel Dantas. Com VEJA não dá.

Lula disse que “a VEJA tem alguns jornalistas que estão merecendo o prêmio Nobel de irresponsabilidade”. Ele disse também que na revista não há “uma única pessoa que tenha 10% de sua dignidade e honestidade”. Lula acrescentou que todos sabiam a que jornalista ele se referia, pelo que “ele tem feito nesses últimos meses”. E con-

cluiu: “Quem escreve uma matéria daquela é bandido, mau-caráter, malfeitor, mentiroso”.

O autor da matéria sobre Daniel Dantas é Márcio Aith. Em 2004, na *Folha*, ele revelou a primeira parte do relatório Kroll. Na semana passada, em VEJA, ele deu outro furo, revelando a segunda parte do relatório Kroll, com os números das contas bancárias dos líderes petistas. Minha coluna foi publicada como um adendo à matéria principal. Nela, Daniel Dantas acusou o governo de concussão, incriminando diretamente o presidente. Não se sabe ao certo quem Lula pretendia chamar de bandido, mau-caráter, malfeitor e mentiroso, se Márcio Aith ou eu. Alberto Dines, que tem uma mentalidade igual à de Lula, e consegue entender o que ele fala, interpretou da seguinte maneira: “Embora o presidente tenha protestado em termos impróprios contra Márcio Aith, fica evidente que se referia ao parajornalista e pau-mandado Diogo Mainardi”.

Decidi processar Lula. Meus advogados já mandaram um pedido de esclarecimento ao STF. Caso Lula con-

firme que o bandido, mau-caráter, malfeitor e mentiroso sou eu, processo-o por crime contra a honra. Para sorte do presidente, minha honra custa barato. Quero receber um ressarcimento de apenas 38 500 dólares, exatamente a mesma quantia que o espião da Kroll lhe atribuiu no paraíso fiscal. Metade do dinheiro vai para Márcio Aith.

Mas essa não é a única disputa que deverá ser resolvida nos tribunais. O espião da Kroll, numa das listas que encaminhava a VEJA, acabou grafando er-

rado o nome de Antonio Palocci. O fato gerou uma gritaria danada. Não consigo entender os petistas. Por isso implico tanto com eles. Antonio Palocci não processou seu antigo parceiro Rogério Buaratti, que o acusou de ser corrupto. Ao mesmo tempo, prometeu processar VEJA, que publicou uma lista em que ele é erroneamente chamado de Júnior. Ou seja, corrupto pode, Júnior não. Lula está certo. Não tenho 10% de

“Para sorte do presidente, minha honra custa barato. Quero receber um ressarcimento de apenas 38 500 dólares, a mesma quantia que o espião da Kroll lhe atribuiu no paraíso fiscal”

sua dignidade e honestidade, se são esses os parâmetros do PT.

O mais espantoso na última semana foi a velocidade com que os jornalistas do aparato petista abafaram o caso Daniel Dantas. Eles descartaram qualquer possibilidade de que as contas de Lula e seus ministros pudessem ser verdadeiras. Mesmo sem saber quais eram. E não se interessaram em indagar sobre a concussão. Nesse ponto, eles foram ajudados pelos bandidos do PCC, que ocuparam todas as notícias. Os criminosos só se aplacaram quando ganharam uns aparelhos de televisão. Bem que alguém poderia mandar uns aparelhos de televisão para a sede do PT.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

VALORIZAÇÃO DOS INTEGRANTES DA CARREIRA DE ADVOGADO DA UNIÃO E DE DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nas últimas semanas, têm circulado rumores de que o Governo abandonaria um compromisso firmado com os membros da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública da União. São versões que, aparentemente, não consistem com a intenção de resgatar a dignidade dos servidores desses importantes órgãos da Administração Pública. É preciso estarmos alerta para nos certificar de que esses rumores não passarão de boatos e inverdades.

No dia 6 de maio, o eminente Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, que com muito brilho exerce o cargo de Advogado-Geral da União, encaminhou, sob solicitação do Presidente Lula, um anteprojeto de lei ao Palácio do Planalto que faria cumprir o artigo 135 da Constituição Federal. O projeto fixa o subsídio para os integrantes da carreira de Advogado da União e de Defensor Público da União, como previsto na Carta Magna.

Em seguida, sucederam reuniões entre o nobre Advogado-Geral e o Ministro do Planejamento para definição da melhor maneira de dar prosseguimento à proposta, que vem estruturar um serviço público de qualidade e que atende às demandas da sociedade. As reuniões foram prolíficas, e o projeto se adequou às contingências orçamentárias que, evidentemente, têm de ser consideradas.

Após essa etapa, o Governo se comprometeu a enviar o projeto de lei assim que o Orçamento da União para 2006 fosse aprovado. O Presidente Lula sancionou a proposta orçamentária no dia 16 de maio. Agora, portanto, é chegada a hora. No entanto, o Palácio do Planalto ainda não se prontificou a atender este pleito da sociedade brasileira, e já começam a circular informações de que o acerto firmado após cuidadosas negociações estaria por ser descumprido.

Sinceramente, não acredito que isso irá acontecer, pois tenho certeza de que o Ministro do Planejamento e o Presidente Lula são homens que honram a palavra empenhada e têm consciência da importância de recuperar a dignidade da categoria dos Advogados da União e dos Defensores Públicos. Além disso, estão conscientes quanto às suas obrigações de fazer cumprir o que está na Lei máxima do País.

Sr. Presidente, é desnecessário me estender em demasia nesta tribuna sobre a relevância dessas duas instituições fundamentais para o Estado brasileiro. A Advocacia-Geral da União é a grande responsável pela defesa e representação judicial dos interesses do

Governo Federal e vem cumprindo essa missão com excelência e afinco. A atuação dos membros da AGU permitiu ao Executivo, somente na gestão do Presidente Lula, empreender uma economia superior a R\$150 bilhões, ao defender o patrimônio nacional e assegurar a recuperação do que é devido ao Estado.

Defensoria Pública da União cumpre papel igualmente importante: trazer Justiça àqueles que dela mais necessitam, uma das mais nobres funções do Estado. E da mesma forma que a Advocacia-Geral da União têm cumprido sua tarefa com louvor, é preciso agora que o Executivo reconheça a grandeza dessas categorias, que merecem ser tratadas como outras carreiras do mesmo quilate institucional, com as quais lidam no dia-a-dia de suas profissões, como o Ministério Público Federal e membros da magistratura do Poder Judiciário.

Também é importante frisar que os recursos necessários para materializar o subsídio das categorias estão contemplados no Orçamento da União, sem ameaçar a disciplina fiscal que o Brasil exige. A proposta de reajuste será implementada gradualmente, ao longo de quatro anos, e, neste primeiro exercício, a quantia necessária é inferior a R\$130 milhões, o que claramente representa um valor irrisório comparado à economia proporcionada ao Tesouro Nacional pela ação dos advogados públicos federais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a greve deflagrada pelas categorias reivindica nada mais do que o justo e necessário para que serviços fundamentais à população continuem a ser prestados da maneira devida. Sabemos que essa defasagem salarial e as difíceis condições de trabalho têm prejudicado a AGU e a Defensoria Pública da União, com evasão maciça de quadros e desestímulo à permanência de profissionais qualificados, o que foi agravado com a fixação do subsídio da Magistratura e do Ministério Público Federal.

Quero crer que o Poder Executivo conhece em minúcias o assunto aqui tratado, e não faltarão ao compromisso firmado com a categoria e a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. SENADOR LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar a matéria intitulada “De doido ele não tem nada”, publicada pela revista Veja de 17 de maio do corrente.

O artigo comenta o depoimento prestado à CPI dos Bingos pelo ex-secretário-geral do PT, Silvio Pereira. Mesmo afirmando que não tinha plena consciência quando fez as declarações bombásticas ao jornal O Globo, ele deixou claro que o Partido dos Trabalhadores realmente operava com Marcos Valério para desviar milhões de dólares dos cofres públicos.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria da revista **Veja** passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DE DOIDO ELE NÃO TEM NADA

Silvinho revela
como Marcos Valério
pretendia arrancar
dinheiro dos
cofres públicos

Marcio Aith e Felipe Patury

Na semana passada, o ex-secretário-geral do PT Silvio Pereira reacendeu a crise política. Em uma entrevista ao jornal *O Globo*, o ex-dirigente petista disse que o caixa dois do seu partido era abastecido por empresas que superfaturavam contratos com o governo. Contou que seu colega Delúbio Soares perdeu o controle dos pagamentos do mensalão feitos no Banco Rural, enquanto ainda comandava a tesouraria do PT. Afirmou que o partido se tornou refém do lobista carequinha Marcos Valério durante o governo Lula. Silvinho confirmou ainda que o interesse de Marcos Valério era intermediar alguns grandes negócios que dependiam do governo. Entre eles, a solução dos problemas do Opportunity na Brasil Telecom e o fim das liquidações dos bancos Econômico e Mercantil de Pernambuco. Segundo ele, o carequinha acreditava que esses projetos poderiam render-lhe até 1 bilhão de reais.

Quando foi convocado pela CPI dos Bingos para explicar suas declarações ao jornal carioca, o ex-dirigente petista deu uma desculpa que lhe franquearia uma estadia numa clínica psiquiátrica: "Não sei o que é fato, o que não é, o que eu criei". À Polícia Federal, Silvinho disse que leu as histórias sobre as liquidações bancárias em VEJA. De fato, Silvinho pode estar enfrentando uma crise nervosa, mas não há sinal de que ela tenha lhe turvado a memória. Como VEJA já revelara, a de-

cisão de atender aos pleitos do lobista já havia sido tomada pelos então ministros José Dirceu (Casa Civil), Antonio Palocci (Fazenda) e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto só foi sustado pela eclosão do escândalo do mensalão. O que se sabe agora é que, por ordem de Lula e Dirceu, o procurador-geral do Banco Central, Francisco José de Siqueira, chegou a elaborar uma minuta de medida provisória que permitia encerrar as liquidações do Mercantil e do Econômico. O projeto transferiria do Banco Central para o Ministério da Fazenda a tarefa de cuidar dos bancos sob liquidação.

A minuta foi elaborada a partir do segundo semestre de 2004, quando o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ainda resistia a pressões de Lula, Dirceu e Palocci. Para aliviar as pressões que sofria, Meirelles determinou que seus assessores parassem de dar declarações contrárias ao fim da liquidação dos dois bancos. O diretor do BC responsável pela área, Antonio Gustavo do Vale, foi admoestado a não mais dizer que os ex-banqueiros Armando Monteiro Filho, do Mercantil de Pernambuco, e Ângelo Calmon de Sá não saíam das liquidações com dinheiro, o que prejudicaria os planos de Marcos Valério. Simultaneamente, a área jurídica do BC começou a elaborar o projeto de transferência de responsabilidades.

A existência do projeto foi relatada a VEJA por um assessor da área econômica, dois técnicos do BC e um diretor da instituição. No relato deste último, Siqueira teria lido o texto à revelia de Meirelles e teria sido auxiliado por um jurista pernambucano. O procurador admite que tratou do caso, mas nega que tenha lançado mão do tal jurista. "Só tratei do assunto do Mercantil de Pernambuco internamente, com as pessoas do Banco Central", afirma.

No início de 2005, Marcos Valério informou a Calmon de Sá que o BC estava elaborando uma MP que resolveria seu caso. "Ele me contou, mas eu não dei muita bola. Além disso, meu advogado tinha dúvidas sobre a legalidade da medida", diz o ex-banqueiro. Calmon de Sá conta que, na ocasião, já depositava pou-

cas esperanças na eficiência do lobby do carequinha. Marcos Valério lhe havia prometido um encontro com Palocci que nunca ocorreu. Nesse momento, Calmon de Sá já apostava em outro interlocutor: André Esteves, que, na semana passada, vendeu o Pictual ao suíço UBS por uma bolada de 2,6 bilhões de dólares.

Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, Esteves havia se debruçado sobre o caso do Econômico. Concluiu que era possível encerrar a liquidação com a venda em leilão dos títulos públicos cambiais que estavam na carteira do banco quebrado. Mas acreditava que poderia ganhar um bom dinheiro com a modelagem do leilão. Esteves tinha potencial para resolver o problema. Tem boa reputação, mantém bons amigos no Tesouro Nacional e destrua a intimidade de Palocci. Tanto que um conjunto de e-mails sobre o assunto trocados por Esteves e Calmon de Sá acabou sendo apresentado pelo ex-ministro a um integrante da equipe econômica.

**"Só tratei do
assunto
Mercantil de
Pernambuco
internamente
com as pessoas
do Banco
Central."**

Francisco José de
Siqueira, procurador-
geral do Banco Central

Marcos Valério vislumbrou uma oportunidade de negócios no fim das liquidações bancárias porque prestava serviços de lobby ao Banco Rural. No governo FHC, o Rural comprou uma parte do Banco Mercantil de Pernambuco. Com a mudança de governo, os patrões de Valério imaginavam que poderiam comprar o resto do Mercantil, que está abarrotado de títulos públicos cambiais.

iguais aos do Econômico. Como os casos são semelhantes, Valério passou a acreditar que poderia ganhar uma gordida comissão do Rural e outra do Econômico por apenas um lobby, já que a solução adotada para um resolveria também o caso do outro. Por isso, procurou Calmon de Sá. "Em 2004 ele disse que poderia fazer o Banco Central suspender a liquidação. Não queria nada em troca, mas que eu contribuísse para o PT quando estivesse tudo resolvido. Aceitei", relata Calmon de Sá.

Com o deputado Virgílio Guimarães no papel de cicerone, Valério iniciou suas investidas sobre o BC. No fim de 2003, começou a tentar convencer o diretor Vale a permitir que o Rural comprasse o Mercantil e ficasse com os tais títulos cambiais. Frequentava seu gabinete no BC e, pelo menos uma vez, aceitou um convite de Valério para discutir o assunto no bar. Do fim de 2003 até maio de 2005, Marcos Valério teve dez reuniões na Diretoria de Liquidações do BC. Conquistou a simpatia de um dos assessores de Vale, mas teve pouco êxito no projeto. Como não conseguiu furar o bloqueio na área técnica do BC, Marcos Valério recorreu aos escalões superiores do governo. Em 2004, Palocci passou a pedir que Meirelles tratasse o Mercantil e o Econômico com "carinho".

Meirelles relatou. Palocci devolveu: "Você sabe, não dá para ganhar todas". No segundo semestre de 2004, o então ministro convocou Meirelles para uma reunião a três com o presidente Lula.

Uma vez no Planalto, o presidente do BC descobriu que Palocci não participaria do encontro. Na ante-sala do presidente, Meirelles constatou que Lula estava trancado com o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Armando Monteiro Neto, filho do dono do Mercantil de Pernambuco. A caminho do gabinete presidencial, Meirelles cumprimentou Monteiro Neto, que afirma jamais ter tratado da liquidação da instituição com Lula. Meirelles encontrou Lula irritado. Quando falou dos bancos, o presidente repetiu a frase de Palocci: "Não dá para você ganharem todas".

O relato acima foi feito a VEJA por um confidente de Meirelles. Ele tomou conhecimento desses episódios logo depois de eles terem acontecido. Soube também como o presidente do BC interpretou essas conversas. Meirelles foi chamado por Lula em um momento em

que balançava no cargo. Desde abril, Meirelles acreditava que sua situação no governo era delicada. O PT,

sob o comando de José Dirceu, exigia a mudança da política monetária. Naquele mês, Palocci havia lhe dito que a munição que usara para defendê-lo tinha acabado. A partir de então, a decisão de mantê-lo no posto seria exclusiva do presidente. Meirelles tomou providências para não ser surpreendido por uma eventual demissão. Solicitou, por exemplo, aos técnicos do BC que limpassem os arquivos pessoais de seus computadores.

Seguro de que Lula, Dirceu e Palocci queriam encerrar as liquidações, Marcos Valério espalhou, no início de 2005, que a operação seria realizada. Entre fevereiro e maio do ano passado, o carequinha foi quatro vezes ao gabinete do diretor Vale. Numa delas, perguntou-lhe se ele já sabia da MP elaborada por determinação de José Dirceu. O último dos encontros de Valério com o diretor do BC aconteceu dez dias antes de o escândalo do mensalão vir à tona. Como se vê pelo relato acima, Silvio pode ter tido uma crise nervosa, mas o surto não invalida o fato de que ele assistiu ao esquema do mensalão de um posto privilegiado. Silvinho goza de boa memória e não rasga dinheiro. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “O crime compensou”, publicada pela revista **Veja** de 17 de maio do corrente.

A matéria do jornalista Alexandre Oltramari, destaca que a primeira punição do caso mensalão é convertida em multa e dividida em cinco suaves prestações.

Sr. Presidente, para concluir, requiero que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

O CRIME COMPENSOU

A primeira punição do caso mensalão é convertida em multa — e dividida em cinco suaves prestações

Alexandre Oltramari

As vésperas do primeiro aniversário do mensalão, surgiu enfim a primeira punição judicial do caso. Três dirigentes do PT no Rio Grande do Sul, com o objetivo de se livrar do processo e deixar de correr o risco de parar no xilindrô, fizeram um acordo com a Justiça: aceitaram doar cestas básicas a uma instituição de caridade em Porto Alegre. A quantidade de cestas básicas é que chama atenção: uma por mês, durante cinco meses. E nada mais. No total, cada réu terá de desembolsar 1 750 reais, divididos em cinco suaves parcelas de 350 reais. Os

três dirigentes são reus confessos. Eles admitiram que pegaram 1 milhão de reais no valerioduto e disseram ter usado o dinheiro para pagar despesas de campanha do PT gaúcho. O petista Marcos Fernando Trindade atuava como “mula” do esquema, carregando dinheiro em malas entre Belo Horizonte e Porto Alegre. Quando desembarcava na capital gaúcha, o dinheiro era distribuído pelo ex-presidente do partido, David Stival, e pelo ex-tesoureiro, Marcelino Pedrinho Pies. Agora, cada um vai pagar um salário mínimo a uma instituição de caridade durante cinco meses.

A desproporção entre o crime e a punição só não é maior que o constrangimento que o caso produz para o ministro Tarso Genro, o principal articulador político do governo, em Brasília. O dinheiro que o valerioduto canalizou ao PT gaúcho serviu para pagar despesas da campanha de Tarso Genro ao governo do estado, na qual perdeu a disputa para o atual governador, Germano Rigotto, do PMDB. Do total de 1 milhão do valerioduto embolsado pelo PT gaúcho, a maior parte chegou ao estado em malas. Mas 150 000 reais desembarcaram na arca petista por meio de dois cheques de 75 000 reais, ambos nominais a duas gráficas, a Impressul e a Comunicação Impressa. Em sua defesa, os acusados tentaram isentar Tarso Genro. Disseram que a quantia foi utilizada para saldar papagaios eleitorais, mas que nenhum centavo foi usado na

Tarso Genro, as cestas básicas e o valerioduto: as dívidas da campanha do ministro foram pagas com dinheiro ilegal

campanha de Genro. As investigações, no entanto, mostraram que essa versão não tinha respaldo nos fatos. Descobriu-se que as duas gráficas brindadas com os cheques de Valério foram fornecedoras da campanha eleitoral de Genro ao governo.

O caso ficou mais incômodo quando se revelou que o Ministério da Educação, durante a gestão de Tarso Genro, entre 2004 e 2005, contratou as duas gráficas por 186 000 reais. O contrato, para produzir folhens e material didáticos para o governo, foi feito sem licitação pública. O envolvimento de Genro com o va-

lerioduto no Rio Grande do Sul veio a público há nove meses, mas é um embaraço permanente. Afinal, quando o escândalo do mensalão estourou, em junho do ano passado, Genro deixou o Ministério da Educação para presidir o PT. Chegou com ímpetos saneadores. Anunciou, na época, que o partido precisava passar por uma “refundação” e até propôs que o PT não permitisse que os mensaleiros

petistas se lançassem candidatos na eleição seguinte. Como se sabe, não aconteceu nem uma coisa nem outra.

A confortável situação judicial dos mensaleiros gaúchos deve-se a duas razões. A primeira é que, como o mensalão estava sendo investigado pela Procuradoria-Geral da República, a Justiça gaúcha não podia aprofundar a apuração sobre a origem do dinheiro que abasteceu as arcas petistas no Rio Grande do Sul. Por isso, o promotor que cuida do caso, Ivan Melgaré, só pôde denunciar os dirigentes petistas pelo crime de formação de caixa dois. A segunda razão é que, quando um crime tem pena mínima inferior a um ano de prisão, como é o caso, a Justiça é obrigada a oferecer ao réu a substituição da prisão por uma pena alternativa, como a doação de cestas básicas. Os petistas dos pampas toparam na hora. Sugeriram apenas uma alteração, aceita pela Justiça. Em vez de pagar tudo de uma vez, como propôs o Ministério Público gaúcho, pediram para parcelar a dívida. Assim, todo dia 5 de cada mês, a antiga cúpula do PT gaúcho vai ao Lar de Santo Antônio dos Excepcionais, em Porto Alegre, e recolhe 350 reais aos cofres da instituição. ■

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para registrar a matéria intitulada “Dançarina da pizza recebe multa de R\$1 milhão”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de maio do corrente.

A matéria relata que a deputada, dançarina da pizza no Congresso, Ângela Guadagnin (PT-SP), foi condenada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) a pagar uma multa no valor de R\$ 1 milhão, além de um ressarcimento no valor R\$ 8,91 milhões ao Tesouro municipal de São José dos Campos. O Tribunal de Contas do Estado concluiu que a ex-prefeita da

cidade praticou irregularidades na desapropriação de área da Tecelagem Parahyba e da Fazenda São José Agropecuária.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2006 | O ESTADO DE S. PAULO | NACIONAL | A

INVESTIGAÇÃO

Dançarina da pizza recebe multa de R\$ 1 milhão

TCE concluiu que Angela praticou irregularidades em desapropriações quando era prefeita

Fausto Macedo

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) condenou ontem a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP), dançarina da pizza no Congresso, ao pagamento de multa no valor de R\$1 milhão e ao ressarcimento de R\$8,91 milhões – valor de maio de 1996 – ao Tesouro municipal de São José dos Campos, interior paulista. O TCE concluiu que Ângela, ex-prefeita da cidade (1993-1996), praticou irregularidades na desapropriação de áreas da Tecelagem Parahyba e da Fazenda

São José Agropecuária – por R\$19,5 milhões, 6 glebas de importância arquitetônica, histórica, cultural e paisagística com trabalhos de Burle Marx –, que se transformaram no Parque da Cidade.

Para o conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, relator do processo no TCE, o preço ajustado estava superfaturado e houve desencontro entre a data do decreto expropriatório e a justificativa da desapropriação. O caso foi denunciado por um ex-vereador de oposição.

Para o TCE, o preço do metro

quadrado do laudo da prefeitura foi 199% acima do calculado por um engenheiro independente e 164% superior ao obtido na perícia contratada pela Câmara. O prejuízo do erário teria chegado a R\$13,14 milhões.

“A prefeitura pactuou a desapropriação em preço por cifra total expressivamente superior aos valores correntes de mercado, impondo significativo e injustificado comprometimento de recursos públicos”, assinalou Carvalho. Seu voto foi seguido por todos os outros conselheiros do Pleno do TCE.

CONDENADA - Deputada que sambou na absolvição do colega João Magno terá de ressarcir Tesouro municipal em R\$ 8,91 milhões

“É estranho que a apreciação do caso tenha sido feita diretamente pelo Pleno da corte, não passando por uma de suas câmaras”, reagiu a deputada. “O TCE julga procedimento administrativo e a ele não cabe promover cobrança de multa, que é competência da Justiça.”

Corre na Justiça Federal processo sobre a desapropriação, porque o INSS é parte interessada. O INSS, credor da Parahyba, iria receber em 96 parcelas. “Fizemos um acordo triplice, o que a prefeitura deveria pagar à família Severo Gomes pagou direto ao INSS”, disse Ângela. “Mas a administração do PSDB que me substituiu entrou com ação judicial, bloqueando os pagamentos. O Ministério Público mandou avaliar a área e chegou a um preço superior ao que a prefeitura encontrou.” ■

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Crise boliviana traz problema inédito para a diplomacia”, publicada pelo jornal **Valor Econômico** em sua edição de 15 de maio de 2006.

A matéria trata da crise diplomática do Brasil com a Bolívia sobre a nacionalização do gás boliviano e mostra que “ex-chanceleres e ex-embaixadores protestaram publicamente contra o que consideraram uma reação excessivamente branda do governo”, acusando-o de não defender os interesses nacionais.

A matéria traz, ainda, declaração do ex-embaixador Jório Dauster, que chama a atenção para o fato

de que o Brasil, agora, será obrigado a defender não só os interesses nacionais mas também os interesses de multinacionais brasileiras.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Defesa de múltis brasileiras entra na agenda Crise boliviana traz problema inédito para a diplomacia

Sergio Leo
De Brasília

A crise diplomática do Brasil com a Bolívia mostrou uma faceta inédita na história da política externa brasileira: a emergência de empresas multinacionais com sede no Brasil e operações em países instáveis política e economicamente criou um desafio ainda sem resposta adequada da diplomacia nacional. O impasse causado por declarações agressivas contra as empresas EBX e Petrobras e a resposta amena do governo brasileiro reacendeu críticas à condução da política externa brasileira.

Parte das críticas não se sustenta em precedentes na história diplomática. Não é costume do governo brasileiro manifestar-se duramente por notas ou declarações públicas em resposta aos raros conflitos com os países vizinhos. Na longa história de desentendimentos entre Brasil e Argentina, por conflitos comerciais no Mercosul, por exemplo, o governo brasileiro absorveu diplomaticamente e até ajudou a negociar a aprovação dos sócios menores, Uruguai e Paraguai, para uma medida de peso no comércio bilateral, a decisão unilateral argentina de reduzir a zero as tarifas para importação de bens de capital — um duro golpe nas vendas de máquinas e equipamentos para a indústria do Brasil.

Tomada em 2001, a medida argentina foi absorvida em um “waiver” (concessão) do Mercosul, defendido pelo então ministro de Relações Exteriores Celso Lafer como uma “questão de estratégia” e um gesto de “solidariedade” na política de integração sul-americana do governo. Pouco depois, insistentes

declarações contra o Mercosul então ministro da Economia argentino Domingo Cavallo, levaram o Itamaraty a editar nota em que a mais forte reação à hostilidade do vizinho era a manifestação de “estraneza” do governo brasileiro. O único a elevar o tom nos conflitos com os argentinos foi o ministro de Relações Exteriores do Brasil, em 1999, Luiz Felipe Lampreia, que chegou a ameaçar a não participação do Brasil em reuniões do Mercosul, devido à outra decisão unilateral argentina, uma resolução que criou salvaguardas automáticas — logo revogadas com a reação brasileira.

Também em 2001, foi tomada uma das mais fortes medidas de um país estrangeiro contra os interesses nacionais, a decisão do Canadá de proibir a importação de carne brasileira sob acusação de suspeita da doença da “vaca louca”. Gerou, do Itamaraty, uma nota cautelosa, em que se acusava a medida canadense de não encontrar justificativas nas circunstâncias objetivas e anunciava que o governo se reservava “o direito de tomar as medidas convenientes”. Também naquela época, o governo foi acusado de reagir de forma tímida contra agressão externa. Como hoje, a reação pública levou o governo, pouco a pouco, a adotar um tom mais forte.

Só uma vez na história, porém, tantos ex-diplomatas graduados se uniram a uma onda de críticas à política externa, como aconteceu, neste mês, contra a reação da diplomacia à nacionalização do gás na Bolívia, que afetou principalmente a Petrobras, como maior investidor no país, e levou a empresa a ser cercada por tropas bolivianas,

em 1962, no governo João Goulart, em oposição ao chanceler San Tiago Dantas, quatro ex-ministros de Relações Exteriores chegaram a publicar um manifesto no jornal “O Globo”, contra a posição do governo, pela permanência de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA).

No atual caso boliviano, ex-chanceleres e ex-embaixadores protestaram publicamente contra o que consideraram uma reação excessivamente branda do governo. Os ex-embaixadores Rubens Ricuperio, Rubens Barbosa, Marcos Azambuja e Sebastião do Rego Barros criticaram a falta de prevenção contra as medidas do governo Evo Morales. Barbosa, Azambuja e Rego Barros chegaram a atribuir razões “ideológicas” do governo para aceitar as ações de Morales. Ricuperio acusou o governo de não defender os interesses nacionais.

O chanceler Celso Amorim, em depoimento ao Senado, reconheceu que poderiam ter sido usados termos mais fortes na nota oficial assinada pelo Brasil sobre o tema. Defendeu-se argumentando que reclamações mais severas foram dirigidas diretamente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Morales, nas conversas privadas entre os dois presidentes. Amorim acabou rendendo-se à constatação

de que foi uma afronta adicional o uso de tropas na intervenção boliviana e classificou de “adolescente” o uso de tropas na ação do governo Evo Morales.

Autor da reação mais diplomática ao comportamento do governo na crise boliviana, o ex-embaixador Sérgio Amaral, ex-ministro e porta-voz no governo anterior, ressaltou um ponto comum nas acusações à política externa do governo Lula: duas características novas na ação diplomática brasileira teriam contribuído para sabotar as ações de aproximação com os vizinhos no continente: a campanha aberta por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (que provocou desconfianças especialmente na Argentina) e o lançamento sucessivo de candidaturas a vários postos de relevo internacional, entre eles a secretaria-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em que o Brasil derrubou as chances do candidato uruguaio, Pérez del Castillo. O governo se defende

com o argumento de que todos os países da região, à exceção da Argentina, apoiaram a candidatura brasileira à ONU.

“Nunca se tentou tão explicitamente afirmar a liderança brasileira”, nota o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia. Ele e Amaral levantam

outro problema emergente, o surgimento de presidentes de linha populista, a frente de movimentos de massa na América do Sul, estimulados pelo fracasso das políticas liberais na região. “Há um começo de rota de colisão com a Venezuela”, alerta Lampreia. “O Brasil tem de ter firmeza, não basta, nem ameaçar, mas não ter respeito aos contratos e tratados.”

Até diplomatas que rejeitam a acusação de “fracasso” lançada contra a política externa, como o ex-embaixador Jório Dauster, lamentam algumas decisões do governo, como o convite ao venezuelano Hugo Chávez para a reunião convocada por Lula em reação à nacionalização boliviana. Dauster, com uma bem sucedida passagem pelo setor privado, se esquivou da discussão sobre a influência ideológica nas opções de política externa, e chama atenção para o componente realmente novo no caso boliviano. “A recente afirmação do Brasil como uma potência nacional, com multinacionais brasilei-

ras, só agora começa a pesar”, analisa. “Isso obrigará a diplomacia brasileira a fazer uma reflexão muito profunda: agora, como nunca, será obrigada a defender, não só os interesses nacionais, mas os interesses de empresas, algo muito novo para os diplomatas.”

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “A arte de escrever”, de autoria do filósofo e professor gaúcho Denis Lerrer Rosenfield, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 15 de maio do corrente.

O artigo é excelente. O Professor Denis comenta as reações ao seu último artigo, intitulado “*Nunca Antes*”.

O que resta quando a realidade se mostra tão aterradora, exibindo o lamaçal em que afundou a política brasileira sob a égide do partido que se dizia o representante da ‘ética na política’, senão apelar para

um tipo de escritura que procura expor os aspectos dramáticos e risíveis de uma ‘inusitada’ e ‘desencontrada’ situação?

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A arte de escrever

Denis Lerrer Rosenfield

Estilos de escritura têm a virtualidade de suscitar diferentes reações dos leitores. Um artigo analítico, trabalhando com argumentos, visa a encontrar eco na capacidade racional de entender, onde o conceito e a frieza primam sobre outras formas de compreensão. Não que o argumento não possa provocar reações apaixonadas, mas essas reações estão, ou deveriam estar, circunscritas pelos processos racionais do diálogo e do raciocínio. Um artigo irônico, por sua vez, trabalha com o limite do argumento, com seus efeitos paradoxais, podendo tanto suscitar o riso como a indignação, sem se preocupar com a sua coerência e adequação aos fatos. Ou melhor, as palavras são usadas ao arrepio da realidade com o intuito de mostrar o absurdo mesmo desta realidade. Palavras são usadas diferentemente. A lógica é outra.

Ao escrever meu último artigo, *Nunca antes*, coloquei-me claramente nesta segunda opção de escritura, pois as mentiras, a corrupção sistêmica de uma “organização criminosa” e a falta completa de ética provocam tal indignação que a resposta também pode ser dada sob a forma da ironia e do sarcasmo. O que resta quando a realidade se mostra tão aterradora, exibindo o lamaçal em que afundou a política brasileira sob a égide do partido que se dizia o representante da “ética na política”, senão apelar para um tipo de escritura que procura expor os aspectos dramáticos

e risíveis de uma “inusitada” e “desencontrada” situação?

Na escritura desse artigo, procurei realçar alguns tons que, de tão absurdos, como o de que a Petrobrás teria sido criada em três anos e meio, não tendo nenhuma história anterior, exceto sob a forma da homonímia, não dariam lugar a incompreensão. Cheguei até a pensar que abandonava o campo da fina ironia. Qual não foi a minha surpresa quando recebi um expressivo número de e-mails agressivos, criticando-me, precisamente, por defender o governo Lula. Palavras como “inbecil” não foram raras, e não foram das mais desafortunadas, dada a indignação provocada. Indignação comigo por supostamente defender “um governo que é o verdadeiro alvo de tal indignação. Na verdade, os impropérios que recebi não me tinham verdadeiramente como destinatário, senão indiretamente. É bem verdade que outro expressivo número de leitores fez a leitura correta do meu artigo. A pergunta, no entanto, não deixou de martelar a minha cabeça: o que faz com que leitores inteligentes tenham perdido a capacidade de perceber a ironia?

Uma resposta seria, evidentemente, a inépcia da escritura. A questão, por esse lado, continua em aberto e não cabe a mim decidí-la. Se fosse o caso, porém, ela teria provavelmente se manifestado sob a forma de uma crítica à ironia ou a seu estilo pretensamente grosseiro, o que não ocorreu em nenhuma das mensagens, nem as críticas, nem as elogiosas. O problema parece residir no tipo de realidade a que o artigo alude sob a forma do sarcasmo. Ou seja, os leitores e os cidadãos que acompanham esse desdobramento melancólico e farsante do atual governo e de seu partido não suportam mais tal situação, exacerbada ainda pelo fato de o presidente Lula poder ainda se reeleger, apesar de tudo o que, em seu nome, foi feito. Neste sentido, as pessoas estariam perdendo a capacidade de rir, sobrando apenas a reação indignada e irada.

A realidade não tem nada de risível e um artigo irônico procura precisamente suscitar uma outra forma de indignação, que tem na descontração um outro modo de comportamento. Chegamos a um grau extremo, em que a mentira, de tão deslavada, cessa de produzir efeitos, tal a forma reiterada de sua repetição. Precisamos aguardar a denúncia do procurador-geral da República para que viessemos a falar de uma forma juridicamente fundada de uma “sofisticada organização criminosa”. Precisamos aguardar a entrevista do ex-secretário-geral do partido, Silvio Pereira, para que pudéssemos

observar mais de perto um acerto de contas interior à própria “organização”. Aliás, sua mensagem foi clara: na ausência de atenção, do carinho que o presidente dispensa aos outros membros “cuidados” do governo e do partido, ou de recursos financeiros que lhe permitam sair dessa condição em que se encontra, o até então chamado amigavelmente de “Silvinho” virá a público expor o mecanismo de sua “queda”, podendo abalar efetivamente a “República petista”. O recado foi “compreendido” e, na CPI, ele voltou a ficar calado. Normalmente, um recado desse tipo, no melhor estilo mafioso, se faria na ausência dos holofotes públicos. No entanto, a publicidade dessa mensagem mostraria, entre outras coisas, que esse ex-alto personagem do PT teme também por sua própria vida e procura se resguardar por intermédio da imprensa. Esse temor chegou mesmo a ser afirmado na entrevista concedida ao jornal *O Globo*. A que ponto chegamos?!

Como se não fosse o sufi-

ciente, próximo de Lula e de José Dirceu, estaria emocionalmente desequilibrado. Outra, a de que estaria “espiritualmente atormentado”. Outra ainda, a de que mente, como se mentirosos contumazes vivêssem qualquer dignidade para assim qualificar ex amigos. O que gostariam de fazer? Mandá-lo para um hospital psiquiátrico especializado em tratamentos políticos de choque? A questão reside em que o “tormento” tomou conta de nossa realidade política, fazendo com que os critérios morais abandonassem essa arena. E as pessoas, com justa razão, têm cada vez menos paciência para lidar com ela. Desculpem os meus leitores se dela me utilizei para suscitar um outro tipo de indignação, com o intuito de mostrar que o “nunca antes” significava “nunca mais” tal tipo de governo. Não me equivoquei, porém, na reação indignada, pois ela mostra perfeitamente que a própria realidade transborda qualquer limite moral, e também jurídico e político. ■

Denis Lerrer Rosenfield
é professor de Filosofia
na UFRGS. E-mail:
denisrosenfield@terra.com.br

O que faz leitores inteligentes deixarem de perceber a ironia?

ciente, os atuais membros do governo e do partido partiram para mentiras e desqualificações no melhor estilo stalinista. Uma das pérolas foi a de que o ex-todo-poderoso diri-

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Por que essa bofetada em nós?”, publicada na revista **Época** na sua edição de 8 de maio do corrente.

A matéria, de autoria do jornalista Marcelo Musa Cavallari, mostra que as últimas ações de Evo Morales e Hugo Chávez colocam em xeque a liderança de Lula na América Latina.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para re-querer que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Por que essa bofetada em nós?

Com a nacionalização do gás da Bolívia, Evo Morales e Hugo Chavez põem em xeque a liderança de Lula na América Latina

MARCELO MUSA CAVALLARI

Em sua mais recente edição, a revista *Time* publicou a lista das cem personalidades mais influentes do planeta. Para a *Time*, só há um líder latino-americano digno de menção. E não é o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. O latino-americano mais influente é o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Em sua mais nova investida, Chávez resolveu apadrinhar a decisão boliviana de nacionalizar o gás, principal riqueza com que a

Bolívia, país mais pobre da América do Sul, pode contar. Com o gesto oportunista, Chávez reforçou sua imagem de liderança na América Latina, em um claro desafio ao papel tradicionalmente exercido pelo Brasil.

A escolha da *Time* reflete o sucesso que Chávez vem obtendo com suas iniciativas populistas pelo continente, financiadas pelo petróleo a US\$ 70 o barril. Chávez contrapõe ao modelo de integração continental defendido pelo Brasil, baseado em alianças em torno do Mercosul, sua própria visão de um continente unido, basicamente, pela oposição aos Estados Unidos. A reportagem da *Time* cita uma frase reveladora do es-

tilo e das preferências de Chávez. Nella, Chávez faz referência à secretária de Estado americana, Condoleezza Rice: “Eu pingo aqueles que me incomodam. Portanto, não mexa comigo, Condoleezza”.

Chávez chegou ao poder pelo voto depois de tentar o caminho das armas. Em 1992, quando ainda era um militar da ativa, tentou um golpe de Estado. Passou dois anos na cadeia e voltou

à cena pelas urnas. Com traços indígenas, contrasta com a velha elite política venezuelana, que sempre hostilizou. Sua popularidade lhe permitiu mudar a Constituição do país de modo a obter uma parcela de poder hoje muito difícil de ser diminuída. Carismático, Chávez goza de enorme popularidade entre as camadas mais pobres das cidades de seu país e não se acanha em usar essa população como tropa de choque em grandes manifestações de rua cada vez que enfrenta problemas com a oposição.

Trata-se de um perfil similar ao do boliviano Evo Morales. Morales é o primeiro indígena a vencer uma eleição e tomar posse da Presidência da Bolívia. Nascido em uma comunidade indíge-

“Pedimos às petroleiras que respeitem nossa dignidade. Senão, nós nos faremos respeitar à força, porque se trata de respeitar interesses de um país”

Evo Morales

(à esq., na foto), presidente da Bolívia, ao anunciar a nacionalização do gás

“Não temos alternativa senão a integração para tirar nossos povos da miséria, do atraso e levar adiante um projeto de desenvolvimento integral e equilíbrio latino-americano”

Hugo Chávez

(à dir., na foto), presidente da Venezuela, ao fim da reunião com Brasil, Argentina e Bolívia para discutir a nacionalização do gás boliviano

na pobre de Orinoca, Morales pertence à etnia aimará, que habita os Andes bolivianos e peruanos. Desde a campanha, usa roupas características de seu povo. Não pôs terno e gravata nem no dia da posse. Fala sempre com uma voz calma. Seu radicalismo se mede mais pelas atitudes que toma que pela veemência com que discursa.

Num gesto de efeito, Morales escolheu o 1º de maio, Dia do Trabalho, para cumprir uma promessa de campanha: nacionalizar a produção de gás. A medida atinge em cheio a Petrobras. A Petrobras investiu US\$ 1,3 bilhão na exploração do gás boliviano, responsável por 5% da energia brasileira. Ela produz 57% do gás natural da Bolívia, garante 24% de toda a arrecadação de impostos boliviana e responde por 20% do PIB do país. O restante da produção de gás está dividido entre outras estrangeiras, como a Repsol-Andina (espanhola) e a BG Bolívia (britânica).

Com tropas do Exército invadindo refinarias e postos de gasolina da Petrobras, Morales levou adiante uma lei aprovada no ano passado que reverteu o processo de privatização dos anos 1990. Antes sujeitas a um imposto de 18% sobre o lucro da produção, as estrangeiras viram essa porcentagem su-

“Na verdade, foi um assalto à mão armada, nós temos de jogar pesado”, diz Paulo Tarso Flecha de Lima

bir para 50% no ano passado e, finalmente, para 82%. O governo boliviano decidiu assumir a produção e estabeleceu um prazo de 180 dias para conduzir as negociações de transferência dos ativos para o Estado.

Morales repete uma tendência que o próprio Chávez seguiu ao chegar

à Presidência em 1998: atrelar um projeto nacionalista ao preço dos combustíveis fósseis, em alta no mercado mundial. Chávez não precisou estatizar o petróleo venezuelano, já monopólio da estatal PDVSA. Mas a aparelhou para colocá-la a serviço de seu projeto político. No fundo, ele pôs em prática uma variante de uma nova modalidade econômica que tem tomado a cena depois das décadas de privatização do final do século XX: o novo capitalismo de Estado. O acadêmico americano Francis Fukuyama, numa frase célebre, escreveu na década de 90 que a História ►

INDÍCIOS O ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia, Solis Hada, explica a nacionalização em La Paz. O Brasil fora avisado

tinha acabado. Significava o triunfo pereinhe da idéia da economia de mercado. Mas parece que a História não acabou.

A economia que mais cresce no mundo, a China, tem se expandido internacionalmente através de companhias estatais (leia artigo do colunista Fareed Zakaria à pág. 42). O mesmo vem acontecendo na Rússia, onde o Estado voltou a controlar setores importantes da economia. Dubai, nos Emirados Árabes, e Cingapura também têm obtido taxas de crescimento significativas e grande presença internacional através de companhias estatais. Agora é a vez de a Bolívia tentar imitar o modelo chavista, com o apoio explícito do venezuelano. Como a Bolívia não tem pessoal capacitado para substituir os técnicos das multinacionais, a invasão das instalações da Petrobras só foi possível porque técnicos da venezuelana PDVSA estão trabalhando com os bolivianos.

A questão da posse do gás é a principal disputa política na Bolívia desde o início do século XXI. O primeiro acordo a discutir a cooperação com o Brasil, chamado Tratado de Roboré, foi assinado em 1938. Durante o governo JK, ele foi atualizado, e grupos privados foram proibidos de explorar o gás boliviano. Em maio de 1974, um novo acordo foi assinado em Cochabamba pelos generais Ernesto Geisel, do lado brasileiro, e Hugo Banzer, do boliviano. Em 1992, os dois países chegaram a um acordo definitivo e, no ano seguinte, foi firmado o contrato entre a Petrobras e a estatal boliviana, YPFB. "Essas negociações nunca foram de empresa a empresa, mas de governo para governo", afirma o ex-ministro da Fazenda e diplomata Rubens Ricupero, que esteve envolvido nas negociações com a Bolívia.

Entre os bolivianos, a aceitação à presença brasileira nunca foi uma unanimidade. Os dois antecessores de Morales caíram por causa do descontentamento popular com a gestão das reservas de gás. Em 2004, 92% dos bolivianos se manifestaram a favor da nacionalização em um plebiscito sobre a questão. O gesto de Morales não pode, portanto, ser considerado nenhuma surpresa para os brasileiros. Ele representa, porém, uma quebra de contra-

to internacional. "O que a Bolívia fez foi uma ruptura unilateral dos acordos em que a Petrobras se baseou para investir", afirma Ricupero.

Embora o embaixador do Brasil na Bolívia, Antonino Mena Gonçalves, negue que o governo brasileiro soubesse com antecedência do conteúdo do decreto boliviano, desde o Carnaval houve pelo menos três sinais de que algo estava para acontecer. Durante o feriado, a Petrobras, com base em estudos que diziam que o Brasil precisaria de mais gás, negociava o aumento do investimento na Bolívia. Pouco antes de fechar o acordo – só faltava a assinatura –, o ministro das Minas e Energia da Bolívia, Solis Hada, avisou o governo Lula que adiaria o compromisso. Foi o primeiro sinal.

O segundo aconteceu em 17 de abril, dia da reunião do conselho administrativo da Petrobras, no Rio de Janeiro, com a presença dos ministros Dilma Rousseff (Casa Civil), Guido Mantega (Fazenda) e Silas Rondeau (Minas e Energia). Naquele dia, Hada esteve no Bra-

sil e avisou o governo brasileiro de que haveria uma medida mais drástica, por decreto. Dois dias depois, veio o terceiro sinal: um telefonema ao governo brasileiro com a informação de que haveria uma exploração política, com o Exército boliviano posando para foto diante das refinarias. Depois dos três sinais, iniciou-se na segunda quinzena de abril uma negociação diplomática para

abrandar a medida de Morales. O movimento não surtiu efeito.

Na quarta-feira, o presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, convocou uma coletiva de imprensa para explicar a situação na Bolívia. No tom mais duro usado até agora para tratar da nacionalização, Gabrielli descar-

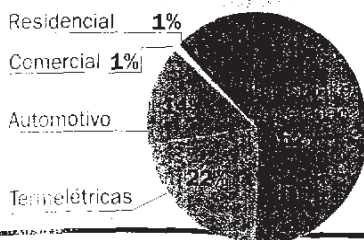
tou novos investimentos ali. Cancelou a proposta de ampliar o gasoduto Brasil-Bolívia e afirmou que recorrerá aos tribunais internacionais para manter o preço do gás exportado para o Brasil. "Estamos suspendendo qualquer possibilidade de investimento adicional na Bolívia. Vamos defender nossos interesses e não concordamos em alterar preços", afirmou.

Se a posição da Petrobras foi firme, a da diplomacia brasileira foi morna. "Foi uma reação de quem está mais preocupado em mostrar solidariedade ideológica do que em defender os interesses nacionais", diz o ex-embaixador do Brasil em Washington Rubens Barbosa. "Na verdade, foi um assalto à mão armada. Temos de jogar pesado", diz o ex-embaixador em Londres Paulo Tarso Flecha de Lima. Para ele, reconhecer os direitos da Bolívia de nacionalizar o gás, como fez o presidente Lula, derrota até a argumentação da Petrobras em um tribunal internacio-

"Não é porque o governo dá prioridade à América do Sul que surgiu esse problema", diz Amorim

CONSUMO DO GÁS

Antes de afetar diretamente o consumidor, a ação de Evo Morales deve prejudicar as indústrias



nal. "Se reconhecemos a legitimidade do ato, como podemos brigar por isso na Justiça?", pergunta ele.

O ex-ministro Ricupero lembra um precedente histórico nas relações entre Brasil e Bolívia. Em 1903, durante a disputa pelo atual território do Estado do Acre, o então presidente da Bolívia, general Bando, tentou garantir a posse com o envio de tropas militares. A reação do Barão de Rio Branco, chefe da diplomacia brasileira, foi viril. Houve também envio de militares à área. "O Brasil não poderia aceitar, calado, que a Bolívia ocupe com forças militares as instalações de uma empresa brasileira e dizer, depois, que aceitamos negociar", diz Ricupero. "Isso vai contra os nossos princípios. A diplomacia brasileira nunca aceitou negociar nem sob pressão, nem sob ameaça."

De acordo com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, as críticas à diplomacia brasileira são "oportunistas". Amorim afirma que os problemas com o gás boliviano têm mais de dez anos.

"Não é possível dizer que, porque esse governo dá prioridade à América do Sul, então surgiu esse problema", diz Amorim. "Ao contrário, é porque esse governo dá prioridade à América do Sul que temos boas chances de resolvê-lo."

Há uma série de fatos, além da atitude da Bolívia, que mostram o projeto sul-americano do Brasil em risco (leia sobre o retrocesso na América Latina na coluna de Paulo Guedes, à pág. 28). Em primeiro lugar, Paraguai

e Uruguai, sócios fundadores do Mercosul, estão anunciando a intenção de negociar um acordo de livre-comércio com os EUA. A Argentina impôs um mecanismo de salvaguardas comerciais, contrariando acordos do Mercosul. "O Mercosul está em marcha à ré", diz o ex-embaixador brasileiro em Paris Sérgio Amaral. Por fim, segundo Amaral, há uma divisão entre os países do continente que são a favor e contra a Área de Livre Comércio das Américas, a Alca.

É justamente nessa questão que se faz sentir a influência de Hugo Chávez. "Há uma nova linha de Tordesilhas dividindo o continente", diz

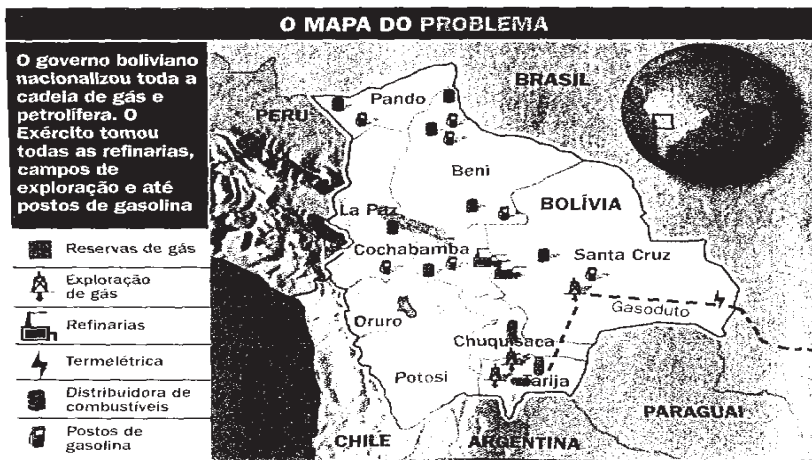
Amaral. O Brasil estaria no grupo de países cujo interesse deveria priorizar a Alca. Chávez lidera, porém, a criação da Alternativa Bolivariana para as Américas, a Alba, uma união de resistência ao domínio dos EUA no continente. Por enquanto, a Alba teve a adesão apenas

"O eixo Brasília-Buenos Aires está sendo substituído por Caracas-Buenos Aires", diz Barbosa

de Bolívia e Cuba, ambos os países beneficiários de generosas contribuições financiadas pelo petróleo venezuelano.

De acordo com a revista britânica *The Economist*, a nacionalização do gás boliviano representa uma vitória da liderança de Chávez sobre Lula no continente. "Nenhum país sul-americano manifestou publicamente solidariedade ao Brasil na crise", afirma Rubens Barbosa. Ele diz que a presença cada vez mais forte de Chávez está criando um novo eixo na América do Sul. "Não se pode mais falar de um eixo Brasília-Buenos Aires. Ele está sendo substituído por um eixo Caracas-Buenos Aires", afirma Barbosa. "Todas as iniciativas na América do Sul estão sendo geradas pela Venezuela." E, enquanto o projeto de liderança do Brasil no continente se sustenta apenas na retórica do governo Lula, o de Chávez está assentado nas imensas reservas de petróleo da Venezuela.

GUILHERME EVELIN, ISABEL CLEMENTE E MATHEUS LEITÃO



A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar que o jornal **Folha de S.Paulo** estará lançando, no próximo domingo, um novo projeto gráfico para o jornal. Com isso, a **Folha** terá reportagens, artigos e novos instrumentos editoriais que ajudarão a aprofundar e contextualizar melhor os fatos publicados.

Portanto, é no contexto dessa informação que faço o registro da matéria intitulada "**Folha** lança novo projeto gráfico", publicada na edição do último domingo, 14 de maio. Para que passe a constar dos Anais do Senado Federal, requeiro que esta matéria seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a **Folha de S.Paulo**, que sempre busca mudanças que possam enriquecer seu jornalismo.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

A Notícia publicada hoje, pelo jornal **Folha de São Paulo**, de que o Governo planeja conceder o Bolsa-Família para os sem terra, não deveria causar espanto a ninguém.

Esta vem sendo a prática do Governo do Presidente Lula: fazer dos programas sociais, principalmente do Bolsa-Família, a grande moeda de troca para as eleições do dia 3 de outubro.

Não causa surpresa, portanto, que agora, o Presidente tenha decidido incluir entre os beneficiários do programa de transferência de renda os trabalhadores sem-terra, a respeito dos quais o próprio Governo diverge sobre o número de famílias em todo o País.

De acordo com a Ouvidoria Agrária Nacional, vivem nessa situação, hoje, cerca de 1 milhão de

De acordo com Marina Santos, do MST, o Bolsa-Família pode criar uma dependência dos acampados com o Governo.

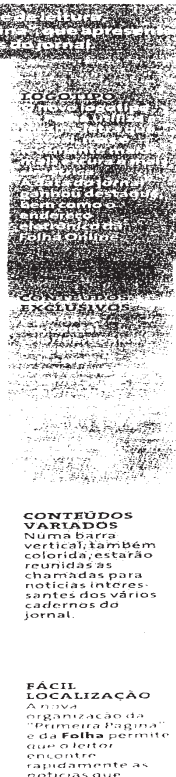
É assim que age um governo que respeita aquele que produz. Garantindo-lhe as condições para trabalhar e não oferecendo uma esmola, que humilha e mantém na condição de dependente aquele que recebe.

— **Lúcia Vânia**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mudanças que estréiam no próximo domingo facilitam a leitura e aperfeiçoam o conteúdo noticioso

Os principais elementos da mudança visual da Folha – a clareza de leitura, dinamismo e criatividade – estão sintetizados na “Primeira Página”, que apresenta as notícias essenciais do dia e as reportagens mais importantes do jornal.



Ver por lo tanto que "el arte es el lenguaje
genérico relevante, editado de man-
nera creativa"¹⁰, afirma:

En las páginas de la *Entha* se publican artículos sobre temas de interés científico.

reduzidas neste ensaio são modelos que
apenas de exemplificar as mudanças

ficados simulados, a partir
usuais do jornal para o leitor

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Do fracasso à humilhação”, de autoria do articulista Roberto Pompeu de Toledo, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 10 de maio do corrente.

O artigo comenta as atitudes do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante da crise com a Bolívia e classifica a atuação do Governo brasileiro como uma das reações mais tíbias, tímidas e vacilantes já produzidas pela diplomacia brasileira.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Do fracasso à humilhação

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

**Com
a questão
da Bolívia,
a política
externa
do governo
Lula desceu
a seu ponto
mais baixo**

viana como “ato inerente à sua soberania”.

Não. Não se está dizendo que, à semelhança do governo imperial brasileiro, o governo Lula devesse enviar seus Urutu ao altiplano boliviano. Mesmo porque a subida é íngreme, as curvas no caminho são perigosas e o ar rarefeito que se respira por lá costuma tontear os forasteiros. Mas a evocação daquele outro momento histórico serve para enfatizar a enormidade que é recorrer à ocupação militar, ainda que simbólica, ainda que sem disparar um tiro, numa disputa com outro país. Se não é ato de guerra, é um gesto de hostilidade profunda. Em resposta, o governo Lula apresentou uma das reações mais tíbias, tímidas e tatibitantes já produzidas pela diplomacia brasileira. Com isso, pôs em campo uma nova modalidade de reação aos desafios externos — a política de oferecer a outra face. Eis no que resultou a política externa “altiva” que o governo do PT julga ter implantado.

Poucos governos brasileiros ostentaram tanta exuberância em sua política externa. Não bastou, ao presidente operário, ter realizado o sonho de virar presidente. Imaginou-se um líder para o continente, talvez até para o mundo, ao qual ensinaria o caminho de relações mais equitativas. Amparava-o, no devaneio, um Itamaraty cheio de ardor terceiro-mundista. Para os vizinhos mais próximos, Lula e o Itamaraty imaginaram uma Comunidade Sul-Americana de Nações que, juntando o Pacto Andino e o Mercosul, as duas estruturas supranacionais já existentes, uniria os Estados associados em torno de uma moeda, um passaporte e um Parlamento comuns. A Comunidade Sul-Americana foi lançada numa reunião em Cuzco, realizada sob inspiração brasileira, em dezembro de 2004. Em abril do ano seguinte, num de seus arruobos característicos, Lula diria: “Eu tenho a convicção de que o que nós fizemos na América do Sul nesses dois primeiros anos foi um avanço maior do que o que foi conquistado nos últimos quarenta ou cinquenta anos”.

O panorama da América do Sul, hoje, é de luta de todos contra todos. O Pacto Andino se desfaz nas brigas entre a Venezuela, de um lado, e o Peru e a Colômbia, de outro. O Mercosul, que já vinha cambaleante em razão das eternas querelas entre Brasil e Argentina, sofre agora a ameaça de retirada do Uruguai, para assinar tratado de livre-comércio com os Estados Unidos. Lula, coitado, que imaginou ser o natural condutor do processo sul-americano, virou cego no meio de tiroteio. O fracasso no continente soma-se ao de conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, ao de estabelecer relações privilegiadas com a China e a Índia e a tantos outros que fazem da diplomacia de Lula uma campeã de trapalhadas.

Na semana passada mudamos de patamar. Não é mais de fracasso que se trata, mas de humilhação. O secretário-geral e ideólogo-mor do Itamaraty terceiro-mundista, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, esteve na Bolívia nas vésperas da investida de Evo Morales. Não lhe contaram nada. Também não contaram nada a Lula. Seguiram-se a ocupação militar e a pífia nota brasileira. Para culminar, uma reunião quadripartite arranjada às pressas e realizada na quinta-feira terminou com os presidentes Lula, Hugo Chávez, Néstor Kirchner e Evo Morales com as mãos juntas, umas em cima das outras, Lula e Evo Morales lado a lado, mão na mão, o presidente brasileiro posando de amiguinho daquele que dois dias antes tomara militarmente instalações de uma empresa-símbolo do Brasil. Lula oferecia mais que a mão. Entregava a outra face.



Por falar em Guerra do Paraguai... Para azar dos bolivianos, Evo Morales tem um traço em comum com Solano López, o caudilho que arrastou seu país àquela conflagração. Não, não é que ambos sejam líderes “antiimperialistas”, segundo uma tola fantasia criada nas últimas décadas em torno do presidente paraguaio, na verdade um tiranete vulgar, que tipicamente administrava o país como um fazendão particular, degolava os generais de que desconfiasse e mandava meninos de 10 anos para as batalhas. O que os une é a vocação suicida. López julgou que podia estender seus domínios aos vizinhos Brasil e Argentina. Levou seu país à ruína e acabou morto. Evo Morales escolheu hostilizar o único comprador possível de sua maior riqueza natural. O que vai provocar de mais duradouro no Brasil é a corrida pelas alternativas a seu gás. A curto prazo, pode até conseguir aumento de preço. A longo prazo, arrisca ficar sem outra utilização para seu produto senão queimá-lo em bonitos espetáculos pirotécnicos ou encher balões.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Teste de sintonia”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de maio deste ano.

O jornalista Valdo Cruz, em seu artigo, destaca que a queda da bolsa e a subida do dólar ameaçam a calmaria do mercado neste ano de eleição e que isso pode ser o primeiro teste para a nova equipe econômica do Presidente Lula. Ocorre que, para esse teste, pesa o fato da total falta de sintonia entre o Ministério da Fazenda e Banco Central, que se estranham desde a posse de Guido Mantega. Segundo o autor, “se Lula

ganhar um segundo mandato, Meirelles e Mantega não continuam no mesmo barco”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

VALDO CRUZ

Teste de sintonia

BRASÍLIA - Dia de mercado financeiro agitado ontem —dólar disparando, Bolsa despencando. Resultado: a calmaria na economia ameaçada no ano da eleição.

Pode ser o primeiro teste para a nova equipe econômica do presidente Lula. Sua sorte é que a economia hoje está mais forte e não deve enfrentar crise igual à de 2002, quando a inflação disparou.

Seu lado fraco é que não anda muito sintonizada. Ministério da Fazenda e Banco Central se estranham desde a posse de Guido Mantega —apesar dos esforços de ambos para demonstrar cordialidade.

Os diretores do banco não contam com a mesma proteção dos tempos de Antonio Palocci. Recebem indiretas publicamente do ministro da Fazenda, que monta uma equipe de críticos da política monetária.

Reclamam, nos bastidores, de terem sido atropelados por Mantega

no anúncio de mudanças cambiais, apesar de concordarem com elas. A margem de influência em outras áreas, então, desapareceu.

No caso do aumento de gastos, por exemplo, os diretores do BC são contra. Mas não têm o que fazer. E não teriam mesmo, comentou com eles o diretor-gerente do FMI, Rodrigo Rato: “Em ano eleitoral, é assim em todo o mundo”.

Na próxima semana, num tema em que decide sozinho, o banco deve reduzir o ritmo da queda dos juros —em vez de 0,75 ponto percentual, o corte tende a ser de 0,50. Se não for menor ainda, caso o nervosismo no mercado piore.

Aí, a dissintonia com Mantega pode ser completa —e assim fica até o final de 2006. Nesse ano, mesmo a contragosto, ninguém na diretoria do BC deve pedir o boné.

Mas, se Lula ganhar um segundo mandato, Meirelles e Mantega não continuam no mesmo barco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e os Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se no dia 31 de maio de 2006, às 14 horas, a seguinte

1

REQUERIMENTO Nº 604, DE 2006

Votação, em turno único, do Requerimento nº 604, de 2006, do Senador Antonio Carlos Magalhães, requerendo sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre repasses de recursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nacional, estaduais e do Distrito Federal e, caso o Tribunal não disponha das informações, seja realizada, em caráter de urgência, inspeção para obter as respectivas informações.

ORDEM DO DIA

Às 15:30 horas

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 11, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 281, de 2006), que *reduz a zero as alíquotas do imposto de renda e da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) nos casos que especifica; altera a Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Luiz Otávio

Prazo final: 15-6-2006

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 282, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 282, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais, para o fim que especifica.

Relator revisor: Senador Paulo Paim

Prazo final: 23-6-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO**Nº 12, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 283, de 2006), que *altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC; cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.*

Relator revisor: Senador Gilberto Mes-
trinho**Prazo final: 23-6-2006**

4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 14, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que *altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.*

Relator revisor: Senador Edison Lobão
Prazo final: 4-7-2006

5

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 16, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 285, de 2006), que *dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

Prazo final: 4-7-2006

6

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

7

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).*

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 9, de 2002)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

22

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR***(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

24**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

25**REQUERIMENTO Nº 462, DE 2006***(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2006, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando seja consignado um voto de repúdio pela decisão do Tribunal Penal Central do Iraque, que condenou à pena de morte o responsável pelo atentado que ocasionou a morte de Sérgio Vieira de Mello.

Parecer sob nº 490, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Roberto Saturnino, favorável, com alterações que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

**ATA DA 57ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 11 DE MAIO DE 2006****(Publicada no Diário do Senado Federal nº 074, de 12 de maio de 2006)****RETIFICAÇÃO**

Na página nº 16116, 1ª coluna, na fala do Sr. Presidente referente ao comparecimento dos Srs. Senadores.

Onde se lê:

...64 Srs. Senadores.

Leia-se:

...63 Srs. Senadores.

30/05/2006
terça-feira

-
- 15:00** - **Instalação da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2006, destinada a sistematizar os projetos sobre saneamento em tramitação nas duas Casas**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 15:00** - **Senador Demóstenes Torres, acompanhado da**
Senhora Maria Clara Cavalcante Bugarin, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade
Senhor Edson Cândido Pinto, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás
Senhor Demarcki Oliveira, Vice-Presidente Administrativo do Conselho Regional de Contabilidade de Goiás
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão Deliberativa - pauta sobrestada**
Plenário do Senado Federal
- 18:30** - **Senhor Juca Ferreira, Ministro de Estado interino da Cultura**
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 19:00** - **Sessão Conjunta do Congresso Nacional destinada à apreciação do Projeto de Resolução nº 2, de 2005 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente de Orçamento**
Plenário da Câmara dos Deputados

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 123 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997, e considerando o que dispõe o art. 2º da Portaria do Diretor-Geral nº 119, de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da Comissão de Proteção do Patrimônio nos Finais de Semana instituída pela Portaria do Diretor-Geral nº 53, de 2005, os servidores Antônio José de Souza Filho, matrícula 52465; Arynnette Vidal Marins Filho, matrícula 43609; Flávio Bezerra Praxedes, matrícula 50845; Fábio Crépory Franco, matrícula 50882; e designar, em substituição, os servidores José Luiz de Simas Cunha, matrícula nº 49880; Leonardo de Araújo Barnabé, matrícula 49831; Renato Janiques, matrícula 44493 e Robson José de Macedo Gonçalves, matrícula 53070.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 927, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **007732/06-6 e 007876/06-8**,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **CAROLINA CUNHA CANTO DE MIRANDA**, matrícula nº 174996, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria para o Gabinete do Senador Leonel Pavan.

Senado Federal, em 24 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 940 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **008020/06-0**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **GENIVAL CAVALCANTI MONTEIRO**, matrícula nº 168443, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PTB para o Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 941 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008038/06-6**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO ROBERTO DA CAS**, matrícula n.º 193050, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 942 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008023/06-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PATRÍCIA GONZALEZ DA SILVEIRA COELHO**, matrícula n.º 196177, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Valdir Raupp, a partir de 26 de maio de 2006.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 943 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007870/06-0**,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÁRCIA DE BRITTO GUERREIRO**, matrícula n.º 176853, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Marcelo Crivella, a partir de 1º de junho de 2006.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 944 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007862/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HERBERT NERI DUARTE DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 187747, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Luiz Pontes, a partir de 25 de maio de 2006.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 945 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008033/06-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSELI CHAVES MALAQUIAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 946 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008039/06-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ESTER GOMES BRAZ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 947 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008021/06-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NÉLITON PORTUGUÊZ DE ASSUNÇÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-06, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 948 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008022/06-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGE LUÍS DE CASTRO BINA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Valdir Raupp.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 949 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007861/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FELIPE AGUIAR FONSECA MOTA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Pontes.

Senado Federal, em 29 de Maio de 2006

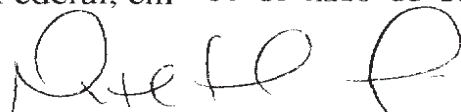

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 950 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.647/06-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO RIBEIRO DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 30 de Maio de 2006

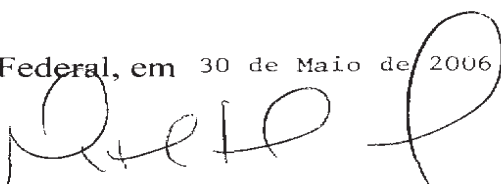

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 951 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.647/06-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIANO SANTOS OLIVEIRA MATOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 30 de Maio de 2006

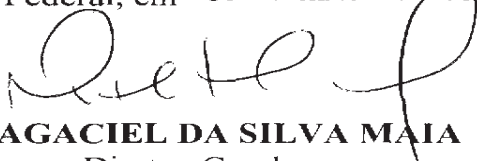

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 952 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.647/06-5**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCAS DE ALMEIDA SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 30 de Maio de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 953 , DE 2006**

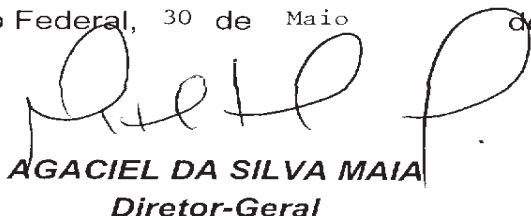
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SINAIDE NASCIMENTO DA SILVA SANTOS, matrícula nº 47056, e ADELAIDE SOARES VEÍGA, matrícula nº 48747, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 007352/06-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de Maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 954 , DE 2006**

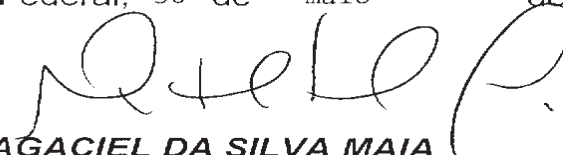
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MANOEL CARLOS CARVALHO MOREIRA, matrícula nº 27252, e SILVIO COELHO GUIMARÃES, matrícula nº 33859, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 001609/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 955 , DE 2006**

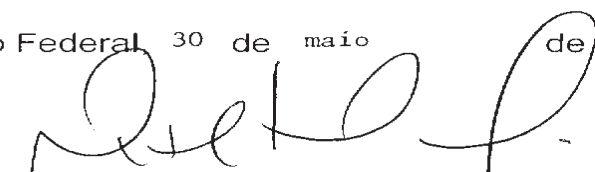
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LENIA NOGUEIRA DE AZEVEDO MAIA PACHECO, matrícula nº 32120, e MARIO HERMES STANZIONA VIGGIANO, matrícula nº 38626, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 000320/04-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de maio de 2006.



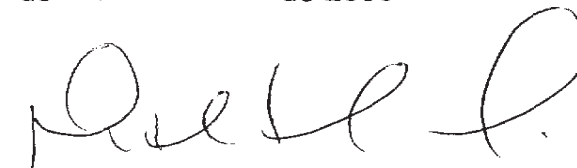
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 956 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997 e tendo em vista o constante no Processo nº 000345/06-7, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **JOSÉ ALDERICO LIMA**, matrícula 102158/PD, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, e designá-lo para a Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, a partir de 18 de maio de 2006.

Senado Federal, em 30 de Maio de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 957 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **JOSÉ EDUARDO MARZAGÃO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 30 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 958 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **ANGELO PACCELLI CIPRIANO RABELO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-2, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 30 de maio de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João**^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	(VAGO)²	CELso AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso

² Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RJ)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 198 PÁGINAS